



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV SUP. ÚNICO AO Nº 50, QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2020

ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Paulão (PT-AL)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONA- VÍRUS (COVID-19)

Ata da 32ª Reunião, realizada em 28 de setembro de 2020	4
Ata da 33ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2020	53
Ata da 34ª Reunião, realizada em 13 de outubro de 2020	100
Ata da 35ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2020	152





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho, e ainda do Senador não membro Diego Tavares. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Cacá Leão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Reunião Mensal de Acompanhamento das Ações Fiscais e da Execução Orçamentária e Financeira com objetivo de debater as ações do Ministério da Economia frente à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à COVID19. **Participante:** Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial da Fazenda. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/09/28>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia, bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É o segundo penteado mais bonito da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois é. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu gostaria de apresentar uma questão de ordem, no momento em que o amigo achar oportuno, sobre o requerimento que eu apresentei e o resultado do relatório que eu atualizei na última sexta-feira. Serei breve, e o senhor é que definirá o momento da minha intervenção, que não será cirúrgica, mas será pontual.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente, perfeito, perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Muito bem, meus amigos Parlamentares, vamos para a nossa 32ª audiência pública.

Muita coisa já foi feita de março para cá. Muito obrigado a todos os membros, Senadores, Deputados, suplentes, não membros, por terem nos propiciado esse avanço muito grande em termos de ouvir técnicos das mais variadas áreas.

Comunico à TV Senado que a reunião se iniciará em 30 segundos. Então, vamos dar um tempo para que eles possam organizar seus equipamentos, contando, a partir deste momento, 30 segundos para darmos início à nossa audiência pública. É só um tempinho para respirarmos. (*Pausa.*)

Com eu não estou contando aqui de um a 30, depreende-se que já deve estar aí nos 20. Então, vamos mentalizar mais 10 segundos para iniciarmos a nossa audiência pública.

Muito bem, havendo número regimental, eu declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência em saúde pública, de importância internacional, relacionada ao coronavírus, à Covid-19.

Bem, antes de propriamente avançarmos aqui, o Senador Esperidião Amin solicitou uma questão de ordem. Habitualmente essa questão de ordem fica para o final das audiências, mas, como ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipou, nós vamos abrir para ele esse tempo, antes de continuar a leitura da introdução da nossa audiência, para ouvir o Senador Esperidião Amin na sua questão de ordem. Eu peço que toda a equipe da Comissão e as consultorias prestem bem atenção no que o Senador irá apresentar, para que a gente possa formatar a respectiva resposta a ele.

Muito bem. Com a palavra o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Está com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para questão de ordem.) – Muito obrigado. Já consegui me localizar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de me dirigir também à equipe técnica que o acompanha. Serei o mais breve possível.

Cumprindo a designação feita pelo nosso Relator, Francisco Jr., eu tenho apresentado semanalmente um relatório das atividades financeiras, especialmente bancárias. Constatei que é melhor apresentar esses relatórios na sexta-feira do que na quinta. Por isso, quero tornar a pedir publicamente – creio que o Deputado Francisco Jr. já concordou. Fazendo o relatório na sexta, eu tenho um dia a mais e, às vezes, uma semana a mais de informação. É o que aconteceu. Então, nós já temos informação sobre as operações de crédito até o dia 18.

É uma defasagem. Eu falei com o Presidente do Banco Central para reduzir essa defasagem, mas estamos nos aproximando da realidade, ou seja, estamos acertando até chegar, quem sabe, ao *just on-line*. Então, isso é sobre o relatório.

Só que esse relatório me fez apresentar o requerimento que não acredito que deva ser deliberado hoje, mas quero explicar. Vou dar um exemplo: naquela nossa reunião do dia 7 de julho com os representantes das entidades de microcrédito, com cooperativas de crédito – uma reunião belíssima, densa –, nós escutamos o Sr. Ercílio Santinoni dizer o seguinte... Ele é o Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais. Ele foi profético, disse o seguinte: "O Pronampe tem 15,9 bilhões de garantias para garantir empréstimos". Além disso, adicionamos mais 12 bilhões, portanto, o Pronampe tem 27,9 bilhões. E ele fez a seguinte colocação: "O Sebrae afirma que dá para alavancar até 15 por 1". Bom, 15 por 1 de 28 dá 420 bilhões de empréstimo; 15 por 1 de alavancagem, multiplica 15 por 28 – 27,9 –, dá mais de 400 bilhões de empréstimo. Mas ele mesmo disse o seguinte: "Bom, agora, se o Governo coloca 28 bilhões e os bancos só emprestam praticamente esse dinheiro para não correr risco, eu estou esterilizando o dinheiro", e é isso que aconteceu. O Governo colocou 27,9 bilhões em duas transferências para emprestar à micro e pequena empresa e empreendedores individuais, e o total de empréstimos feitos foi de 30,45 bilhões, ou seja, a relação ficou em 1,09; ou seja, os bancos emprestaram o que o Governo, o que nós colocamos como garantia, só.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se formos comparar, Senador Confúcio, com a Parábola dos Talentos... Lembra aquele que recebeu um talento e o enterrou? Ao invés de multiplicar o talento, ele enterrou. É o que está acontecendo. Ou seja, o nosso sistema financeiro pura e simplesmente pegou o que era garantia do Governo, garantia do povo brasileiro para emprestar para as micro e pequenas empresas e emprestou. Só o dinheiro da garantia, para não correr risco.

É por isso que estou apresentando requerimento – pode amadurecer – no sentido de refazermos aquela reunião do dia 7 de julho, provavelmente quando já estiverem completados três meses e mais de seis meses de pandemia, com o segundo problema: inexistência na proposta orçamentária para 2021 sequer um centavo para o Pronampe, nem de garantia, nem de dinheiro para emprestar. E todos nós sabemos que as micro e pequenas empresas são a grande alavanca não só para a pandemia, mas também para o pós-pandemia.

Então, o objetivo do requerimento se divide em duas partes: primeiro, avaliar, já passados seis, quase sete meses de pandemia, o que nós efetivamente conseguimos emprestar para as micro e pequenas empresas. O meu papel é fazer relatório. Eu sou, portanto, inspirado por São Tomé. E nasci no dia de São Tomé. Isso é o pior. Segundo, previsão: sem colocarmos recursos para micro e pequenas empresas no ano que vem no orçamento, nós vamos dizer, em fevereiro ou março, que estamos surpresos com isso, não? Nós vamos aprovar o orçamento sem dinheiro para atender às micro e pequenas empresas? Temos de fazer isso com consciência. Esse é o objetivo do requerimento. À data em que ele for aprovado, se outras pessoas vierem a participar da audiência, eu acho muito bom. Eu estou apresentando hoje, porque acho que é tempestivo, mas a data da reunião caberá a V. Exa. e aos nossos companheiros e companheiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

V. Exa. e a Senadora Kátia Abreu têm feito esses estudos profundos e sempre indignados. Eu também faço parte, sou discípulo de vocês dois. A Kátia diz que, na realidade, esses recursos só contemplaram, se não me falha memória, 5% das microempresas brasileiras. Não atingiram um volume... Foi um quantitativo insignificante em relação às microempresas brasileiras.

Vou tomar conhecimento do requerimento e procurar, se não o votar hoje, programar para a próxima audiência pública e já fazer a votação. Aqui, eu discuto com V. Exa., posteriormente, detalhes sobre tudo isso.

Vamos dar andamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, com a função levantar a mão do aplicativo, e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator, aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade dos presentes, eventuais questões de ordem e tempo de liderança poderão ser utilizados após a conclusão dos trabalhos.

A ata fica para depois, porque não temos ainda número regimental.

Eu consulto se o Dr. Waldery já está na sala. Dr. Waldery?

Vamos só aguardar um pouquinho a entrada do nosso Secretário Especial de Fazenda, o Dr. Waldery, representando o Ministério da Economia, como sempre tem feito, mês a mês. Enquanto ele tecnicamente entra, quero explicar que o nosso Secretário Waldery é servidor de carreira do Senado e está servindo hoje, prestando os seus serviços técnicos ao Ministério da Economia – há muito tempo o tem feito, em outros governos também. Então, essa origem dele no Senado e sua brilhante qualificação fizeram com que ele tivesse um respeito muito grande de todas as equipes econômicas de vários governos e do atual Governo.

Estou fazendo essa introdução para que ele possa ter tempo de entrar na sala. Ele deve estar tendo...

Muito bem.

Nós vamos fazer do jeito que nós fizemos com o Ministro Guedes. Eu sei que, quando se fala em economia, o tema é muito polêmico, há ideias a favor, há as contrárias, mas nós vamos centrar fogo aqui na nossa audiência como sempre temos feito. Nosso tema sempre é coronavírus, as suas consequências, o ajuste fiscal, o desequilíbrio fiscal deste ano, o crescimento no futuro e dados técnicos para que se possa instruir todos os nossos Senadores e nosso Relator; nosso Relator setorial, que é o Senador Esperidião Amin, na área econômica, e todos os demais. Então, nós não vamos abrir o leque fora da pauta objeto da nossa reunião, para não perder o foco, não ficar num bate-boca, coisa que nós nunca fizemos aqui na nossa Comissão.

Muito bem. Vamos em frente.

A presente reunião é uma audiência pública que atende ao Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Estamos chegando ao final do ano já, gente. Dia 31 de dezembro se encerra esse decreto, que prevê reuniões regulares com representantes do Ministério da Economia para acompanhar as ações fiscais – prestem bem atenção, as ações fiscais –, bem como a execução orçamentária e financeira relacionada à pandemia da Covid-19, que são os créditos extraordinários. Para tanto, contamos nesta audiência com a presença do Secretário Especial de Fazenda, Dr. Waldery Rodrigues Júnior. O Dr. Waldery já está na sala. Eu vou passar a palavra para ele, pelo tempo de 28 minutos a 30 minutos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. Waldery Rodrigues Júnior. Pode usar a palavra, Dr. Waldery.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia a V. Exas.

Nós estamos aqui com a apresentação para discussão técnica dos gastos de enfrentamento às mazelas da Covid-19. Cumprimento o Senador Presidente Confúcio e todos os demais Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. Espero que o meu áudio esteja bem sintonizado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está ótimo. Está muito bom.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado.

Colocamo-nos à disposição do Parlamento para a discussão dos gastos com a Covid, um momento importantíssimo para o País.

Nós estamos no enfrentamento da pandemia mais séria, certamente a mais grave dos últimos cem anos. É um momento em que temos de ter celeridade, ações decisivas e com alta efetividade para cumprir a primeira diretriz, que é a proteção aos mais vulneráveis, e a segunda, a manutenção do emprego e renda. São duas diretrizes, tanto na defesa dos mais vulneráveis, como também na manutenção do emprego e renda. Então, muito obrigado pela oportunidade.

A equipe técnica toda também está à disposição. Aqui estão comigo o Secretário de Orçamento Federal, George Soares, o Secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal; as duas secretarias pertencem à Secretaria Especial (*Falha no áudio.*)

... do meu gabinete. A equipe de comunicação também, a equipe parlamentar, então, toda a equipe disponível para prestar as informações que o Parlamento demanda e, em particular, a Comissão especial aqui constituída.

Nós temos uma apresentação técnica a ser exibida, assim como foi feito na última oportunidade. Eu espero que esteja sendo projetada, só peço que confirmem se estão vendo-a.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ainda não, Dr. Waldery. É necessário compartilhar tela. Há um botãozinho "compartilhar tela", Dr. Waldery.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Tá. Deixe-me...

Cadê o Gustavo? Tem que compartilhar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Compartilhar a tela.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Compartilhar a tela.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Aí embaixo tem isso, no rodapé, mas o senhor pode ir conversando até que entre.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Claro.

A apresentação, Srs. Parlamentares, consta de diversas informações técnicas que exatamente permitem que a análise seja feita com a maior precisão, e os números são bastante impactantes: nós estamos gastando R\$607 bilhões adicionais nesse enfrentamento das mazelas trazidas pela Covid-19, de novo levando em conta as duas diretrizes, tanto a manutenção de emprego e renda, mas em particular a proteção aos mais vulneráveis, neste momento que não somente o Brasil, mas todos os países enfrentam.

Será feita também uma comparação internacional quanto a esse esforço fiscal, no esforço de gasto ou de renúncia de receita feito em relação ao que o restante do mundo tem apresentado. Temos também uma separação por segmentos importantes que são contemplados; em particular, há uma sessão ligada a Estados e Municípios, à transferência para os Estados e Municípios, como foi feita, o nível de efetividade, como pôde reconstituir a capacidade fiscal dos Estados e Municípios durante a pandemia, e é algo associado à defesa do federalismo fiscal, à defesa da Federação brasileira. Neste momento, não somente a União, mas também os Estados e Municípios precisam estar em condições de enfrentamento à pandemia e de criar, ter condições para o pós-pandemia, porque, por mais grave que seja a pandemia, ela tem início, tem meio e tem fim e, ao final dela, nós precisamos estar com as condições – tanto União, Estados e Municípios – para um crescimento efetivo.

Não sei se agora já está projetado... (*Pausa.*)

Vou seguindo ainda nos comentários.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – É só compartilhar tela e jogar, mas nosso pessoal vai entrar em contato com a equipe técnica do ministério para ajudar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Eu vou continuando nos comentários mais gerais.

Nós temos também a análise fiscal desse gasto, que é um gasto considerável: R\$607 bilhões. Apenas a título de comparação, esse gasto representa um número que é cerca de quatro, cinco vezes a mais do que toda despesa discricionária do Poder Executivo, que é próxima a R\$100 bilhões. Então, estamos falando de R\$607 bilhões, o que é mais de cinco vezes a despesa discricionária. Isso requer, portanto, que a gente tenha, como premissas para seguir nessa discussão fundamentalmente técnica, transparência nos dados, conservadorismo nos dados, manutenção das regras fiscais, em especial no atendimento ao teto de gastos... Lembrando que o Parlamento, que é sempre soberano em suas decisões, concedeu uma dispensa, um *waiver*, como chamamos, de duas regras fiscais importantes, tanto a regra de ouro, quanto a meta de primário. Isso foi concedido em um decreto em 20 de março deste ano. Então, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos, dentre essas três regras fiscais, com duas delas dispensadas: a meta de primário e a regra de ouro.

A terceira regra fiscal, que é o teto de gastos, continua válida e, portanto, uma premissa que utilizamos é a defesa dessa regra fiscal na sua integridade. Na realidade, o teto de gastos é não somente uma âncora fiscal, mas é uma superâncora fiscal. Então, nós temos essas premissas de consolidação fiscal, de respeito às regras fiscais, de transparência, de conservadorismo como um início e um procedimento de trabalho, procedimento metodológico para apresentação desses dados.

Nós temos também a separação, nesses gastos, entre o que é despesa e o que é receita. Fundamentalmente, desses R\$607 bilhões, nós temos que cerca de 97% se dá pelo lado da despesa e cerca de 3% pelo lado da receita. Nós temos, portanto, um aumento dos gastos que é considerável, como falei, até comparando tecnicamente com os associados às despesas discricionárias. E é um valor que ninguém antecipava. Então, no final do ano passado, ou mesmo no início deste ano, era um gasto que não estava nos nossos planos, não estava nos nossos estudos, mas nós estamos realizando de forma... *(Falha no áudio.)*

... justificada e legítima, exatamente cumprindo as duas diretrizes que mencionei anteriormente, que são a proteção aos mais vulneráveis e a defesa, a manutenção do emprego e da renda.

Então, 97% são ligados a novas despesas e 3% ligados à renúncia de receitas.

Acredito, Presidente Confúcio, que agora já esteja projetado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Chegou!

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Excelente!

O primeiro eslaide é esse.

O segundo por favor.

São as premissas de que falei a V. Exas. São premissas ligadas à consolidação fiscal, a não termos riscos fiscais, lembrando que o fiscal é uma condição necessária para o crescimento econômico. Neste momento em que estamos com gastos com a Covid de magnitude elevada, é importantíssimo que tenhamos redução de riscos fiscais, em particular, como mencionei, dado que, das três regras fiscais, a do teto de gastos é aquela regra que não teve seu cumprimento dispensado neste ano. Então, o atendimento na íntegra do teto de gastos neste ano e também nos anos à frente.

A questão da transparência é fundamental, de provermos aos senhores, aos órgãos de controle e a toda a sociedade, de forma muito transparente e direta, cada informação sobre cada real neste enfrentamento às mazelas da Covid.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra é o conservadorismo nos dados, ou seja, os dados aqui apresentados são colocados de forma bastante conservadora para que tenhamos, portanto, um seguimento, em particular na economia, que permita que a gente retome a nossa agenda de reformas estruturais e de melhoria da economia de forma sustentável, em particular para a geração de emprego e renda.

Próximo por favor.

Nós temos aí apresentado exatamente o total do impacto primário adicional – peço que simultaneamente seja projetado. Então, o impacto no resultado primário adicional: do lado da receita, é cerca de 3%, é um valor de R\$20,6 bilhões e, do lado da despesa, R\$586 bilhões. Como comentei com os senhores e senhoras, 3% é do lado da receita, cerca de R\$20,6 bilhões, e um valor de quase R\$600 bilhões, ou R\$586,6 bilhões, se refere ao lado da despesa.

Como o lado da despesa é substancial, é muito grande, nós o dividimos em três blocos. Um bloco daqueles itens de despesa que estão em execução orçamentária, o que dá R\$582 bilhões; um bloco sem dotação orçamentária, um pouquinho mais do que 4 bilhões; e um bloco que não tem ato autorizativo. Vem a pergunta: por que, então, listamos? É para dar sequência metodológica de forma coerente com as outras apresentações.

Para esta Comissão Mista do Congresso Nacional nós já fizemos várias apresentações – para mim esta é a segunda –, o Ministro já esteve aqui duas vezes pelo menos, mas nós temos feito também coletivas para a imprensa, e há uma tabela ao final que mostra as seis apresentações técnicas que refletem o que temos acompanhado desde 15 de abril, o detalhamento tanto do lado da despesa quanto do lado da receita.

Eslaide 4 por favor.

Aqui nós temos as medidas do lado da receita, são 20,6 bilhões, e nós temos seis medidas do lado da receita. A medida que mais se destaca em termos de valores é exatamente a medida relativa à redução temporária do IOF crédito, ela corresponde a R\$14,1 bilhões.

Na realidade, foram duas medidas: cada uma delas de R\$7,05 bilhões aproximadamente, daí a soma de R\$14,1 bilhões. Foi reduzido, temporariamente, o IOF crédito no período de abril, maio e junho e, depois, no período de julho, agosto e setembro – é onde está o *laser* apontado. Foram R\$14,1 bilhões em dois segmentos: três meses, abril, maio, junho, e outros três meses, julho, agosto, setembro, cada um deles um pouco mais de R\$7 bilhões, o que totalizou R\$14,1 bilhões.

Há também outras cinco medidas do lado da receita: tanto a redução temporária a zero das alíquotas de importação como também alíquotas de importação via postal ou aérea, a desoneração temporária do IPI, a desoneração temporária de PIS/Cofins e a suspensão do pagamento de dívidas previdenciárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vistas essas medidas do lado da receita, nós vamos para o lado da despesa.

Do lado da despesa, nós temos um conjunto de 26, 25 medidas referentes a despesas em execução orçamentária. Isso dá R\$582,4 bilhões. É um conjunto bastante extensivo de despesas. E eu lembro a V. Exas. que nós temos um relatório que é entregue à Comissão Especial, um relatório que traz não só os dados desta apresentação como também alguns outros detalhamentos técnicos, e aqui nós temos um resumo.

Dessas 26 despesas em execução orçamentária, a despesa que se destaca com maior projeção e volume financeiro é exatamente a de R\$321,8 bilhões – peço para o *laser* apontar para ela –, que se referem ao auxílio financeiro emergencial. Nós tivemos uma primeira alocação desses recursos nos meses de abril, maio e junho; depois, houve uma extensão para julho e agosto e agora para os quatro últimos meses, setembro, outubro, novembro e dezembro, exatamente, como naquela primeira diretriz, na defesa dos vulneráveis, lembrando sempre que esta pandemia é a mais grave crise sanitária que o mundo enfrenta dos últimos cem anos, e nós precisamos cuidar dos mais vulneráveis. A efetividade dessa política é muito elevada. Existem, inclusive, estudos internacionais que mostram essa alta efetividade. Nós temos também vários milhões de brasileiros que não eram enxergados pelo Poder Público ou por cadastros, como o CadÚnico do Bolsa Família, e que foram contemplados. Essa se mostrou uma medida não só muito efetiva, mas fundamental para a preservação do poder de compra daquelas famílias, em particular as mais vulneráveis.

Houve também nessa esteira uma bancarização bastante considerável. Muitos brasileiros não tinham sequer uma conta, nenhuma transação em um banco e, portanto, estavam vulnerabilizados. Com essas colocações, nós conseguimos, de forma transparente – tudo isto está divulgado nos *sites* do Governo –, permitir com que esses cidadãos pudessem ser, então, contemplados no momento de mais alta vulnerabilidade, certamente, das últimas décadas, que o País já enfrentou.

Nessas 26 eu não vou entrar em detalhes, mas fico à disposição para discorrer sobre cada uma delas – são 25 em execução.

Eu destaquei os R\$321,8 bilhões – peço para o *laser* destacar esse ponto –, mas existem outros de alta monta, como os R\$60,19 bilhões, mais de R\$60 bilhões ligados ao Auxílio Financeiro Emergencial Federativo aos Estados e Municípios. E outros itens se destacam também, como 27,9 para o Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Pronampe, um valor considerável; R\$51,6 bilhões que se referem ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, o BEm, outro item de fundamental importância, que permite proteger o que nós chamamos diretamente de tecido do mercado de trabalho, que permite que os empregos sejam sustentados. Isso é bom tanto para o lado da oferta de trabalho, como também para a demanda de trabalho. É uma medida que, do ponto de vista econômico, do lado da oferta, permite, então, manter empregos, manter renda também, e é importantíssima para enfrentar a onda econômica, não somente a onda de saúde, mas também a onda econômica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também associado a despesas há um bloco que está pintado em verde, chamado "sem dotação orçamentária". Nós temos dois itens em particular: o item chamado "acesso global de vacinas", com R\$2,5 bilhões, importantíssimo. Nós queremos, como Governo Federal, como Ministério da Economia, permitir que o enfrentamento à pandemia seja feito de maneira efetiva em todas as frentes. Então, a vacina, a Covax Facility, é um tema importantíssimo, de R\$2,5 bilhões, e também a Expansão FGI, com R\$4 bilhões. São as duas medidas ligadas a despesas, mas ainda sem dotação orçamentária, que terão, celeremente, ou seja, nos próximos dias e semanas, essa dotação alocada.

Vamos ao eslaide 6, por favor.

O eslaide 6 apresenta uma síntese, é o mesmo eslaide anterior, só que agora nós temos uma listagem daquelas medidas que têm impacto no crédito. Então, dão um total de R\$93 bilhões em medidas de crédito. E aí se destaca, do lado da receita, redução temporária de IOF, com R\$14,1 bilhões. Esse é um elemento que perpassa todo o sistema de crédito. Ora, em uma crise, em um momento de retração econômica, o sistema de crédito fica muito pressionado, e é importante que, tanto para as pessoas físicas quanto para as pessoas jurídicas, tanto para as pessoas quanto para as empresas, o crédito seja mais barato, seja mais acessível. Então, prontamente, nós tivemos essa medida da ordem de R\$14,1 bilhões na ponta, na largada. Como falamos, na cabeça, o crédito é reduzido. Isso permite outras medidas de crédito que aí estão listadas, essas medidas que aparecem aí apontadas: R\$17 bilhões, o PESE; R\$27,9 bilhões, o Pronampe; R\$20 bilhões, o FGI; R\$10 bilhões, o Maquininhas; além de R\$4 bilhões do FGI. São todas medidas de crédito. Elas somam-se a essa medida inicial lá em cima colocada, de R\$14,1 bilhões, que é uma largada, mas há todo esse portfólio, essa listagem de outras medidas que permitem que o crédito, nesse momento, tenha um acesso mais direto, chegue na ponta.

É claro que há um processo de aprendizagem, não é simples. O alto grau de incerteza trazido por essa pandemia é considerável não só para o Brasil, mas também para outros países. E essas medidas de crédito, tanto na largada, como aquela primeira que citei, como também outras, em consequência, dão um valor total de... *(Falha no áudio.)*

Está travada a apresentação também?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Acredito que tenha havido alguma interrupção técnica, mas espero, Presidente Confúcio, que esteja me ouvindo agora.

O Senador Esperidião Amin já sinalizou. Obrigado, Senador.

Então, aqui nós temos a síntese – voltando – com relação às medidas de créditos, o que dá R\$93 bilhões.

Eu peço para ir para o próximo eslaide: eslaide sete. Perfeito!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um resumo. Não listarei item por item. Apenas mostra esse zelo, esse cuidado para que todas as informações estejam disponíveis para os senhores. Nós temos o PESE, o Pronampe, o FGI de um programa chamado Peac e o Peac-Maquinhinhas. Aí estão listados os recursos dos programas, dos R\$93 bilhões, que, quando somados com aquele 14,1 do lado da receita, aqui estão todos do lado da despesa – esses quatro –, há um potencial de concessão de crédito. Então, há não só uma largada, mas há também uma possibilidade de potencializar esse recurso inicialmente concedido. Temos o crédito produzido pelo programa até setembro deste ano. O público-alvo, quer seja, no caso do PESE, empresas com faturamento entre R\$360 mil e R\$50 milhões; o Pronampe é um outro público; o Peac também; e o Peac-Maquinhinhas. Então, notem a intenção de fazer uma complementaridade e contemplar efetivamente os vários segmentos produtivos.

O risco assumido pela União está estabelecido em percentuais. No caso do Peac-Maquinhinhas, o risco é 100% da União; nos outros, é parcial. Temos o risco assumido pela instituição financeira – está aí com o símbolo IF –, a taxa de juros praticada, o prazo de operação e o prazo para a contratação. Então, havendo perguntas específicas, nós detalharemos, mas aí está um resumo do segmento importantíssimo que é o de crédito.

Em frente, por favor. Eslaide oito.

Aqui nós temos as medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Lembrando que o CMN é presidido pelo Ministro Paulo Guedes, que tem voto, assim como o Presidente Roberto Campos Neto, do Banco Central, e eu, como Secretário Especial de Fazenda – então, são três votos. É um trabalho conjunto do Ministério da Economia e do Banco Central. E nós temos aí a listagem de diversas medidas. O Conselho Monetário Nacional, ao estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia, foi fortemente demandado durante a pandemia. Esses gastos contemplam também não só medidas fiscais, mas, sobretudo, medidas parafiscais, que são medidas que não necessariamente têm impacto primário, no resultado primário do Governo Federal ou dos setores públicos consolidados, mas que permitem que a solução seja dada de maneira mais direta e completa.

Então, desde 16 de março, nós tivemos 20 reuniões do CMN, sete ordinárias e 13 extraordinárias, e 76 resoluções aprovadas. As medidas aprovadas têm o potencial tanto de ampliar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN), como também de ampliar a oferta de créditos em valores que superam R\$1 bilhão, que podem superar R\$1 bilhão.

Nós vamos agora falar do segmento de transparência. Tanto a Secretaria do Tesouro Nacional quanto a SOF permitem que tenhamos uma total transparência do que é fornecido à sociedade, do que é fornecido ao Parlamento e aos órgãos de controle. Então, é uma determinação do Ministro Paulo Guedes. Eu chamei os dois secretários de suas equipes, tanto o do Tesouro Nacional quanto o da SOF, ambos na Fazenda, para que a gente tenha essa transparência total.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você cidadão pode acessar esses dados diretamente. E aqui há uma abertura por ação, por programa, por ministério, e se contempla cada um dos gastos.

O valor aqui, que está destacado nesse círculo, de R\$584,4 bilhões é o valor previsto, mas há também o valor pago, e há toda essa abertura trazida pela Secretaria do Tesouro Nacional, no portal chamado Tesouro Transparente – passe para o seguinte, por favor, para o eslaide 10 –, e também no Painel do Orçamento, no painel da SOF (Secretaria de Orçamento Federal), que é o chamado Siop. Está aí embaixo o endereço: www.siop.gov.br. Nos dois *sites*, nós temos total transparência, abertura detalhada por ação, por programa, por ministério. Os dados estão disponíveis para *download*, permitindo, então, que as análises sejam feitas.

Vamos ao seguinte.

Nós temos aqui a síntese dos impactos de combate à Covid: em execução orçamentária, são R\$582 milhões; sem dotação orçamentária, R\$4,2 milhões, que somam um total de R\$586 milhões.

Vamos em frente, por favor.

As medidas que não têm impacto orçamentário somam, em potencial, até R\$3,8 bilhões. Nós temos uma abertura com esses cinco dados, dando a programação financeira sem impacto no resultado anual, o extraorçamentário, o apoio a Estados e Municípios, medidas de crédito específicas – por isso mesmo, listei as medidas do CMN –, medidas regulatórias com potencial de chegar a até R\$2,985 bilhões.

Vamos ao próximo eslaide.

Há medidas de suporte aos entes subnacionais. Esse é um segmento importantíssimo. Ele soma R\$190,6 bilhões, com ações do lado da receita, mas, sobretudo, do lado da despesa, e, na despesa – peço para se destacar –, nós temos R\$60,2 bilhões ou R\$60,15 bilhões da transferência, o que está associado à Lei Complementar 173, mas há também R\$16 bilhões de compensação do FPE e do FPM. É de até R\$16 bilhões; na realidade, o valor realizado foi um pouco mais de R\$10 bilhões, mas houve um crédito extraordinário associado a essa temática e outras medidas que detalharemos mais na frente, de acordo com as perguntas dos senhores e das senhoras.

Há o auxílio financeiro... Peço para retornar, por favor.

Há o auxílio financeiro às santas-casas e a hospitais sem fins lucrativos, transferências à saúde, ao Fundo Nacional de Saúde, e outros itens.

Embaixo nós temos itens sem impacto no resultado primário, mas que também permitem apoio a Estado e Municípios, tanto a suspensão de dívidas dos Estados e Municípios com a União, que é da ordem de R\$35,3 bilhões – peço para o *laser* destacar este número: R\$35,3 bilhões –, e outros tipos de crédito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são uma negociação entre Estados e Municípios e bancos públicos, num valor da ordem de R\$14 bilhões, bem como com agências multilaterais, R\$10,7 bilhões, e, por último, R\$20 bilhões se referem à securitização.

Próximo.

Esse eslaide é um eslaide padrão, mostra o valor de R\$120,1 bilhões, que contempla tanto a transferência de R\$60,15 bilhões, quanto essa suspensão, que já mencionei, de R\$35 bilhões, R\$13,98 bilhões e R\$10,7 bilhões. Aqui também um item importante, que está destacado como R\$98,93 bilhões, que é o que veio na Lei Complementar 173, que é exatamente um impacto positivo em potencial nas contas dos Estados e Municípios, trazido exatamente pela economia nos gastos com pessoal. Então, é tanto o lado transferência, o lado da suspensão de dívida, mas também uma potencial redução em gastos futuros, não é? Importantíssimo para a manutenção do equilíbrio das contas dos Estados e Municípios.

Eslaide 15.

Aqui nós temos, na medida de suporte aos entes subnacionais, Estados e Municípios, a distribuição por cada uma das cinco regiões geográficas. Esses R\$120 bilhões abertos por cada uma das regiões geográficas. E o que está embaixo mostra como Estados e Municípios se beneficiaram dessas medidas. *Grosso modo*, um quarto foi para Municípios, três quartos para os Estados.

Em frente.

Novamente a distribuição por Estados dos R\$60,15 bilhões. E aqui, à direita, estão destacadas, já como realizadas, as transferências feitas nos dias 09 de junho, 13 de julho, 12 de agosto, 11 de setembro, ou seja, saímos cumprindo na íntegra o cronograma, com perfeição operacional e total transparência. Nós temos – e aí é importante reportar para V. Exas. – um trabalho hercúleo feito pelas equipes do Ministério da Economia em conjunto com outros ministérios, mas em particular as Secretarias do Tesouro e do Orçamento, para levar à frente, ao Gabinete da Fazenda, todo esse processo. Dos 5.570 Municípios, apenas dois Municípios não tiveram essa transferência, mas por opção desses Municípios, não é? São pequenos Municípios que optaram em não entrar nesse processo, até porque havia a necessidade de eles abdicarem de ações contra a União em temas ligados à Covid. Dos 27 Estados e DF, somente dois Municípios não receberam – apenas dois Municípios de 5.570 Municípios.

Em frente.

Aí vou passar muito rapidamente nesses eslaides.

Nós temos uma distribuição geográfica que mostra que na Lei Complementar 173 e na complementação trazida pela MP 938, que é a manutenção do FPE e do FPM, nós temos que as regiões destacadas com cor mais escura foram as mais beneficiadas. Aqui se mostra claramente: Região Norte, Nordeste e um pouco da Região Centro-Oeste.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra medida, que está no próximo eslaide, é exatamente a suspensão de dívidas, que mostra um complemento. As Regiões Sul e Sudeste são mais contempladas.

Peço para ir e voltar ao eslaide anterior e a este eslaide, mostrando uma completude – região mais superior e região inferior –, mostrando então uma busca por um tratamento simétrico para todo o País nas medidas de auxílio a Estados e Municípios.

Seguinte.

Distribuição por Município. Está aí georreferenciado o dado da distribuição por Município.

Em frente.

Arrecadação de ICMS e IPVA. Nós temos que, com a transferência, o nível de suficiência está em 111,5%. O que quer dizer isso? Quer dizer que nós transferimos 11,5% a mais, em comparação a 2019, no que se refere a ICMS e IPVA. E o gráfico mostra que o mês de agosto está ainda no espectro positivo. O acumulado até agosto já está em queda de 2,1%, de janeiro até agosto, e mês a mês nós notamos que o fundo do poço se deu exatamente no mês de abril; de lá para cá com recuperação. Essa informação é replicada nos outros eslaides.

Próximo, por favor.

Nós temos que essa suficiência não só foi significativa, mais de 11%, como aconteceu para todo e qualquer Estado e o DF. Mesmo os Estados que tiveram menor valor, por exemplo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Secretário Waldery, houve um probleminha no sistema Zoom. O sistema deu uma paralisada. O senhor espere só um pouquinho até que retorne.

E a sua internet aí parece que está tendo algum probleminha de oscilação.

Vamos só aguardar um pouquinho para o senhor retomar. *(Pausa.)*

O senhor pode repetir a partir da arrecadação nos Estados, para dar continuidade ao entendimento. *(Pausa.)*

Isso, a partir daí, a partir desse eslaide.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Isso, acho que já pode.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Senador, minha imagem e som estão o.k.?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – Estão bons, pode continuar. Agora deu certo.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado.

Então, indo de forma mais rápida agora, o eslaide 20 mostra que o mês de maio foi o fundo do poço para a questão de ICMS e IPVA dos Estados e, claro, com impacto sobre os Municípios. O nível de suficiência – estou repetindo aqui; não sei se essa parte foi transmitida –, de 11,5%, quer dizer que foi mais de 100%, chega a quase 112%.

E essa suficiência o eslaide seguinte mostra que se deu para todos os Estados e o DF. Mesmo nos Estados onde o valor foi menor, como é o caso de Minas Gerais, Rio Grande do Sul ou Rio de Janeiro, por exemplo, todos estão acima dessa linha vermelha, que é a linha dos 100%.

Em frente, por favor.

Esse gráfico mostra novamente a suficiência. Em agosto, por exemplo, a arrecadação foi de R\$28,6 bilhões. Peço para pôr o *mouse* lá, nesse valor, apontar R\$28,6 bilhões. E agora, em 2020, é de R\$41,1 bilhões em agosto, além do que já foi arrecadado, que é essa barra em cor marrom. Então, a barra laranja, ou a barra amarela, mostra o adicional.

Em frente, por favor.

Novamente, mostra a perda de arrecadação e o suporte recebido, mostrando suficiência para todos os Estados – próximo – e para as capitais também. Então, de janeiro a junho – os dados aqui têm um pouquinho de defasagem; os dados mais recentes que temos são de junho –, mostram também suficiência e o fundo do poço. O fundo do poço, mostrado então para as capitais, se mostrou em maio, com o mês de junho já com forte recuperação.

Próximo.

Este é o mesmo dado, mas mais técnico. Sabemos que alguns analistas olham esses dados com detalhes. Aqui nós temos dados que denominamos de médias móveis, mostrando, então, plena recuperação ao longo dos períodos. É o faturamento diário nas notas fiscais eletrônicas.

O eslaide seguinte mostra também um dado recente da Receita Federal, mostrando a recuperação nos meses de junho, julho e agosto se dando de forma bastante acelerada e substancial. Então, 2020 já supera 2019 nos últimos três meses.

Seguinte.

E aqui nós temos um dado geral apontando a recuperação em "v". São indicadores de confiança, a fonte é o Ipea. Esses dados apontam, notem, no finalzinho, um formato praticamente em "v", tanto para a indústria, que tem cor preta; como para o comércio, pontilhado preto; a construção, que está em cor lilás





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou roxo. Serviços, que é o azul, é o único que se mostra ainda com um formato que não se dá em "v". Já, no setor de serviço, o consumidor, também em vermelho, também mostra uma queda forte em abril e maio, mas uma recuperação nos índices de confiança substancial.

Eslaide seguinte.

A recuperação também se mostra em "v" para boa parte dos segmentos. A mensagem é praticamente a mesma. No PMS, o "s" é de serviços, que é o que está em amarelo, é aquele que se mostra ainda precisando de uma recuperação na íntegra, mas tanto a PIM, que é a Pesquisa Industrial Mensal – todos são fontes do IBGE –, como a PMC, que é do comércio, e o comércio amplo, todos eles mostram forte recuperação.

Por favor.

A síntese, em termos de impacto primário adicional, com percentual do PIB, mostra 8,4% do PIB de esforço primário adicional. Esse número nós precisamos somar ao resultado primário já dado para os outros segmentos, mas aqui é o delta, é o adicional: 8,4% do PIB do Brasil.

Próximo.

Isso permite uma comparação internacional – este eslaide e o seguinte – com países avançados. O Brasil está em amarelo, com 8,4% do PIB. A média dos países avançados é de 7,1%. O Brasil está à frente da média dos países avançados.

O próximo eslaide mostra um grupo de países em desenvolvimento. O Brasil novamente, em amarelo, é 8,4% do PIB, e a média dos emergentes é 4,3%, ou seja, o Brasil está quase o dobro da média dos países em desenvolvimento e acima da média dos avançados, que é 7,1%. E cabe aqui uma qualificação: nós estamos com gastos primários, com o percentual do PIB, não somente à frente da média, tanto dos avançados quanto – e bem acima – dos emergentes, mas com o cuidado, com a transparência, com o conservadorismo e zelando por cada R\$1 gasto, porque esse gasto implica, *grosso modo*, endividamento, e gerações futuras irão pagar por esse gasto. Portanto, é uma questão aguda, mas é uma questão também crônica.

Nós estamos buscando, da forma mais célere e transparente, o combate ao coronavírus num valor substancial, 8,4% do PIB, mas com zelo para que esse gasto tenha efetividade e que nós tenhamos esses gastos contidos, em 2020, durante o período da calamidade, até porque o Brasil já gasta muito e em alguns segmentos não gasta bem, gasta mal. Portanto, esses gastos têm que ser feitos da maneira mais efetiva e transparente possível. Estamos à frente da média, tanto do mundo avançado quanto dos emergentes, mas isso é feito de maneira contida em 2020, é assim que trabalhamos, zelando para que não haja forte endividamento ou haja o menor endividamento possível para que não recaia ônus ou recaia o menor ônus possível sobre as gerações futuras.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

E aqui a gente já entra na fase final da apresentação, com os dados com relação a quatro variáveis fiscais importantíssimas.

A primeira é o chamado resultado primário, cujo valor se dá em R\$895,8 bilhões ou, em percentual do PIB, 12,5% do PIB – peço para o *laser* apontar. Esse número se dá exatamente porque temos R\$861 bilhões, que são o resultado do quarto relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas, isso dá 12% do PIB. Nós temos um impacto adicional de R\$10 bilhões, que se referem ao FGI – a equipe pode completar esses sistemas –, somando, portanto, R\$871 bilhões para o Governo central. Só que, para termos o setor público amplo, nós temos que somar o resultado das estatais federais e dos entes subnacionais, Estados e Municípios, R\$1,2 bilhão e R\$23,6 bilhões efetivamente, que dão os R\$895 bilhões ou 12,5% do PIB como resultado primário estimado.

Apenas para efeito de comparação, esse número, que é fora do padrão histórico, é contido em 2020, é legítimo, justificado, mas a nossa intenção é voltar aos parâmetros de déficit primário, próximos a... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – De novo deu uma paralisada no Waldery. Espere um pouquinho retornar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Foi só uma paradinha aqui no sistema.

Pode continuar. Pode continuar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Senador, o.k. Então, mais três minutos, e eu encerro.

Repetindo este dado: nós temos R\$895,8 bilhões, que são a estimativa de resultado primário para o setor público consolidado, somando o Governo Federal – Governo central –, as estatais federais e os entes subnacionais, Estados e Municípios.

Esses R\$895,8 bilhões, em percentual do PIB, significam 12,5% do PIB. É um número muito elevado, mas é justificado, trabalhamos com ele contido em 2020. E, para efeitos comparativos, o resultado primário do setor público consolidado mais grave que tivemos foi, no começo de 2016, da ordem de 2,6% do PIB. Agora, subirá para 12,5% do PIB, o que mostra não só a severidade dessa crise, mas também a celeridade, a ação pronta do Governo, buscando transparência, conservadorismo e eficácia.

Em frente, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com esse dado do resultado primário, nós temos mais outros, são quatro informações. A primeira é o resultado primário. A segunda, agora, é a dívida bruta como percentual do PIB, e nós colocamos, disponibilizamos em cinco cenários. O cenário central é supondo que, em 2020, o PIB tenha uma queda de 4,7%. E aí colocamos um cenário com esses 4,7% de queda do PIB como sendo mais ou menos um, mais ou menos dois.

Dado o nível de incerteza, nós colocamos cinco cenários. O cenário central é supondo que o PIB caia, em 2020, 4,7%. Se isso ocorrer, a nossa estimativa para a dívida bruta como percentual do PIB é que ela suba para um valor de 93,9% do PIB, e peço para o *mouse* destacar esse número. E, só para efeitos de comparação, no começo do ano, esse valor estava em cerca de 75,8% do PIB. Então, é um pulo considerável no nível de endividamento, e temos que ter atenção e zelo; daí mesmo, a busca de consolidação fiscal, zelo com a política fiscal, que é um pulo considerável na dívida bruta.

E, claro, não estamos aqui levando em consideração ações da autoridade monetária – ao Banco Central cabe responder por elas –, que podem alterar, no sentido até de reduzir esse valor do endividamento, por exemplo, com venda de ativos; aqui não estamos considerando esse ponto. Os nossos cenários, então, nossos estudos e análises mostram que, nesse cenário central de queda do PIB em 4,7%, a dívida bruta saltaria para 93,9% do PIB, novamente, sem considerar ações da autoridade monetária.

O eslaide seguinte mostra esse mesmo número agora considerando o chamado déficit primário – então, é a terceira informação; a primeira foi primário; a segunda, dívida bruta; a terceira é o déficit primário –, que estimamos, no cenário central, em 17,2% do PIB; é o déficit primário estimado para o setor público consolidado, 17,2% do PIB.

Novamente, para efeito comparativo, aqui é um dado que entendemos estar contido em 2020, justificado e legítimo, mas é um número muito elevado, é um resultado nominal, um déficit próximo ao que será obtido, por exemplo, pelos Estados Unidos. E, na série histórica brasileira, esse número mais elevado foi também, no começo de 2016, um valor da ordem de 11,7%, 12% do PIB. Então, é um número alto, 17,2%, mas causado, em grande medida, pelo resultado primário, que é 12,5%; é um déficit primário de 12,5%.

O último eslaide; o penúltimo, na realidade, mostra a quarta variável fiscal, que é a dívida líquida, Dívida Líquida do Setor Público (DLST), que, no cenário central, vai para 67,8% do PIB.. Esse também é um dado substancial. Para efeitos comparativos, em janeiro esse número estava em 55% do PIB – a dívida líquida teria, então, esse salto novamente. Não estamos considerando aqui ações da autoridade monetária.

O eslaide seguinte mostra simplesmente, de maneira direta, as seis avaliações que fizemos desde 15 de abril, e aqui passando para V. Exas. o cuidado da equipe técnica – nossa colocação é sempre técnica – de trazer para o Parlamento, para a sociedade toda a transparência. Nós divulgamos esses dados para essas variáveis, que são o impacto primário, o delta, o adicional das medidas, o déficit primário, o déficit





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nominal, a dívida bruta (DBGG), a dívida líquida (DLSP), em 15 de abril, 22 de maio, 2 de julho, 30 de julho, 4 de setembro e hoje, trazendo total transparência, conservadorismo, zelo com a coisa pública e com a política fiscal.

O último eslaide é um eslaide que reforça exatamente o primeiro, que foi das premissas. As nossas premissas eram conservadorismo, transparência, zelo com a coisa pública, atendimento às regras fiscais, em particular aquela que ainda tem vigência em 2020, que é o teto de gastos, mas a continuidade das reformas é o caminho imprescindível para termos equilíbrio fiscal em toda a Federação brasileira – não somente a União, mas também Estados e Municípios.

Aí estão listados dez pontos. Não vou comentar sobre todos, mas a agenda de reformas estruturais é imprescindível, era importante em situação pré-Covid, torna-se importantíssima e imprescindível durante a Covid e mais ainda pós-Covid: a continuidade dos programas de concessão e privatização; o pacto federativo; liberalização comercial; redução de subsídios; reforma administrativa, que já foi enviada; reforma tributária, uma parte já foi enviada, uma outra parte será enviada brevemente – será comunicada pelo Ministério da Economia, pelo Ministro Paulo Guedes, no momento apropriado; novo marco legal do trabalho; marcos legais importantíssimos para investimento público – saneamento, cabotagem, novo mercado de gás; a Lei de Falências e Recuperação Judicial é algo em que o Ministério da Economia, junto com outros ministérios, tem trabalhado intensamente, particularmente a Fazenda – eu mesmo trabalhei intensamente pela mudança do sistema recuperacional e falimentar e para melhorar a provisão e o volume de crédito no Brasil; e autonomia do Banco Central.

É isso, Presidente Confúcio, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, a apresentação técnica a ser feita hoje.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Waldery.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 31ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário façam através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Agora vamos à fase das inscrições, perguntas e respostas, e também à participação do e-Cidadania, com algumas perguntas dos internautas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ordem de inscrição, até o momento, é a seguinte: Deputado Francisco Jr., primeiro a fazer o questionamento; depois dele e da resposta, entram o Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro; o Deputado Luiz Carlos Mota, do Estado de São Paulo; o Deputado Reginaldo Lopes, do Estado de Minas Gerais; o Senador Izalci Lucas se inscreveu, mas teve de ir a uma reunião de Liderança e ainda deve retornar; o Senador Esperidião Amin; a Senadora Zenaide Maia; e o Deputado General Peternelli. Até agora, são esses os inscritos.

Então, passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Francisco Jr., pelo tempo de até dez minutos, para fazer as suas considerações, perguntas, indagações, questionamentos em geral.

Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento o senhor e todos os demais Senadores, Deputados, convidados, a imprensa. É um prazer estar aqui com vocês.

Mais uma vez, cumprimento e parabenizo pelo trabalho o Secretário Waldery Rodrigues Júnior, que mais uma vez está aqui colaborando, com muita competência e com muito boa vontade, nos trazendo um raio X da economia do nosso País agora. E nós sabemos a importância que tem a informação. Com informação correta, adequada, nós podemos agir, de fato, com mais qualidade. Então, o senhor traz para nós informações muito importantes, a forma como se está desenvolvendo, nesse aspecto, todo o combate à pandemia.

E é uma pandemia que, aparentemente, do ponto de vista da saúde, está sendo vencida. Está entrando em uma fase agora, apesar do número das contaminações, de mortos... Já estamos com perspectiva de vacina, as coisas começam a acontecer em outro ritmo e de forma melhor. Então, eu penso que, do ponto de vista sanitário, da saúde, estamos já conseguindo fazer outra curva. Já do ponto de vista da economia, a gente imagina que muitas das dificuldades, muitos dos problemas nós vamos começar a enfrentar agora. Então, temos aí todo o aspecto do déficit público, do endividamento este ano, toda essa transição que vai acontecer com relação ao auxílio emergencial, que diminui de valor. A gente sabe a importância que o auxílio tem agora no sentido da sustentação da economia local pelo País afora, e agora ele começa a diminuir de valor, e há essa transição, uma mudança de política.

Nesse contexto, eu pergunto ao senhor: qual é exatamente o plano do Governo para que o País saia da crise? Apesar de várias medidas serem anunciadas, não há clareza do que precisa ser feito e em qual ordem deve acontecer. Qual é a ordem, qual é o nosso plano estratégico de recuperação econômica no pós-pandemia? Não é nem no pós-pandemia; agora é com relação à crise causada pela pandemia, melhor falando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta: quais medidas estão sendo estudadas pelo Governo para possibilitar uma retomada dos investimentos sem que haja o comprometimento das finanças públicas?

Terceira: qual o *status* atual das medidas de desestatização das empresas estatais? Quando poderemos ver o começo do processo? Fala-se muito, discute-se muito, há toda uma mobilização por parte de funcionários e servidores, mas qual é o ritmo que o Governo pretende dar?

Quarta: em uma visão técnica, quais reformas deveriam ser aprovadas ainda em 2020 pelo Congresso e em que ordem têm de acontecer? Na última tela do senhor, o senhor falou sobre as reformas que precisam de acontecer. Qual é a ordem que o senhor sugere que nós possamos priorizar em termos de importância?

Outro ponto: a conciliação entre as demandas sociais e os recursos escassos. Nós entendemos que é sempre o grande desafio a gestão pública – a demanda é sempre maior do que a receita, do que os recursos –, com atenção para toda a ... *(Falha no áudio.)*

... à sociedade brasileira no contexto da pandemia do Covid-19 de forma muito especial.

De um lado, o Estado demonstrou ser capaz de socorrer a população mais vulnerável, com muita competência, diga-se de passagem, bem como trabalhadores e empresas, com uma série de medidas que ampliarão o gasto público federal em mais de 500 bilhões em 2020, como o senhor nos demonstrou com riqueza de detalhes agora.

Por outro lado, resta saber como o Estado planejará a transição à normalidade sem retirar gastos adicionais da noite para o dia, em 2021, ao mesmo tempo garantindo o equilíbrio de longo prazo das contas públicas. O cerne da discussão gravita em torno do auxílio emergencial prorrogado para vigor até dezembro de 2020. Ainda não se tem clareza sobre como os gastos destinados à renda mínima serão financiados em 2021. *(Falha no áudio.)*

Nas últimas semanas, ficou transparente para toda a sociedade que o tema é bastante polêmico e politicamente sensível. Nem sempre propostas tecnicamente defensáveis encontram o patrocínio político respectivo, o que é plenamente compreensível em ambiente democrático. Está em aberto, portanto, o caminho a ser trilhado para enfrentarmos um dos principais desafios fiscais do presente. O Projeto de Lei Orçamentária para 2021 não apresentou essa solução e neste momento está sendo apreciado pelo Congresso.

Nesse contexto, eu gostaria de conhecer a opinião de V. Sa. sobre três questões. Pergunto: o Ministério da Economia já dispõe de uma nova proposta de reformulação de programas de renda mínima? Conseguiu chegar a uma proposta concreta? Outra: se sim... *(Falha no áudio.)*

E, por fim, a última pergunta para este momento: já foram identificadas possíveis fontes de financiamento para a proposta concebida?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que promover a retomada do desenvolvimento e da economia ao mesmo tempo em que precisamos manter uma solução de dignidade para os mais vulneráveis. Como conciliar esses dois desafios, sendo que o caixa é limitado?

Dr. Waldery, mais uma vez, muito obrigado. Tenho mais algumas colocações que eu farei no final. Muito obrigado, parabéns ao senhor pelo trabalho.

Obrigado, Presidente. Eram essas as perguntas para o momento. Foram sete perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr., nosso Relator.

Eu passo a palavra para o nosso Secretário Waldery para as respostas ao Deputado Francisco Jr. Pode falar, Secretário.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Presidente Confúcio, só checando se o meu áudio e imagem estão o.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estão perfeitos. Pode continuar. Excelente.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado pelas sete perguntas, Relator Deputado Francisco Jr. Elas endereçam boa parte das preocupações sobre as quais, em conjunto, Poder Executivo e Congresso estão se debruçando, e certamente encaminharão soluções para o enfrentamento das mazelas trazidas pela Covid-19. Então, eu vou aqui seguindo na ordem. Caso escape alguma, peço para apontarem, por favor.

Então, o primeiro ponto se refere ao auxílio emergencial e à importância dessa medida. De fato, nós temos, dos R\$607 bilhões, R\$20 bilhões da receita e quase R\$600 bilhões do lado da despesa adicional de enfrentamento da Covid-19. O auxílio emergencial tem um valor substancial, contemplou desde os meses de abril até o mês de dezembro, e nós temos uma estimativa de um impacto primário de R\$321,8 bilhões.

Nós temos também a importância da massa de poupança que esse auxílio cria. De fato, os dados recentes do IBGE mostraram inclusive que houve um aumento da poupança, que era um pouquinho acima de 15% do PIB. Esse número subiu, o que permite inclusive ter um espaço, a partir dessa poupança formada, para investimento mais à frente, lembrando que poupança e investimento, como falamos em economia, têm que, em equilíbrio, ser iguais; o investimento é trazido pela poupança. Então, o auxílio emergencial também tem esse efeito positivo, além do que o senhor próprio já apontou e eu mesmo, falando da bancarização. Ele de fato tem importância fundamental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o financiamento do auxílio emergencial, *grosso modo*, se deu agora, por endividamento, por isso nós temos que olhar esses dados com transparência e cautela, porque esse endividamento gerará ônus sobre gerações futuras. Nós estamos trabalhando de forma diária e com cuidado para que isso não gere riscos fiscais, daí mesmo a premissa de consolidação fiscal.

O plano do Governo para sair da crise – e uma ordem, como o senhor levantou – está sendo detalhado; o Ministro Paulo Guedes é o porta-voz direto desse tema, junto com outros ministros, mas alguns apontamentos já estão sendo bastante claros, com relação, por exemplo, à reforma tributária, à sua segunda fase. O Líder Ricardo Barros também fez suas exposições, e certamente é uma das medidas estruturais que trará grande benefício para a economia e para a população, lembrando que a reforma tributária é, dentre aquelas reformas estruturais, a que tem maior impacto no que nós chamamos de PIB potencial, ela facilita. Dado o problema tributário que enfrentamos e a complexidade no atendimento às regras tributárias, medidas que tragam simplificação, racionalização e eficiência no sistema tributário são extremamente importantes. Então, essa é uma agenda que está posta e que seguirá.

A outra é a da reforma administrativa: também entendemos como uma agenda importante em 2020, encampada pelo Congresso. O Congresso é bastante reformista, o Congresso Nacional entende a importância de reformas estruturais para mudar, não só conjunturalmente, mas estruturalmente, a situação da economia brasileira. Portanto, reforma administrativa também é um item que está na pauta.

Quanto às medidas estudadas para retomada do investimento sem comprometimento das contas públicas, agradeço a sua pergunta, ela já traz, na pergunta, uma parte da resposta, que é: medidas para fortalecer, para atrair investimento sem comprometimento do zelo fiscal, sem comprometimento do equilíbrio nas contas públicas, lembrando que estamos em um ano único, em um ano bastante fora dos pontos, fora da curva, exatamente trazido pela pandemia, de forma legítima, de forma justificada, autorizada pelo Congresso, inclusive. Mas precisamos ter sempre esse equilíbrio entre aumento de investimento ou busca de proteção social com a coisa pública, com o zelo fiscal. Não existe uma política de investimento sólida, sustentável... (*Falha no áudio.*) ... sem que tenhamos um fiscal robusto. As duas coisas têm que ser trazidas em conjunto.

E o investimento, Deputado Relator, ele majoritariamente virá do setor privado. O setor privado tem que ser o protagonista. O investimento público federal hoje está em torno de 0,4%, 0,5% do PIB. É um valor relativamente baixo. Nós precisamos aumentar esse investimento. O investimento como percentual do PIB, hoje, dado do IBGE, é da ordem de 15,4% do PIB. Até aumentou no segundo trimestre, de 15,2% para 15,4%. Mas nós precisamos do investimento que chegue a valores da ordem de 17% do PIB, 17,5% ou até um pouco mais. E, para tanto, o setor privado tem que protagonizar, tem que ser o setor protagonista.

É claro que o investimento público é importantíssimo, em particular aquele investimento público que, ao ser feito, traga mais investimento. Daí a importância de toda agenda de aceleração e consolidação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das concessões, de privatização e dos marcos regulatórios. O setor de saneamento, o novo mercado de gás, como o Ministro Paulo Guedes sempre destaca, é importantíssimo. Quebrar essas amarras regulatórias permite que o investimento venha e isso não pressiona o fiscal. Esta que é a beleza da solução: é termos o investimento público aumentado, mas dentro do que couber nas contas públicas, respeitando, em particular, o teto de gastos; trazer mecanismos que permitam que o setor privado seja o protagonista e entre substancialmente, fortemente para aumentar o investimento. O bom dessa inserção do setor privado é que o fiscal, o lado fiscal fica preservado.

Sobre a desestatização das estatais, o Secretário Diogo Mac Cord tem se pronunciado; o Ministro Paulo Guedes também, como líder da equipe; mas nós estamos buscando empresas específicas para que o processo seja célere. E é um item realmente importante. Lembro que, do ponto de vista fiscal, nós buscamos medidas que sejam tanto de ajuste primário, mas fluxos nominais e também ajustes patrimoniais. E, dentro dos patrimoniais, encontram-se as questões de privatização e de concessão. Então, é um ponto importante. E o ritmo se dá em casos específicos e será o mais célere possível, respeitando os regramentos tanto regulatórios quanto fiscais.

As reformas a serem aprovadas de certa forma já mencionei, mas o Ministro Paulo Guedes comunicará no tempo devido; nós estamos planejando para uma transição à normalidade. Já vimos aí os dados de arrecadação voltando aos níveis normais, tanto nos Estados como nos Municípios; mostramos também os dados de capitais, mostramos a recuperação de diversos setores, indústria, comércio e comércio amplo. O setor de serviços ainda precisa de um fôlego adicional. Eu não mencionei aqui, mas o setor de combustível também tem forte dado.

Os dados das notas fiscais eletrônicas são bastante importantes. Nós temos, claro, sempre a discussão técnica, a nossa missão aqui é prover com dados técnicos para que o Governo e o Congresso escolham o que for mais politicamente adequado. A nossa função técnica é, de forma comprometida e de forma diligente, apresentar os estudos técnicos que permitam que as soluções sejam as mais plausíveis e as melhores para a sociedade, em particular em termos de geração de emprego e renda de forma sustentável.

O Ploa enviado, o Ploa 2021, é realista, é conservador. Quando nós o apresentamos, no dia 31 de agosto – eu, o Secretário Jorge Soares, o Secretário Bruno Funchal, o Secretário Adolfo Sachsida, da SPE, bem como Gustavo Guimarães, meu adjunto –, apresentamos exatamente de forma transparente e de forma conservadora para permitir que o Congresso se debruce sobre esse tema. O Relator é o Senador Márcio Bittar e certamente os senhores, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, terão diversas inserções a fazer no Ploa.

O senhor perguntou também, Deputado, sobre a nova proposta – usando as suas palavras – de renda mínima. Ela está sendo discutida. No sábado o Ministro Paulo Guedes e o Deputado Líder Ricardo Barros, bem como outras lideranças, se manifestaram e, no tempo devido, ela será anunciada, sempre



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

levando em conta as diretrizes de sustentação fiscal e também com o intuito de contemplar, em particular, os mais vulneráveis. Se isto estava na agenda do Governo no pré-pandemia, durante e pós pandemia é um tema ainda mais importante: a proteção aos mais vulneráveis. O Ministro Paulo Guedes sempre gosta de mencionar aqueles invisíveis que não estavam sendo contemplados. Eles foram contemplados agora, bem como os beneficiários do Bolsa Família. Essa discussão está sendo feita tecnicamente de uma maneira muito robusta e será anunciada no momento devido pelo Ministro Paulo Guedes e outras lideranças e outros Ministros, incluindo as fontes de financiamento contidas para a sustentação desse processo.

São essas as minhas considerações. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Secretário Waldery.

Agora vamos ao primeiro bloco de três Parlamentares, iniciando pelo Deputado Felício Laterça.

Deputado Felício Laterça com a palavra, lá do Rio de Janeiro.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Pronto, meu Senador!

Mais uma vez quero cumprimentá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado!

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – ...ilustríssimo Presidente da nossa Comissão, assim como o nosso Relator e, não menos ilustres, nossos colegas Parlamentares que estão sempre presentes.

Cumprimento especialmente o Sr. Waldery Rodrigues, que está conosco pela terceira vez, salvo engano – estive aqui em maio e julho, não é isso?

Então, vamos contextualizar e fazer as perguntas.

O senhor esteve conosco, como eu disse, nesta Comissão, em duas oportunidades, em maio e em julho deste ano, sempre reforçando o compromisso do País com a responsabilidade fiscal conjugada com a viabilização das ações de emergência necessárias para mitigar os efeitos da crise econômica resultante da pandemia.

Nessa linha, mais recentemente, já temos visto uma redução das expectativas relacionadas à queda do PIB para 2020, muito em função das ações do Governo, sobretudo as relacionadas ao pagamento do auxílio emergencial. Mas também há uma maior incerteza na sustentabilidade fiscal de longo prazo, fato representado, sobretudo, pela abertura da curva de juros de longo prazo e pelo encurtamento dos prazos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de rolagem da dívida. Ademais, os próprios papéis indexados à Selic apresentam perdas, que, mesmo sendo leves, sinalizam incerteza e nos deixam preocupados.

Dito isso, eu pergunto, Secretário: conforme estabelecido no marco legal, o Governo enviou ao Congresso projetos de lei de diretrizes orçamentárias e do Orçamento anual. Em função das incertezas do momento e de nossa rigidez nas despesas, ambas as peças orçamentárias acabaram por não abarcar questões importantes, como a transição do auxílio emergencial para outro tipo de benefício de modo a não romper bruscamente com o apoio dado aos mais vulneráveis. Com isso, aprofundam-se as incertezas acerca da capacidade de cumprimento do teto de gastos, entre outras regras de finanças públicas. Assim, considerando-se o *front* fiscal, pergunto: quais ações têm sido realizadas pelo Ministério da Economia para controlar o estresse dos agentes econômicos? Qual o risco de rolagem da dívida pública, considerando-se significativos vencimentos nos próximos meses, sobretudo no início de 2021, no contexto da queima de parte do colchão da dívida para bancar os gastos com a pandemia? Há algum risco significativo que o teto de gastos venha a ser rompido no próximo exercício, como indicam estudos diversos, como o da Instituição Fiscal Independente?

Outra pergunta. O senhor, recentemente, sinalizou que a equipe econômica estudava um conjunto de medidas para controlar as despesas, como congelamento de aposentadorias e pensões por dois anos, desvinculando-se dos reajustes do salário mínimo, de modo a abrir espaço para outros gastos, no caso Renda Brasil – isso depois de termos passado pela maior reforma da previdência das últimas décadas, aumentando, inclusive, as contribuições de alguns aposentados, como os do serviço público. Sabemos da necessidade de se realizarem estudos diversos, de se realizarem projeções de gastos, de se elaborarem modelos e afins, mas a forma como alguns pontos têm sido levados à mídia nos dá a impressão de que há uma desarticulação entre o meio técnico e o meio político. Assim, como a equipe econômica está alinhando tais estudos ao cenário político? Como se dão as tratativas com o Planalto de modo a não criar ruídos desnecessários, como o que vimos recentemente?

Essa é a minha participação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Felício.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Motta, de São Paulo. Deputado Luiz Carlos Motta, o senhor pode usar da palavra.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Bom dia. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia. Estou ouvindo bem.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o senhor, Presidente, Senador Confúcio, e cumprimentar o Relator Francisco Jr., em nome de quem cumprimento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

os demais Parlamentares, os demais Senadores. Um cumprimento especial ao Dr. Waldery Rodrigues, Secretário Especial de Fazenda.

Secretário, o Governo deve destinar 10 bilhões para a terceira fase do Pronampe. Diante disso, eu pergunto: existe a possibilidade de se ampliarem ainda mais esses recursos voltados a micro e pequenas empresas? Segundo: há também a possibilidade de se tornar o Pronampe permanente? Muitas empresas enfrentam dificuldade de crédito e correm o risco de fechar, agravando ainda mais o desemprego no nosso País.

A provável criação de uma contribuição de transações digitais, nos moldes da antiga CPMF, está sendo anunciada pelo Governo como capaz de aumentar a arrecadação do Governo e gerar mais empregos. Pergunta: o senhor poderia nos dizer o volume dessa arrecadação e quantos empregos formais seriam gerados? E de que forma?

Essas são as minhas contribuições, Sr. Presidente e Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Motta.

Eu pergunto se o Deputado Reginaldo Lopes está na sala. Ele não está aparecendo. *(Pausa.)*

Deputado Reginaldo Lopes, de Minas. *(Pausa.)*

Então, vou passar para a frente.

O Izalci também saiu para uma reunião de liderança, mas ele retorna.

Vamos passar a palavra para o Senador Esperidião Amin

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra, meu Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Mais uma vez, saúdo a todos e, agora, em especial, ao Secretário Waldery.

Vou dividir a minha fala em duas perguntas. Uma não é diretamente ao Secretário Waldery, mas eu gostaria de colocar perante todos os nossos companheiros o primeiro seminário que foi desenvolvido na sexta-feira passada, em sessão presidida pelo Senador Rogério Carvalho, versando sobre o conceito de dívida bruta.

Secretário Waldery, a sua competência abrange esse assunto também, muito embora seja mais afeito, afeiçoado à Secretaria do Tesouro. Eu acho que é muito importante realmente estabelecer a regra da dívida bruta sem as operações compromissadas, que eu pediria que o senhor nos explicasse, porque isso significa que nós estamos apresentando ao mundo uma dívida bruta segundo um conceito que não se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usa mais e que nos torna mais feios do ponto de vista da saúde econômica e financeira. Retirar as operações compromissadas, que não são dívida, significa reduzir a dívida bruta, Senador Confúcio, em 22% a 25%. Ou seja, com o conceito que nós estamos usando, nós aparecemos 25% mais endividados do que somos. E isso, no fim deste ano, vai ser terrível. O Presidente do Banco Central tem uma opinião a respeito. O Sr. Affonso Celso Pastore publicou no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 7 de junho deste ano, um artigo muito elucidativo a respeito, e eu considero essa uma matéria nevrálgica.

Segundo, indo na linha do Deputado Luiz Carlos – eu já tinha falado que o Governo já colocou 27.9 bilhões como garantia para o Pronampe –, o Deputado Luiz Carlos fala, e nós já tínhamos essa notícia, que vai colocar mais 10 bilhões. Mas isso está sendo alavancado em 1,09, ou seja, o Governo botou 28 bilhões, e os bancos emprestaram 30,450 bilhões. Ou seja, isso aí, se formos comparar com a parábola dos talentos, é aquele indivíduo citado na parábola que enterrou o talento para não correr riscos. Usando a linguagem do Ministro Paulo Guedes, os bancos são muito prudentes na hora de emprestar para os pequenos empresários e para os empresários individuais.

Qual é a solução para isso? Eu creio que nós temos que acrescentar ao sistema financeiro tradicional outros agentes, porque o sistema financeiro normal, padrão, tradicional, não é afeiçoado a lidar com quem não tem garantia para oferecer. Isso já foi dito lá atrás, há 20 anos, pelo Muhammad Yunus, meu querido amigo Confúcio. Quer dizer, o Muhammad Yunus já dizia que eles só emprestam para quem tem garantia, e o pequeno não tem garantia para oferecer. Às vezes, não têm nem formalização mínima para isso.

Então, duas questões: dívida bruta *versus* operações compromissadas. Quando é que nós vamos tomar uma providência inteligente a respeito disso, para fazer como os outros fazem? Segunda, essa questão de como alavancar esse dinheiro. Não é pouco que o Governo colocou, mas se transformou em pouco porque não houve multiplicação e os talentos foram enterrados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senador Esperidião Amin, agradecido pela sua participação.

Agora, há três Parlamentares que formalizaram seus questionamentos: Deputado Felício Laterça, Deputado Luiz Carlos Motta e Senador Esperidião Amin.

Eu passo a palavra para o Secretário Waldery para a resposta aos três Parlamentares.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente Confúcio.

Eu vou responder a maior parte das perguntas, mas eu vou pedir ao Secretário Bruno Funchal, que é do Tesouro Nacional, para complementar, e ao Secretário George Soares, que é da SOF (Secretaria de Orçamento Federal), se desejar também fazer algumas complementações. Até apontando que o nosso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho é realmente de equipe. Nós somos seis secretários na Fazenda e existem quatro secretarias. O Funchal é do Tesouro, o Jorge do Orçamento, mas também há o Adolfo Sachsida, o Pedro Miranda e o Gustavo – somos seis secretários. Então, vou levantar alguns pontos. E todas essas secretarias estão na Fazenda, então, de fato, dizem respeito à participação minha e da equipe. São quatro secretarias que estão na Fazenda.

Então, seguindo aqui, são muitas perguntas, vou tentar ser breve. Caso haja algum ponto não contemplado, peço para me avisarem e me alertarem. E, ao final, os Secretários Bruno Funchal e George complementam. Então, primeiro... Vou deixar os pontos de curva de juros longo prazo ou mesmo a questão do endividamento mais para o Secretário do Tesouro.

Com relação aos apontamentos do Deputado Felício Laterça, são pontos bem postos, muito bem postos na realidade, Deputado. O Focus já traz alguns dados de recuperação. De fato, sistematicamente, a cada semana, os dados do Focus têm apresentado redução no que se estima de queda, ou seja, uma menor queda. Então, o dado divulgado hoje foi de queda de 5,04%; na semana passada, era um pouquinho acima disso; na semana anterior, a queda também seria maior. O resultado oficial que trabalhamos hoje é de queda de 4,7% ao ano e esse número tende a diminuir a partir desses dados que mostramos aqui, que apontam uma recuperação substancial, bem como o fundo do poço ficou lá para trás, algo como abril, maio. Então, os dados do Focus corroboram esse ponto.

Com essa recuperação da atividade econômica, nós temos, então, uma redução da incerteza, que era muito elevada – ainda é grande –, com relação às consequências da pandemia não só para o Brasil, mas também para todo o mundo. E nós temos tido diversas ações para mostrar não só transparência, como também o zelo com o fiscal e com a coisa pública. Como por exemplo: a transferência do resultado cambial do Banco Central para o Tesouro Nacional no valor de 324 bilhões no resultado cambial, mais cerca de 25 de outras operações, que totalizaram 350 bilhões, foram feitas da maneira mais direta, com mais transparência, prevista em lei, permitindo, então, um fôlego adicional ao caixa do Tesouro. Então, está prevista em lei, de forma transparente, de forma direta, e foi bem comunicada a sua completude.

Sobre o risco de o teto de gastos ser rompido. Não, não trabalhamos com nenhuma hipótese de risco, de se afetar a integridade do teto de gastos. Essa é, inclusive, uma das premissas que coloquei no primeiro eslaide da apresentação, lembrando que o teto de gastos é não somente uma âncora, mas uma superâncora, é a única regra que está em vigência no ano de 2020. No ano de 2021, as três regras, meta de primário, teto de gastos e regra de ouro, voltam a valer, as três na íntegra, sendo que a meta de primário, Deputado Felício Laterça e demais autoridades presentes, em 2021, é definida como sendo a receita do Estado menos a despesa necessária para o atendimento do teto de gastos. Por isso mesmo, no Ploa 2021, não há nenhum espaço adicional para aumento de gastos, que foi todo zerado por motivo de atendimento na íntegra ao teto de gastos. Então, o teto de gastos é uma superâncora em 2020 e continuará sendo uma superâncora, mais do que uma âncora fiscal, de 2021 em diante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à fala em termos de redução de despesas, o Líder Ricardo Barros, o Ministro Paulo Guedes e o Ministro Ramos comunicarão quais serão as soluções a serem apontadas. Eles falaram, de forma muito precisa, no sábado e no domingo também – houve alguns apontamentos ao longo da semana –, que a discussão está se dando de forma muito serena, muito direta, para que não haja nenhuma divergência entre o posicionamento do Poder Executivo e o das Lideranças... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Aguarde um pouquinho, Secretário, porque há algum problema de conexão à internet. Sua imagem está congelada na tela. Vamos aguardar um pouquinho até ela entrar, até recomendar.

O pessoal da assessoria da nossa Comissão... *(Pausa.)*

A equipe técnica do Ministério vai dar uma olhada. Vamos ver. Vão dar uma mexida na internet, nos cabos. *(Pausa.)*

Pronto! Está aparecendo o nosso Secretário do Tesouro, Bruno Funchal, na tela.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Senador, V. Exa. me escuta novamente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k.! Pode falar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – A imagem e o áudio estão o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente! Pode recomendar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado.

Então, dando continuidade às respostas para o Deputado Felício Laterça, eu comentei que as discussões estão sendo feitas em consonância com o Poder Executivo e com o Congresso, em particular com as Lideranças. O Senador Marcio Bittar é o Relator da PEC 188. A comunicação será feita no momento devido pelo Ministro Paulo Guedes, pela Segov e pelos Líderes.

Recentemente, houve alguns pronunciamentos do Ministro Paulo Guedes, e a dinâmica, a tônica foi explicitada de maneira mais direta, para que não haja nenhuma divergência nos posicionamentos.

O Deputado Luiz Carlos Motta falou sobre o Pronampe, também reverberado pelo Senador Espiridião Amin. São medidas importantíssimas, medidas de sustentação e fomentação do crédito – eu até listei o impacto primário, que é de 93 bilhões na soma das medidas – e também medidas que não impactam o resultado primário, mas que fortalecem crédito e permitem que, neste momento de pandemia, não haja substancial aumento no custo da concessão de crédito, nem redução no volume. As medidas são feitas para que nós tenhamos uma concessão de crédito que chegue à ponta e que atenda devidamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, o Brasil também é um parâmetro internacional em termos de medidas para efetivar o crédito. Lembrando que é uma crise sem precedentes, uma crise com alto grau de incerteza, houve um aperfeiçoamento nas medidas ligadas a crédito, uma curva de aprendizagem, como chamamos. A primeira medida foi o PESE, então era natural que ela tivesse uma formatação mais suscetível a uma não efetividade total. Foi melhorada, foram redirecionados recursos – um intraorçamento – e foi feita uma mudança entre essas medidas de crédito que permitisse uma alocação total, preservando o fiscal. Mesmo as medidas de realocação (*Falha no áudio.*)

... de forma tal que o fiscal seja preservado.

Nós entendemos que o crédito deve chegar à ponta prontamente, sempre preservando o fiscal.

Sobre a questão das transações digitais, o Secretário Tostes e o Ministro Paulo Guedes vão falar no momento devido. A Secretaria da Fazenda acompanha isso, do ponto de vista do cálculo do impacto fiscal, bem como do cálculo sobre PIB potencial, por isso que eu mencionei que é um reflexo reforma tributária, gerando fortíssimo impacto positivo sobre o PIB potencial, e, portanto, serão comunicados devidamente.

O Senador Esperidião Amin também falou do Pronampe, falou da questão da alavancagem, que é importantíssima e está inclusive listada na naquela tabela de qual é a participação, as taxas de juros, os custos envolvidos, que sempre buscam a alavancagem no máximo possível, preservando o quanto o Brasil pode aportar. O risco para o Tesouro é pré-dimensionado, pré-mensurado e mantido exatamente nos valores pré-estabelecidos. E se busca uma alavancagem maior, sem comprometimento do Tesouro.

Sobre a questão do alongamento desses programas: nós temos sempre que analisar as características específicas da pandemia. Então, dentro do possível, manter novas despesas contidas em 2020 para que tenhamos condições de busca de equilíbrio fiscal mais à frente.

Vou passar a palavra para o Secretário Bruno Funchal para fazer as suas complementações.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – Obrigado, Waldery.

Só complementando – acho que a primeira questão é do Deputado Felício Laterça – sobre a questão do endividamento, a característica do encurtamento, da rolagem e da mudança da inclinação da curva de juros. Acho que há alguns pontos que são importantes para a gente destacar. Primeiro, é a quantidade, o aumento do volume de emissões, ou seja, você tem de fato um aumento do volume de emissões, que é necessário por conta do aumento de gastos.

Então, é uma consequência muito natural, justamente por conta da pandemia e desse aumento de despesas. Precisamos fazer frente a esse aumento de despesas. E, por conta da característica da crise, ou seja, porque houve um aumento de incerteza, a gente está navegando num período em que a taxa básica





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de juros está muito baixa, e aí essa incerteza acaba se refletindo nessa maior demanda por títulos curtos. Então, é uma característica muito específica dessa crise que a gente está passando.

O lado positivo é justamente que o custo médio desse financiamento está nos mínimos históricos. Então, se a gente pega as novas emissões, está abaixo dos 5% esse custo médio. Se você pega todo o estoque da dívida, ele também está num dos menores níveis históricos, algo em torno de 8,5%, olhando todo o histórico da dívida pública federal. Então, há esse ponto positivo.

O outro lado disso é justamente o encurtamento e esse aumento das torres de vencimento. O Tesouro trabalha com o colchão de liquidez, então a gente permanece acima dos níveis prudenciais. Então, não há esse risco, até porque estamos aumentando as nossas emissões, mas eu acho que a melhor alternativa é o avanço das reformas. Aí, isso tende a influenciar positivamente tanto na melhora de um alongamento do nosso endividamento, suave ao longo do tempo, quanto na inclinação da curva de juros. Na medida em que a gente tenha o avanço das reformas na continuidade do processo de consolidação fiscal, automaticamente os próprios agentes econômicos percebem uma maior segurança na economia, uma melhor organização da economia, e isso se reflete nos juros longos. Então, hoje a curva está bastante empinada justamente por conta dessas incertezas em relação ao nosso processo de consolidação fiscal, mas, à medida que gente olha agora o Congresso reformista, o Governo enviando as reformas, e essa agenda andando, naturalmente a curva de juros vai desinclinando, ou seja, os juros longos, que são importantes para investimentos de longo prazo, vão se reduzir, e naturalmente o processo de alongamento do prazo médio da dívida vai aumentar. Então, no fundo, basta nós discutirmos as melhores saídas em relação a esse retorno do processo de consolidação fiscal para que nós tenhamos esses benefícios de a nossa estrutura da dívida estar melhorando de qualidade. Melhorando de qualidade como? Alongando e reduzindo os juros de longo prazo, ou seja, fazendo a curva ficar menos inclinada.

Contribuindo em relação à pergunta do Senador Esperidião Amin, de fato há alguns conceitos que podem ser analisados, ou seja, a ótica da dívida bruta, a ótica da dívida líquida, o conceito de FMI, mas eu acho que a mensagem geral é: o Brasil já tem um endividamento maior que o dos nossos pares, independentemente da métrica – se é dívida bruta, líquida ou o conceito de dívida bruta do FMI. E o crescimento da dívida foi bastante significativo ao longo deste ano justamente para fazer frente às demandas sociais por conta da pandemia.

Assim, acho que o dever de casa é: debater as melhores saídas, debater as melhores propostas para retomar o processo do controle de contas. E aí, naturalmente... O importante é manter a dívida estável, com a previsão de queda desse endividamento, para que a gente consiga ficar nos mesmos níveis dos nossos pares, e aí, sim, a gente vai ter um impacto bastante positivo sobre o custo da nossa dívida e o reflexo automático sobre o financiamento das empresas, consumo das pessoas, geração de emprego e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, mais algum complemento? *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não. Vamos lá.

Então, respondido esse primeiro bloco, eu consulto se o Deputado Reginaldo Lopes já está na nossa sala. Reginaldo? (*Pausa.*)

Não está.

O Senador Izalci já está de volta? (*Pausa.*)

Não.

Então, eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio, quero aqui cumprimentar o Secretário Dr. Waldery e fazer umas perguntas.

Eu faço minhas palavras as do meu colega Esperidião Amin. Sempre me chama a atenção, quanto ao Banco Central... Como o senhor falou, o Brasil foi um dos primeiros do mundo que ofereceram essa liquidez ao Banco Central para, como a gente diz, abastecer os bancos, teoricamente, para fazer empréstimos para micro e pequenas empresas. E a gente não está vendo isso, e não só às micro e pequenas empresas. Por exemplo, para eles liberaram esse recurso, a gente teve que aprovar o fundo garantidor, como disse, quase 30 bilhões o Governo vai garantir, e eles só liberaram 30 bilhões.

Eu pergunto ao Secretário – pela primeira vez eu ouvi se falar sem ser um tabu – sobre a remuneração das sobras de caixa. Com essa liquidez de 1,2 trilhão e os bancos mostrando interesse em emprestar às micro, pequenas e médias empresas porque têm uma garantia de que essa sobra vai ser remunerada, a pergunta é: eles estão podendo usar essa liberação de mais de 1 trilhão do Banco Central – a gente sabe que eles não emprestaram nem um terço disso ainda – ao setor produtivo, que gera emprego e renda? E estão podendo ter essa remuneração de sobra de caixa?

Dois: o senhor acredita que, tirando esse ajuste, esse aperto fiscal... Eu tenho visto reforma da CLT, reforma de previdência, agora a reforma tributária, que eu acredito que é essencial, se for naqueles termos de tributar para quem ganhar mais pagar mais, talvez a gente saia disso. E o senhor deixou claro que o Estado brasileiro não vai investir.

A gente vai sair da crise privatizando estatais lucrativas, o que a gente sabe que é um recurso transitório, que não continua, que vai ser usado para pagar essa dívida. Eu questiono: eu sei que muitos países no mundo têm dívidas públicas grandes, mas nós vamos vender as estatais, deixar o Estado mais mínimo do que é – porque o Brasil não é nem um Estado mínimo, não temos médicos nem segurança pública suficiente para ser o mínimo –, degradando a saúde, a educação, a segurança pública e o meio ambiente do nosso País, tudo para pagar uma dívida? Não seria hora de chamar para negociar? Porque a gente sabe que banco, neste País, é o único setor que não está tendo prejuízo; pelo contrário, há muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lucro num momento de pandemia. Então, esta é a pergunta, o que eu digo ao senhor: há a história de algum país que saiu de uma grande crise econômica sem o maior investidor, que se chama Estado, nesse caso, investir?

Pelo que li... Minha formação é médica, mas eu me debruço sobre isso, claro, porque eu não entendo a metade do que os senhores entendem. Mas, por exemplo, como sair de uma crise econômica se o maior investidor, que se chama Estado brasileiro, no caso da gente, já deixa claro que não vai investir na geração de emprego e renda? É difícil acreditar nisso, mas estou perguntando aos senhores.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado General Peternelli, V. Exa. está com a palavra. (*Pausa.*)

Peternelli...

Ele não falta. Ele tem que estar aí!

Isso! General Peternelli, meu querido Deputado!

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Oba! Vamos falar...

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) – ... é uma satisfação muito grande estar presente novamente, aprendendo como sempre. Quero cumprimentar os demais Parlamentares, o Waldery e o Bruno Funchal.

Eu gostaria de enaltecer, Presidente, o aspecto fundamental, que é a transparência. Quando se verifica toda a palestra, compreende-se perfeitamente a transparência de todos os dados: dos R\$607 bilhões; da importância do teto de gastos; do motivo de pensarmos nas gerações futuras – isso é muito importante –; de saber como a nossa recuperação está indo bem, ainda mais essa recuperação comparada num nível internacional. Ficamos aí também cientes do déficit primário de R\$895,8 bilhões, correspondendo a 12,7% do PIB, nos chama a atenção. Vamos ficar agora com o PIB nesse patamar de 4,7%, mas na torcida de que caia menos ainda, de que o nosso lucro negativo seja menor. A previsão da dívida de 94% do PIB e das operações compromissadas com o Senador Esperidião Amin, que vai reduzir esses 25%. Concordo plenamente com esses conceitos da concessão, da privatização, do pacto federativo, da liberação de todas (*Falha no áudio.*) ... comercial, da redução de subsídios, da reforma administrativa, da reforma tributária. Eu sou favorável a essa desoneração da folha, e sob esse foco vem a primeira pergunta.

A desoneração da folha com uma cobrança do imposto sobre a movimentação financeira quanto mais ocorrer eletronicamente, melhor. Então, não seria o caso de aos poucos ir diminuindo o capital



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

circulante, até porque o capital circulante é uma fonte de contaminação muito grande para o Covid, e isso daí faria com que esse arrecadado realmente fosse adequado?

Eu gostaria de fazer uma segunda pergunta. O Waldery falou do Ploa, que foi enviado para cá, e eu sempre insisto, desde o ano passado, que nesse Ploa já deveria estar vindo – e o Congresso aprovar – um gráfico de contingenciamento, porque muitas vezes ocorre a necessidade de contingenciar e fica só um volume de críticas que não produzem efeito. Se aqui no Congresso já se aprovasse um gráfico de contingenciamento – eu propus um que levava em consideração os últimos dez anos –, essa briga acabaria. Sendo necessário, é técnico e não haveria problema.

Finalizando, então, são duas perguntas: a desoneração e o capital circulante e esse detalhe do Ploa.

Eu gostaria de parabenizar pelo pagamento do auxílio emergencial para todas essas pessoas e, inclusive, para esses invisíveis, porque agora a sociedade brasileira tem que se preocupar com eles. Eu tenho certeza de que, com todos nós aqui do Congresso unidos, esse trabalho espetacular do Ministério da Economia vai produzir um efeito favorável para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Peternelli.

Muito bem, meu Secretário Waldery, eu vou entrar com... Eu gostaria que V. Exa. anotasse as perguntas de cidadãos, através do e-Cidadania, da TV Senado. Vou fazer rapidinho; são perguntas simples, diretas. O senhor anota, depois o senhor responde, falando o nome de cada um.

Alencar Cristian Oliveira de Alvarenga Silva, Rio de Janeiro. A pergunta é a seguinte: "É possível conciliar controle de gastos e estímulos como o auxílio emergencial, que acabou virando renda importante para milhões?". Essa é a pergunta.

Segunda pergunta, de José Wilson Leite Ferreira, São Paulo: "Como o País enfrentará os reflexos pós-pandemia na economia? Descontarão os prejuízos no aumento dos impostos sobre os contribuintes?". Essa é a pergunta.

Terceira pergunta dos internautas, Ralph Lima, Distrito Federal: "Após o quarto bimestre, o Ministério da Economia prevê esforço fiscal de R\$1,9 bilhão em razão do Acórdão 2.026, de 2020 [vou repetir, Acórdão 2.026, de 2020; é uma coisa técnica], do TCU. Poderia explicar?"

Última pergunta dos internautas. Paulo Emanuel Tavares, da Paraíba: "A PEC administrativa vai ser refeita ou até deixada para outro momento pós-pandemia, visto não ser a hora apropriada para tais mudanças?"

Essas são as perguntas dos cidadãos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora, eu passo a palavra para V. Exa. para responder à Senadora Zenaide, ao Deputado General Peternelli e aos internautas.

Está com a palavra, Secretário Waldery.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR – Presidente, Senador Confúcio, peço só que confirme que imagem e som estão o.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito, pode continuar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Então, respondendo às perguntas dos Parlamentares e dos internautas, vou na sequência e, na parte do contingenciamento, eu vou pedir para que o Secretário George Soares, da SOF, complemente. Como eu falei, o trabalho do seis Secretários da Fazenda é, de fato, de equipe, bastante horizontalizado. Esse é o *modus operandi* que sigo aqui. E gostaria que os Secretários também se manifestassem. São todos da Fazenda, estão todos conosco lá nesses trabalhos.

Então, na sequência aqui, nós temos as primeiras perguntas da Senadora Zenaide Maia, sobre a questão da remuneração de sobras de caixa, a questão da liquidez, 1,2 trilhão, uso ou não.

Nós temos três linhas aqui diretas. A primeira é que juros baixos são a melhor política de emprego e renda, ou seja, o zelo fiscal permite que a política monetária seja feita de forma tal que juros caiam, e caiam de forma sustentada, diferentemente até do que já ocorreu em episódios recentes da economia, em que juros caíram de forma não calçada, não ancorada na parte fiscal, e aí nós até já sabemos, como a macroeconomia nos ensina, qual é a solução à frente.

Então, é importantíssimo que haja zelo fiscal – daí mesmo a nossa premissa –, consolidação fiscal, para que a política monetária seja mais efetiva e, de fato, nós tenhamos juros em patamares baixos, de forma sustentável. Ter juros baixos é uma das mais efetivas e uma das melhores políticas para gerar emprego e renda.

Com relação a investimentos, reforço a posição da importância de novos marcos regulatórios – saneamento, cabotagem, mercado de gás –, todos os incentivos criados para que esses marcos regulatórios sejam remodelados para a atratividade do investimento privado, que é uma peça fundamental e que deve protagonizar.

Reforçando aqui: o investimento público é, sim, importante e pode ser aumentado, sobretudo naquele segmento em que haja R\$1 do investimento público implicando atratividade no setor privado. Nós precisamos chegar a patamares muito mais elevados do que temos hoje, de 15,4% do PIB, que é o dado de investimento. A nossa poupança também é próxima disso, 15,4%, 15,5%. Nós precisamos aumentar o nível de investimento e o nível de poupança, e esse aumento de investimento se dará pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor público, mas sobretudo pelo setor privado. Nós precisamos aumentar mais 1%, mais 1,5%, mais 2% do PIB, e esse recurso somente o setor privado tem condições de fazer.

De fato, o setor público tem um papel fundamental, mas um papel de fomentador, e o seu investimento é capitanear, fazer investimentos privados que tragam condições de melhorar o perfil de investimento, ou seja, o Estado como fomentador, como criador de condições para o investimento.

E, sim, estamos atentos para fenômenos que são transitórios e fenômenos que são permanentes. Entendemos que as despesas – as aumentadas agora – devem ser transitórias e aquelas que tiverem algum caráter permanente devem ser na análise despesa contra despesa, gasto contra gasto, e o aumento de despesa permanente deve, sim, contemplar, para fins de consolidação fiscal, uma redução permanente em despesas.

O nosso nível de despesa com o percentual do PIB deve atingir em 2020 o patamar acima de 27%. Em 2019, foi 19,9%. Nós pretendemos que, em 2021, esse número caia para patamares similares, algo como 19,8%, 19,9% do PIB. Isso só será possível com a consolidação fiscal e com o zelo fiscal. Política de investimento e política social devem ser ladeadas, ancoradas em uma política fiscal robusta, transparente e bem comunicada.

O Deputado General Peternelli fez um apontamento em concordância com as agendas. Muito obrigado, Deputado.

Nós entendemos, sim, que o Parlamento é fortemente defensor das mudanças estruturais que a economia precisa passar, e essas mudanças com fins de manter ou criar empregos, manter ou criar renda. O aumento de emprego e renda é o objetivo final. Toda a tecnicidade do ponto de vista de ferramental econômico são instrumentos; o que interessa é o resultado ao final.

O senhor também apontou com relação ao Ploa 2021, com relação à proposta para contingenciamento. Já passo a palavra para o George. O Bruno já falou anteriormente; o George fala um pouquinho agora também.

Passo para as perguntas dos internautas.

Primeiro, o Sr. Alencar, que falou sobre como é possível a conciliação...

Está dando retorno no áudio. Não sei... (*Pausa.*)

Obrigado. Agora corrigiu.

A pergunta do internauta Sr. Alencar é sobre a conciliação entre o controle de gastos e o estímulo à economia. Perfeito! É exatamente isso. É importante que os cidadãos estejam atentos às ações do Governo, às ações do Congresso Nacional. Qualquer política de estímulo econômico tem de vir acompanhada de um controle de gastos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Paulo Guedes já coloca não este ano, ano passado ou em 2018, mas há cerca de 30 anos pelo menos, há três décadas, uma análise como sendo o aumento dos gastos públicos de forma quase contínua o elemento principal que gerou estresses, problemas macroeconômicos. Nós temos de controlar os gastos públicos, nós temos também de colocar os gastos públicos em um melhor perfil, melhorar o perfil distributivo do gasto público, focalizando despesas. Qualquer problema de transferência de renda – e essa é uma diretriz do Governo – tende a melhorar o foco do gasto público. A reforma da previdência já melhora – e muito – o perfil distributivo dos gastos, e as medidas devem contemplar essa melhoria na qualidade do gasto.

O Sr. José Ferreira, se não me engano, perguntou sobre o enfrentamento à pandemia. O enfrentamento passará por um rol, um cardápio de soluções estruturais e conjunturais, conforme listamos aqui, sempre olhando a maior efetividade, a defesa dos mais vulneráveis. Nós tivemos bancarização e visibilidade de milhões e milhões de brasileiros que antes não eram enxergados. É quase... Vou usar aqui uma expressão um pouco menos literal, mas é como se tivesse um país do tamanho de Portugal, um Portugal novo, que tem uma população da ordem de 10 milhões de pessoas; é como se houvesse um país novo, do tamanho de Portugal ou três vezes do tamanho do Uruguai, sendo atendido. Essa é a determinação do Governo, esse é o enfrentamento da pandemia para fazer com que milhões e milhões de brasileiros sejam atendidos. Isso sendo feito e olhando aqui de lado, não deixando de contemplar a solidez fiscal, porque essas soluções são interativas e alongadas. Não somente no curto prazo; elas acontecem também no médio e no longo prazos. Daí a importância do zelo e da transparência com a questão fiscal.

O Sr. Ralph Lima fez uma pergunta específica com relação ao Acórdão 2026, de 1,9 bilhão. Enquanto o George responder sobre contingenciamento, eu vejo se temos outro apontamento. Mas o George também passa elementos para esta resposta.

O Sr. Paulo Tavares, da Paraíba, perguntou se a PEC administrativa vai ser refeita ou deixada para outro momento. A reforma administrativa é um ponto importantíssimo. O Governo já enviou a medida. O Congresso entende como importante, em particular com relação a ganhos de eficiência, ganhos de alocação de recursos. O gasto de despesa com pessoal e custeio hoje é em torno de 4,3% do PIB, basicamente estável nesse valor, mas estacionou em um valor relativamente elevado. E a nossa ênfase é com relação à melhoria alocativa, com eficiência nesse processo.

É importantíssimo termos um Estado que atenda ao cidadão, que não deixe o cidadão de lado, pelo contrário. Nós, eu também, o George, o Bruno, nós somos servidores públicos, nós servimos ao público. E é importante, com a reforma administrativa, que se traga como um todo – esse é um exemplo dado pela equipe do Ministério da Economia, pelo Governo como um todo – a importância de termos uma reforma administrativa que traga incentivos corretos. E o Secretário Caio Andrade fez essa apresentação no momento devido, ele e o Ministro Paulo Guedes, outros ministros voltarão a defender o projeto que já foi enviado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o George agora.

O SR. GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES (Para expor.) – Senador Confúcio, Senadores, Deputados, falando sobre a pergunta, consideração do Deputado General Peternelli, tentando colocar o entendimento que eu tive da pergunta que o Deputado falou, e me corrija se houver alguma distorção.

Sobre um gráfico de contingenciamento no Ploa. O que eu entendo da pergunta, da colocação, seria uma lista de prioridades de onde se bloquear recursos prioritariamente, em ordem de prioridade do que é mais importante primeiro, deixar essa ordem de contingenciamento.

Só para colocar, primeiro ponto é traçar como está a situação atual. A situação atual do Ploa 2021 é que a meta fiscal, que é a fonte de possibilidade de contingenciamento, está atrelada ao teto dos gastos. Portanto, basicamente não existe um contingenciamento tradicional, como era feito anteriormente; vai ser em relação ao teto. Assim como este ano – eu vou até lincar com a pergunta depois do internauta sobre isso –, se o Governo tiver um problema no teto dos gastos, a solução para ele não é contingenciamento, é redução de dotação orçamentária. Então, tem que se solicitar, fazer um cancelamento de dotação ou, o que é algo mais provável, suplementar uma dotação de despesa obrigatória e cancelar uma discricionária.

De qualquer forma, já existe uma grande priorização, Deputado. Por quê? Porque o próprio Congresso institui as despesas obrigatórias como prioritárias. Então, elas não podem ser contidas. Depois, dentro da ordem de prioridade, há uma série de despesas que, apesar de não serem obrigatórias legalmente, são ressalvadas normalmente pelos Parlamentares na aprovação da LDO. Então, elas também passam na frente, já é uma ordem de prioridade. E aí, as emendas parlamentares têm uma ordem de prioridade, porque, pelo orçamento, se houver contingenciamento, elas serão contingenciadas em proporção (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Houve um congelamento aí, Dr. George Soares.

O senhor pare um pouquinho... Isso, agora o senhor pode...

O SR. GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES (Para expor.) – Pode continuar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode continuar.

O SR. GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES (Para expor.) – Voltando: temos essa ordem já de prioridades existentes. O que tem a se priorizar ainda no orçamento seria menos de 6%; tirando saúde e educação, ainda ficaria alguma coisa de 3%.

Uma ideia que seria uma grande evolução seria tentar tirar essas travas, essas vinculações e essas restrições ao contingenciamento e cambiá-las, trocá-las pela proposta do General Peternelli de fazer uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

lógica de priorização, e não de bloqueio de contingenciamento, ou impedimentos. Mudar a dinâmica seria realmente muito interessante.

Voltando à pergunta do internauta Ralph Lima, aquela pergunta muito técnica do Acórdão 2.026, do TCU, o que esse acórdão fala é em relação a quando o Governo utilizou, em várias situações, cancelamentos de despesas discricionárias para fazer despesas da Covid nas medidas provisórias. Basicamente, inclusive foi, em muitos casos, o próprio Congresso que indicou ao Executivo, porque queria atuar proativamente na implantação dessas medidas da Covid e ofereceu dotações de emendas parlamentares para fazer frente a esses casos. Então, basicamente, o Congresso ofereceu dotações, e aí o Governo usou essas dotações como fonte para medidas provisórias. Ao fazer isso, como os créditos extraordinários das medidas provisórias não entram no teto de gastos, faz-se uma situação em que se abre artificialmente espaço no teto, ao retirar disso e colocar numa despesa que não faz parte do teto. O que o Acórdão 2.026 fala é: esse espaço aberto, ao se fazer esse movimento, não pode ser utilizado para coisas que não sejam relacionadas à Covid. E ao fazer isso, ainda restringe um pouco mais, falando que é para as mesmas funções, ou seja, para o mesmo tipo de gasto para que ele foi retirado originalmente.

O que se fala quando ele coloca desse 1,9 bilhão que aparece no relatório do quarto bimestre? Isso é basicamente porque algumas despesas obrigatórias estão projetadas, vão aumentar até o final do ano, e, portanto, têm que ser feitos os créditos adicionais para se fazer frente a essas despesas. Como não se pode utilizar o valor, pelo TCU, desse espaço aberto por esses créditos da Covid, ao se fazer essa despesa obrigatória, terá que obrigatoriamente ser retirado de outras despesas discricionárias 1,9 bilhão, para fazer essa compensação. Então, o esforço fiscal de que ele fala não é o esforço tradicional, que é um bloqueio de dotações, não. Significa que, para fazer um crédito adicional, por exemplo, para o seguro-desemprego, teria que se cancelar outra despesa, o.k?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

O Senador Izalci ainda não retornou da reunião de Liderança, nem o Deputado Reginaldo Lopes. Então, eu vou fazer aqui, Secretário Waldery, seis perguntas de minha própria lavra e, logo depois, a gente passa a palavra para o nosso Relator fazer o encerramento e os seus questionamentos.

A minha primeira pergunta é a seguinte: está previsto no Orçamento de 2021 uma queda do orçamento para a educação. E o novo Fundeb também entra em vigência em janeiro, mas ele só entra mesmo como um novo fator de aumento de arrecadação com as regulamentações. Muito bem. Até agora pouca articulação tem sido feita nessas regulamentações das leis infraconstitucionais do Fundeb. Como é que nós vamos trabalhar na educação numa transição penosa que nós vivemos hoje com as escolas fechadas e, no ano de 2021, com menos recursos? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: na economia, há variáveis que a gente não consegue detectar. A gente é surpreendido com falhas nela. Há uma incógnita das equações; uma delas é a educação como fator de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento. Realmente, os senhores que são economistas – e estão acompanhando essas pastas – acreditam que a educação seja realmente importante para o desenvolvimento econômico do nosso País?

Terceira pergunta. Nós falamos muito em estatísticas, números e mapas, mas ficaram de fora outros fatores, fora toda essa questão do Covid, para nós apresentarmos um cenário de confiança para o mundo. E esses dois pontos são – se o Izalci estivesse aqui, ele iria fazer esta pergunta com certeza – produtividade e inovação. Como nós vamos gerar essa confiança se nós não temos... A nossa educação é uma das piores avaliadas pelo PISA e, com essa situação deste ano, isso deve piorar. Como nós vamos gerar uma confiança econômica para o mundo se produtividade, inovação e educação estão ameaçadas?

Quarta pergunta, sobre a economia pós-covid. Muitos economistas brasileiros estão escrevendo nos jornais, e articulistas, jornalistas também escrevem sobre a crise do capitalismo, do liberalismo. Muito bem. Quando se fala dessa crise, a gente tem que combater, chamar essas camadas excluídas e mais pobres para cima, dar uma alavancagem nelas, de recursos. Como é que a gente faz isso sem tributar os muito ricos?

Quinta pergunta. Dentre todos os créditos extraordinários liberados pelo Governo, com emissão de propostas compromissadas, um está faltando. Nós temos 6 milhões de alunos, 6 milhões aproximadamente – o Ipea tem esses dados, o Todos pela Educação tem esses dados –, que não têm internet nem têm um celular ou um computador, o que os impede de assistir a aulas remotas. Estão faltando entre 3 a 5 bilhões, recursos a serem repassados, talvez com alguns critérios do Ministério da Cidadania, este ano, antes de vencer ainda a calamidade, para o atendimento desses 6 milhões de jovens, de meninos pobres. Como fazer isso?

E a última: por que o dinheiro do Fust, o Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações, e do Fistel, que é de fiscalização, não é usado imediatamente para os investimentos e para a universalização da internet, ou, se não for para a universalização, pelo menos para atender as regiões mais pobres e remotas, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste?

São essas as minhas perguntas.

Passo a palavra ao nosso Relator Francisco para fazer as suas considerações e últimas perguntas.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Agradeço a condução do senhor, sempre muito competente.

Secretário, mais uma vez parabênzo o senhor por sua disposição. Todas as suas respostas...

Deixe-me organizar aqui a forma pela qual estou enxergando porque está tudo bagunçado... Melhorou!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo o senhor pela participação, pela forma como vem se conduzindo. Ainda tenho três perguntas breves, agora mais focadas na questão da reforma tributária.

Apesar de se falar muito em reforma tributária, nós temos ainda um sistema tributário que é bastante injusto, vamos considerar assim, com os mais pobres.

Alguns impostos, ainda que tenham pouco efeito arrecadatório, são altamente simbólicos para demonstrar a progressividade de um sistema tributário. Nesse contexto, pergunto ao senhor: há alguma restrição para que o Poder Executivo já encaminhe ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária que tribute a renda dos mais ricos, que se utilizam de instrumentos, como a pejetização, para escapar da tributação? Há vontade de fazermos essa discussão hoje? É que hoje a gente sabe que há uma significativa perda de receitas quando a gente transfere aquilo que deveria ser cobrado da pessoa física, num valor bem menor, para o CNPJ, que é o que a gente está chamando de pejetização. *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Francisco! *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Francisco!

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado, dê uma olhadinha na sua internet porque a sua voz está bem pausada, diferente. Alguma coisinha...

Repita a última pergunta.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Melhorou, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Melhorou, pode fazer...

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Melhorou.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Vou tentar ser rápido para aproveitar que está bom.

Já tivemos, no passado, alíquotas de Imposto de Renda superiores às máximas que pagamos hoje. Há algum estudo concreto para aumentar a tributação sobre a renda e reduzir sobre o consumo, de forma a tornar o sistema tributário menos regressivo?

A última pergunta. Por fim, ainda que com um efeito arrecadatório pequeno, há tributos que trazem grande simbolismo. Há algum estudo para aumentar a tributação de doações e grandes heranças?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Basicamente, eu quero saber se, na reforma tributária, há um pensamento de nós aliviarmos o consumo para gerar mais oportunidade de consumo.

E outro aspecto que eu gostaria de saber também é que, com a tecnologia que temos hoje... Na reforma tributária, eu penso que nós devemos combater bastante a questão da evasão, da sonegação, e, à medida que isso for sendo feito, podermos criar gatilhos para amenizar alíquota em função da arrecadação. Isso também é possível, pode ser feito isso, dada a grande tecnologia que nós temos hoje? Existe a discussão, por exemplo, da tributação da movimentação na internet, que é uma tributação certa e segura. Eu penso que ela pode ser mais interessante se nós tivermos uma contrapartida para a sociedade. Simplesmente aumentar a arrecadação em cima daqueles que movimentam... E aí, mais uma vez, nós vamos ter a classe média estrangulada... Então, nós precisamos, de alguma forma, estender essa base de arrecadação.

Era isso, Secretário, muito obrigado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

São esses os dois últimos questionamentos.

Secretário Waldery, V. Exa. está com a palavra para fazer o fechamento e para responder às minhas perguntas e às do nosso Relator. Depois eu faço o encerramento da nossa maravilhosa, brilhante e técnica audiência pública.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Confúcio.

Muito obrigado também, Relator, Deputado Francisco Jr.

Foram seis perguntas iniciais e quatro finais do Deputado Francisco Jr.

E eu só não ouvi a sua quarta pergunta, Senador Confúcio. Se o senhor puder repeti-la... Eu acho que falhou a comunicação somente na quarta. E aí a gente caminha rapidamente para a resposta. Se o senhor puder repetir a quarta...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k.

A economia pós-Covid. Há muitos economistas e articulistas de jornais que falam numa nova economia depois da pandemia, seria um abrandamento do capitalismo, do liberalismo, principalmente combatendo o fosso das desigualdades, com uma massa excluída e uma concentração de riquezas na mão de poucos. A minha pergunta foi a seguinte: o que os senhores acham sobre o que eu vejo como uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

opinião, que não é minha, mas de muitos economistas, do aumento da tributação dos muito ricos? Senão, vamos continuar repetindo: tirando de pobre para dar para os miseráveis. Então, essa é a minha pergunta.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Perfeito. Obrigado, Senador.

Endereçando as suas perguntas, nós temos a primeira com relação ao Fundeb. Fundeb é um item importantíssimo de educação básica. E me alegra falar sobre esse tema, porque ele é prioridade para o Governo, mas também é prioridade para o Congresso. Então, há consenso de que educação é um item fundamental, em particular a educação básica. Nós sabemos do zelo e do cuidado que, em particular, o senhor, Senador Confúcio, tem com esse que é um tema fundamental, importantíssimo, e um ativo que a gente precisa olhar com muito zelo.

A questão do Fundeb, por definição, é para a complementação, recursos para a educação básica. A educação básica, nos seus diversos níveis, desde creche, pré-escola, ensino fundamental 1 e 2, ensino médio, bem como EJA, com todo esse ciclo – eu também já fui um estudioso do tema educação, junto com outros colegas –, é uma área extremamente importante para a economia. Nós não conseguimos crescimento econômico sustentável, efetivo, se não tratarmos do chamado capital humano, e capital humano é educação.

Então, a sua primeira pergunta está diretamente associada com a pergunta seguinte, líder, que é sobre produtividade e inovação. Essas coisas se abraçam, se entrelaçam, se abraçam, na realidade. Uma leva à outra e, bem feita uma, leva consequentemente à outra em melhores resultados.

Na questão do Fundeb, nós tivemos um aumento da posição na sua ação supletiva de 10% para até 23%, começando gradualmente. Sobe para 12% ano que vem e chega a 23% em 2026. Isso implicará, Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, em um aporte adicional da ordem de R\$190 bilhões que o Governo Federal fará nos próximos dez anos. Então, teremos um aumento substancial do aporte da União para o setor.

Grosso modo, hoje, o Brasil tem algo como um gasto com a educação da ordem de 6,7% do PIB, sendo que a União responde por um valor relativamente menor, da ordem de 1,5%, 1,7%; os Estados, com 2,4% do PIB; e os Municípios, com cerca de 2,5% do PIB. O nosso problema não é gasto efetivamente. Nós gastamos, por exemplo, mais do que o Japão. O nosso problema é a alocação desse gasto. *Grosso modo*, em termos de comparação com a OCDE, em termos *per capita*, o gasto no fundamental está bem abaixo da média da OCDE, em cerca de 30%, 40%. Já os dados para gasto no superior, são mais do que 70% em média. Nesses números posso estar errando aqui e acolá. Os dados já têm mais de um ano que tenha visto, mas, *grosso modo*, é dessa magnitude, e nós precisamos, de fato, dar a prioridade que esse segmento tem.

O Brasil tem *performance* muito ruim tanto no Pisa quanto em vários indicadores. É claro que existem níveis de excelência, como Inpe, ITA, IME, e várias escolas, USP, Unicamp, diversos elementos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de excelência no setor, no ensino superior. Existe também excelência em várias iniciativas em alguns Estados, em particular, no Estado do Ceará, por exemplo, e em outros Estados, como Pernambuco, mas nós precisamos universalizar tanto o acesso quanto a qualidade da educação. Nós performamos muito abaixo do que podemos. O Brasil é extremamente empreendedor. Nós temos uma sociedade muito ativa, criativa, com colocações importantíssimas na educação e, de fato, sei que é uma agenda bastante cara ao senhor em particular, e a todo o Congresso, e é também prioridade do Governo.

O Fundeb precisará exatamente de uma regulamentação que traga efetividade a esse processo. Na regulamentação – e aí a sociedade civil e outros órgãos certamente ajudarão o Congresso nessa discussão –, o Poder Executivo também trabalhará em conjunto, para que tenhamos uma regulamentação que traga efetividade; não só o aumento do gasto, mas a qualidade nos gastos. É tema importantíssimo, tantos os dados teóricos quanto os empíricos.

Posso citar aqui linhas de pesquisa em que o Ministério da Economia, em particular alguns de nós, analisa isso no detalhe, trabalhos do Eric Hanushek, do James Heckman e de tantos outros que mostram esse tema como importantíssimo. O Congresso defende, o senhor defende e é importantíssimo que tenhamos uma educação que o Brasil mereça, e a regulamentação é uma fase importantíssima.

A segunda pergunta, Senador Confúcio, com relação à incógnita na economia, educação como fator de desenvolvimento, sem dúvidas, é o capital humano. Qualquer modelo de crescimento econômico não pode prescindir de robustecer, de melhorar o capital humano. E daí a importância de termos transparência e zelo com o gasto público, com a coisa pública, para que ela seja gasta da maneira mais efetiva. A educação, de fato, é importante.

Terceiro é o cenário de confiança associado com produtividade, inovação. Não é possível que um país tenha indicadores de produtividade e de inovação sem ter uma boa base na educação, em particular na educação básica. É claro que a educação superior é fundamental, é importantíssima, mas a nossa educação básica fica possivelmente devendo, e precisamos alocar recursos para tê-la. Como a educação não performa no nível que nós podemos ter, de fato, produtividade, competitividade e inovação ficam abaixo do nosso potencial. A solução tem que ser dada em conjunto.

Do ponto de vista macroeconômico, é importante criar as condições horizontais para que se desenvolva não só nos Estados mais ricos e Municípios mais ricos, mas em todo o País. O celeiro de talentos que o Brasil tem é enorme, e nós não podemos desperdiçá-lo. Os indicadores serão melhorados. Na realidade, vários estudos mostram que em cerca de dez anos é possível mudar substancialmente a posição do Brasil, assim como outros países fizeram: Japão, Coreia do Sul, mais recentemente; a Alemanha lá atrás. Podemos e precisamos fazer. E aí junta a macroeconomia, a macrofiscal em particular, com a aplicação desse segmento importantíssimo, que é a educação com frutos para inovação e produtividade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item quatro: como fazer um combate ao foço da desigualdade na pandemia? Certamente, a tributação daqueles que podem contribuir mais é algo que está sendo contemplado. Falarei mais sobre isso no endereçamento das respostas ao Deputado Francisco Jr., mas entendemos que, sim, é importante melhorar o equilíbrio na questão tributária para que o ônus tributário seja distribuído de forma mais equânime.

A quinta pergunta é com relação a um crédito para permitir que os alunos que não têm acesso, por exemplo, à internet e às aulas remotas... Há um *gap*. A maior parte da resposta à desigualdade de renda no Brasil é dada pela desigualdade educacional. Ela responde por cerca de 50% a 60% da desigualdade de renda. O *gap* educacional responde por uma parte importantíssima. E, durante a pandemia, nós não podemos deixar esse *gap* ser aumentado. Então, estudaremos sobre o assunto. Já é contemplado, mas estudaremos sobre o assunto. Pediria até que o Senador nos colocasse isso formalmente – sei que já foi endereçado, mas é um item importantíssimo. E mais: ele não tem o impacto fiscal como outras medidas têm, ou seja, é possível se fazer muito com um menor gasto.

A sexta pergunta é feita com relação a Fust e Fistel, ao uso e à universalização desses dois fundos. Esses fundos têm características próprias e estão contemplados na PEC 187, que é a PEC dos fundos, que está sob a relatoria do Senador Otto Alencar no Senado, mas que também é parte do que está no projeto do Deputado Mauro Filho que está em tramitação na Câmara e trata de um ponto de vista mais geral dos fundos. Mas esses dois fundos, em particular, têm suas especificidades. Peço que nos dê alguns dias para respondermos especificamente a essa sua pergunta com relação ao Fust e ao Fistel, lembrando sempre que aqui há de se ter também zelo com a questão jurídica, para que o uso desses recursos atenda a seus objetivos iniciais.

Endereçando-me às perguntas do Deputado Francisco Jr., digo que elas, *grosso modo*, tratam da questão tributária. Antecipo que a discussão da segunda parte está sendo formatada. O Ministro Paulo Guedes e o Secretário Tostes vão endereçar as partes finais junto com as Lideranças no momento devido. Mas entendo diretamente que as características de uma boa reforma tributária estão contempladas em todos os segmentos da reforma tributária em termos de progressividade, equanimidade, neutralidade e simplificação. Os ganhos trazidos para a economia, em particular para a eficiência econômica, são elevados. Esses quatro itens são premissas usadas nas propostas de reforma tributária que, como falei, serão devidamente comunicadas pelo Ministro Paulo Guedes, pelo Secretário Tostes e pelas Lideranças.

Quanto à tributação, incluindo a parte de pejetização, como o senhor falou, lembro sempre que a diligência, a atenção do pessoal se dá também em termos da análise dinâmica, ao longo do tempo, de como as bases tributárias se comportam, inclusive evitando que haja perda de arrecadação, erosão de base nessa arrecadação. Todos esses itens são considerados nas propostas.

Sobre a diminuição da tributação sobre consumo e o aumento da tributação sobre renda, esse é outro item que está sob... É importantíssimo, em qualquer reforma tributária, em qualquer país, ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisada a contraposição entre renda e consumo e como isso pode se dar, lembrando que a tributação sobre consumo no Brasil é muito elevada. O imposto que tem a maior arrecadação, que é o ICMS, com uma arrecadação da ordem de R\$475 bilhões – esse é o dado do ano passado –, é um imposto majoritariamente sobre consumo e também prestação... O consumo, entendidos tanto de bens como de serviços, mas também nós temos vários outros impostos que entram no consumo. O Secretário Tostes e o Ministro Paulo Guedes, certamente, levam isto em consideração na sua análise: a contraposição consumo *versus* renda.

Quanto a doações e grandes heranças, esse é um item também que pode ser endereçado ao Secretário Tostes para pronta resposta.

A tributação sobre movimentações na internet é um segmento que merece uma análise devida, porque nós estamos com um dinamismo na economia. A economia deixa de ser mais material do ponto de vista de uma transação física e migra para uma transação por internet. Isso se dá nos diversos países e no Brasil também.

Peço a autorização do Senador Confúcio para proferir minhas palavras finais agora – vou ser bastante rápido –, primeiro de agradecimento por esta oportunidade.

Posso seguir, Senador Confúcio?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode continuar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Primeiro, agradeço a oportunidade de falar com V. Exas. Coloco não somente a mim, mas toda a equipe da Fazenda, incluindo Tesouro, SOF, SPE, Secap, os departamentos de fundos à disposição do Parlamento para prestar informações, as mais precisas possíveis, sempre zelando por estas premissas: transparência, conservadorismo nos cálculos, atendimento às regras fiscais, em particular atendimento ao teto de gastos. As equipes estão totalmente à disposição. Nós servimos ao público, servimos em particular ao Congresso Nacional, que sempre foi e sempre será soberano em suas decisões.

Aponto também a importância de termos essa oportunidade de mostrar a diligência com que tratamos a coisa pública, bem como entendemos que o importante é que a sociedade tenha o retorno o mais direto e transparente possível para alocação desses gastos.

O relatório é bimestral. Ele seguirá para V. Exas. com detalhamento. Para qualquer complemento necessário, estamos à disposição. Esses relatórios são um dos fatos que mais me honram, pessoalmente.

Nenhum país, ou o Brasil em particular, esperava um gasto de tão elevada monta: R\$607 bilhões. É um dado que requer forte diligência, atenção, conservadorismo, transparência em particular. Eu sou funcionário público desde 1996. Hoje trabalho no Senado, sou funcionário do Senado. Já participei de vários governos desde 1996, portanto, em todos os governos, eu tive, indiretamente, participação, sempre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscando zelar pela coisa pública e oferecer o melhor possível – não só eu, puxando também para as equipes das quatro secretarias, sob orientação do Ministro Paulo Guedes –, para que a gente enfrente a pandemia – e ela será enfrentada, vemos condições de otimismo –, zelando pela pública, com recuperação forte em vários segmentos.

Só o setor de serviços ainda precisa de um alento (*Falha no áudio.*)

... uma solução possível para, junto com o Parlamento, o Poder Executivo trazer soluções efetivas no enfrentamento à pandemia e seguirmos para a normalidade, para o crescimento efetivo, com geração – repetindo as mesmas palavras – de emprego e renda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Waldery. Muito obrigado a toda a equipe, aos senhores secretários nacionais, ao Secretário do Tesouro, enfim, a todos os telespectadores da TV Senado, da TV Câmara, aos ouvintes da Rádio Senado. Àqueles que acessaram o e-Cidadania, muito agradecido. Muito obrigado pela participação dos Srs. Senadores.

Hoje foi um dia complexo, porque muitos Parlamentares têm, simultaneamente, reuniões de liderança com seus Presidentes da Câmara e do Senado para fazer a pauta da semana. O Senador Izalci é um dos que não falta, de maneira nenhuma, mas faltou hoje, infelizmente. A Eliziane também não falta, e assim muitos outros que não apareceram justamente por causa da sobrecarga de horários.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, do nosso convidado especial, Dr. Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial da Fazenda, já falado, citado por mim, e agradeço a participação de todos da população que estiveram ligados às nossas emissoras de TV e rádio. Muito obrigado.

Declaro encerrada a nossa audiência pública.

Muito agradecido. Um abraço a todos e uma boa tarde!

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e quatro minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho, e ainda das Parlamentares não membros Paula Belmonte e Rejane Dias. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Luiz Carlos Motta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 71, de 2020**, que solicita a realização de "Audiência Pública para debater: a) a retomada do crescimento econômico, diante da dificuldade sistêmica de acesso ao crédito, por parte das micros e pequenas empresas e dos empreendedores individuais; b) a falta de previsão orçamentária direcionada para políticas públicas de crédito para os pequenos negócios no Orçamento de 2021." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** As medidas aplicadas nos estados e municípios no enfrentamento da pandemia de Covid-19, seus impactos, recursos repassados e a execução orçamentária e financeira de apoio aos estados e municípios pelo Governo Federal; os cenários e riscos fiscais/macroeconômicos e as possibilidades de ação para dirimir os impactos negativos na economia frente à crise atual. **Participantes:** Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente - IFI; Wilson Lima, Coordenador de Gestão Orçamentária e Financeira da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. (representante de: Jean Carlo Gorinchteyn, Secretário de Estado de Saúde de São Paulo.); e Mauro Junqueira, Secretário Executivo do CONASEMS, Secretário de Saúde do Município de São Lourenço-MG. (representante de: Wilames Freire Bezerra, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS. Secretário Municipal de Saúde de Pacatuba-CE.). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/05>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta – olhe bem! – a 33ª Reunião da Comissão. Olha o tanto que nós já trabalhamos, gente: foram 33 audiências públicas da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo – prestem bem atenção nisso aqui, porque a gente repete e repete, como se fosse uma cantiga de grilo – acompanhar a situação fiscal – olhe bem! – e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência em saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

Esse é o tópico mais importante em que nós devemos agora, nesta reta final, prestar muita atenção: acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária.

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo. Quanto à ordem de fala, a palavra será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes, e por último aos não membros da Comissão.

As questões de ordem e os espaços de liderança ficam para o final da nossa audiência.

Eu não sei se já tem número para a gente votar. *(Pausa.)*

Ainda não. Vamos esperar um pouquinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a votação também de um requerimento do Senador Esperidião Amin. Assim que der o quórum, nós vamos colocar em votação. Fique bem atenta à Comissão para me avisar na hora que preencher o quórum, e de imediato a gente já põe em votação.

A presente reunião é uma audiência pública com a presença de dois participantes: Mauro Junqueira, Secretário Executivo do Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde). É muito importante a participação dele. Ele é Secretário Municipal da cidade de São Lourenço, em Minas Gerais. Nada melhor do que um secretário para falar da Covid, falar do que sentem os seus companheiros, seus colegas secretários municipais, se está indo tudo bem, o que precisa ser feito, quais são os erros e acertos. Então é isso que ele vai falar aqui para a gente, com certeza.

E o nosso já conhecido e competente Dr. Felipe Salto, Diretor-Executivo do IFI (Instituição Fiscal Independente) aqui do Senado Federal.

Então, sem mais delongas, nós vamos já passar a palavra, Dr. Mauro Junqueira, do Conasems, pelo tempo de 25 minutos. É suficiente para você passar o seu ponto de vista e comentários em nome dos seus colegas secretários municipais de saúde.

Logo em seguida, o Dr. Felipe Salto.

Com a palavra, Dr. Mauro Junqueira. *(Pausa.)*

O senhor pode entrar, Secretário Mauro Junqueira.

Eu não estou vendo o Mauro ali dentro.

O SR. MAURO JUNQUEIRA (Para expor.) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso, Mauro, você pode falar tranquilamente.

Bem-vindo!

Parece que nós dois somos irmãos gêmeos, não é? *(Risos.)*

O SR. MAURO JUNQUEIRA (Para expor.) – Com certeza! Pouca telha! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois é. Pode falar, meu amigo.

O SR. MAURO JUNQUEIRA (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio! Bom dia, Felipe Salto e todos os presentes, todos os ouvintes.

Queria agradecer, em nome do Presidente Wilames, nosso Presidente do Conasems, Secretário de Pacatuba. Ele estaria presente conosco, mas teve um problema com relação ao seu Município, então eu vou estar o representando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Senador, que eu fui Secretário de Saúde de São Lourenço, Lambari, Carmo de Minas, lá no sul de Minas, aquela estância hidromineral, e hoje eu estou como Secretário Executivo do Conasems.

O Conasems representa os 5.570 Municípios, então tem um desafio muito, muito grande com relação à questão pública, à questão da saúde pública. E este ano é para nós muito complicado, porque é um ano de eleições municipais, um ano de encerramento de contas, um ano que veio junto com toda essa dificuldade da questão da Covid-19.

Então, imagine o cenário municipal, onde nós tivemos que ampliar os nossos leitos, redirecionar as nossas ações de enfrentamento à Covid e também de manutenção de assistência à saúde da população. Essa população, num primeiro momento, ficou em casa, se isolou, não procurou a assistência à saúde; está retomando as suas atividades agora, gradativamente. E, para o senhor ter ideia, nós temos aí um cenário de 700 milhões de procedimentos não realizados nesses primeiros meses, nesses últimos oito meses, ou seja, comparando com o ano anterior, nós deixamos de fazer, entre atendimentos ambulatoriais e hospitalares, dos primeiros meses do ano até agora, 700 milhões de procedimentos, podendo chegar aí a 1 bilhão de procedimentos até 31 de dezembro.

Assim, o que a Covid nos trouxe e que também vai deixar para a próxima gestão é isto: uma demanda reprimida altíssima, no pós-Covid, de procedimentos ambulatoriais e hospitalares. Só para se ter ideia, na oncologia são mais de 70% de procedimentos não realizados. Então, nós do Conasems estamos muito preocupados com esse número de procedimentos, essa demanda reprimida que vai passar para o ano seguinte.

E aí começam os nossos questionamentos e as nossas orientações ao conjunto de secretários. Como todos sabemos, nós temos uma rotatividade na gestão muito grande. Nós estamos, neste ano, no terceiro Ministro da Saúde. E isso acontece também lá no Estado. No Estado, nesse mandato, já são 47 Secretários de Estado de 26 Estados. E nos Municípios não é diferente, Senador; a todo momento troca a gestão municipal, trocam secretários. Quando entram novos Prefeitos, a média de secretários municipais de saúde que chegam a assumir a gestão é na faixa de 4 mil novos secretários. Então, além de tudo isso, teremos, em janeiro próximo, 4 mil novos gestores de saúde nos Municípios, gestores que vão pegar aí uma demanda reprimida do ano de 2020 na casa de 1 bilhão de procedimentos ambulatoriais e hospitalares não realizados – pacientes que não foram acompanhados, hipertensos, diabéticos – e uma série de procedimentos de imagem, de diagnósticos que não foram realizados.

A nossa preocupação além disso vai também com relação à utilização dos recursos repassados pelo Governo Federal. Até o presente momento, nós tivemos de transferências fundo a fundo da União para os Municípios, dos R\$23 bilhões de dotação que foram aprovados para os Municípios, R\$20 bilhões que já foram repassados, ou seja, o Ministério da Saúde cumpriu já com 88% dos repasses daquilo que foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçado: dos R\$40 bilhões, já foram transferidos R\$30 bilhões, incluindo aí também os Estados e as outras transferências.

Foram colocados para vacinar R\$2,5 bilhões na Medida Provisória 1.004, e a portaria que mais transferiu recursos para os Municípios, principalmente aos Municípios, foi a Portaria 1.666, que significa 49% dos recursos repassados.

O que eu queria trazer, que é uma grande preocupação do Conasems – nós estamos conversando diariamente com Municípios, com o conjunto de Municípios, com os nossos conselhos estaduais –, é a orientação de como gastar e como gastar bem o recurso federal, o recurso de Covid, o recurso transferido fundo a fundo. Senador, há confusão, falta clareza na utilização de recursos, e os gestores estão amedrontados para utilizarem os recursos. O nome é exatamente este: medo de gastar os recursos. Por mais que nós orientemos os secretários municipais, o que se pode gastar, as portarias estão claras nesse sentido, mas vários órgãos de controle, várias ações feitas acabam por pressionar o gestor a ficar com medo e a não utilizar o recurso federal. Nós estamos fazendo um trabalho muito forte junto ao Ministério da Saúde. Esperamos que, ainda neste mês de outubro, consigamos definir uma proposta que dê tranquilidade jurídica, dê segurança jurídica ao gestor municipal de Saúde que está lá na ponta, para que ele possa fazer a utilização de recursos.

Para mim, que fui gestor por 30 anos, não há dificuldade nenhuma de gastar, mas, como a rotatividade é muito grande, o gestor fica na dúvida. E, quando ele pergunta ao órgão de controle, geralmente vem a resposta: não faça, não gaste, não gaste com pessoal, não compre equipamento. Tudo isso é plenamente possível desde que o gestor municipal faça a recepção no seu orçamento do recurso federal, faça a programação, discuta com o seu Conselho Municipal de Saúde. Então, este é um grande desafio hoje: orientar o gestor municipal e dar segurança jurídica para que ele possa fazer a melhor utilização dos recursos.

Nós respondemos nesses meses todos com 13 mil leitos novos de UTI e estamos discutindo junto ao Ministério da Saúde qual é o legado, quantos desses 13 mil novos leitos UTI ficarão para a gestão do SUS. Só junto aos filantrópicos, que acreditamos ser o grande legado, são quase 5 mil leitos de UTI habilitados nas suas estruturas físicas. Lógico que os hospitais de campanha perdem o sentido, aquilo que foi construído, ampliado.

Agora, de onde virão os recursos para isso? A gente sabe da dificuldade, a gente sabe da crise que o País enfrenta. Então, capacitar gestores, trabalhar para que eles façam a melhor utilização de recursos, esse é o trabalho fundamental que o Conasems vem desenvolvendo junto ao conjunto dos seus secretários municipais de saúde, para que eles possam fazer a melhor utilização dos recursos, para que eles possam aplicar de acordo com o seu planejamento, de acordo com a regionalização da assistência, trabalhando sempre na região de saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para todos os Municípios terem todos os serviços, ofertarem todos os serviços – isso é inviável. Nós não temos médicos suficientes para isso. Nós ampliamos este ano, com toda a pandemia, em 30 milhões de brasileiros cadastrados no Programa Previne Brasil, o programa em que nós apostamos no ano de 2019, fizemos um trabalho com gestores. A meta era chegar a 150 milhões de brasileiros cadastrados, com os cadastros limpos, as pessoas bem identificadas. Chegamos a 119,8 milhões de pessoas, quase 120 milhões; saímos de 90 milhões em 2019. Estamos orientando e ampliando as equipes de saúde da família. Já passamos de 51 mil equipes de saúde da família no País. Estamos trabalhando a questão do orçamento que foi proposto para o ano que vem e dos projetos que fazem a transposição dos recursos para o próximo ano.

Então, eu queria cumprimentar o Senado, que aprovou o Projeto de Lei 4.078, proposto pela Senadora Simone Tebet, que prorroga, até 31 de dezembro de 2021, a vigência dos instrumentos de transferência de recursos da União para os Municípios. Isso é de fundamental importância, Senador. Porque o que acontece? Parte importante, grande parte dos recursos transferidos a Estados e Municípios aconteceu não foi em março, quando começou efetivamente a pandemia, quando ela chegou ao nosso País. Esses repasses aconteceram em meados de agosto, início de setembro. A Portaria 1.666, que transferiu quase R\$14 bilhões aos Municípios, começou a ser paga em setembro. Portanto, não deu tempo de gastar e fazer o gasto efetivo, o gasto real, o gasto com necessidade, com planejamento. Assim, é necessário, sim, transferir, transpor esses recursos até dezembro de 2021.

Igual a esse projeto há um PL ainda em discussão na Câmara dos Deputados, o PL da Deputada Carmen Zanotto, que também fala da transposição e transferência dos saldos remanescentes, destinados ao Covid. Nós sabemos que 100% dos serviços das unidades de saúde deste País, 100% da porta de entrada de serviços deste País na área de saúde estão impactados pela Covid. Todas as unidades públicas ou privadas têm um impacto grande da Covid. Como eu disse logo no começo, nós deixamos até o momento de executar 700 bilhões de procedimentos. A última portaria aprovada, a última lei aprovada no Congresso Nacional, a de nº 14.061, deu o prazo de até 30 de setembro para os hospitais não terem necessidade de cumprir as metas qualitativas e quantitativas, de acordo com os seus contratos. Só para os hospitais foram sete meses de não exigência de metas qualitativas e quantitativas, para que esse conjunto de hospitais pudesse se preparar para ter os seus serviços prontos, as suas unidades e as suas camas hospitalares liberadas, para atendermos os pacientes de Covid, os pacientes clínicos, os pacientes que tivessem necessidade de suporte ventilatório e também de leitos de UTI. Mas isso trouxe também uma demanda reprimida a que eu já me referi.

Por último, seria importante uma questão ser avaliada pelo Senado Federal e pelo Congresso Nacional: a revogação do art. 5º da Lei Complementar nº 172. Esse art. 5º fala da transposição e transferência de saldos financeiros de que trata a lei, que se aplica somente durante a vigência da Covid. O que nós propomos, com esse cancelamento, com essa revogação, é que, ao final do exercício financeiro, os recursos que sobraem em conta daquilo que foi prestado pelo Município com maior



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eficiência e melhores condições de atendimento possam ser reprogramados pela gestão, no ano seguinte, para serem aplicados em saúde. Em momento nenhum, pode-se fazer a devolução ou deixar de prestar aquilo que foi programado, mas, ao final do exercício, pode-se reprogramar de acordo com seu conselho, com seu plano municipal, com seu orçamento municipal.

Eu acho que é isso, para iniciarmos a nossa conversa.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade de falar aqui com o Senado Federal, discutindo um pouco e colocando as nossas ansiedades, a dificuldade na ponta. Mas quero dizer que o SUS sobreviveu e que toda a nossa equipe de saúde, composta por profissionais médicos, enfermeiros, enfim todos os servidores, trabalhou muito em defesa da vida, em defesa da população, e devemos nos lembrar sempre dela.

Muito obrigado, Senadores. Estamos aqui para fazer esse debate e discutir um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Mauro Junqueira, esse bom mineiro que fez uma apresentação muito didática, muito compreensível. Já já haverá as perguntas, e V. Exa. terá tempo de respondê-las. Há perguntas dos internautas.

Vou aproveitar este intervalo, antes de chamar o Felipe Salto, para colocar em votação a nossa ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a ata da reunião anterior, que já foi distribuída previamente, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata da reunião anterior.

Agora eu aproveito também para colocar em votação o Requerimento nº 71, de autoria do Senador Esperidião Amin.

1ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 71, DE 2020**

Audiência pública para debater: a) a retomada do crescimento econômico, diante da dificuldade sistêmica de acesso ao crédito, por parte das micros e pequenas empresas e dos empreendedores individuais; b) a falta de previsão orçamentária direcionada para políticas públicas de crédito para os pequenos negócios no Orçamento de 2021.

Autoria: Senador Esperidião Amin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o requerimento do Senador Esperidião Amin, que trata de um tema da sua especialidade, assim como da Senadora Zenaide Maia, da Kátia Abreu e, enfim, de todos. A gente realmente quer o crédito para os pequenos.

Os Parlamentares que estiverem de acordo com esse requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de autoria do Senador Esperidião Amin. *(Pausa.)*

O Secretário de Saúde de São Paulo foi convidado e apresentou também... Já está na sala o representante dele. Vou passar a palavra para o Felipe Salto e depois passo a palavra para ele. Eu preciso dos dados dele, por favor.

Então, com a palavra nosso guru das contas públicas, o Dr. Felipe Salto, pelo tempo de 20 a 25 minutos.

Dr. Felipe, seja bem-vindo!

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado, Presidente Senador Confúcio Moura.

É um prazer estar nesta Comissão mais uma vez e, dentro do papel da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, colaborar com os trabalhos desta Comissão de acompanhamento, apresentando dados, informações e alertas também a respeito do risco fiscal e dos cenários que nós temos visto e traçado na Instituição Fiscal Independente.

Quero cumprimentar, na pessoa do Presidente, os demais Senadores presentes, também o Relator, o Deputado Francisco, e o meu colega de painel, de audiência, o Dr. Mauro Junqueira.

Eu vou usar alguns eslaides dentro do tempo que me foi concedido. Então, vou compartilhar aqui a tela.

Peço só para confirmarem se já está dando para ver os eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente, Felipe, estamos vendo. Pode continuar.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Perfeito!

Eu dividi a apresentação em três tópicos. O primeiro é o diagnóstico da situação; depois vou apresentar algumas projeções e, em seguida, a discussão do teto de gastos, que, neste ano, não é uma discussão, uma restrição importante, mas que, a partir do ano que vem, com o término da calamidade, volta a ser uma regra fiscal que vai ter de ser observada. Há alguns programas que vêm sendo discutidos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a exemplo do Renda Cidadã, que seria uma continuidade do programa atual dos R\$600, agora R\$300 nas parcelas finais, e será preciso espaço orçamentário para que ele possa ser financiado.

O quadro fiscal que nós temos hoje é o mais desafiador do País sem dúvida. As crises por que nós passamos nas décadas passadas, nos anos 80, nos anos 90, tinham mormente um componente externo de fragilidade no balanço de pagamentos, com um baixo nível de reservas internacionais. Dessa vez, a crise nos pegou com esse lado da economia ajustado. Nós temos uma situação nas contas externas que é relativamente controlada, apesar da recente saída de capitais, o que acende um pouco o sinal de alerta. Mas o fato de a gente ter um nível de reservas elevado e o segundo fato de haver uma dívida pública muito nas mãos de brasileiros, e não nas de estrangeiros, são um ponto que conta a favor.

É claro que as dificuldades de gerir a dívida pública estão presentes. Quanto às taxas de juros, apesar de elas serem historicamente baixas, é preciso lembrar que temos dívidas com prazos diferentes. Então, o que importa não é só a Selic, mas também os juros que o mercado vai exigindo do Governo nos prazos mais longos, como a gente chama, da dívida pública.

Não é um quadro de insolvência. Certamente, ainda não é um quadro de insolvência, mas há um risco que precisa ser controlado de o Brasil viver com uma dívida que nunca teve antes. Nós vamos ter uma dívida pública neste ano de 96,1% do PIB, um aumento de 20,3 pontos percentuais do PIB em relação ao fechamento do ano passado. O dado de agosto do Banco Central, mais recentemente divulgado, na semana passada, mostra que a dívida já está em 88,8% do PIB. Então, já cresceu 13 pontos em relação ao final de 2019.

O déficit primário também vai ser bastante elevado. A nossa projeção, desde junho deste ano, é de R\$877,8 bilhões. O Governo também revisou recentemente a sua projeção, que era de pouco mais de R\$700 bilhões, para algo próximo dessa projeção da IFI. Isso indica, é claro, que as medidas de combate à crise estão acontecendo. O orçamento para atender às diversas frentes, inclusive e principalmente a saúde, como disse o Dr. Mauro, está acontecendo. Em comparação com os outros países, o Brasil não está ficando para trás. Nós estamos conseguindo liberar os recursos. Inclusive, o percentual de execução do orçamento da Covid foi checado agora pela nossa equipe na IFI: do total de R\$604 bilhões de orçamento já fixado, já foram executados R\$441 bilhões; isso representa 73% de execução. É claro que o diabo mora nos detalhes. Então, cada uma das frentes, dos programas e das políticas criadas precisa ser analisada com cautela.

Inclusive no mês de setembro, o pagamento do auxílio emergencial teve uma queda na execução, que precisa ser investigada. Passou de um pagamento de R\$45 bilhões, em média, para algo como R\$11 bilhões a R\$12 bilhões. É claro que o pagamento de R\$300 em relação aos R\$600 explica uma parte dessa redução, mas se esperaria que a queda fosse para a metade, mais ou menos, e não para R\$11 bilhões a R\$12 bilhões, o que seria algo como 25% do que se estava gastando anteriormente. Esse é um ponto de alerta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao futuro, é preciso ter claro que nós vamos ter de voltar a um regime de respeito às regras fiscais. O teto de gastos tem um papel importante nisso, sem prejuízo de que seja discutido e de que seja adaptado a esta nova realidade que nós temos.

A evolução das receitas e das despesas tem sido bastante expressiva nos últimos anos. Esse gráfico mostra os dados da receita e da despesa do Governo central e a porcentagem do PIB. A gente vê que, desde 2014, aproximadamente, a partir do final de 2013, a curva da despesa, que é a vermelha, passou a ficar acima da curva da receita. Isso é o que a gente chama de déficit primário. Essa "boca de jacaré" que se abriu ao final do período tem a ver com os gastos extraordinários. Ela deve ser revertida no ano que vem, obviamente, mas, ainda assim, a gente vai ter discrepância entre receitas e despesas, o que vai representar um déficit, de acordo com as projeções da IFI para 2021, de algo como R\$265 bilhões. É um déficit superior ao que está previsto no Ploa, no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021.

Olhando esse mesmo gráfico, agora em dados reais, ou seja, descontando a inflação dos dados fiscais que estou apresentando, o que a gente pode observar é o crescimento da receita e da despesa. Nessa tabela resumo que eu coloquei aqui embaixo, a gente consegue ver que o ritmo de crescimento da receita e da despesa era muito alto no período de 2004 a 2011. Então, a receita crescia numa média anual de quase 8% acima da inflação e as despesas também. É por isso que essas duas curvas são bastante paralelas, apresentam um crescimento quase linear ao longo desse período. Depois, com a crise e a queda do crescimento econômico, as receitas desaceleraram muito e passam a ter uma queda média anual de 0,5%, mas as despesas não desaceleraram na mesma proporção. Isso acontece porque a contratação de gastos se deu principalmente nas despesas que a gente chama de obrigatórias, que são difíceis de cortar da noite para o dia. De 2016 a 2019, a receita voltou a acelerar um pouco. Aqui, há um peso importante de receitas extraordinárias do petróleo, no ano passado, com a cessão onerosa. E as despesas primárias desaceleraram para algo como 0,6% ao ano. Esse corte nas despesas primárias se deu principalmente naquilo que a gente chama de despesas discricionárias, que incluem investimentos, custeio da máquina. É um corte que não é sustentável, e vai ser preciso, ao longo dos próximos anos, discutir a qualidade do ajuste fiscal.

Agora, de agosto contra agosto do ano passado, no acumulado em 12 meses – se o ano tivesse terminado em agosto, seriam 12 meses acumulados –, a despesa está crescendo 33%, e a receita está caindo 5%. Essa queda da receita explica-se tanto pelos diferimentos que foram aprovados para as empresas, com a postergação do pagamento de impostos, quanto pelo efeito da atividade econômica na arrecadação.

Aqui, estão os principais gastos do Governo: INSS, pessoal, abono e seguro, BPC, que é um benefício social, despesas discricionárias e subsídios. A gente consegue ver que as despesas discricionárias e os subsídios foram as rubricas que tiveram a maior queda nesse período. Então, pode-se dizer que o regime do teto de gastos combinado com a meta de resultado primário produziu essa redução





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas despesas com subsídios e nas despesas discricionárias. Vale dizer que, em 2015, o nível de subsídios foi mais elevado historicamente por conta do pagamento das chamadas pedaladas fiscais, que afetou a rubrica de subsídios. As outras despesas ficaram estáveis ou aumentaram. Por exemplo, o INSS aumentou 1,3 ponto percentual do PIB; pessoal aumentou 0,3; abono, seguro-desemprego e BPC ficaram praticamente estáveis, com um aumento de 0,1 ponto percentual no Benefício de Prestação Continuada.

Essas são as projeções que nós temos, começando pelo PIB. Aqui, estão os três cenários da IFI. O cenário mais provável é o que está no meio, é o cenário base. O que este gráfico mostra é que, se a gente chamar de 100 o nível de PIB do pré-crise, nós vamos voltar a esse nível de 100 lá em 2023. Isso mostra que a recuperação será lenta, depois de uma queda bastante expressiva. Isso vai produzir precariedades no mercado de trabalho, na massa salarial. O que coloca um pouco de otimismo nisso é que os dados de produção industrial mensal para os últimos meses e também os da Pesquisa Mensal de Comércio mostram que há uma recuperação um pouco mais rápida do que a que se previa. Então, pode ser que esses números sejam um pouco melhores, mas por enquanto o nosso cenário base indica isso, quer dizer, vai haver ainda um longo processo para que se possa restabelecer o nível de crescimento do pré-crise.

Aqui temos um resumo das medidas anticrise, já considerando as projeções da IFI para 2020. Então, nós dividimos aqui didaticamente em quatro grupos: ajuda às empresas, quase 140 bilhões; ajuda aos trabalhadores, com destaque para o auxílio emergencial; ajuda aos Estados e Municípios, como já comentou o Dr. Mauro; também os gastos diretos em saúde. Quando a gente soma tudo isso, dá um total de 601,3 bilhões. Nós vamos revisitar esses números em novembro, quando a IFI apresenta uma nova revisão de cenários, mas o fato é que esse total da ordem de 600 bilhões combinado com os outros efeitos na receita e na despesa deve produzir um déficit primário este ano de 877,8 bilhões, o que representa 12,7% do PIB.

Olhando para a frente, o que a gente observa é que as despesas têm um crescimento que pode ser resumido nesse gráfico. A primeira linha é a linha da previdência, o INSS, sem incluir o regime próprio dos servidores. A previdência fica mais ou menos estável, cresce algo como 0,6 ou 0,7 ponto percentual do PIB, num horizonte de dez anos. Pode até ser que tenha uma trajetória mais benigna, a depender dos efeitos da reforma da previdência, que a gente ainda vai começar a sentir, mas é verdade que, se não fosse a aprovação da reforma, essa curva iria para mais ou menos 12% ou 13% do PIB até o final do décimo ano, 2030.

A despesa com pessoal apresenta queda nas nossas projeções, mas esse é um ponto importante a discutir porque ela reflete na verdade a aplicação dos chamados gatilhos do teto de gastos, a Emenda Constitucional 95, de 2016. É claro que esse é um cenário de simulação, provavelmente os gatilhos conseguiriam ficar acionados por dois ou no máximo três anos, mas eles produzem um efeito, se a gente pegar a partir de 2021 até 2023, de algo como meio ponto percentual do PIB. Não é algo que se deva descartar, pode inclusive ajudar a abrir espaço fiscal para financiar outros tipos de gastos que surgiram – legitimamente – como demanda, como necessidade, nesse momento de crise e após crise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As projeções de déficit primário, vamos concentrar aqui na linha vermelha, que é o cenário base. A gente vai passar esse ano dos 12,7% do PIB, o ano que vem derruba-se esse déficit para 3,6. Aqui ainda não está considerado nenhum tipo de gasto social novo, nem o Renda Cidadã, mas a gente pode ver que é um déficit ainda elevado se a gente comparar com 2019, quando o déficit ficou na casa de 0,9% do PIB. Então, há um caminho muito duro ainda a ser percorrido para que a gente volte a conseguir gerar superávits primários. Até 2030, pelas nossas contas, só no cenário otimista, que é a curva azul, a gente conseguiria voltar a ter superávit primário antes de 2030.

Quanto ao resultado nominal, que inclui o pagamento de juros: pagamento de juros ainda é muito elevado no Brasil, mas diminuiu bastante e esse ano deve cair para a casa de 4,4 ou menos em porcentagem do PIB. Isso se deve à redução da Selic, que reduz o custo médio da dívida.

Agora, a depender da incerteza de medidas equivocadas que sejam tomadas, isso pode afetar aquilo que a gente chama curva a termo de juros, que são os juros para diferentes prazos de títulos públicos emitidos. Isso aconteceu quando foi anunciada a medida chamada postergação dos precários e também no anúncio de que se utilizaria o Fundeb para financiar os gastos novos do ano que vem. A reação do mercado foi muito ruim e isso se refletiu no custo da dívida pública. É claro que são movimentos que podem ir e voltar, mas é um sinal de que a clareza a respeito do cenário a partir do ano que vem precisa ser muito grande para que a gente não caia nessa armadilha de piorar as contas públicas, mesmo com uma Selic muito baixa.

O déficit nominal projetado para este ano então é de 17,6% do PIB, incluindo aqui no resultado primário já os Estados e Municípios e somando a conta de juros de 4,4%.

Quanto às nossas projeções para a dívida bruta – esse é o cenário base de projeções –, eu mostrei aqui para vocês, estou mostrando como foi a evolução das projeções desde novembro de 2019, a curva verde é de novembro de 2019. Então, a gente vê que as projeções foram piorando, a curva só foi subindo e a tendência é que a dívida cresça ao longo dos próximos anos, atingindo 100% do PIB em 2022, e continue crescendo ainda até 2030. É um cenário bastante difícil, que vai requerer um compromisso com a responsabilidade fiscal.

O cenário pessimista é ainda pior, quer dizer, se nós pegarmos novembro de 2019 nas projeções da IFI comparadas com agora, a gente vê que a dívida pode crescer e atingir 176% do PIB até 2030.

Trata-se de simulações, não cabe à IFI ser alarmista, mas apenas precificar os riscos de cenários que sejam mais ou menos ciosos da responsabilidade fiscal e do compromisso com o ajuste das contas públicas.

Aqui nós temos os três cenários: base, otimista e pessimista lotados nesse gráfico, que são os nossos cenários atuais. Então, dá para ver que o cenário otimista, obviamente, é o mais benigno, que é esse cinza aqui embaixo, meio azulado. Para que ele pudesse ser realizado, a gente teria que ter uma taxa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de crescimento econômico maior e teria que recuperar a geração de superávits primários mais rapidamente. Isso dependeria de medidas provavelmente tanto do lado das despesas quanto do lado das receitas.

Por fim, o último tópico do qual eu gostaria de falar é sobre o teto de gastos. Esse é o quadro do Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) para 2021. O próprio Governo calcula então que o teto de gastos vai ser de R\$1,4859 trilhão para o ano que vem. E as despesas sujeitas ao teto, que incluem previdência, pessoal, abono, todas as despesas sujeitas ao teto, também de R\$1,4859 trilhão. Ou seja, a diferença do número um para o número dois é de 0,0. Quer dizer, o próprio Governo indica no Ploa a inexistência de margem para poder fazer gastos novos, a não ser que revise alguma dessas rubricas que estão aqui sob o teto.

As despesas discricionárias são sempre as primeiras eleitas para arcar com esse tipo de ajuste. O problema é que R\$108,4 bilhões já é um nível historicamente baixo para essas despesas, lembrando que elas incluem também o mínimo constitucional da saúde, uma parte dele, as emendas impositivas, o custeio da máquina pública. Então, há um nível mínimo, que aí se calcula em torno de R\$90 bilhões, aquém do qual seria difícil avançar sem levar a um quadro de risco de paralisação da máquina pública ou do chamado *shutdown*.

Então, resta rever, se possível, as despesas chamadas obrigatórias, que incluem o INSS, pessoal, abono e seguro, BPC – todas muito difíceis de cortar –, subsídios e subvenções, lembrando que aqui nos subsídios não estão incluídos os subsídios tributários, que não são despesas propriamente ditas, são renúncias fiscais que afetam o lado da receita.

A Emenda 95, do teto, prevê o acionamento dos gatilhos. A respeito dos gatilhos do teto, há uma discussão importante, se eles poderiam ou não ser acionados. E basicamente essa discussão se dá nestes dois dispositivos, Presidente Confúcio, se me permite explicar: no art. 107, que diz, no §3º e no §4º, que não poderá haver mensagem orçamentária com os limites do teto excedidos; e, ao mesmo tempo, no art. 109, que diz que, no caso de descumprimento dos limites, aplicam-se tais e tais gatilhos. Então, é uma redação ruim da Emenda 95, de fato, que é pouco clara e que cria uma espécie de sinuca de bico, difícil de ser solucionada. Caberia interpretação ou, como foi a opção do Governo, enviar uma PEC. Na verdade, o Governo enviou a PEC da emergência fiscal e a PEC do pacto federativo, as duas têm trechos quase idênticos para tratar dessa questão de solucionar os gatilhos.

Quais seriam os caminhos possíveis? O primeiro seria acionar os gatilhos do teto no próprio Ploa – seria, a meu ver, a opção mais sensata, porque caberia uma interpretação, com consulta prévia ao TCU, inclusive, para que isso fosse feito de uma maneira coordenada –, mas a opção que foi adotada é essa segunda, que é a proposição de uma PEC para que se resolva o acionamento dos gatilhos com uma nova proposta de emenda à Constituição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda existem outras duas opções: uma delas seria, como já há a PEC 36, por exemplo, em tramitação, que é flexibilizar o teto desde já – a meu ver, essa é uma alternativa mais arriscada; e a quarta alternativa, que seria continuar a usar o expediente do crédito extraordinário no ano que vem – o que eu também acho arriscado, porque perde-se um pouco o controle daquilo que é medida anticrise e também dos efeitos da crise e daquilo que é gasto ordinário.

Então, o principal programa para tentar equacionar no ano que vem – daí a importância do acionamento dos gatilhos também – é o chamado Renda Cidadã. Todo mundo tem sido a favor de se criar uma complementação de renda, os principais especialistas em desenho de políticas públicas, a exemplo de Ricardo Paes de Barros, de André Portela Souza, de Naercio Menezes Filho, que são especialistas em microeconomia, em desenho da política pública, têm sinalizado a importância disso, vêm falando em várias soluções para resolver o problema, mas o fato é que a restrição fiscal é muito evidente. Como escapar dela? Eu fiz aqui uma simulação – claro que não representa uma posição institucional da IFI, mas são cálculos que podem ser úteis, para os Parlamentares principalmente discutirem essa questão: se a gente pegar a despesa com pessoal ativo, sem aposentados, acumulada em doze meses até agosto, foi de R\$173,5 bilhões; e, no projeto de lei orçamentária anual, há uma despesa de pessoal ativo de cerca de R\$184,4 bilhões. Então, seria possível, se os gatilhos fossem acionados, se as progressões e o crescimento vegetativo do gasto não acontecessem no ano que vem, uma economia de R\$10,9 bilhões derivada do acionamento dos gatilhos. Além disso, a redução de jornada de 20%, por exemplo, poderia render mais 8,6 bilhões. E, por fim, um corte de 5 bilhões naqueles subsídios que eu mostrei, que estão previstos em 14 bilhões para o ano que vem. Se a gente somar todas essas medidas, nós teríamos algo como quase 25 bilhões, 24,5 bilhões, que poderiam, sim, ajudar a compor um programa de transferência de renda; claro, muito mais modesto do que a gente tem tido ao longo desse período de emergência, mas que seria uma complementação importante – lembrando que o Bolsa Família custa, ao ano, algo como 34 bilhões.

Esse é o meu último eslaide para mostrar para os senhores o efeito da incerteza no cenário político e econômico. Todas as vezes que o Governo não consegue sinalizar direito para o mercado o que vai ser o pós-crise, essa curva que a gente chama de estrutura a termo da taxa de juros se mexe. Veja como ela era em fevereiro, a curva azul. Cada um desses prazos aqui, um ano, um ano e meio, dois anos e assim por diante, até dez anos, mostra, aqui no eixo Y, qual seria a taxa de juros no mercado. Então, para um prazo de um ano, uma taxa de 1%; para um prazo de dez anos era uma taxa de 2,5% aproximadamente. No início de setembro, essa curva já mudou bastante; a queda da Selic e o aumento da incerteza fizeram com que a curva ficasse aqui nessa linha vermelha mais escura, os prazos mais longos, com juros mais altos, e agora a última que nós coletamos, dia 30 de setembro, subiu mais um pouco. Então, quando essa curva empina, como a gente está vendo aqui no gráfico, isso é sinal de que o mercado está precificando mais incerteza.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, reforça, Senador – e aqui eu termino –, essa necessidade de a gente ter clareza e de indicar o que vai ser o depois da tempestade; quer dizer, depois dessa tempestade da Covid-19, que não vai ser fácil de debelar, é preciso que a gente não tenha uma outra tempestade de natureza fiscal e econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Felipe, pela sua apresentação, extremamente didática. Eu, que sou da área de saúde, consegui entender. E eu acho que, ao final desta nossa Comissão, eu vou me transformar num especialista em economia, do tanto que eu o admiro e vejo que dispensa até ouvir ou ler articulistas sobre economia, tal a sua clareza, tais as suas fontes, tal a sua experiência.

Muito obrigado, por essa apresentação extraordinária.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Eu que agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu queria... (*Pausa.*)

Bem, o representante de São Paulo não conseguiu ainda o acesso, vamos trabalhar as nossas falas. Então, logo ele entre lá na frente, nós vamos dar um espaço para ele, que é da área de saúde, da Secretaria de Saúde de São Paulo, Dr. Wilson Lima – ele não está ainda na tela.

Então, vamos à frente, vamos passar a palavra para o nosso Relator, o Deputado Francisco Jr.

O Francisco mandou um zap cedo, que vocês aguardem um pouquinho, que ele vai mandar o relatório, que era para sair, mas, devido às atribuições dele recentes, vai atrasar um pouquinho, mas vai mandar. Vocês podem ficar tranquilos.

Com a palavra, nosso Relator Francisco Jr. (*Pausa.*) Ligue o seu som. Está faltando o seu som, Francisco. Ligue o som aí por favor.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Pronto. Liberaram-me agora.

Obrigado, Presidente. Cumprimento a todos.

Presidente, apesar da minha correria e da minha confusão, porque eu mando o relatório atrasado algumas vezes, ele já está pronto. Então, já posso encaminhar agora.

Cumprimento a todos os Senadores, Deputados e a todos os nossos convidados desta reunião.

Eu vou começar sem demoras, para a gente ganhar tempo, com o Sr. Felipe Salto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta que nós tínhamos preparado para ele era justamente sobre ele nos dar um panorama dos cenários políticos macroeconômicos que ele tinha feito com os cenários fiscais otimistas, base pessimista, e ele já fez isso. Então – e parabéns pelo trabalho –, eu vou pular essa pergunta e farei só mais uma.

Aproveitando a presença do Secretário Mauro Junqueira, que está representando o Presidente do Conasems, eu também gostaria de tocar na questão fiscal dos entes subnacionais.

Sabe-se que a situação fiscal dos entes já não era fácil antes da crise, e agora ela tende a ficar ainda mais complicada. Gastos residuais pós Covid-19, queda da arrecadação, elevada despesa administrativa, dentre outros pontos, devem colocar os Estados e Municípios em uma situação bastante complicada. Nesse sentido, Felipe, eu pergunto: após a Constituição de 1988, houve um crescimento do número de Municípios em nosso País. Se, do ponto de vista político, isso é altamente justificável, do ponto de vista fiscal isso trouxe uma pulverização de custos administrativos, sem que tivesse havido uma contrapartida em melhor qualidade na prestação de serviços públicos. V. Sa. poderia nos falar um pouco sobre o potencial impacto fiscal de uma readequação do número de Municípios? Seria algo significativo em termos fiscais ou, apesar da menor eficiência econômica, isso teria impactos fiscais pequenos? Há algum estudo concreto sobre o assunto? Iniciou-se aí essa discussão de diminuirmos os Municípios, a estrutura dos Municípios. Qual é a pertinência de retomarmos esse assunto neste momento?

Já para o Sr. Mauro Junqueira eu faço as seguintes perguntas: muito se fala que a atuação dos entes federados, com relação à pandemia, poderia ter sido mais efetiva. A União afirma que nunca tantos recursos teriam sido repassados para os Estados e Municípios em tão pouco tempo. Na sua fala, o senhor fez esse comentário, porém, o senhor disse também que houve um *delay* significativo de poder começar a gastar esses recursos, especialmente na área da saúde. Entretanto, Estados e Municípios acusam o Governo Federal de falta de coordenação nacional. O senhor poderia nos explicar exatamente onde essa falta de coordenação trouxe prejuízos no combate à pandemia?

Outra pergunta: o senhor poderia, Dr. Mauro, nos esclarecer se as despesas de saúde dos Municípios já terão voltado à normalidade em janeiro de 2021 ou o senhor infere que ainda serão necessários aportes extraordinários de recursos para a Covid-19?

Na sua fala, o senhor falou sobre a necessidade de nós estendermos o uso desses recursos, mas esses recursos já destinados são suficientes ou nós vamos ter que, em função da pandemia e do pós-pandemia, manter um programa nesse sentido?

As diversas campanhas de vacinação terão custos para os Municípios? A tese de que as despesas extraordinárias de saúde ficarão contidas a 2020 é realista na opinião do senhor, que está lá na frente, está lá na frente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão refere-se à execução orçamentária. Nesse contexto, como o senhor avalia a atuação do Ministério da Saúde? Houve omissão na sua atuação? E, quanto ao fluxo de transferência fundo a fundo, como foram os repasses? Houve represamento de transferência de recursos aos fundos estaduais e municipais de saúde? Como o senhor vê a dinâmica, a eficácia, a logística, do ponto de vista real, de como foi o combate?

Presidente, hoje são só essas perguntas; mais algum complemento eu farei ao final.

Obrigado.

Parabéns ao senhor pela condução.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Mauro Junqueira, para responder às três perguntas do nosso Relator. E, logo a seguir, Felipe Salto.

Com a palavra, Mauro Junqueira – pelo tempo de quatro minutos, Mauro, para essa resposta.

O SR. MAURO JUNQUEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado, Deputado Francisco Jr., pelos questionamentos.

Quero dizer que os Municípios brasileiros, no ano de 2019 – e não foi diferente de 2018, 2017 –, aplicaram R\$31 bilhões além do mínimo constitucional. Ou seja: nós colocamos 100% do IPTU arrecadado dos 5.570 Municípios para além do que a Emenda 95 preconizou, ou seja, desde a Emenda 29, que falava que o Município deveria gastar no mínimo 15% na saúde. A média de gasto de recurso em saúde dos Municípios brasileiros ficou na casa de 24,5%. Então, os Municípios vêm colocando muito recurso além do mínimo constitucional. Já os Estados ficam muito próximos dos 12%, 13%, e o Governo Federal também em cima, cumprindo à risca a Emenda 95. Ou seja: quem tem colocado recurso adicional para a saúde são os Municípios brasileiros.

Como eu disse na minha fala inicial, a execução dos recursos Covid pelo Governo Federal já está na casa de 88%, mas os recursos começaram a ser repassados num valor e num volume maior em agosto e setembro. Ou seja: nós estamos aí, desde março, passando por toda uma transformação, toda uma preparação da pandemia. Então, obviamente, os Municípios foram muito demandados no começo, até que as medidas provisórias fossem cotadas, etc., e o recurso efetivamente chegasse ao conjunto de Municípios. Chegou, está na casa de 88%, e aí é onde eu coloquei, Deputado, a nossa preocupação com relação à execução, a dificuldade do gestor municipal, tendo em vista inúmeras ações de órgãos de controle, interferindo, na verdade, dizendo o que pode e o que não pode gastar com saúde. E a rotatividade de gestores traz uma preocupação, e aí fica aquela história: eu vou gastar e eu vou responder





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá na frente. E o Conasems tem clareza sobre o que pode e o que não pode, tem orientado, mas, mesmo assim, a gente vê muita dificuldade.

A questão da coordenação do Ministério da Saúde: o Ministério da Saúde também, não diferente dos demais países, não sabia como é que era. Era um vírus novo. Faltou EPI, e o Ministério da Saúde teve que comprar máscara, coisa que nunca fez. Depois, a questão dos testes; depois, a questão dos respiradores. Hoje, o Ministério da Saúde tem muita segurança, já entregou mais de 12 mil respiradores, e nós estamos numa situação muito tranquila com relação aos respiradores, porque vencemos isso e estamos ainda, de uns dois meses pra cá, num cenário um pouco melhor com relação aos medicamentos de entubação orotraqueal, motivo pelo qual suspendemos todas as cirurgias eletivas do País nesses últimos sete meses. Hoje, temos um estoque de 15 dias de medicamentos, retomando as atividades, mas gradativamente, porque ainda podem faltar medicamentos.

A relação hoje do Conasems com o Ministério da Saúde é muito boa. Nós nos sentamos quase que diariamente para discutir as ações de serviços de saúde e buscar soluções para poder ajudar o Município lá na ponta. Temos, sim, recursos na conta dos Municípios, mas o que será 2021? Obviamente, sem recursos novos, se não acontecer a transposição do recurso... Como eu falei: se os recursos foram repassados em agosto e setembro e ainda estão sendo repassados... Alguns ainda não chegaram aos Municípios, porque muitos são dependentes dos Estados, são intervenientes ainda. Há muitos Municípios brasileiros que estão sob a gestão estadual. É preciso que se faça a transposição até dezembro de 2021, porque nós temos em conta, hoje, perto de R\$20 bilhões, que ainda estão sendo trabalhados nos seus orçamentos, com licitações etc. Então, se não houver a transposição do recurso, aí sim eu digo que precisaremos de novos recursos para 2021, porque nós vamos chegar a 31 de dezembro deste ano com 1 bilhão de procedimentos não realizados – ambulatoriais e hospitalares –, havendo só na oncologia uma redução de 70%.

Sobre a questão das vacinas, há aí três vacinas – sendo que a de Oxford com a Fiocruz está bem adiantada; há a do Butantan de São Paulo e a da Tecpar do Paraná – promissoras. E há uma possibilidade de, se tudo correr bem, começarmos, no final do ano, início de janeiro, a vacinar 30, 60 milhões de brasileiros. Obviamente, vai se precisar de recursos adicionais para isto, para Estados e Municípios desenvolverem essas campanhas de vacina.

E também aquilo que eu falei sobre os 13 mil leitos de UTI habilitados, para os quais foram necessários recursos novos, aportes novos de recurso: obviamente, Deputado, que nós não vamos ficar com esses 13 mil leitos novos, mas com quantos nós vamos ficar? Qual vai ser o legado? Porque muitas regiões tiveram ampliação e ampliação dentro de serviços próprios e filantrópicos. Nós vamos continuar com leitos. Esses leitos vão precisar de recursos, esses leitos vão precisar de manutenção desses recursos. E a que preço? Não vai ser, obviamente, o preço que está sendo pago pelo Covid, que é um valor dobrado do que tínhamos, mas nós vamos ter que discutir isso. Então, vai se precisar de novos recursos? Vai sim,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, senão, os Municípios vão continuar aportando cada vez mais recursos, deixando de fazer algumas ações municipais em outras pastas necessárias e aplicando cada vez mais, porque o órgão de controle está do outro lado da rua do Prefeito, e é mais fácil apertar os seus Prefeitos para se fazer o repasse de recursos.

Acho que, resumidamente, é isto: precisamos de recursos. Nos 30 anos do SUS, o Governo Federal aplicou 1,5% do PIB em saúde – nos 30 anos do SUS. Isso é importante. Nunca foi acima de 1,5%. É 1,4%, 1,6%. Fica sempre nessa média. Então, nós precisamos olhar isso, rever isso.

Ainda na fala do Felipe, quando traz a questão dos subsídios etc. e tal, eu espero, Felipe, que o corte nos subsídios não seja feito na saúde, porque aí nós vamos ter grandes problemas. Nós temos linha branca, nós temos fabricação de motocicleta, nós temos caminhões, nós temos o próprio Imposto de Renda daqueles 50 milhões de brasileiros que dizem que não usam o SUS, mas é o Samu que dá o atendimento, na oncologia, é ao SUS que vai, para não tirar dos hospitais os incentivos nesta Casa, porque aí a situação vai complicar ainda mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Mauro Junqueira.

Agora eu passo a palavra para o Felipe Salto.

Felipe, eu gostei muito da sua expressão "boca de jacaré". Achei interessante a apartação entre receitas e despesas de modo abrupto, não é? "Abriu-se a boca do jacaré".

Então, está bom.

Com a palavra Felipe Salto, para responder ao nosso Relator, Francisco Jr.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – De fato, Senador, é um quadro em que a gente vai tendo déficit cada vez mais elevado, mas nada impede que isso se reverta a partir do ano que vem. Todos os países começaram a apresentar esse tipo de piora nas estatísticas fiscais, e isso foi compreendido bem pelos financiadores da dívida pública. A questão é o que vai ser o pós-crise.

Agora, a pergunta do nosso Relator, Deputado Francisco Jr. – agradeço – é sobre o número de Municípios, se a redução do número de Municípios produziria efeito fiscal relevante.

Olha, Deputado, nós não temos na IFI estudos a respeito disso. Essa foi uma proposta vetada no ano passado – de reduzir o número de Municípios –, mas certamente geraria economia, porque, ao extinguir um Município ou ele ser incorporado por um Município vizinho maior, você teria redução de custos pelos menos administrativos – o custeio da Câmara, o custeio da prefeitura, pelo menos esses dois – e também a questão de transferências. O que a gente teria que fazer na conta global para ver se o efeito seria relevante é verificar – ao extinguir Municípios menores, congregando com Municípios vizinhos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maiores – se o efeito líquido sobre as transferências do FPM seria relevante. É uma boa ideia, inclusive eu a anotei aqui, para que a gente possa investigar os potenciais efeitos dessa medida.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Prontinho, Felipe?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Pronto. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, está bom. Obrigado.

Eu comunico a todos os Senadores e Deputados que o Sr. Wilson Lima, Coordenador da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, conseguiu agora acesso à nossa audiência pública. Então, eu vou conceder para ele... Já estamos em processo de perguntas e respostas, todo mundo muito aflito quanto ao horário... Eu vou conceder para o Wilson Lima, que representa todos os secretários estaduais de saúde do Brasil, um tempo um pouco menor, Dr. Wilson, de 15 minutos, para V. Sa. apresentar a sua visão da Covid-19 e o que tem afligido, o que tem atormentado ou que não tem tormento nenhum para os Estados brasileiros. Já ouvimos o Mauro, que representa as secretarias municipais, e agora V. Exa. fala pelo tempo de 15 minutos, para a gente dar sequência ao nosso ritmo de perguntas e respostas.

Com a palavra Wilson Lima. Pode entrar, Wilson. Entre na sala. Pode acessar. *(Pausa.)*

Isso. Está com a palavra. Pode falar. Fique bem à vontade. Ligue seu som. Está sem som. Veja o seu som. *(Pausa.)*

Ainda não o estamos ouvindo. Dê uma olhadinha.

O SR. WILSON LIMA – Agora deu certo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deu certo. Perfeito.

O SR. WILSON LIMA (Para expor.) – Desculpe a todos a demora na entrada, porque tivemos problemas técnicos.

Em relação à questão do Covid, é uma situação muito delicada a questão orçamentária e financeira do Estado de São Paulo e acho que dos demais Estados, porque nós tivemos uma baixa arrecadação, todos os Estados estão tendo esse problema, e a nossa preocupação é como a gente vai continuar as nossas atividades agora, pós-Covid, porque estamos entendendo que o Covid não se encerra em 31 de dezembro. Haverá ainda alguns procedimentos. Nós não sabemos se teremos a segunda onda e a nossa preocupação é tanto com a execução dos recursos deste ano, que estão sendo destinados do Governo Federal para o Estado de São Paulo – estamos repassando, mas em alguns casos se encontra uma certa dificuldade, e a gente não sabe como será o orçamento de São Paulo para 2021, em função de toda a magnitude que teve o Covid nesse impacto na redução da receita – quanto com relação a como estaremos trabalhando, mesmo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

porque agora vem a questão da vacinação. Aí precisaremos de recurso de insumos para compra de seringas e mesmo para compra da vacina.

Então, a minha pergunta é em função de todo esse panorama que estamos vendo, das dificuldades não só de São Paulo, mas que todos os Estados estão tendo, e entendo que o Governo também, quanto à arrecadação: como será viável a disponibilidade orçamentária e financeira para o Estado de São Paulo? Basicamente é essa a minha dúvida, mesmo porque buscamos, dentro do Estado de São Paulo, priorizar as nossas atividades, mas agora teremos uma ação um pouco diferenciada, porque não sabemos como será 2021 com relação ao Covid.

Peço desculpas... Eu recebi esse convite agora há pouco. Para o Secretário surgiu um compromisso imprevisto que ele não tinha na sua agenda, e eu não tenho mais subsídios para oferecer.

Nós recebemos, neste ano de 2020, um repasse de 2,5 bilhões da União, para a questão Covid, sendo R\$1,5 bilhão para o Estado e o restante para os Municípios. Aí gostaríamos de saber se nisso haverá continuidade, mesmo para as despesas respectivas aos leitos. Está tendo uma diminuição, mas entendemos que ainda em 2021, pelos menos em janeiro, deve ter algum impacto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, Wilson Lima é Coordenador de Gestão Orçamentária e Financeira da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, representando o Secretário Jean Carlo, com um sobrenome complicado para falar. Ele vai ficar à disposição.

Logicamente é o Estado referência, é o mais rico Estado da Federação brasileira. E logicamente haverá perguntas para V. Exa. para que a gente possa aproveitar o máximo da sua experiência em execução orçamentária e financeira sobre o assunto Covid-19.

Então, vamos em frente. O senhor pode ficar à vontade. Daqui a pouquinho, vão surgindo as perguntas, e o senhor terá oportunidade de voltar a falar. Fique bem atento. Quando vier a pergunta, o senhor anota o nome do Deputado ou do Senador e terá um tempo de resposta. Então, não deixe de anotar.

Muito bem. Vamos em frente. Agora eu vou passar à fase dos blocos de perguntas e respostas. Nós temos, no primeiro bloco, o Deputado Federal Felício Laterça, do Estado do Rio de Janeiro; a Senadora Eliziane Gama, do Estado do Maranhão; e o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal. Esse é o primeiro terceto de perguntadores, de indagadores nesta audiência pública.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, meu Presidente Senador Confúcio. Bom dia, nosso nobre Relator, Francisco Jr., todos os nossos Deputados e Senadores, nossos convidados, Felipe Salto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Felipe Salto já é quase membro honorário, não é, Senador Confúcio? O Felipe Salto já é quase membro honorário da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Virou peça necessária mesmo, elemento essencial.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Mauro Junqueira, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e nosso último convidado que chegou aí agora.

Vamos lá então.

Ao longo da evolução da pandemia em nosso País, acompanhamos uma série de ações dos Governos, Paramentos e sociedade para mitigar seus efeitos sanitários e econômicos.

De início, a preocupação era achatar a curva de modo a evitar uma sobrecarga no sistema de saúde do País. Assim, reforços de dotações com o propósito de apoiar o SUS, adquirir equipamentos e abrir espaço para novos leitos, como no caso dos hospitais de campanha, foram fortemente empreendidos. E a gente sabe o que aconteceu, não é?

Já no segundo momento, de modo a mitigar os efeitos econômicos decorrentes das ações relacionadas ao distanciamento social, foram empreendidos esforços para apoio aos vulneráveis, manutenção do emprego, auxílio aos entes subnacionais e a setores econômicos diversos, como o de transporte aéreo e o das micro e pequenas empresas, entre outros.

Agora chegamos a um momento importante, já na transição para o próximo exercício, mas ainda com muitas incertezas no ar, como no tocante ao desenvolvimento de vacinas e à possibilidade de retomada da normalidade social.

Dito isso, faço ao Sr. Mauro Junqueira a primeira pergunta: a chegada da pandemia nos Municípios brasileiros se deu de forma bastante heterogênea. De início, alcançou, sobretudo, os grandes centros, como Manaus, Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, mas posteriormente avançou para os Municípios de menor porte, atingindo todas as regiões do Brasil. Com o apoio financeiro dado pelo Governo Federal, como no caso da complementação das perdas de FPM e também do auxílio financeiro no âmbito da Lei Complementar 173, de 2020, entre outros, e conforme dados do Tesouro Nacional, não faltaram recursos para a saúde no conjunto dos entes.

Assim, o senhor entende que a distribuição de recursos se deu de forma orientada às necessidades da saúde nos entes ou ocorreu por outro critério? Houve falta de recursos em determinadas regiões com correspondentes sobras em outras? Como a distribuição de recurso decorrente do apoio federal poderia ser aprimorada?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda pergunta é para o Prof. Mauro ou para o Felipe Salto, para aquele que quiser responder ou se os dois quiserem passar pela pergunta.

Uma das discussões atuais para aprimorar a gestão pública, em particular no âmbito da tomada de decisões descentralizadas, diz respeito ao pacto federativo, que, dentre outras medidas, propõe colocar um gasto mínimo constitucional conjunto para saúde e educação e não mais para cada um deles de modo isolado, tal como hoje é feito. Isso poderia dar mais flexibilidade para que os Municípios adaptassem seus gastos ao seu perfil demográfico: Municípios com população mais idosa poderiam alocar mais recursos em saúde, Municípios com mais jovens poderiam investir mais em educação. Críticos da medida, contudo, entendem que haveria subfinanciamento de um dos setores em detrimento do outro. Como avaliam a junção dos mínimos de saúde e educação? Há por parte do Conasems algum receio quanto ao subfinanciamento da saúde no caso de junção dos mínimos?

A terceira pergunta vai para o nosso membro honorário, Sr. Felipe Salto.

O senhor tem sido um atento observador das questões fiscais do País e tem, não apenas por meio desta Comissão, na qual estivemos juntos por algumas vezes, mas também em vários outros fóruns, demonstrado uma grande preocupação com o rumo das contas públicas. Agora que nos aproximamos de um déficit fiscal de cerca de 900 bilhões, há uma preocupação em viabilizar a continuidade do auxílio emergencial na forma do Renda Cidadã por mais algum tempo. Isso, contudo, esbarra no teto de gastos. O senhor entende que o Renda Cidadã é realmente necessário para a recuperação financeira de parte dos vulneráveis e, consequentemente, da nossa economia ou poderíamos passar sem ele? Os efeitos de curto prazo compensariam seus custos de longo prazo? Como compatibilizar um programa como este no contexto de um orçamento engessado e comprimido pelo teto?

Essa é a minha participação, ilustre Senador. Obrigado aos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Francisco Laterça.

Só uma explicação...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Francisco não; Felício.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Desculpe-me. Eu falei Francisco?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Mas fico lisonjeado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É o Felício Laterça. Grande Felício Laterça!

Bem, uma explicação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Secretário Municipal da Saúde de São Paulo foi convidado no tempo certo, mas ficou sem resposta. Só durante a reunião, é que deu o "sim", indicando o Dr. Wilson Lima, que vai estar aqui. Não foi por falta de convite. Foi tudo feito no tempo certo, tempestivamente, tudo bacana, dentro do ritual.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Olá, Presidente! Eu vou participar hoje sem vídeo. Estou em um local com a internet muito ruim. Eu acho que é o melhor, para aproveitar esta reunião.

Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar também o Relator, Francisco Jr., e os demais colegas. Quero parabenizá-lo pela condução, realmente com muita maestria, que o senhor tem feito nesta Comissão.

Vou fazer apenas duas perguntas.

Uma pergunta para o Felipe Salto, da IFI: Felipe, agora, no segundo relatório de acompanhamento sobre as regras de impacto fiscal de enfrentamento da Covid, o TCU destacou que o empenho das despesas sem o respectivo pagamento até o final do exercício vai culminar na inscrição das despesas em restos a pagar. Uma vez inscrita em restos a pagar, ainda que criadas originalmente agora por créditos extraordinários, essas despesas passarão também a ser tratadas como obrigatórias e, portanto, serão alocadas na necessidade de financiamento do Governo Federal do próximo exercício, o que vai reduzir o espaço fiscal para as demais despesas, particularmente as despesas discricionárias. Então, Felipe, eu lhe faço esta pergunta: há risco de comprometimentos da programação financeira de exercícios futuros por restos a pagar decorrentes de créditos extraordinários que foram abertos agora para o enfrentamento da Covid-19, referentes ao orçamento de guerra? Aliás, o pós-pandemia é um desafio hoje não apenas para o Brasil, mas para todo o mundo por conta dessa questão fiscal.

Outra pergunta que faço é direcionada já ao Mauro Junqueira e é referente aos procedimentos do SUS. Os dados do Ministério da Saúde entre março e junho – portanto, quatro meses depois da pandemia – registraram uma queda de cerca de 61,4% nas cirurgias eletivas, não urgentes. A gente vê que vários hospitais em todo o Brasil acabaram priorizando, naturalmente pela própria necessidade, o enfrentamento da Covid, e várias realizações dessas cirurgias eletivas acabaram sendo postergadas. Com a flexibilização do isolamento social, a previsão é que haja, na verdade, uma alta expressiva dessa demanda advinda desse represamento que aconteceu. Nesse sentido, eu pergunto ao senhor: qual a avaliação que o Conasems faz quanto ao tamanho das demandas eletivas represadas, e, ao mesmo tempo, em relação ao orçamento da saúde para o próximo exercício, quais são as recomendações que o conselho está fazendo para esse enfrentamento pós-pandemia, sobretudo com a necessidade de partirmos para a realização dessas cirurgias eletivas?

Eram apenas essas duas as minhas perguntas, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Agora, o Izalci. O Izalci está na nossa sala? A palavra é com o Izalci. *(Pausa.)*

Eu não estou vendo o Senador Izalci. *(Pausa.)*

Ele deve retornar. Na hora em que ele voltar, a gente passa para a frente...

Eu passo a palavra ao próximo inscrito que é o Deputado Cacá Leão, da Bahia.

Deputado Cacá. *(Pausa.)*

Deputado Cacá Leão. Cadê ele? *(Pausa.)*

Ele desconectou um pouquinho.

Olhem bem: o pessoal está entrando e saindo.

Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso, um homem que não para. Estou vendo você, Wellington, bastante dentro desse fogaréu aí do Pantanal, sempre presente. Eu o admiro muito. Então, com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exa., porque, com a sua experiência de Governador, V. Exa. sabe como é difícil estarmos aqui no interior do Estado para cuidar principalmente daqueles que mais precisam neste momento da pandemia. Hoje, o nosso foco continua sendo salvar vidas. Por isso, a importância também desta Comissão presidida por V. Exa.

Realmente, agora, estamos vivendo outro problema sério no Mato Grosso que é a questão dos incêndios. Nesse sábado mesmo, estive em Corumbá, Mato Grosso do Sul – o Pantanal é o mesmo bioma em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, com ministros e com a presença da Senadora Simone Tebet, do Senador Nelsinho Trad e também da Senadora Soraya Thronicke.

Sr. Presidente, vamos falar um pouquinho agora desta audiência pública, porque a pandemia da Covid, com certeza, trouxe um grande legado de investimentos ao Sistema Único de Saúde, mas, com o fim da vigência do Decreto nº 6, de 2020, alguns investimentos não serão mais feitos. Segundo informações, o SUS poderá perder uma quantia de R\$35 bilhões de investimentos. Portanto, eu quero deixar aqui a pergunta: quais os impactos sociais que isso causará na saúde? Como isso afetará a saúde financeira dos Municípios?

Os governos devem injetar valores na economia durante e após a pandemia de forma articulada e, nesse ponto, devem focar os previsíveis legados à saúde, já que está claro o incremento de leitos e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos, sem falar na imensurável conscientização social acerca da importância do SUS em um país continental e desigual como o Brasil. Como manter o legado do SUS de forma sustentável e com responsabilidade fiscal?

Terceiro, Sr. Presidente, a elevação dos gastos públicos é apontada como medida clássica para reverter crises econômicas recessivas. No momento, a adoção de uma medida nessa linha está proibida constitucionalmente com a aprovação da Emenda Constitucional 95, de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, também conhecido como teto de gastos. Tal medida foi adotada à época com o objetivo de sanear as finanças públicas e dessa forma possibilitar a superação da recessão de 2015-2016. Na opinião dos senhores, o quadro recessivo atual difere significativamente da recessão de 2015-2016 a ponto de justificar a revogação do teto de gastos públicos para que assim possamos implementar o aumento dos gastos públicos como forma de reverter a recessão atual, ou devemos continuar preservando o equilíbrio das contas públicas como medida primordial para superar a crise econômica que estamos enfrentando?

Sr. Presidente, sabemos que hoje estamos tendo muitas denúncias também de fraudes nessa questão dos recursos da Covid, e é claro que esta Comissão está atenta. Por isso, eu quero parabenizar V. Exa., por promover tantas audiências, buscando autoridades renomadas, porque hoje nós temos que salvar vidas e não podemos deixar realmente um real desse recurso ser desviado.

Agora, neste mesmo momento, nós estamos tendo uma reunião liderada pelo Senador Jorginho sobre a micro e pequena empresa. Então, eu sempre tenho dito que, para um paciente que está numa UTI intubado, o oxigênio é vital para salvar sua vida, assim como também um emprego, para o trabalhador, é vital, para que a família possa continuar erguida e possa ter condições de sobrevivência.

Por isso, eu quero aqui, de forma bem rápida, deixar essas perguntas e agradecer muito o trabalho que a Comissão fez, cobrando do Ministério da Saúde principalmente quanto à saúde indígena. Hoje, felizmente, podemos dizer, Sr. Presidente, que o trabalho que foi feito aqui no Mato Grosso melhorou, e melhorou muito. É claro que não podemos afrouxar, temos que ter continuidade nessas ações. Por isso eu quero aqui agradecer, em nome da Comissão, a V. Exa., a todos que nos apoiaram para que essas ações aqui no Mato Grosso pudessem ser feitas. Hoje eu posso dizer que muitas vidas foram salvas. Morreram pessoas? Morreram. A gente não queria que morresse ninguém, mas a presença aqui e a atenção da Secretaria Nacional e da Funai valeram muito a pena. Felizmente, podemos dizer que hoje estamos mais aliviados com relação à pressão que acontecia aqui no Mato Grosso, com os nossos irmãos indígenas, todos eles, vivendo esse problema da pandemia.

É claro que os incêndios no Pantanal também atingem muitos irmãos índios, quilombolas e ribeirinhos, e por isso é importante todo o programa ser integrado.

Muito obrigado, meu querido Senador Confúcio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Muito bem, gente! O Senador Izalci saiu, mas já voltou. Então, para ele não ficar esperando muito, eu vou...

Essa pergunta do Senador Wellington vai ser dividida entre dois palestrantes. A primeira parte eu gostaria que o Wilson Lima, de São Paulo, respondesse. Peço que ele responda a uma parte da pergunta do Senador Wellington Fagundes. A outra parte, a parte de saúde, fica para o Mauro Junqueira, para responder ao Wellington Fagundes.

Então eu passo a palavra para o Izalci.

Como há vários nesse bloco, que ficou com quatro – o Izalci chegou –, então eu vou dar um tempo maior para as próximas respostas dos nossos convidados.

Com a palavra Izalci Lucas, Senador do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Confúcio, não posso, primeiramente, deixar de parabenizá-lo pela competência na condução dos trabalhos e pelos convidados. Esta Comissão tem sido muito importante para o País saber o que está acontecendo.

Eu vou me dirigir rapidamente ao Felipe. Eu já peguei aqui a apresentação muito bem-feita por ele. Mas é só para, talvez, confirmar o que ele disse: como conciliar esse aparente dilema, preservar o equilíbrio fiscal – ou, ao menos, não agravar o desequilíbrio – e, ao mesmo tempo, dar condições para se recuperar e economia pós-pandemia? O ano que vem vai ser difícil! Qual a sua visão sobre a inflação e o crescimento para este ano e para o próximo ano? É precipitado cogitar um cenário de estagflação?

Para o meu querido Wilames, que é dos Municípios, quero dizer que foram mais de R\$60 bilhões para Estados e Municípios, mas parte desse recurso, R\$3 bilhões, foi destinada para a área social, para a assistência social. Esses recursos, de fato, chegaram à ponta na forma de equipamentos, de material médico, de assistência aos pacientes? Esse gasto, de fato, chegou aos Municípios?

Além dos repasses financeiros – a gente sabe que, na grande maioria das cidades brasileiras, justamente as redes municipais de saúde estão na linha de frente do enfrentamento –, com relação a hospitais municipais e postos de atendimentos, quais ações têm, de fato, ajudado? O Governo Federal tem sido um efetivo parceiro no enfrentamento da crise com relação aos Municípios? Que ações podem ser aperfeiçoadas ou intensificadas? Quais ações não têm promovido a devida eficácia que se deseja? Como está o intercâmbio entre o Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da vacina que se aproxima? O Governo Federal, o Governo distrital, os Governos estaduais e municipais já iniciaram a discussão dos preparativos para essa gigantesca operação que terá que ser implementada? Deve-se comprar um monte de coisas para se aplicar a vacina. E, além dos custos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiros, quais serão os demais custos dessa verdadeira operação de guerra que deve ser implementada com a máxima urgência, tão logo as primeiras vacinas estejam disponíveis?

Eram essas, Sr. Presidente, as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Senador Izalci fez perguntas para todos. A parte que cabe ao Felipe Salto, a parte de equilíbrio fiscal, ele responde; a parte de saúde fica dividida entre novamente os dois da área de saúde, tanto o Dr. Mauro quanto... Peço só um minutinho, para eu não esquecer os nomes corretos: Wilson Lima e o Secretário Mauro Junqueira.

Desculpa, Mauro, eu perdi aqui a linha de pensamento.

Fica dividido, e todos os três responderão ao Izalci.

Então, vamos passar às respostas.

Vou passar a palavra, na ordem de inscrição, primeiro, para o Mauro Junqueira, que será o primeiro a falar. O segundo será o Felipe; e o terceiro, o Wilson.

Pode começar, por favor. Pode falar. Estamos atentos. É só ligar o som. (*Pausa.*)

É só ligar o som, Mauro. Pode falar.

O SR. MAURO JUNQUEIRA (Para expor.) – Eu estava com dificuldade de ligar o som, mas já resolvemos.

Muito bem, respondendo ao Deputado Felício, que falou sobre a questão da curva, sobre a questão dos hospitais de campanha, sobre o início da pandemia, em que o mundo também não conhecia praticamente nada – nós ainda estamos muito no escuro com relação a essa questão do vírus –, sobre a questão da necessidade da transposição para 2021, sobre os impactos da Covid em 2021, sobre a questão das vacinas, com que a gente começa muito forte agora, devo dizer que, obviamente, a gente foi surpreendido. A gente esperava, num primeiro momento, lá em fevereiro, que iria se iniciar a transmissão mais forte na Região Sul, e ela começou na Região Norte. Nós esperávamos isso por conta da questão da temperatura, do clima, mas ela começou na Região Norte, a região com maior dificuldade de estrutura, de equipamento etc. Tivemos números alarmantes. Preocupou-nos, inclusive, o número de mortes principalmente em Manaus e em Belém. Tivemos aí um problema muito sério.

O Deputado Felício pergunta: faltou recurso? Eu vou dizer que os recursos começaram a ser distribuídos, a ser repassados para Estados e Municípios lá para julho, agosto, quando chegou a Portaria 1.666, ou seja, os recursos começaram a chegar quando a gente já estava bem avançado. É óbvio que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve recursos pontuais repassados no começo, mas o recurso chegou, em sua maior monta, a partir de agosto, de setembro, e nós temos a execução do que foi orçado no Ministério da Saúde para os Municípios na casa já de 88% de recursos repassados.

Como foi feita essa distribuição de recursos? Foi uma discussão tripartite, com Conass, Conasems e Ministério da Saúde sentando à mesa desde o primeiro momento, trabalhando por 24 horas, de segunda a segunda, incluindo sábados e domingos. Foram inúmeros os fins de semana de reuniões. Nós não paramos, com uma discussão muito forte com o Ministério da Saúde, levando, discutindo, apresentando critérios, formas de alocação de recursos. Se foi o melhor ou não, foi o que a gente conseguiu fazer, foi o que a gente conseguiu pactuar.

O Deputado ainda fala sobre a questão do pacto federativo. Temos uma PEC que fala de desindexação, desobrigação, desvinculação, conferindo maior flexibilidade aos orçamentos públicos. É lógico que a posição do Conasems é a de que, neste primeiro momento, se pode possibilitar a unificação dos pisos da saúde e da educação. Isso pode inicialmente parecer interessante, visto que a demanda da saúde é premente. Entretanto, ao longo do prazo, isso pode criar um grande problema para os gestores, que, em média, como eu disse, no Brasil, aplicam R\$31 bilhões além do mínimo constitucional, 24% dos recursos próprios, em saúde. Quanto maior a possibilidade de gasto em saúde, maior é o risco de os Municípios assumirem a responsabilidade da maior fatia do financiamento no SUS, ou seja, se eu posso gastar mais, eu posso trazer para o Município, que é o ente que fica com a menor parcela dos recursos que são arrecadados no País, para aplicação em saúde, porque a população está do outro lado da rua.

A Senadora Eliziane questiona sobre a questão dos dados principalmente com relação a cirurgias eletivas. Lembro à Senadora Eliziane que há uma lei, a 13.992, e, em seguida, a 14.061, que foram publicadas, foram discutidas e aprovadas no Congresso Nacional, que suspendem, desde março até 30 de setembro, o cumprimento de metas quantitativas e qualitativas pelos hospitais, justamente para que eles pudessem se preparar, ter leitos clínicos disponíveis, de suporte ventilatório e de UTI, para a Covid. Isso foi feito de propósito, para que não fizessem cirurgias eletivas e diminuíssem os seus atendimentos, para atender uma demanda muito grande, que foi a demanda de Covid.

Então, obviamente, como eu coloquei, nós já temos 700 milhões de procedimentos ambulatoriais e hospitalares não realizados até o momento. Qual é a nossa posição? Como os recursos para Covid começaram a ser passados num volume maior a partir de agosto, que a gente possa aprovar a transposição dos recursos para Covid para 2021, para execução até 31 de dezembro de 2021, para que os gestores possam fazer a melhor aplicação desses recursos.

O Senador Wellington Fagundes fala sobre a questão dos R\$35 bilhões, que eu quero entender que são do orçamento de guerra, que foram aportados este ano para os Municípios e Estados e que não vão ser aportados no ano que vem. Como o gestor vai trabalhar nessa situação? Obviamente, nós, em primeiro



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

lugar, defendemos a transposição do recurso, porque vão ficar, sim, recursos em conta em 31 de dezembro.

E, por último, o Senador Izalci fala sobre a questão dos recursos, se eles chegaram aos Municípios. Quero dizer que, da saúde, R\$23 bilhões já foram descentralizados para os Municípios, chegando a 88% dos recursos. E, quanto à questão da vacina, nós estamos, sim, Conass, Conasems e Ministério, discutindo as vacinas. Obviamente, é muito cedo ainda, não há nenhuma vacina ainda que vai ser produzida em larga escala. Há todo um processo, todas elas estão na terceira fase, mas assim que disponibilizar, nós temos uma comissão permanente discutindo a questão das vacinas para poder vacinar a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Mauro.

Passo a palavra ao Felipe Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Começando pelo Deputado Felício Laterça, a respeito do gasto mínimo com saúde e educação, de fato essa é uma questão importante para Municípios, principalmente, porque alguns Municípios não têm a necessidade de gastar tudo que precisam gastar em relação ao mínimo da educação e faltam recursos para gastar em saúde, por exemplo. Então, a unificação dos limites seria importante nesse sentido, mas é preciso ver caso a caso e também ter uma visão geral dos Municípios médios, grandes e pequenos, para a gente poder ter um encaminhamento dessa questão. Não é um tópico trivial que daria necessariamente para ter economia fiscal, por exemplo, a partir dessa medida.

A respeito do financiamento do Renda Cidadã, que o Deputado Felício Laterça também coloca, eu acho que a gente deveria caminhar por pelo menos duas vias: a primeira é a redução da jornada, que está prevista na PEC do pacto federativo. Pelas contas que eu mostrei na apresentação, que depois vai ficar disponível – já mandei para a Comissão –, uma redução de 20% na jornada com redução dos proventos poderia dar uma economia importante, de R\$8,6 bilhões. Somada a isso a aplicação dos gatilhos, ou seja, congelar nominalmente a despesa, seriam mais R\$10,9 bilhões. E o terceiro caminho, que é mais difícil, confesso, porque os subsídios creditícios já estão num nível relativamente baixo, mas no Ploa de 2021 há R\$14 bilhões de subsídios. Então, o que eu fiz aqui na apresentação foi mostrar que talvez fosse possível cortar R\$5 bilhões. Então, essas três medidas, sendo as duas primeiras mais importantes, somariam R\$24,5 bilhões, o que daria para financiar o Programa Renda Cidadã, que eu acho que é relevante. Vai haver uma precariedade no mercado de trabalho, muitas pessoas ainda vão continuar sem emprego por muito tempo, e é importante que a gente tenha presente a necessidade de abarcar isso em um programa social.

A Senadora Eliziane Gama coloca a questão dos restos a pagar, que de fato é fundamental. No nosso cenário para o ano que vem, a gente coloca R\$10 bilhões nos gastos com saúde, a título de restos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagar, ou seja, despesas que seriam carregadas deste ano para o próximo, mas isso pode ser maior. De fato, é uma pressão que vai se exercer sobre o orçamento do ano que vem e que não está contemplada também no Ploa de 2021.

O Senador Wellington Fagundes coloca uma questão fundamental que é a do teto de gastos, se deve ser revogado ou não. A minha posição é que não deve ser revogado. O momento é muito conturbado. Todas as pressões da Covid, dessa crise enorme que nós estamos vivendo, que não era esperada, colocam um quadro de dificuldade para a gente rever uma regra tão importante, que é constitucional, e a meu ver o caminho precisa ser o caminho do meio. Qual seria o caminho do meio? Acionar os gatilhos do teto, que estão previstos na Emenda nº 95, eventualmente até reforçá-los na PEC do pacto federativo, e aí sim você ganha tempo, uns dois anos, para poder fazer uma espécie de teto 2.0, trocando até o indexador. Hoje o teto de gastos é corrigido pelo IPCA acumulado em 12 meses até junho. Este ano, por exemplo, 2,1%. Isso é que dá o teto para o ano que vem de R\$1,4859 trilhão. Nada impede que antes do décimo ano, como estava previsto na Emenda 95, a emenda do teto, se possa fazer a revisão desse indexador, mas, a meu ver, a gente precisaria seguir esses passos: primeiro usar o que já tem na Constituição, na Emenda 95, e até reforçar com a PEC do pacto federativo, e, num segundo momento, eventualmente discutir o indexador da regra do teto.

E, finalmente, o Senador Izalci pergunta sobre o cenário de inflação e se a gente estaria caminhando para um quadro de estagflação. Estagflação é quando a gente tem a economia estagnada e a inflação pressionada. Nós estamos hoje com o hiato do produto, que é uma espécie de termômetro para medir a temperatura da economia, muito negativo, quer dizer, não há pressões de demanda e, por isso, não há inflação – ou é muito baixa, na verdade. A inflação projetada para esse ano é de 1,4% e, para o ano que vem, de 3,1%. Então, são níveis muito baixos de inflação e, ao mesmo tempo, um quadro de crescimento econômico também muito ruim. A gente deve ter uma recessão neste ano de 6,5% – pode ser um pouco melhor ou um pouco pior – e, no ano que vem, a recuperação de 2,5%. Então, o PIB não vai voltar ao que era projetado no pré-crise, porque a gente vai ter um tombo de 6,5% e depois só recupera 2,5%.

O Brasil já vem tendo problemas na produtividade, que é o que determina o crescimento econômico, há muito tempo. Então, para recuperar a capacidade de crescer e de distribuir renda e de fazer mais gastos sociais, nós vamos ter que avançar nessa agenda que os economistas chamam de agenda da produtividade. Isso envolve abertura comercial para tornar as empresas mais competitivas; avançar na reforma tributária, que pode reduzir os custos de produção, tornar o ambiente mais profícuo ao desenvolvimento econômico. Basta ver, para terminar, que o relatório Doing Business, quer dizer, facilidade para se fazer negócios, divulgado pelo Banco Mundial, mostra sempre o Brasil na lanterninha em termos de qualidade de ambiente de pagamento de impostos, de custos de *compliance*, de números de horas gastas pelas empresas para cumprir com as suas obrigações fiscais. Então, as reformas estruturais,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo a tributária, e a agenda da abertura comercial têm um papel importante para que a gente possa recuperar o crescimento no médio e no longo prazo.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Então, eu passo a palavra agora para o Wilson Lima fazer o complemento de respostas e nos ajudar.

Pode ligar seu som, Wilson.

O SR. MAURO JUNQUEIRA (Para expor.) – Obrigado.

Primeiramente, eu gostaria de me desculpar de não estar com todo esse material que vocês estão discutindo, porque eu recebi a convocação poucos minutos depois que tinha começado a discussão, mas, de forma geral, falando por São Paulo, pela Secretaria de Saúde, e respondendo às questões que estão diretamente ligadas à minha área, que é a questão orçamentária e financeira, eu posso dizer o seguinte: como foi dito pelo Mauro Junqueira, a questão dos recursos repassados começou realmente a se efetivar em agosto e setembro. Isso dificulta um pouco a execução orçamentária e financeira, pois a aquisição de insumos, a aquisição de contratação de serviços obedecendo toda a legislação 8.666, e para que a gente possa ter transparência na execução, faz-se necessário que esses recursos orçamentários sejam não só inscritos em restos a pagar para 2021 daquilo que foi executado em 2020, mas que possamos ter uma reposição desse recurso para 2021, pois ainda há muitas ações para serem realizadas em relação ao Covid que não será possível executar nesse exercício orçamentário em função do tempo. Portanto, eu acho que os recursos estão vindo, nós temos uma grande dificuldade em relação à habilitação de leitos, pois existem hospitais que não tiveram seus leitos habilitados e ainda precisam de recursos. Então, de uma forma geral, a execução orçamentária do Covid está sendo uma execução totalmente atípica, pois o tempo entre o recebimento de recursos e a aplicação deles está sendo muito curto.

Eu, sinceramente, entendo que teremos que fazer muito, preocupado também que, se houver uma segunda onda aqui no Brasil em 2021, nós já temos que buscar mecanismos para atender a todas as demandas não só dos Estados, como as dos Municípios. Os recursos que vieram para São Paulo foram destinados de pronto a todos os Municípios e estamos acompanhando a execução. Há Municípios que ainda estão com grande dificuldade, mesmo porque este ano é um ano de processo eleitoral, e isso vem trazer uma dificuldade maior. Mas entendo que todos nós, todos os brasileiros, todos nós da área da saúde estamos nos empenhando ao máximo para que tenhamos uma boa execução orçamentária e financeira desse recurso do Covid para que consigamos implementar ações que evitem o maior número de mortes. É isto que buscamos: usar os recursos de forma eficiente, eficaz e com muita transparência.

É essa a minha colaboração. Obrigado a todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Wilson.

Vamos continuar. Para o próximo bloco, temos três participantes: Senador Espiridião Amin, em primeiro lugar; Senadora Zenaide Maia; e Deputado General Peternelli.

Então, com a palavra, o Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe por ter colocado em votação e aprovado o nosso requerimento para revalidar a reunião havida no dia 7 de julho, em que se tratou das questões relacionadas à microempresa e ao fluxo dos empréstimos sempre abaixo do necessário para atender os microempresários, os empresários individuais e as pequenas empresas.

Em segundo, quero me dirigir ao nosso Felipe para acrescentar uma ponderação e uma pergunta. Nós temos dois grandes encargos a suprir: primeiro, a desoneração da folha de pagamento, que, se for colocada em votação, resultará em derrubada do veto – e é evidente que a responsabilidade fiscal vai exigir que se procure uma compensação. Enquanto não se avaliam os benefícios fiscais, nós ficamos num voo cego, e o Felipe sabe da luta que eu tenho travado para que se aprove não a interrupção dos benefícios fiscais, mas sim a avaliação do custo de benefício deles, coisa que nunca foi feita de forma sistemática. E temos também a questão da renda básica, que você apreciou com muita lucidez.

Há alguma hipótese, com base na produtividade da máquina pública, de se conseguir recursos para suprir essas duas demandas? Essa é a pergunta.

A segunda eu endereço tanto aos secretários municipais quanto ao representante da Secretaria de Estado de São Paulo. São Paulo... Está certo, Sr. Wilson? O Sr. Wilson é representante da Secretaria de Estado da Saúde, confere?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – São Paulo e Santa Catarina compartilham uma tragédia: compra de respiradores desastrosa. Lá na origem, provavelmente, porque o Governo não conseguiu trazer para o Brasil os 15 mil respiradores que anunciara, Presidente Confúcio, em fevereiro. O fato é que mais ou menos na mesma data, final de março, São Paulo comprou 3 mil, Santa Catarina, 200 – São Paulo, na média R\$183 mil cada respirador; Santa Catarina, R\$165 mil. E os respiradores não foram entregues. E o grande problema é que houve pagamento – São Paulo, pelo que eu me lembre, R\$242 milhões e Santa Catarina, R\$33 milhões.

Eu pergunto: esses dois exemplos, infelizmente maus exemplos, estão sendo, primeiro, contabilizados como? Segundo, quais são as providências para apurar as responsabilidades que estão sendo tomadas, no caso de São Paulo? As de Santa Catarina, eu até sei que, não totalmente bem-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sucedidas, estão sendo tomadas. Quanto às de São Paulo, eu não tive mais notícias, e gostaria que o representante da Secretaria de Estado de São Paulo, Wilson Lima, nos dissesse o que aconteceu e como corrigir ou, eventualmente apurada a responsabilidade, como punir quem efetuou tal despesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia, que está bem longe, lá no Rio Grande do Norte. Com a palavra Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Presidente, estão me dizendo que o senhor não me permite entrar mais, mas tudo bem.

Primeiro, eu quero parabenizar o Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Tem alguém com o som ligado. Vamos desligar o som, porque está atrapalhando a Zenaide. Vamos desligar o som, quem estiver com o som ligado, para o som da Senadora Zenaide ficar bom.

Pode continuar, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Eu quero aqui cumprimentar o senhor, Presidente, por essa insistência e também por esta importante Comissão, em que a gente tem tido uma contribuição de conhecimento. O senhor disse que está quase estudando economia de tanto a gente assistir aqui. Mas eu queria parabenizar também o Mauro Junqueira. Eu fui Secretária de Saúde e vi logo que o senhor foi Secretário de Saúde e que o senhor está mostrando exatamente o outro lado, esse lado do Município e do Estado, que é onde se faz a saúde. Mas o que eu queria perguntar é o seguinte: o que o Conasems está fazendo junto ao Parlamento brasileiro? Por exemplo, eu própria tenho o Projeto de Lei nº 4.088, para que os saldos remanescentes do que foi autorizado pelo Congresso... E o próprio Esperidião Amin já falou sobre isso, porque a gente sabe das dificuldades que vamos ter em 2021, com 35 bilhões do SUS contingenciados. Eu acho que o senhor já respondeu aí e outras perguntas e me contemplou com isso, esse lado.

Nós temos uma demanda reprimida de cirurgias eletivas. Muitas vezes há Estado em que é mais fácil operar um coração do que tirar uma vesícula ou fazer uma histeriorrafia. E, nas minhas falas aqui, quando eu lidava com isso e cobrava o distanciamento social, eu dizia: gente, não é só contrair a doença e levar para os seus familiares. Não é justo também que alguém tenha um câncer e não consiga fazer sua cirurgia, porque uma das partes é que faltava medicamento para entubar os pacientes; e você tem mais essa responsabilidade de pessoas que estão há muito tempo... Porque já havia uma demanda reprimida que piorou. A gente sabe perfeitamente. Eu acho que chegará a um milhão... E que está com mais recursos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma pergunta aqui ao nosso Felipe Salto: fala-se muito, neste País, em reforma fiscal, ajuste fiscal; eu acho corretíssimo. Agora, o senhor acredita que só com ajustes fiscais nós vamos tirar o Brasil dessa crise econômica? Sabe por que me preocupa, Felipe? Porque eu não vejo nenhum plano deste Governo de alavancar a economia, gerar emprego e renda. É tanto, que aqui a gente fica lutando para que se financiem, os bancos financiem as micro e pequenas empresas. Isso é uma luta diária desta Comissão, de todas as Comissões, e todos os dias se fala nisso. E temos aqui Esperidião Amin, que fica mostrando que está lá a caixa d'água cheia, mas não há torneira para a gente financiar quem gera emprego e renda, porque a maioria são micro e pequenas empresas.

Mas eu digo o seguinte: qual a política... O que o senhor está dando de solução, sem ser ajustes fiscais, para a gente sair dessa crise econômica? Porque eu sou médica de formação, mas, de tudo que eu vi de crise econômica, nenhum país saiu sem o investimento do Estado. E aqui, nas reuniões que a gente tem, já deixam claro que o Estado não vai... Que é a venda, ou seja, a desnacionalização até do nosso setor energético. Chama-me atenção, por exemplo, a privatização de nossas refinarias. A gente vende o petróleo bruto e importa óleo diesel, querosene de avião, porque agora praticamente toda ele é importado dos Estados Unidos, e esse preço do que a gente importa é alinhado ao preço do dólar internacional.

Eu chamo atenção disso porque, por exemplo, tudo o que este País produz... Tudo não, mas a grande maioria, mais de 60% do que se produz neste País é transportado por rodovias, com o preço do diesel como o que está aí. Quer dizer, já oneram as empresas, que já estão, em sua grande maioria, sem condições de sobreviver. Apesar de ajuste fiscal, de retirada de direito de trabalhador, de desoneração de folha, há algo que merece a pergunta mesmo. Além do ajuste fiscal... Porque eu vejo muito um plano, um Ministério da Economia muito voltado para o mercado financeiro, mas para os setores que geram emprego e renda, não. É tanto, que a gente vê que os bancos, numa crise dessas... Só banco lucrou. Mesmo os bancos estatais tiveram bilhões de lucro num momento como este. E isso vem desde 2019, porque, em dezembro de 2019, a gente já tinha 13 milhões na extrema pobreza.

Então, a pergunta final é: a gente sai de uma crise financeira só com ajustes fiscais?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Senadora Zenaide. Nós conseguimos ouvi-la bem, mas a imagem da internet não ficou boa. Mas deu para entender perfeitamente bem.

Muito bem. Eu passo a palavra ao Deputado General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, um bom-dia...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – ... aos Parlamentares que estão participando desta reunião, aos nossos palestrantes...

Ótimas têm sido as reuniões da Comissão, sempre com muitos ensinamentos, o que nos permite aprimorar a atividade parlamentar.

Eu gostaria de iniciar com uma pergunta para o Mauro Junqueira, até porque envolve todo o Conasems.

Aqui na Câmara, há o Projeto 1.777, de 2019, que trata do número único. Hoje a criança já nasce na certidão de nascimento com esse número, e aqui se propõe que o número das identidades estaduais coincidam. Esse número facilitaria esse controle dos invisíveis? Esse número facilitaria o controle da vacinação e facilitaria também o prontuário eletrônico? É a primeira pergunta.

Segunda pergunta: o Deputado Francisco Jr. tem executado bastante orientações positivas no sentido do Projeto de Lei 4.171, de 2020, que é um Siafi nacional. Nós estávamos falando do emprego desse recurso, da utilização desse recurso. Se nós todos – Municípios, Estados e União –, tivéssemos um Siafi nacional, não poderíamos acompanhar melhor a utilização desse recurso, dar mais transparência? E o Ministério da Saúde, tendo isso, vendo as necessidades, poderia colocar mais recursos e orientar?

Terceira pergunta: eu vejo que, no SUS, há o pagamento, há muitos desvios, há muitas informações equivocadas. Eu perguntaria: o pagamento do SUS, Secretário, via prontuário eletrônico não daria transparência e facilitaria? Eu vou explicar o que seria isso. Existe lá o prontuário e, quando o médico lança o código do procedimento, na última coluna aparece o valor SUS. E, dessa forma, seria automático.

Então, são essas as três perguntas.

Para o Wilson Lima, lá do meu Estado de São Paulo: nós estamos falando exatamente nesses aspectos do próximo ano. O próprio Mauro Junqueira falou na transposição do recurso do Covid, de você executar e alguma coisa colocar naquela parte. O próprio Wilson Lima disse para, do que foi executado neste ano, deixar para depois o pagamento. Eu acho que o que foi executado neste ano já executa neste ano. Nós temos essa possibilidade. Eu gostaria de perguntar: São Paulo já está se preparando para outras atividades? Todos dois comentaram da vacinação do próximo ano. Muitas coisas, como a seringa ou outro material que será necessário, já podem ser compradas neste ano, para não impactar o teto de gastos do próximo ano. Isso já tem ocorrido? São Paulo está se preparando para essa atividade?

Todos dois comentaram na vacinação do próximo ano. Muitas coisas, como a seringa ou outro material que será necessário, já podem ser compradas neste ano, para não impactar o teto de gastos do próximo ano. Isso já tem ocorrido? São Paulo está se preparando para esta atividade?

Termino com outra pergunta para o Felipe Salto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo com que a IFI tem realizado um trabalho espetacular. O controle de gastos, já que não está a arrecadação... Há todo um contexto, e economia à parte é muito fundamental. Foi abordada a dívida nossa interna superior a 90% do PIB. Eu digo: não está na hora de nós estimularmos as privatizações? Eu gostaria, além de estimular, de perguntar se, nesta privatização, nós não poderíamos, talvez, lançar uma proposta e trocar dívida interna daqueles que estamos devendo por ações destas privatizações. Quer dizer, nós diminuiríamos essa dívida e, ao mesmo tempo, estaríamos quitando a nossa atividade com ações.

Eu gostaria de encerrar dizendo que fico muito contente quando vejo o representante do Conasems dizer que o Ministério da Saúde tem realizado reuniões em conjunto, que o trabalho tem sido conjunto. Eu acho isso fundamental. Quero parabenizar o Ministério da Saúde e salientar a importância deste prontuário eletrônico na nuvem, porque, se o cidadão sofre um acidente e é levado a um pronto-socorro, aquela equipe médica tinha de acessar e saber se aquela pessoa é diabética, se tem alergia, se tem algum problema. Este prontuário eletrônico é fundamental. E, da mesma forma, a caderneta de vacinação eletrônica, porque assim se controla a cobertura vacinal de toda população brasileira. O Brasil é um exemplo, e nós temos que o tempo todo estimular a que todas as famílias vacinem, conforme o prescrito.

Presidente Confúcio, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui, participando nesta Comissão, que traz muitos ensinamentos. Juntos vamos superar esta crise do Covid.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado General Peternelli, pelos seus abalizados questionamentos.

Vamos às respostas agora.

Na mesma sequência, eu vou passar para Mauro Junqueira a primeira seção de respostas. Depois, ao Felipe Salto e, por fim, ao Wilson Lima.

Com a palavra Mauro Junqueira.

Pode entrar, Mauro.

O SR. MAURO JUNQUEIRA (Para expor.) – Obrigado.

Queria, já respondendo à Senadora Zenaide Maia, agradecer sua fala e dizer que o Conasems está trabalhando junto ao Parlamento, através da comissão de saúde, seguridade e família. Estamos discutindo sempre as questões relacionadas à saúde, as dificuldades, os anseios, as necessidades e os projetos que estão em andamento no Parlamento. A gente sempre se reúne. Temos duas reuniões agendadas ainda para esta semana, com o Deputado Luizinho, com a Deputada Carmen... Toda hora estamos dialogando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo com a senhora que nós vamos chegar a 31 de dezembro com 1 bilhão de procedimentos ambulatoriais hospitalares não realizados e que, então, é um cenário que preocupa muito. Por isso, há a necessidade de fazer a transposição dos recursos para o ano de 2021. Aí, acompanhamos o seu Projeto 4.088, que fala sobre a questão da transposição, da transferência para os Estados e Municípios. Ele vem da Lei Complementar 173, que busca dar continuidade à realização de ações e serviços públicos em saúde, ou seja, os recursos são transferidos fundo a fundo para manutenção de ações e serviços públicos de saúde, que devem ter continuidade, embora sejam do orçamento de guerra. Como eu disse, todos os serviços estão e foram impactados pelo Covid. Os recursos foram transferidos no início do segundo semestre.

Existe a necessidade do gasto no ano que vem daqueles recursos que permanecerem em conta até 31 de dezembro. Então, nós defendemos isso e defendemos não só isso, mas a nossa defesa é para que se possa fazer uma alteração no art. 5º da Lei Complementar 172, fazendo, então, a exclusão do art. 5º, que fala da transposição. Ou seja: o que defendemos é que seja excluído o art. 5º da 172, deixando claro que, ao final do exercício financeiro, depois de executados e cumpridos todos os objetivos e metas, os gestores possam fazer a reprogramação dos recursos aprovados por seus respectivos conselhos de saúde, para que se possa dar a continuidade necessária à aplicação dos recursos na saúde, naquilo que for necessário de acordo com o ente local.

Quero agradecer as palavras do Deputado General Peternelli e dizer, sim, General, que nós estamos aí nos reunindo quase diariamente com o gabinete de crise do Ministério da Saúde, desde março. Melhorou e muito a relação nos últimos meses com o Gen. Pazuello e toda a sua equipe. Então, nós não damos um passo no SUS sem antes pactuar e discutir com os três entes federativos. O Conasems tem trabalhado muito forte com o Ministério da Saúde, está sendo ouvido. Nós somos propositivos e temos trabalhado juntos. Então, isso foi um avanço nesta gestão.

Eu quero dizer que a questão do número único... Nós estamos com o ministério trabalhando a questão do CPF. Por muitos anos, nós trabalhávamos e trabalhamos ainda com o Cartão Nacional de Saúde e, como eu disse, no início da minha fala, nós temos hoje 119 milhões de brasileiros cadastrados, dos 200 milhões. A nossa meta era chegar a 150 milhões de brasileiros cadastrados, através do programa Previne Brasil, mas, com a pandemia, nós aí tivemos uma dificuldade até de acesso à população, etc., como todos sabem. Mesmo assim, neste ano, nestes meses até setembro, nós aumentamos em 30 milhões o número de brasileiros cadastrados, com um único prontuário. Ainda estamos caminhando para ter um prontuário eletrônico único.

Nós temos hoje o e-SUS AB, que é a informatização nas unidades básicas, mas estamos discutindo com o Ministério da Saúde e com o Datasus para que isso chegue também no ambulatório, nas UPAs, nos hospitais, para, aí sim, a gente conseguir ter um acesso único e, na hora em que o profissional – o médico, o enfermeiro ou qualquer profissional de saúde – acessar o prontuário daquele paciente, ele saberá o que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ele fez, que exames ele fez, o que aconteceu, ou seja, isso vai ser um avanço enorme e uma diminuição de recursos, com maior efetividade.

O prontuário eletrônico é uma defesa nossa, mas não é fácil. Só para o senhor ter uma ideia, no Ministério da Saúde nós temos mais de 200 sistemas de informação ainda, mas é um processo gradativo, que está sendo discutido de forma tripartite, e a gente está avançando.

Quero dizer da questão da maior transparência na prestação de contas. Nós temos os instrumentos de gestão aprovados em lei: o relatório anual de gestão, o plano municipal, o plano plurianual de saúde, todos esses instrumentos dão total transparência e aprovação pela comunidade através dos conselhos de saúde respectivos.

Fazer o pagamento de acordo com o prontuário eletrônico vai contra a legislação. Nós temos a Lei Complementar 141, que fala de critérios de rateio, e aí eu vou dizer para o senhor o seguinte, General Peternelli: não dá para se fazer, para se ter um preço único nacional. Cada região deste País tem um custo. Nós temos aí regiões de saúde que fazem... Vou dar um exemplo: há hospitais que fazem três, quatro partos no mês. O custo dele é muito maior que o daquele que faz todo dia, que tem um volume maior, e a qualidade é muito menor desses que fazem pouco, mas às vezes eles estão distantes de um grande centro e é preciso fazer. O País... O senhor conhece muito bem este país continental que é o Brasil, não dá para comparar. Então, nós precisamos saber quanto custa em cada localidade, em cada região do País, porque isso é diferente, e a Lei Complementar 141 traz isto: a distribuição dos recursos de acordo com os critérios de rateio. Nós temos que insistir na Lei 141, que é de 2012, fazer a implementação dela, porque, aí sim, os recursos vão chegar, o gestor vai ter autonomia de utilização de recursos e nós vamos trabalhar com o cumprimento de metas, não fazendo aquele sistema antigo do Inamps, que pagava por produção, porque a gente viu que isso não é eficaz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Mauro.

Com a palavra Felipe Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Começando pelo Senador Esperidião, é muito importante e muito bom ouvir essa palavra que o Senador Esperidião trouxe a respeito da avaliação. A gente não faz avaliação de políticas públicas no Brasil, então, nosso orçamento é uma espécie de piloto automático: a gente vai elaborando os projetos de lei orçamentária ano a ano sem saber se aquelas despesas que estão sendo carregadas foram eficientes, se atingiram seus objetivos ou não, e o mesmo vale para os benefícios tributários, uma agenda importante levantada pelo Senador Esperidião Amin e que poderia render uma economia inclusive para financiar outros tipos de despesa. Vale lembrar que os gastos tributários, essas renúncias fiscais oriundas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desonerações, regimes especiais, incentivos de toda sorte não estão sujeitos ao teto de gastos, mas ajudam a melhorar o equilíbrio fiscal, quer dizer, aumentam o espaço fiscal e ajudam na sustentabilidade da dívida pública.

Quanto à desoneração da folha, que foi a pergunta específica do Senador Esperidião Amin, de fato, a derrubada do veto presidencial pelo Congresso pode acarretar pelo menos R\$10 bilhões a mais no orçamento do ano que vem. Isso não está previsto nem pela IFI nem no Ploa de 2021. Seriam R\$10 bilhões a mais, no mínimo, derivados da derrubada do veto. Agora, para conseguir financiar esses R\$10 bilhões a mais, seria preciso avançar ainda mais profundamente naquelas linhas que eu mostrei de cortes de gastos para comportar o chamado Renda Cidadã sem prejudicar o teto de gastos.

O caminho de acionamento dos gatilhos deve também ser considerado, porque ele também produziria um espaço de ajuste fiscal e ele permitiria que se ganhasse tempo para fazer uma harmonização das regras fiscais e para se discutir a composição do ajuste. Quer dizer, nada impede que o ajuste fiscal seja feito também combinando o lado da receita.

Nenhuma medida é sem custo, todas as medidas têm custo. O aumento de tributação gera aquilo que a gente chama de perda de eficiência, ou peso morto, no jargão, para as empresas, para o setor produtivo. E o aumento de gastos públicos aumenta a dívida pública, aumenta os juros, como a gente sabe. Então, é preciso que se discuta a coisa olhando para a floresta, e não olhando apenas para a árvore, para o problema específico. São questões fundamentais.

A Senadora Zenaide também coloca se é só com o ajuste fiscal que a gente vai conseguir sair da crise e recuperar o desenvolvimento econômico, e eu acho que não, nós vamos precisar de uma política de desenvolvimento. O Brasil parou de planejar, e não é de agora, é de há muito tempo. Depois que nós conquistamos a estabilidade de preços com o chamado Plano Real, em 1994, o Brasil está praticamente estagnado, não houve períodos expressivos de aumento da sua produtividade. E, para haver aumento do crescimento econômico, é preciso aumentar essa variável chave, que é a produtividade. Isso depende de melhorar a qualidade dos investimentos em infraestrutura, melhorar a qualidade dos investimentos em educação, melhorar o ambiente de negócios com uma reforma tributária ampla, então não há uma medida específica que possa resolver. As medidas paliativas de crédito, crédito à microempresa a juros subsidiados, isso tudo está sendo feito, a meu ver pode ajudar nessa travessia, mas não é a solução definitiva.

A respeito dos bancos, de fato, os *spreads* bancários ainda são muito elevados. A chamada Agenda BC+, ainda na época do Presidente do Banco Central Ilan Goldfajn, é uma agenda importante que precisa ser continuada para que a gente consiga reduzir os *spreads* bancários num contexto de juros básicos, de Selic muito mais baixa do que a que a gente tinha algum tempo atrás.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, o Deputado General Peternelli, a quem agradeço também pelas palavras a respeito do trabalho da IFI, fala sobre privatizações. É um caminho importante. Vale lembrar que no Plano Real, por exemplo, o PAI (Programa de Ação Imediata) previa um ajuste de fluxos, que só foi acontecer em 1999, com o acordo do FMI e a adoção de metas de superávit primário, mas também previu um programa de privatizações, quer dizer, de ajuste de estoques, de passivos e ativos. Eu acho que a gente ainda tem muitas empresas estatais que são ineficientes, que poderiam ser privatizadas em benefício, sim, das contas públicas, mas em benefício também de uma maior racionalidade do Estado. Acho que é uma agenda que precisa avançar e que teria impactos importantes sobre as contas públicas e sobre a própria dinâmica da economia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Felipe.

Eu passo a palavra para Wilson Lima, São Paulo.

O SR. WILSON LIMA (Para expor.) – Bom, respondendo as questões, primeiro quero responder o questionamento do Senador Esperidião Amin em função da aquisição dos equipamentos, de respiradores.

O que aconteceu? O Brasil todo teve momento de dificuldade na aquisição desses equipamentos dentro do nosso País, aí foi necessário que fossem esses equipamentos importados. A Secretaria da Saúde, cumprindo a missão estabelecida pelo Governo do Estado de São Paulo, busca ter condições de atender todo cidadão, ou seja, nós precisávamos naquele momento estar com leitos de UTI disponíveis à população do Estado de São Paulo, e fizemos isso. Fizemos primeiramente uma aquisição de 3 mil respiradores que vinham da China, só que, no transcorrer dessa aquisição, verificamos que o fornecedor estava com atraso. Nós pagamos um percentual equivalente a 70% dos equipamentos e aí, verificando que não estavam cumprindo os prazos, o Estado de São Paulo fez uma repactuação e reduziu de 3 mil equipamentos para 1.270 equipamentos, equipamentos esses que foram todos entregues, e o valor que nós fizemos no contrato foi suficiente para sanar todo o pagamento relativo aos respiradores adquiridos. Então, não houve prejuízo para o Estado. É lógico que, naquele momento, não só em São Paulo, mas no Brasil todo, por conta de uma maior procura e menor oferta no mercado, o equipamento que, em janeiro, fevereiro, estava na faixa de R\$40 mil teve essa elevação para R\$180 mil. Então, houve atraso mesmo na entrega, e o Estado, através dos seus órgãos competentes, vem buscando que essas empresas façam o ressarcimento.

Mas aí vão perguntar: o Estado de São Paulo precisava de 3 mil e só adquiriu 1.280? Não, nós recebemos do Ministério da Saúde a doação de 573 equipamentos e também recebemos mais uma doação de 1.270 equipamentos de diversas áreas da sociedade, cumprindo assim a nossa perspectiva de ter disponíveis mais de 3,5 mil leitos de UTI para a Covid. E nós estamos trabalhando... *(Falha no áudio.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Caiu sua internet, Wilson. Caiu sua internet, Wilson.

Wilson, você deve estar sentindo que caiu a ligação, caiu sua internet. Vamos fazer seguinte: eu vou fazer aqui umas perguntas dos internautas e eu passo a palavra para o Francisco fazer o fechamento.

Mauro, praticamente todas as perguntas dos internautas falam sobre vacinas. Eu vou falar o nome dos internautas que chegaram a mim: João Henrique Cardoso, de Goiás; Claudia Migliato, de São Paulo; João Cavalcante, de Pernambuco; Amanda Oliveira, de São Paulo; Evandro Silva, de São Paulo. Há muitos, muitos, muitos, mas são selecionados poucos. A pergunta sempre é esta: caso chegue a vacina, quais serão os grupos que serão prioritários para recebê-la? Os outros: os testes de garantia dessa vacina estão sendo seguidos com prevenção de acidentes? A outra pergunta: qual é a previsão de chegada das vacinas? Eu acho que todas elas são sobre vacinas. Então, você pode responder, Mauro, no atacado, a todos os internautas, que tão muito curiosos. Mesmo aqui eu estava observando na rede, a maioria das indagações é sobre vacina. Então, o que é que os Municípios brasileiros estão pensando sobre a vacinação? Estão se preparando? Dê essa resposta através da TV Senado, TV Câmara, Rádio Senado, internet e tudo mais para todas essas pessoas cujo nome eu citei e para aqueles que eu não citei.

Com a palavra Mauro... Aliás, Mauro, aguenta aí a resposta, não responda agora não. Vou passar a palavra para o Francisco Jr., ele já vai fazer as considerações dele e aí você faz já as respostas globais. Tá? Obrigado.

Vamos em frente. Francisco, com a palavra.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Mais uma vez, parabênz a participação de todos.

Aqui no final, Presidente, tenho apenas dois comentários para fazer, primeiro me dirigindo ao Felipe Salto, ainda sobre a questão federativa, que a gente começou a conversar, e ele disse que vai investigar mais a fundo. Nós sabemos que é elevada a concentração de recursos em âmbito federal e menor peso para os Municípios. Isso foi, inclusive, tratado na campanha presencial, com o *slogan* Mais Brasil, menos Brasília. Nesse sentido, Felipe, de que forma uma maior participação relativa dos Municípios pode afetar o crescimento econômico? Existe alguma correlação entre uma maior participação dos Municípios e um maior crescimento econômico? Ou é o contrário? Um fortalecimento da União traz maior crescimento econômico? V.Sa. poderia nos falar um pouco sobre esse tema?

A intenção nossa é avaliarmos essa situação, já que nós estamos aí às portas de uma reforma tributária e é interessante fazermos uma avaliação nisso, olhando pelo prisma da saúde também, quer dizer, o eixo principal é a questão da saúde no SUS. Mas eu acho que a gente pode ampliar essa investigação, observando a participação do Município. Como tratar isso nesse tema agora? Lembrando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai passar por aí essa revisão do pacto federativo. Então, como fazer essa discussão sobre esse ponto de vista financeiro, econômico, na sua visão?

E para o Mauro Junqueira – tinha confundido o nome do secretário – tenho a seguinte pergunta: a pandemia demonstrou a importância de termos o Sistema Único de Saúde forte. Conforme já falado, alguns países europeus estão passando por uma segunda onda da Covid-19. Madri foi a primeira capital da Europa a reinstaurar o *lockdown* por essa nova onda de contaminação. No Brasil, Manaus apresentou recente aumento dos casos de infecção.

Em sua opinião, Secretário, quais parâmetros devem ser observados para que se decida pela adoção de novo confinamento? É possível a gente caminhar para uma situação dessas, na sua opinião?

Em relação ao financiamento do SUS, o que a União pode melhorar em seu apoio a Estados e Municípios? Basicamente, nessa pergunta eu quero saber o seguinte, já que, se nós tivermos uma piora, o que pode acontecer, nós temos que aprender com os erros: o que nós faríamos de diferente em uma situação como essa e quais seriam os critérios e parâmetros para poder fazer essa decisão, lembrando que o Brasil é tão plural, tem realidades tão distintas, tão diferentes?

No mais, quero agradecer a contribuição de vocês com o trabalho da Comissão, colocando-me à disposição e dizendo que a gente pode incomodar um pouquinho mais com alguma coisa que chegue depois. A gente poderá bater à porta de vocês.

O Felipe já é de casa. Temos que fazer o crachá da Comissão para ele.

E o senhor agora também seja bem-vindo.

Vamos acompanhar. Eu acho que enriquece muito o debate a visão de vocês que estão lá na ponta com os secretários municipais.

Obrigado, Presidente. Eram essas as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Relator Francisco Jr.

Agora, eu passo a palavra, na ordem, para Mauro Junqueira, depois para Felipe Salto e, por último, para Wilson Lima.

Não houve nenhuma pergunta para o Wilson Lima, mas ele pode fazer suas considerações.

Todos vocês podem responder e já fazer as considerações finais, porque nós estamos caminhando para o encerramento da nossa audiência pública.

Com a palavra o Mauro Junqueira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO JUNQUEIRA (Para expor.) – Senador Confúcio, Deputado Francisco, obrigado pelos questionamentos, pela oportunidade.

O Conasems está à disposição da Comissão assim que for necessário, para a gente poder atuar junto. Acho que isso é muito importante porque, como nós representamos 5.570 Municípios, temos uma capilaridade muito grande com os gestores, temos capacidade de ouvir os gestores municipais. Poder trazer para os senhores o que está acontecendo na ponta – assim a gente avalia – é de muita importância.

Sobre a questão da vacina, especificamente, sobre quais são os grupos prioritários, quero dizer, primeiro, que nós estamos com um número muito grande de vacinas sendo discutido e debatido no cenário mundial. São nove vacinas de que a gente tem conhecimento e que têm grande chance de, já a partir do ano que vem, estarem disponíveis.

São três vacinas que estão sendo discutidas, com recursos já direcionados pelo Ministério da Saúde, para estarem à disposição da população. A primeira delas é a de Oxford com a Fiocruz, já com recursos descentralizados para a Fiocruz. A partir do momento em que estejam disponíveis, com todos os testes, com toda a autorização da Organização Mundial de Saúde, com testes de segurança, poderão ser disponibilizados 30 milhões de doses, se tudo correr bem, se os testes forem aprovados, se a OMS aprovar – há uma série de "se" nessa questão que vai estar, obviamente, em jogo. Então, a ideia é a de que, a partir de janeiro, a gente já tenha 30 milhões de doses dessa vacina e, logo em seguida, a fabricação no Brasil dessa vacina pela Fiocruz. É o que a gente espera.

Há também a do Butantã, em São Paulo, já com o anúncio da Secretaria de Estado de São Paulo de que, a partir de meados de dezembro, estaria à disposição. Também há todo esse cenário depois de aprovação dos testes. Todos eles estão na terceira fase.

E há também o Paraná com a vacina russa. Há uma discussão em andamento sobre a disponibilização dessa vacina.

Então, neste momento, nós não podemos dizer que vai começar em tal mês, que está tudo certo. Não! Todas elas estão em plena discussão de aprovação por parte dos comitês científicos, etc.

Para se falar qual é o grupo de risco também é muito cedo. Nós não sabemos que faixas serão registradas. Nós precisamos saber qual o grupo de risco, qual a faixa que vai ser registrada, para que possamos, aí sim, atribuir quais são as nossas metas, quais são os grupos prioritários. Obviamente, a gente deveria começar com os nossos profissionais de saúde, que são aqueles que estão à frente de todas as unidades de saúde deste País, desde o primeiro momento, salvando vidas. E nós dependemos deles, de que eles continuem, porque o vírus veio para ficar. Nós vamos ter que vacinar e ter todo aquele acompanhamento anual, para que possamos estar protegidos desse vírus. Mas ele veio e vai ficar, não vai desaparecer de uma hora para outra. Nós vamos ter que vacinar. Então, obviamente esta é uma questão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deve acontecer: serão vacinados os profissionais de saúde, em seguida os idosos e, depois, a população em geral. Essa deve ser a meta.

A questão das garantias obviamente é da OMS, dos órgãos de controle, de todas as agências reguladoras. E, como eu disse, a previsão de chegada depende muito do o.k. de todos esses organismos de controle, de boas práticas, etc., para que elas venham para o mercado. É importante dizer que o Brasil já sinalizou e disponibilizou, através do Congresso Nacional, recursos para que a gente possa ter acesso a essas vacinas. E a Fiocruz já está iniciando todo um processo de internalização e de fabricação aqui a partir do momento em que cheguem as primeiras doses.

Respondendo ao Deputado Francisco, o SUS... Eu tenho certeza disso, entrei na saúde pública em 1986, ainda com ações integradas de saúde, participei desses movimentos todos e sei o quanto o SUS é importante, o quanto o SUS cresceu e a valorização que teve agora, neste momento de pandemia.

Com relação a Manaus, a gente está avaliando se é ou não a questão da segunda onda. Começou muito cedo lá; no mês de março, a gente já presenciou aquelas mortes todas.

E a gente avalia... Estive conversando aqui com o meu Presidente Wilames dias atrás sobre a questão do 7 de setembro, o que nós vamos colher do 7 setembro. O dia 7 de setembro foi um feriado, foi o último feriado, quando a população invadiu as praias, invadiu as cidades históricas, foi viajar, foi para os bares, sem proteção, sem máscara, sem álcool em gel, ou seja, a população já não está suportando mais esse cenário.

Nós não podemos baixar a guarda. Nós temos que continuar com máscara, nós temos que continuar fazendo uso do álcool em gel, fazendo distanciamento social dentro do possível, senão, sim, nós vamos ter que fazer fechamentos, vamos ter que fazer *lockdown*, se esse cenário aumentar muito.

Então, não se pode baixar a guarda. É possível irmos ao trabalho, é possível voltarmos às escolas, mas tudo com planejamento, mantendo todo o cuidado possível, porque é um vírus ainda bem desconhecido de todo mundo.

E há a última pergunta: o que a União pode fazer para melhorar esse cenário com os Estados e os Municípios? Pode dar mais autonomia na execução dos recursos financeiros. Há que se deixar claro que a União tem que repassar recursos e que o Município, lá na ponta, tem a autonomia de fazer a recepção dos recursos e, de acordo com o seu planejamento, de acordo com a sua necessidade, de acordo com o seu orçamento e com a aprovação do Conselho Municipal de Saúde, fazer a melhor aplicação de recursos. Não dá para repassar o dinheiro engessado na caixinha porque este País é muito diferente de uma região para outra, e aí não dá para dizer como vai ser gasto o dinheiro. O gestor lá na ponta tem que ter capacidade de fazer. A Lei 141, de 2012, fala do critério de rateio. Repasse o recurso e fortaleça os instrumentos de gestão. Eu acho que esse é o caminho que a gente deve tomar, para, aí sim, cobrar da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

gestão municipal os resultados, a melhoria no acesso da população, a qualidade na assistência, e não ficar contando quantos procedimentos fizeram.

Eu queria agradecer a possibilidade de ter participado deste grande debate neste momento e registrar, mais uma vez, a nossa intenção de fazer a exclusão do art. 5º da Lei Complementar 172, porque, com certeza, ao final do exercício financeiro, cumprindo todas as metas e todos os pactos, sobrando dinheiro, o gestor terá autonomia de reprogramar esses recursos e fazer a utilização deles, aprovando-os dentro dos seus conselhos de saúde.

Muito obrigado, Deputado e Relator Francisco Jr., Senador Confúcio, todos os Deputados e Senadores que participaram e todos os colegas desse movimento.

O Conasems estará sempre à disposição. Um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Mauro Junqueira, pela sua participação brilhante.

Eu passo a palavra para Felipe Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Respondendo à pergunta do Deputado Francisco, Relator, basicamente há um problema fiscal federativo que nós nunca conseguimos resolver, há um problema de diagnóstico. Na verdade, a distribuição das receitas é bastante equânime. Houve um aumento das transferências da União para Estados e Municípios desde a Constituição de 1988. Agora, há uma escassez de recursos de maneira generalizada. Por isso eu tenho dito que a solução de uma pós-crise vai passar por um novo pacto federativo. Vai haver de novo a discussão da renegociação de dívidas. Estados e Municípios estarão com gastos mais elevados, e a União também. Então, não será uma solução simples, vai envolver uma série de medidas para que se possa reorganizar isso. E também vamos discutir as atribuições do ponto de vista de políticas públicas de Estados e Municípios, separando aqueles que têm maior autonomia financeira, com arrecadação própria maior, daqueles que têm arrecadação mais baixa e dependem mais de transferências do Governo central.

Eu quero agradecer, mais uma vez, pelo convite do Senador Espiridião Amin e do Senador Confúcio Moura, Presidente desta Comissão, cumprimentar todos os Senadores e Deputados que fizeram perguntas, cumprimentar também o Relator, Deputado Francisco Jr.

Quero dizer que este é um prazer e também uma oportunidade muito importante para a Instituição Fiscal Independente, que é um órgão do Senado, mas que tem autonomia, pelo mandato dos seus diretores, de fazer essas avaliações autônomas, tecnicamente independentes, da situação fiscal e econômica. Então, é um prazer poder estar nesta Comissão.

Muito obrigado, Presidente Confúcio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Felipe Salto.

Eu passo a palavra para Wilson Lima, para ele fazer as suas considerações finais. De fato, ele foi indicado de última hora. Mesmo assim, ele fez a sua parte, contribuiu bastante.

Então, Wilson, você está com a palavra.

O SR. WILSON LIMA (Para expor.) – Eu gostaria preliminarmente de concluir as respostas ao General Peternelli, em que eu estava falando de restos a pagar. O que nós entendemos? Nos restos a pagar, até o final do exercício, vamos ter aquelas despesas que serão processadas e outras não processadas, mas, mesmo assim, poderemos ainda ter um saldo orçamentário e financeiro. Quanto a esse saldo financeiro, que nós tenhamos a possibilidade de usá-lo em 2021, para a continuidade das ações do Covid.

Com relação à pergunta que ele também me fez sobre as compras, eu posso deixar claro que a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo já está providenciando os processos licitatórios para a aquisição de insumos. Nós já estamos comprando mais de 40 milhões de seringas, já nos preparando, assim que tivermos a aprovação das vacinas, para começarmos com a vacinação.

Ele me pergunta se o Estado de São Paulo está preparado para as dificuldades, e nós temos o entendimento de que sim, pois nós temos o plano estadual de prevenção, o Plano São Paulo. Vem trabalhando o Estado de São Paulo, junto com todos os Municípios, para que consigamos um resultado em que possamos atender todas as necessidades para diminuir o Covid.

Então, era isso que eu queria deixar esclarecido ao General.

E também venho agradecer a oportunidade de participar deste debate, para que possamos, todos juntos, Estados, Municípios, União, buscar soluções para que o nosso povo tenha condições de passar por essa dificuldade, mas que não falte nenhum leito de hospital, nenhum medicamento, e que nós possamos fazer tudo isso com a maior transparência, pois os recursos de que o cidadão dispõe são recursos que todos nós temos que utilizar de forma eficiente, eficaz, para que não haja dúvidas sobre o nosso trabalho.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença dos Srs. Parlamentares e dos convidados Mauro Junqueira, Felipe Salto e Wilson Lima; agradeço a participação dos internautas, por meio do e-Cidadania, e dos telespectadores da TV Senado; e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. Uma boa tarde! Obrigado, gente. Até logo! Um abraço!

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia treze de outubro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho, e ainda da Senadora não membro Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Cacá Leão e Reginaldo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para discutir as dificuldades da retomada do crescimento econômico diante da dificuldade de acesso ao crédito por parte das micros e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais; e a falta de previsão orçamentária direcionada para políticas públicas de crédito para os pequenos negócios no Orçamento de 2021. **Participantes:** Neudson Peres de Freitas, Gerente Geral da Unidade Clientes do Banco do Brasil.; Silas Santiago, Gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional.; Ercílio Santinoni, Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais - CONAMPE.; Celso Leonardo Barbosa, Vice-presidente de Negócios e Varejos da Caixa Econômica Federal.; Luciano Quinto Lanz, Chefe do Departamento de Conformidade e Prevenção a Fraudes do BNDES.; Gilneu Vivan, Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro do BACEN.; Rosi Dedekind, Presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e dos empreendedores Individuais de Santa Catarina - FAMPESC.; Luiz Lesse Moura (representante de: Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - CONFEBRAS.); Celso Leonardo (representante de: Organização das Cooperativas do Brasil - OCB.); Cláudia Cisneiros, Presidente da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito e Finanças - ABCRED.; Bruno Laskowsky, Diretor do Departamento de Conformidade e Prevenção a Fraudes do BNDES.; e Cintia Ebert Huang, Vice-presidente da Uniajo e Inovação. (representante de: Adael dos Santos - Presidente da AJORPEME.). **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento N° , de 2020** que : "Requer a realização de audiência pública com o intuito de debater " o Plano de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 desenvolvido pelo Ministério da Saúde e a evolução das prováveis vacinas contra o COVID-19, prazos, necessidades e possibilidades de imunização dos brasileiros."" **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/13>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus, Covid-19.

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo e que a ordem de fala será: primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e por último aos Parlamentares não membros.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser utilizados ao final da audiência.

A presente reunião é uma audiência pública que atende ao Requerimento 71, de autoria do Senador Esperidião Amin. Esta audiência tem por objetivo discutir as dificuldades do acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais e a falta de previsão orçamentária direcionada para políticas públicas de crédito para os pequenos negócios no Orçamento de 2021.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se todos estão presentes, mas vou ler o nome dos convidados: Ercílio Santinoni, que é Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (Conampe); Rosi Dedekind, Presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual de Santa Catarina (Fampesc); Cintia Ebert Huang, Vice-Presidente da Uniajo e Inovação da Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas (Ajoinpeme); Claudia Cisneiros, Presidente da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito e Finanças (Abcred); Kedson Macedo, Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras); Francisco Reposse Júnior, Diretor Comercial e de Canais do Sicoob, representando a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Silas Santiago, Gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional; Bruno Laskowsky, Diretor do Departamento de Conformidade e Prevenção a Fraudes do BNDES; Luciano Quinto Lanz, Chefe do Departamento de Conformidade, como já falei, desculpe-me repetir; Neudson Peres de Freitas, Gerente-Geral da Unidade Clientes do Banco do Brasil; Celso Leonardo Barbosa, Vice-Presidente de Negócios e Varejo da Caixa Econômica Federal.

Antes de iniciarmos esta audiência pública, que será diferente daquela primeira que nós fizemos, em que os Líderes aqui escolheram alguns representantes para falar pelo tempo de dez a doze minutos, vamos deixar todos falar. Será um tempo mais curtinho para todos falarem um pouco, um tempo curto, e esse tempo será complementado com as perguntas, com os debates no transcorrer da audiência pública.

Antes de conceder a palavra ao primeiro da lista, Sr. Ercílio Santinoni, vou passar a palavra para o autor do requerimento, Senador Esperidião Amin, que terá um tempo de dois a três minutos para explicar os objetivos dessa segunda rodada com todos os senhores e senhoras para debater o crédito para os pequenos e micronegócios, microempreendedores individuais e microempresas.

Então, passo a palavra para o Senador Esperidião Amin, para fazer uma introdução.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, um bom dia, mais uma vez, a todos.

Quero agradecer a V. Exa. e aos demais membros da Comissão pelo deferimento desse requerimento. O que eu gostaria de, nesse momento, focalizar é em nome da busca da objetividade. Esta reunião tem que ser bem mais objetiva do que aquela do dia 07 de julho.

Nós temos um histórico, todas as semanas nós temos um relatório sobre o que está acontecendo em matéria das linhas de crédito que têm como objetivo atender MEIs, micro e pequenas empresas.

Aqui o nosso assunto é: que parafuso nós temos que botar nessa linha de produção, que artefato, que ferramenta, para que ela funcione melhor, tanto da parte de quem opera e empresta quanto da parte de quem precisa do dinheiro, especialmente porque todos os estudos mostram que a reação para haver emprego, ou seja, para recuperarmos emprego – chegaram a 13,8% nesta Covid, dados oficiais – precisa de crédito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mandei pedir para distribuir inclusive uma matéria que foi publicada ontem na *Folha de S.Paulo*, p. A16, em que o Departamento de Pesquisas do Banco Central divulga uma matéria, portanto com profundidade técnica, de que, sem crédito para a microempresa, não haverá a segunda barra do "v".

E termino essa minha fala inicial, pelo que agradeço ao nosso Presidente, dizendo o seguinte. Eu tenho uma sugestão a mais: criar, em nível nacional, o Programa Juro Zero. Que seria isso? O Governo estabelecer um limite de recursos financeiros para que ele banque o juro zero para micros e MEIs, via organizações de microcrédito, OSCIPs de microcrédito, como está acontecendo em Santa Catarina. Para MEIs, limite da operação: R\$5 mil; e para micro e pequenas empresas, limite da operação de R\$10 mil. E o Governo, em vez de subsidiar pela garantia, subsidiar os juros dessas operações. Repito: Programa Juro Zero, este modelo está funcionando em Santa Catarina há sete, oito anos, exitosamente, e eu acho que nós criarmos esse modelo em nível nacional daria um dinamismo para atender aqueles que têm mais dificuldade em operar no sistema financeiro tradicional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado. Está bem explicado.

E vamos fazer, como o Senador Esperidião falou, uma reunião bem objetiva, muito prática, muito direta. É como se fosse bater o pênalti.

Nós vamos começar na ordem de inscrição aqui. O primeiro, se não estiver presente ainda, a gente salta e, depois, se entrar na sala, a gente concede a palavra. O primeiro a falar pelo tempo de três minutos – bem objetivo mesmo, para bater o pênalti – é Ercílio Santinoni.

O SR. ERCÍLIO SANTINONI (Para expor.) – Bom dia a todos! Quero agradecer ao Senador Confúcio Moura e ao Senador Esperidião Amin pelo convite.

Na audiência anterior, eu dizia que a gente precisava chegar a um financiamento de R\$200 bilhões para que micro e pequenas empresas pudessem manter os empregos e não ter um fechamento maior do que normalmente há nesse segmento, porque já é tradicional que microempresas têm muitas... Não há, vamos dizer assim, uma solidez, e acabam, muitas delas, fechando as portas, independentemente de problemas da falta de crédito.

Ficamos felizes porque estamos chegando a R\$180 bilhões de financiamento e ficamos tristes ao notar que esses R\$180 bilhões não foram o suficiente para atender aquele que mais necessita. Nós não podemos esquecer que 62% das microempresas hoje que estão no Simples faturam menos de que R\$180 mil por ano. Isso corresponde a uma média de R\$7 mil por mês de faturamento da microempresa. É um segmento que, realmente, pelo porte, teria que ter um tratamento mais favorecido, mais desigual, porque eles não são iguais à pequena empresa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vimos o problema no Pronampe, onde nós só conseguimos atender 200 mil microempresas e atendemos 260 mil pequenas empresas. Isso corresponde somente a R\$8 bilhões, R\$8,5 bilhões de crédito a que a microempresa teve acesso. Então, 5 milhões de empresas conseguiram 8,5 bilhões. É muito pouco dinheiro para a microempresa.

Então, nós temos que fazer... Eu acho que a ideia do Senador Espiridião do juro zero é uma das alternativas, principalmente porque você não tem inadimplência, porque na hora em que você tem inadimplência é cobrado o juro, e acaba havendo uma inadimplência baixíssima.

Mas a preocupação maior da gente é que aquele pequenininho ainda não teve acesso ao crédito, foram muito poucos os que chegaram a ter acesso e estão em dificuldade. E se não conseguirmos mais recursos, sentimos que teremos maior dificuldade de repor os estoques, de girar a economia. Eu acredito que só com mais dinheiro nós vamos poder estancar esse desemprego. Já tivemos um aumento de 2%, 2,2% do desemprego no País, e nós acreditamos que com um bom financiamento, com um suporte a esse pequenininho, nós vamos conseguir recuperar um pouco dos empregos que essas pessoas perderam na microempresa, e crescer, voltar a ter novos empregos, o que seria uma solução.

Eu fico à disposição para discutir depois das perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Ercílio, pela sua participação.

Eu convido Rosi Dedekind.

Ela está presente?

A SRA. ROSI DEDEKIND – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Rosi Dedekind é presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais do Estado de Santa Catarina.

A senhora tem três minutos, Presidente Rosi.

A SRA. ROSI DEDEKIND (Para expor.) – Bom dia a todos! Muito obrigada.

As palavras do Ercílio já refletem a dificuldade de acesso ao crédito do empresário de micro e pequena empresa. Estamos muito preocupados com a retomada da economia, com a geração de emprego principalmente. Se nós não tivermos acesso ao crédito como empresários de micro e pequena empresa, com juros muito acessíveis, não vamos conseguir repor os nossos estoques e fazer a economia girar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esse olhar carinhoso para o empresário de micro e pequena empresa é necessário. Então, eu não vou me alongar muito, porque o Presidente Ercílio já nos representou bem na fala, mas há uma real necessidade. Quero agradecer aos Senadores por terem esse olhar para a necessidade do empresário de micro e pequena empresa, que faz a máquina girar.

Estávamos, antes da pandemia, em um retorno, e sendo a micro e pequena empresa a responsável pelo retorno da última crise, e agora nós precisamos de certo alento para os empresários de micro e pequena empresa, que precisam sobreviver.

A gente tem muitas notícias de empresas fechando, pequenas empresas fechando, e realmente essa preocupação de fazer chegar à ponta com menor dificuldade é importantíssima.

Eu agradeço a todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Presidente Rosi.

Eu consulto se a Cintia, Vice-Presidente da Uniajo, de Joinville, está na sala. Cintia? *(Pausa.)*

Cintia Ebert Huang. *(Pausa.)*

Cintia? *(Pausa.)*

Eu não estou vendo.

Vamos passar adiante. Então vamos deixar a Cintia aqui. Ela entrando, a gente passa para ela.

Claudia Cisneiros, Presidente da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito e Finanças. Claudia? *(Pausa.)*

Claudia? *(Pausa.)*

As mulheres estão em falta, hein, na nossa "escolinha". A Claudia não está presente.

Vamos em frente.

Kedson Macedo, Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. Kedson Macedo? *(Pausa.)*

Kedson?

O SR. LUIZ LESSE MOURA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Opa! Está com a palavra, Presidente Kedson. Pode falar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LESSE MOURA (Para expor.) – Senador Confúcio, bom dia. Bom dia, Senador Esperidião Amin. Meu nome é Luiz Lesse, Vice-Presidente da Confedbras. Estou aqui representando o nosso presidente, que teve um problema de última hora e infelizmente não pôde participar desta audiência, então me incumbiu de representá-lo.

A nossa fala neste momento, como um dos agentes repassadores, representando o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, é informar que a missão que nos foi incumbida o sistema cooperativo cumpriu, podemos dizer, com muita maestria, com muita competência, uma vez que tudo aquilo que foi disponibilizado para o sistema, nós fizemos o repasse, fizemos chegar às mãos dos pequenos e médios empresários, assim como também dos microempresários, aqueles que estão diretamente associados ao nosso sistema.

Hoje, como vocês sabem, nós temos um sistema formado por grandes... O sistema nacional tem subsistemas, cinco grandes sistemas, subsistemas: o Sicoob, que também está aqui representado pelo nosso companheiro Júnior Rebouças, temos também o sistema Sicredi, o sistema Unicred, o sistema Cresol e também Ailos e outras cooperativas de subsistemas menores representados.

Então, aquilo que nos foi solicitado, que nos foi delegado, nós fizemos. E o sistema está preparado, está apto a continuar levando crédito principalmente a quem mais necessita neste grande momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente Luiz Lesse Moura. É uma satisfação.

Vamos passar a palavra para Francisco Reposse Junior, Diretor Comercial dos Canais do Sicoob, ou ele ou seu representante. O Sicoob pode utilizar a palavra pelo tempo de três minutos.

O SR. CELSO LEONARDO BARBOSA (Para expor.) – Muito obrigado, Srs. Senadores. É um prazer estar aqui com vocês.

Nós queríamos manifestar a satisfação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo por estar inserido nesses programas, programas bem pensados, como foram esses, para a retomada da economia.

O cooperativismo de crédito teve uma representação dentro daqueles limites que foram atribuídos, principalmente no Pronampe, que foi uma linha espetacular, com garantia, em que nós, até então, participamos desse financiamento na ordem de pouco mais de 20% da colocação desses recursos do Pronampe, que foram realizados pelas nossas cooperativas. E o que nos alegra bastante foi um *ticket* médio abaixo de R\$50 mil, fazendo com que a gente conseguisse atender um universo maior das micro e pequenas empresas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda estamos com limites na PEAC e já operamos, estamos em torno de quase 5% da operação feitos pelas cooperativas. Portanto, a nossa satisfação é enorme, primeiro, por estar inserido nos programas, as cooperativas terem sido lembradas como agentes repassadores desses recursos nessas linhas; segundo, por ter podido dar conta de atender aquele objetivo das linhas. Portanto, estamos muito satisfeitos. Parabenizo todas as pessoas, o Congresso, os Parlamentares que apoiaram essa iniciativa. E quero dizer que o cooperativismo está de prontidão para novas linhas que possam atender as micro, pequenas e médias empresas brasileiras para retomada da nossa economia, que tanto nos faz bem.

Então, é isso. É mais um agradecimento e nos colocar à disposição para novos programas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Celso Leonardo, representando o Sicoob.

Eu passo a palavra para Silas Santiago, do Sebrae, com tempo de três minutos.

O SR. SILAS SANTIAGO (Para expor.) – Bom dia. Vou tomar a liberdade de compartilhar... Ah, não posso compartilhar a tela. O.k.

Primeiro, um abraço ao Presidente Melles, aos Parlamentares e aos participantes da mesa aqui.

Na verdade, eu tenho que falar o seguinte: a situação continua crítica, está começando a melhorar. Nós tivemos bastante tempo com as empresas perdendo faturamento, quase cinco meses faturando menos da metade de antes. Os passivos estão se acumulando. As medidas emergenciais que foram tomadas estão chegando ao final. A retomada não está se dando de maneira homogênea, nem regional nem setorialmente. Nós temos segmentos econômicos que estão com muita dificuldade ainda, principalmente turismo, economia criativa. Então, na verdade, a situação não está boa ainda. Há um risco de segunda onda de fechamento de empresas. Nós temos aí, segundo levantamentos da última pesquisa do Sebrae, cerca de R\$106 bilhões em passivos acumulados nas micro e pequenas empresas.

Então, antes de falar de crédito, eu vou falar rapidamente que nós precisamos ter a aprovação de três projetos que estão tramitando no Congresso. Primeiro, o PLP 200/2020, que é a moratória dos tributos do Simples Nacional, que é um instituto criado, já está no CTN, mas nunca foi utilizado, mas nós estamos precisando disso este ano; o segundo é o PLP 224/2020, que institui o Refis do Simples Nacional, tem o nome de Prex do Simples Nacional. Este ano foi aprovado o Projeto 9/2020, que é o da transação tributária, que é muito bom. Nós parabenizamos o Congresso por isso, mas, na verdade, a transação tributária funciona para tempos de paz. Em tempos de guerra, em tempo de muita dificuldade, como é o caso dessa pandemia, a transação não resolve o problema. Então, nós precisamos de um remédio para reorganizar as dívidas tributárias das micro e pequenas empresas. Nesse sentido, esses dois projetos, que são o 200 e o 224, merecem ser pautados e aprovados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o terceiro é o marco legal do reempreendedorismo, porque nós temos que reorganizar a forma como as empresas vão organizar os seus passivos, ter a separação patrimonial e um *fresh start*, recomeçar sob outros parâmetros.

Falando de crédito rapidamente. O crédito é muito importante, inclusive, há levantamentos que dizem que sem o crédito a recuperação do emprego, do trabalho, vai ser muito mais lenta. Então, o Sebrae apoia o Pronampe como uma política permanente de crédito para as micro e pequenas empresas, desde que esses recursos sejam alavancados – vou falar sobre isso daqui a pouco. Devem ser previstos novos recursos do Tesouro, o FGO Pronampe, que é o fundo garantidor de operações do Banco do Brasil, inclusive realocando de outros fundos. O próprio PESE, que é o empréstimo da folha, tinha recebido 34 bilhões, essa linha de crédito não rodou, depois foram retirados 17 bilhões de lá, mas continuam 17 bilhões lá nesse empréstimo para a folha, pela Medida Provisória 944, mas só foram emprestados 5,2 bilhões até agora. Quer dizer, é possível tirar pelo menos mais 10 bilhões desse fundo que está no BNDES para refinanceir os recursos da folha de pagamento e essa linha não rodou.

Temos que pensar em alternativas excepcionais, a exemplo do compulsório. Se a gente pensa numa política permanente de crédito, é possível, pelo menos para o microempreendedor, que é o menor na linha de cadeia da micro e pequena empresa, que haja recursos obrigatórios do compulsório, por exemplo. Sempre lembrando a importância, nessa reconstrução, nessa realocação do Pronampe, que esses créditos sejam assistidos pelo Sebrae, que o Sebrae receba os recursos, as informações desses créditos, para poder assistir a essas empresas e acompanhá-las para assegurar que a adimplência seja garantida. Na verdade, também não é só a adimplência do empréstimo, mas que a empresa tenha condições de agir bem, de atuar bem, de ter treinamento, capacitação gerencial inclusive para que possa ir bem.

O histórico da primeira fase do Pronampe. Nós temos hoje 32 bilhões de recursos alocados, dos quais só 25% foram para microempresas e 75% foram para pequenas empresas. Isso evidencia o seguinte: se você deixar esses dois segmentos juntos, toda vez que você cria uma linha e coloca a micro com a pequena, quem vai mais tomar o dinheiro é a pequena, porque ela tem mais controles, tem mais condições, é mais conhecida pelo sistema bancário. Então, a ideia que nós temos, além de alavancar... Hoje a alavancagem está muito baixa. Para vocês terem uma ideia, o Tesouro colocou 27,9 bilhões no FGO, com uma alavancagem de só 1,17, que deu 32 bilhões de empréstimos. Por quê? Porque garante 100% das primeiras perdas, mas 85% da carteira. Então, esses 85% da garantia da carteira é que produzem uma alavancagem muito baixa de 1,17.

O que se propõe? Primeiro, aumentar essa alavancagem. Então, pode garantir 100% das primeiras perdas, mas da carteira pode ter uma diferença, por exemplo, para microempresas: garante só 30% da carteira para microempresas, isso dá uma alavancagem de 3,3333. Se colocarmos, por exemplo, vamos imaginar que nós tenhamos 10 bilhões de recursos novos do Tesouro para o Pronampe. Coloca R\$6 bilhões para a microempresa e 4 bilhões para a pequena empresa. Esses 6 bilhões para a microempresa,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa alavancagem de 3.3333, podem garantir 20 bilhões de empréstimos para microempresas. Para pequenas empresas, colocando 4 bilhões, não precisa garantir 30% da carteira, porque a inadimplência não vai chegar a 30% no caso da pequena empresa. O histórico diz isso. Com muita segurança, vai chegar, no máximo, a 20%. Então, para a pequena empresa, o que teria que acontecer? Garantir 100% das primeiras perdas sempre – isso é inegociável –, mais 20% da carteira, que é um limite de segurança muito bom para os bancos e para os operadores. Garantindo 20% da carteira, dá uma alavancagem de 5 vezes. A alavancagem nada mais é do que 100 dividido pela garantia de perda da carteira. Então, 4 bilhões com uma alavancagem de 5 vezes dá 20 bilhões de empréstimos também. Só com esses 10 bilhões e com essa nova alavancagem poderiam ser trazidos empréstimos para 920 mil empresas, segundo a média dos empréstimos da última fase do Pronampe. Isso quer dizer o seguinte: se com 10 bilhões nós atendemos 920 mil empresas, se conseguirmos 20 bilhões nós atendemos 1,8 milhão. Com as que já foram atendidas, cerca de 500 mil empresas, nós começamos a chegar um pouco perto das necessidades das micro e pequenas empresas.

Só lembrando que a Receita Federal mandou cartas para 4,5 milhões de empresas. Então, quando você começa a ter a alavancagem do Pronampe, quando você não se limita a 1,17 – que é praticamente um por um –, quando você começa a criar mecanismos de alavancagem, começa a fluir mais o crédito. Isso é extremamente necessário.

Nós podemos chamar o crédito para microempresa de Pronampe 2, o crédito para pequena empresa de Pronampe 3, e aí nós começamos então a desenhar uma política permanente de crédito para a micro e pequena empresa, que é o objetivo do Pronampe. Futuramente você pode criar o Pronampe 4 para o microempreendedor, quem sabe com outro mecanismo, com obrigatoriedade do compulsório, com juros menores.

Esse juro do Pronampe 2 e 3, para microempresa e para empresa de pequeno porte, pode ser negociado pelo Senado Federal, por esta Comissão, a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, por meio do Senador Jorginho Mello, Kátia Abreu e dos outros Senadores e dos outros Deputados que participam da Frente também.

Eles podem negociar um nível de remuneração que seja compatível para a micro e pequena empresa, que continue aceitável e que traga também os bancos para operarem no sistema. Não adianta você ter uma linha com uma taxa de juros muito baixa, já que a alavancagem vai aumentar e a garantia vai diminuir. Então, você tem que ter uma taxa de juros que seja aceitável pelas partes, seja pelas micro e pequenas empresas, seja pelos bancos também.

Essas seria, então, Senador Confúcio, demais Senadores, demais participantes aqui, a posição do Sebrae, reafirmando que nós estamos sempre à disposição do Senado Federal, do Congresso Nacional, na busca de soluções para o País.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Vou fazer uma pequena pausa no sequenciamento da audiência para a aprovação da ata, submetendo aos Parlamentares a aprovação da ata da última reunião.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 33ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a Ata.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 72, DE 2020**

Requer a realização de audiência pública com o intuito de debater "o Plano de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 desenvolvido pelo Ministério da Saúde e a evolução das prováveis vacinas contra o COVID-19, prazos, necessidades e possibilidades de imunização dos brasileiros."

Autoria: Senador Confúcio Moura

Submeto o Requerimento nº 72, de autoria da Presidência, que propõe uma audiência pública com o intuito de debater o Plano de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, e a evolução das prováveis vacinas contra o Covid-19, prazos, necessidades e possibilidades de imunização dos brasileiros.

Aqueles Srs. Parlamentares que concordam com este requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Dando continuidade à nossa audiência pública, eu passo a palavra ao Sr. Diretor Bruno Laskowsky, do BNDES.

Está presente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO LASKOWSKY (Para expor.) – Estou presente, sim.

Bom dia, Senador Confúcio Moura...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia!

O SR. BRUNO LASKOWSKY (Para expor.) – ... Presidente desta Comissão, Senador Esperidião Amin, autor do requerimento. Cumprimentando ambos, cumprimento todos os presentes.

Reconhecendo a complexidade do tema, também gostaria de fazer um breve relato sobre o que avançou a partir da última reunião em que estive presente. Acho que seria importante dar visibilidade a tudo o que foi feito, reconhecendo também que muita coisa ainda é necessária. E é um problema, eu diria, mais sistêmico da micro, pequena e média empresa no Brasil.

De qualquer forma, no âmbito do BNDES, a gente disponibilizou algo perto de R\$150 bilhões de linhas. Até – fiz um levantamento agora – semana passada, mais ou menos R\$115 bilhões já foram realizados, o que é um número bastante expressivo, e mais 240 mil empresas impactadas, com oito milhões de empregos também que foram impactados por várias dessas medidas.

Muito rapidamente: a gente tem um programa de giro da pequena e média empresa no BNDES, alguma coisa perto de R\$8 bilhões, enfim, um conjunto importante de empresas – mais de 25 mil empresas – impactadas. Vale a pena mencionar para vocês o *standstill*, que seria a renegociação de algumas dessas linhas. A gente aprovou uma nova etapa do *standstill* principalmente para o microcrédito – vale a pena comentar. Para o microcrédito em instituições do setor público, a gente está renovando aquele *standstill* de seis meses, a gente renova esse processo. Há o próprio Pese, que foi comentado há pouco. E, hoje, há alguma coisa como R\$7 bilhões em financiamento, mais ou menos 130 mil empresas, um número relevante de empregos preservados.

De fato, existe aqui um excedente da linha – podemos discutir um pouco mais –, mas o fato é que uma parte dessa linha está indo para o Peac Maquininhas, que eu vou comentar rapidamente. De qualquer jeito, é uma boa sugestão, a gente pode até realocar. Obviamente, isso aqui implica discussões com o Tesouro, com o Ministério da Economia, mas, seguramente, é um dos movimentos a serem feitos.

Aproveito para falar do Peac Maquininhas, um programa que já foi instituído. A gente entende que ele entra em operação nestas próximas duas semanas, já houve alocação de recursos. É um programa em que você pega uma linha... É o que a gente chama de crédito fumaça. Não quero me alongar aqui em detalhes técnicos, mas, na realidade, você está dando crédito para a perspectiva de recebíveis que aquela microempresa terá no futuro. Então, você não assume exatamente um desconto de recebível do que aconteceu no passado, mas com a perspectiva do que ela vai gerar para o futuro – por isso é que a gente chama de crédito fumaça. Esse é um número expressivo. A gente imagina que vá impactar um número muito grande de empresas, já que tem o seu arranjo de pagamentos voltados para as maquininhas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um grande programa que se mostrou muito bem-sucedido é o Peac FGI, que tem foco na pequena e na média empresa. São mais R\$60 bilhões. É um número de alavancagem que até foi comentado anteriormente pelo Silas, uma alavancagem chegando a quatro vezes, o que é bastante significativo, porque demonstra que dá para, enfim, trabalhar um pouco esse sistema de alavancagem. E, como BNDES, a gente está muito convicto de que a nova rodada de financiamento do Brasil, além do financiamento tradicional, se dará pelo modelo de seguros e garantia de crédito, onde você tem uma possibilidade de alavancagem e impacto num número expressivo de empresas e, ao mesmo tempo, dando condições de risco para o sistema bancário funcionar melhor. Isso é muito importante. Lá atrás, o BNDES fazia subsídio de taxa de juros. Isso teve um impacto – sem entrar em muito economês –, teve um impacto de algumas distorções na economia e, provavelmente, foi um dos motivadores, ou uma das explicações, do nível de inflação do País. A partir do momento em que a gente não subsidia mais a taxa de juros, mas o risco, a gente entende que está fazendo um trabalho de maior efetividade e multiplicação desses créditos, ao mesmo tempo sem impactar ou criar uma distorção na economia.

Então, o FGI é um programa que se mostrou muito bem-sucedido. Esse programa tem um término, que é até o final do ano, mas a gente entende, como BNDES, que estamos encontrando mecanismos, de alguma forma, para a gente continuar atuando nesse programa de garantias.

Vale comentar também, finalizando, Senador, que fizemos um conjunto imenso, mais de mil *lives*. Falamos com muita gente, mais de 200 entidades empresariais, um trabalho importante. Não são temas simples, são temas complexos, e explicar funcionamento e, de alguma forma, dar visibilidade e comunicar é um papel muito importante a ser feito. E eu entendo que esta reunião também é muito importante no sentido de a gente criar mecanismos e condições para mais microempresas, para mais pequenas empresas saberem de todas as linhas disponíveis e, de alguma forma, a gente ter condições de explicá-las o máximo possível.

Muito obrigado. Fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Bruno Laskowsky.

Já está na sala a Cintia Huang, Vice-Presidente da Uniajo, lá de Joinville – já, já, a senhora vai entrar, vá se preparando –, e também Claudia Cisneiros, da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito. Aguardem só um minutinho. Vamos dar sequência e retornamos às senhoras, ou senhoritas.

Luciano Quinto Lanz.

Está presente o Luciano?

O SR. LUCIANO QUINTO LANZ (Para expor.) – Sim, eu estou presente.

Eu sou do BNDES também. Estou junto com o Diretor Bruno. Eu acho que ele já colocou as principais medidas que foram tomadas. Eu só acho que seria importante destacar que, nessa de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunicação e fomento, foram disponibilizados vídeos explicativos no YouTube que já têm mais de 300 mil visualizações. Nessa questão dos webinários e *lives*, houve mais de 5 mil participantes. E foram criados também *e-mails* específicos para atendimento. Nós temos hoje no BNDES 65 mil atendimentos só relativos a essas linhas.

Então, além da questão da própria disponibilização das linhas de crédito, eu acho importante destacar toda essa parte de suporte que o banco tem prestado, tanto aos agentes financeiros, as instituições financeiras operadoras e as cooperativas, quanto às micro e pequenas empresas no suporte ao acesso a esses recursos.

Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição para perguntas.

Bom dia a todos que estão participando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu passo agora a palavra à Cintia Ebert Huang, da associação lá de Joinville que cuida de inovação das pequenas, micro e médias empresas no Estado de Santa Catarina, principalmente em Joinville.

Cintia, a senhora tem três minutos para bater o pênalti.

A SRA. CINTIA EBERT HUANG (Para expor.) – (*Risos.*)

Bom dia a todos!

Eu peço desculpas pelo atraso. Houve um probleminha aqui com o meu Zoom. A gente está se adequando a essa era tecnológica, não é?

Gostaria, em nome do nosso Presidente da Ajorpeme, Adael, de agradecer muito a oportunidade de poder participar desta *live* e entender um pouquinho mais sobre essas linhas de crédito, que neste momento são de extrema importância para os nossos empresários. E também gostaria de saber como esses recursos... Porque, por exemplo... Assim, eu tive um recurso da Caixa Econômica. A princípio, falaram que era um valor em função do faturamento, mas depois foi reduzido, e a Caixa Econômica passou a opção desse financiamento, o Pronampe, mas eles cobraram juros adiantados no valor de 5,6%. Gostaria de saber se vai haver mais recursos para as micro e pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente Cintia.

Eu passo a palavra para a Claudia Cisneiros, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (Abcred).

Com a palavra, Cláudia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLÁUDIA CISNEIROS (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio. Bom dia também ao Senador Esperidião Amin, em cuja pessoa eu saúdo todos os participantes desta reunião.

Eu queria aproveitar a oportunidade para chamar um pouco a atenção sobre as OSCIPs do Brasil, talvez até sair um pouco do *script* da reunião no sentido de crédito, mas, assim, trazer a nossa dificuldade, a nossa necessidade.

Bom, não sei se a maioria sabe, mas a Abcred representa as OSCIPs de microcrédito no Brasil. As OSCIPs de microcrédito no Brasil já têm uma história de quase 35 anos. Para vocês terem uma ideia, hoje nós temos – uma estatística até junho deste ano – 1.130 funcionários e 559 agentes de crédito – esses agentes de crédito são aquelas pessoas que atendem o empreendedor, o pequeno empreendedor, o pequeno empresário, porque a maioria desses empresários não têm uma qualificação profissional adequada para tomar um crédito sem orientação. Nós fazemos microcrédito produtivo orientado, atendemos de norte a sul do Brasil, temos uma expertise aí de apoiar, atender... Nesta pandemia mesmo, todas as organizações começaram a fazer *podcasts* para ensinar como esse empreendedor vai fazer para vender pela internet, para melhorar suas vendas, fazer qualificação. Nós temos uma parceria forte com os SEBRAEs locais e estamos levando essa capacitação socioempresarial.

A gente tem tido muita dificuldade, porque tivemos acesso a fazer o Pronampe, mas fomos impedidos pelos pontos básicos, que não nos atendem. As taxas de juros são muito pequenas para as OSCIPs poderem operacionalizar. Fazer microcrédito produtivo orientado não é barato, porque nosso assessor de crédito conhece o cliente lá na sua base. Ele vai lá fazer a visita, conhecer as dificuldades desse empreendedor, que não são dificuldades comuns de um pequeno ou médio empresário. Ele tem mais dificuldade ainda, porque a gente atende aquele que está mais lá na base da pirâmide, que é aquele pipoqueiro, aquele que está nas feiras comunitárias, que está nos camelódromos, que está nas ruas, e também aquele que já tem um pontinho comercial.

Então, eu queria fazer uma chamada para que as OSCIPs tivessem alíquotas diferenciadas de impostos, porque nós pagamos impostos como um empresa comum, o que aumenta os nossos custos. Eu queria que se visse a viabilidade de a gente ter alíquota zero para nossos impostos para, com isso, a gente poder ter taxas mais competitivas para chegar ao nosso cliente, ao nosso empreendedor. Então, é um pedido para que a gente possa ser um pouco mais olhado. A gente tem bastante *expertise* para atender esse cliente que a gente ainda está atendendo nesta pandemia pelos meios digitais, mas vocês não têm ideia de como esses clientes ainda têm dificuldade para fazer todo esse processo. Então, esses clientes ainda necessitam desse acompanhamento, desse assessor de crédito, desse apoio.

Bom, minha gente, eu agradeço a oportunidade. Era este o apelo que eu gostaria de fazer em favor das OSCIPs do Brasil.

Coloco-me à disposição para responder as perguntas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente Claudia. Muito obrigado pela exposição.

Agora vamos passar a palavra para Neudson Peres de Freitas, Gerente Geral da Unidade Clientes do Banco do Brasil.

Por favor, o senhor tem três minutos.

O SR. NEUDSON PERES DE FREITAS (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu cumprimento aqui o Senador Confúcio Moura e o Senador Esperidião Amin, em cujas pessoas eu gostaria de cumprimentar todos os participantes desta reunião, em especial os empreendedores que nos acompanham nesta audiência pública.

Senadores, desde o dia 16 de março de 2020, que a gente considera aqui como a data de início deste período de pandemia pelo qual estamos passando, o Banco do Brasil instalou um plano de contingência com o objetivo de apoiar os nossos clientes na travessia deste momento desafiador. Especialmente no caso das pequenas e microempresas, a gente tem agido de forma contundente para reforçar nosso posicionamento como um grande parceiro dos empreendedores brasileiros. E eu gostaria de frisar aqui que a gente não é um parceiro de ocasião. Este nosso posicionamento já vem de longa data. O banco completou ontem 212 anos de existência, motivo de nosso orgulho e comemoração. E o nosso propósito é que a gente seja, de fato, relevante para o sucesso de cada micro e pequena empresa que a gente atende neste País.

Então, só para dar aqui uma ideia prática do que nós temos feito, nós renovamos automaticamente mais de 350 mil limites de crédito de nossos clientes para manter a assistência creditícia nesse período. Então, a gente fez renovações automáticas para continuar assistindo esses clientes em crédito.

Nós também estabelecemos um processo de prorrogação das parcelas e já estamos na terceira etapa. Para se ter uma ideia, a gente está prorrogando as parcelas vincendas até 31/12 deste ano, até 31 de dezembro. Estamos fazendo isso de forma automática. Os clientes podem fazer isso via aplicativo do banco e também via computador, pelo nosso aplicativo do computador, e a gente pega a parcela e a coloca no final do cronograma, de forma a não acumular parcelas para quando retornar a cobrança.

Nós ajustamos as nossas linhas próprias, com recursos próprios, e temos um prazo de carência ampliado para dar as melhores condições. Só para se ter uma ideia, a gente está enfatizando a liberação de linhas que têm pelo menos seis meses de carência e 36 meses de prazo para pagar.

Nós também flexibilizamos algumas regras operacionais de produtos. Por exemplo, a gente prorrogou validade de certidão, ampliou a aceitação de alguns documentos por meio eletrônico, tudo como forma de manter a assistência para os nossos clientes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ampliamos as nossas equipes que estão prestando atendimentos remotos, reforçamos iniciativas para consultoria e educação financeira, inclusive algumas em parcerias com o Sebrae nacional e o Sebrae local, como forma de fazer educação financeira e consultoria financeira para apoiar as empresas lá na ponta.

E temos trabalhado ativamente na distribuição de crédito e serviços bancários, certos de que esse é um caminho, é uma forma de a gente gerar valor para o empreendedor brasileiro, porque, como já foi dito aqui – mas eu reforço –, é relevante para o dinamismo econômico e também para a geração de empregos lá na ponta.

Então, só para finalizar aqui, eu gostaria de agradecer por esse tempo nesta Comissão. Vou estar disponível para responder eventuais perguntas, mas quero reforçar: desde o início da pandemia, o Banco do Brasil já contratou mais de R\$55 bilhões em crédito, somado somente para o segmento de micro e pequenas empresas. Repito: R\$55 bilhões em crédito, somente para o segmento de micro e pequenas empresas.

É certo que podemos fazer mais, e faremos, porque temos convicção de que a nossa união em movimentos como este que está acontecendo aqui, agora, nesta audiência pública, é que vai fazer a diferença para sairmos fortalecidos desse período de adversidade.

Mais uma vez, obrigado a todos aqui e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Neudson Peres de Freitas.

Com a palavra agora, Celso Leonardo Barbosa, da Caixa Econômica Federal.

O SR. CELSO LEONARDO BARBOSA (Para expor.) – Bom dia a todos. É um prazer!

Eu vou tentar ser pragmático aqui, como o Senador muito bem colocou, e eu queria agradecer pela nossa participação.

Dentro desses números grandes, desses R\$50 bilhões, acho que temos que ser pragmáticos. Para a micro e pequena empresa em programas, realmente, dentro da pandemia – porque são esses os focos –, três programas foram focos: Fampe, que só a Caixa em termos de S1 faz, nenhum outro banco faz. Isso é uma coisa importante, porque isso aumentaria, são microempresas atendidas.

Então, o Fampe, que é em parceria com o Sebrae. O Santiago falou aí do Sebrae. É uma parceria sólida, porque é um crédito assistido. Isso é do que o microempreendedor precisa, é um crédito, mas com assistência para ele poder usar muito bem esse recurso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Fampe, mais o Pronampe e mais o FGI, que foi colocado pelo pessoal do BNDES também muito bem. E essa soma aí, só esses três – tirando os outros, porque aí há outras linhas que o banco faz também, há outros bilhões – deram mais de 20 bilhões e quase 200 mil empresas.

Dentro do Pronampe, existe uma categoria que pouca gente faz, que só a Caixa, como banco grande, fez, que é Pronampe Microcrédito – Pronampe de micro. Nós só conseguimos atender a 50 milhões ainda, mas só a gente fez. Esse é um programa que outros poderiam fazer dentro do programa. Ele está disponível para ser feito, mas tem que ter atitude para fazer, tem que ter reserva para fazer com esses pequeninhos.

Então, já fizemos em mais de três mil empresas, mas é muito pouco realmente, como foi falado, para podermos fazer mais com esse Pronampe novo que vem aí.

No Microcrédito Repasse, a Caixa já tem mais de 68 milhões em termos de Microcrédito Repasse. Isso dá mais ou menos umas 30 mil empresas em todo o Brasil e só em 2020. Isso é importante, porque muitas das cooperativas, muitas das pessoas que estavam falando aqui e outros recebem esse repasse para trabalhar microcrédito com o fomento da Caixa.

É importante também dizer que uma coisa que faz diferença no Pronampe é fazer cliente fora do banco. A Caixa foi o único banco que fez 70% de clientes fora da Caixa, e isso é importante, porque democratiza o acesso ao crédito. Esta foi a proposta do Pronampe e é uma proposta dessa audiência aqui: aumentar essa enxurrada de crédito. Então, tem que sair só dos seus clientes e buscar cliente fora, isso aumenta o risco.

Outra coisa é a questão do *rating*. Alguns bancos vão só no *rating* A, vão mais aonde há um ambiente seguro – *rating* A, *rating* B, *rating* C. A Caixa foi até *rating* D e E. Isso é importante, porque, tecnicamente falando em termos da matemática de um banco, nós colocamos de pé essa operação, mas fomos mais arriscados. Isto é o que se precisa, como a audiência aqui está pedindo: que haja mais risco.

Como muito bem o Santiago colocou, pela matemática criada não por nós, mas para o que foi criada naquele momento, não houve a alavancagem suficiente. Agora (*Falha no áudio.*)

... o Pronampe para fazer mais alavancagem.

Além disso, estamos colocando o agro, que é uma coisa importante e em que a Caixa não entrava. Vamos colocar o Pronaf, que só atende os pequenos. Temos o Caixa Mais Empresas, que vai ao encontro da questão do Peac Maquininhas, que é importante. E nós conversamos com o Ministro do Turismo para colocar de pé, de forma matemática e sustentável, o Fungetur, porque, apesar de terem sido atendidos pela Pronampe – foi a terceira cadeia mais atendida pelo Pronampe –, nós estamos também de olho em mais empresas de turismo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Banco Central vem trabalhando com a questão do CGPE – uma linha importante que o Banco do Brasil opera e nós também estamos trabalhando com isso – e se movimentando. É um parceiro importante nessa equação de crédito para micro e pequena empresa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. CELSO LEONARDO BARBOSA (Para expor.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não, pode falar.

O SR. CELSO LEONARDO BARBOSA (Para expor.) – Senador, só um minuto, porque a companheira Cintia falou sobre a Caixa. É só um comentário.

Nós não temos nada obrigatório anterior, isso foi um seguro prestamista que foi feito. Depois eu posso entrar em contato com ela e explicar, mas não há nada obrigatório para fazer o Pronampe na Caixa. Durante dez dias, os Senadores sabem, só a Caixa operou o Pronampe. Então, não há coisas obrigatórias; há banco funcionando aqui por trás.

Depois eu posso conversar com a Cintia para esclarecê-la melhor, porque, inclusive, tenho os dados dela aqui, pois foi feito um Pronampe para a empresa dela.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, gente. Essa é a maior audiência em quantidade de participantes.

Há mais dois que eu não sei se gostariam de usar a palavra, que são Luiz Carlos, do Banco Empreendedor, e Gilneu Vivan, do Banco Central. Estão presentes?

Se desejarem falar, têm o tempo de três minutos.

Luiz Carlos...

O SR. LUIZ CARLOS FLORIANI (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso. Por favor, Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS FLORIANI (Para expor.) – Sou Luiz Carlos Floriani, Diretor Superintendente do Banco do Empreendedor.

Permita-me, primeiro, deixar claro algo. Eu dirijo uma organização de microfinanças ou de microcrédito, como se diz. Eu quero deixar claro que ninguém tem dúvidas dos esforços que estão sendo feitos pelo sistema financeiro oficial, pelos agentes todos que estão aqui conosco, que são muito superiores a tudo que já foi feito no passado, para enfrentar a crise que estamos vivendo, mas também é importante chamar a atenção para o fato de que nós temos no Brasil hoje, de acordo com dados do próprio Sebrae, cerca de 10 milhões de MEIs e pelo menos mais um outro tanto desse de empreendedores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informais. Como já foi muito bem dito em vários momentos antes, a esse pessoal – e aqui é o nosso problema, pois é lá aonde não estamos chegando definitivamente –, quem chega a eles são as organizações de microcrédito, as organizações de microfinanças. Por quê? Por conta de uma metodologia específica, que, como disse a Presidente Claudia, custa caro. Chegar aonde está esse pequeno empreendedor é difícil. E a gente até entende que é difícil.

Agora, o Senador Amin, a quem nós agradecemos o espaço, provocou o pragmatismo. E eu acho que o pragmatismo precisa ser agora evidenciado, quando os nossos agentes financeiros oficiais também precisam nos chamar – as organizações operadoras de microcrédito e de microfinanças – para opinar. Quais são as soluções que precisam agora para chegar aonde nós não chegarmos, Presidente?

O Senador citou a situação do Juro Zero de Santa Catarina. O Juro Zero de Santa Catarina é uma boa opção. Vejam: o próprio Governo Federal cedeu quantos bilhões de reais para MEIs que ficaram impedidos de trabalhar nos últimos tempos? Agora, eu pergunto... Se nós temos 10 milhões de MEIs e se nós conseguirmos chegar a 30% deles oferecendo uma linha de crédito, que é risco nosso, dos operadores, subsidiado pelo Governo Federal, de R\$5 mil por mês, 3 milhões vezes R\$5 mil são R\$15 bilhões que chegam ao mercado. Presidente, o senhor sabe onde esse povo gasta o recurso quando ele recebe o recurso aportado, que precisa pagar, porque, senão, não vai conseguir continuar sua atividade? Ele gasta no mercado formal. Ele vai à micro e pequena empresa e vai gastar comprando serviço ou produto.

Então, é fundamental que todos esses agentes que estão conosco hoje, a quem agradecemos os esforços que estão sendo feitos, também nos chamem, seja a Abcred, sejam outras organizações. Venham aqui conhecer Santa Catarina. A agência de fomento não fez o programa Juro Zero por acaso. Não achem que está sobrando dinheiro aqui! Isso foi feito para estimular o desenvolvimento da economia! O Senador Esperidião Amin falou, de forma muito clara, que são dez anos de um programa que está dando certo, em que não está sendo jogado dinheiro fora e que está sendo copiado por prefeituras.

Senhores, nós temos sugestões e gostaríamos de contribuir!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado. Brilhante exposição, didática, forte, enérgica, maravilhosa.

Vamos em frente.

Gilneu Vivan, se não me falha a memória aqui. A minha letra está igual à letra do Faustão: nem eu estou entendendo. Pois não, Gilneu.

O SR. GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN (Para expor.) – Bom dia, Senadores. Bom dia a todo mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem rapidamente, o Banco Central tem atuado ativamente na elaboração e na implementação dos programas. Nós trabalhamos no PESE, no Peac, tanto Maquininhas como FGI, e também no CGPE, que é uma oportunidade que vimos de utilizar o capital como um incentivo aos bancos.

Além disso, o Banco Central adotou várias medidas para reduzir os impactos da crise e, especificamente em relação às pequenas e médias empresas, eu gostaria de citar aqui a facilitação à renegociação das dívidas, que hoje resultou em 33% do estoque de crédito para pequenas e médias empresas, o que já foi de alguma forma repactuado. Além disso, do compulsório para poupança, 30% hoje podem ser cobertos com operações de créditos para pequenas e médias empresas. E, além disso, o Banco Central tem uma agenda pública de melhorias chamada BC#, na qual há vários pilares de atividades de inclusão, por exemplo, em que a gente incentiva a concorrência e o cooperativismo.

É só isso. Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Gilneu Vivan, do Banco Central.

Muito bem, gente. Assim, nós ouvimos a maior audiência pública desta Comissão. Desde março, a gente vem fazendo uma, duas audiências semanais. Todo mundo falou três minutos, quatro minutos, menos de três minutos, de uma maneira muito firme. É justamente o que o Senador Espiridião desejava, colocar os bancos de um lado e os agentes de microcrédito de outro, as cooperativas das sociedades de garantias e das OSCIPs de outro lado, como se fosse uma luta de boxe.

Então, agora, depois de ouvir todos os senhores e senhoras – achei um espetáculo essa audiência pública –, vou passar a palavra ao primeiro Parlamentar que vai dirigir as suas perguntas, os seus questionamentos, a quem ele desejar, o nosso Relator Francisco Jr. Ele terá o tempo que desejar, entre cinco a dez minutos, à vontade, Francisco Jr, meu querido Relator.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Cumprimento a todos os demais, Senadores, Deputados, convidados, equipes e assessores.

Presidente, esse é um assunto, sem dúvida, muito importante. O Senador Esperidião Amin sempre retorna a ele com muita propriedade. E todas essas discussões – eu, que sou leigo no assunto, mas, como o senhor fala, ao final nós vamos ser um pouquinho economistas, mas para ser economista falta muito ainda –, sempre me incomodam muito, porque a gente sabe que o crédito e, de uma forma especial o crédito para o pequeno e para o micro, é fundamental, é importante aqui no Brasil e em qualquer lugar, no pós-pandemia, sem dúvida, mas, antes, depois, ou em qualquer momento, ele sempre é importante.

Todas as vezes a gente vê a apresentação, principalmente dos representantes dos agentes financeiros maiores, reconhecendo as dificuldades, mas sempre num otimismo e numa satisfação com o que vem acontecendo. Por outro lado, quando a gente conversa com os empreendedores, a gente sempre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vê uma insatisfação reiterada. Nós estamos enfrentando toda essa dificuldade do pós-pandemia e vamos enfrentar um problema a mais ou cotidiano, que é a falta de previsão orçamentária para políticas públicas de crédito para pequenos negócios no orçamento de 2021. Quer dizer, a coisa se repete, continua como está, falta política pública para apoiar.

Eu anotei aqui 12 oradores antes. Então, vou tentar contemplar o máximo possível de acordo com o tempo. Se o meu tempo acabar e eu não conseguir, deixo o restante para o final, mas eu vou tentar contemplar pelo menos com uma pergunta cada instituição aqui representada.

Vamos começar, porque o tempo é curto.

Quero me dirigir primeiro ao Sr. Ercílio Santinoni, da Conampe: como V. Sa. avalia a capacidade de pagamento dos MEIs e das micro e pequenas empresas em um contexto de Covid-19? O crédito é sempre algo bem-vindo, mas pode se tornar um grande problema para os próprios empresários caso as empresas não tenham condições de honrar seus pagamentos. Nós podemos aí criar um outro problema a partir do primeiro. Até que ponto essas políticas de crédito deveriam ser complementadas por outras políticas públicas, e quais seriam elas, na visão do senhor? Como a legislação e a regulação podem aumentar a competitividade de nossas empresas?

Dirijo-me à Sra. Rosi Dedekind, da Fampesc: ainda com relação à capacidade de pagamento dos MEIs e das micro e pequenas empresas, gostaria de entender que tipo de política pública poderia ser utilizada junto às empresas, visando ao aumento de produtividade e, portanto, da sua capacidade de pagamento; como a legislação atual dificulta os pequenos empresários de competirem, por exemplo, com empresas de países como China, Coreia, dentre vários outros.

Será que V. Sa. – outra pergunta – teria um diagnóstico das principais causas de recusa de crédito pelas instituições financeiras para as micro e pequenas empresas? Até que ponto elas são um problema conjuntural ligado à Covid-19, ou são questões estruturais que sempre estiveram presentes e que devem ser feitas, em sua opinião, para resolver essa questão? Porque é uma preocupação minha. A pandemia vai passar, se Deus quiser, nós vamos voltar à normalidade. E a normalidade é: dificuldade de obter crédito, independentemente de pandemia.

À Sra. Cintia Huang, da Ajorpeme: V. Sa. poderia compartilhar conosco um diagnóstico geral sobre as empresas que encerraram suas atividades em 2020 em razão da falta de crédito? Quantas poderiam ter sobrevivido mais algum tempo se tivessem tido apoio de crédito mais tempestivo? Essa demora, esse *delay* que houve ajudou a fechar quantas empresas no Brasil? V. Sa. poderia compartilhar conosco se as medidas de flexibilização trabalhista vindas da reforma trabalhista e de diversas legislações a partir de 2017 contribuíram ou dificultaram para que as empresas pudessem passar por essa crise? Nós estamos nos preparando, ou não, para crises como essas, a partir da nossa legislação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À Sra. Claudia Cisneiros, Presidente da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito e Finanças: existe um diagnóstico de que o crédito não está chegando às empresas; por outro lado, instituições como a que a senhora representa apresentam uma alternativa, especialmente para os pequenos empresários. Nesse sentido, o que está faltando e o que deve ser feito para que o microcrédito possa desempenhar um papel mais relevante, pelo menos para os microempreendedores individuais e profissionais autônomos? Existe algum projeto de lei em tramitação nesta Casa que poderia ser uma referência para essas medidas? De forma bem realista, o que podemos esperar em termos de financiamento pelo microcrédito, mesmo com essas medidas?

Ao Sr. Kedson Macedo, da Confebras: as cooperativas de crédito são instituições que vêm crescendo rapidamente em nosso País, entretanto, aparentemente, elas ainda não detêm uma parcela do mercado compatível com os benefícios que elas proporcionam. Em sua opinião, por que as cooperativas de crédito ainda não atingiram um nível de oferta de crédito compatível com os benefícios que elas trazem, e como elas podem colaborar para que haja uma expansão da oferta de crédito para as pequenas empresas? Existe algum projeto de lei em tramitação na Câmara ou no Senado que represente bem as demandas do setor? De que forma essa aprovação poderia expandir a oferta de crédito para as empresas? Quais são as restrições do Governo e dos bancos comerciais?

Ao Sr. Silas Santiago, Gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional... *(Pausa.)*

Perdi o contato no meu celular. Só um segundo, Presidente. Como disse a senhora que me antecedeu, estamos nos adaptando às tecnologias. *(Pausa.)*

Ao Sr. Silas Santiago: como V. Sa, analisa a demanda por crédito por parte das empresas com relação à sua capacidade de pagamento? Até que ponto a simples expansão da oferta de crédito pelas instituições financeiras irá ajudar as pequenas empresas a retomarem os seus investimentos? Quais são os riscos, sob a ótica das pequenas empresas, em se alavancar ainda mais em um momento de incerteza quanto ao crescimento econômico? Pensando de forma estrutural, o que temos que fazer para aumentar a produtividade de nossas micro e pequenas empresas para que possamos competir com outros *players* globais como China, Coreia dentre outros?

Aos Srs. Bruno Laskowsky – desculpe a pronúncia – e Luciano Quinto, ambos do Departamento de Conformidade e Prevenção a Fraudes do BNDES... Não sei se são essas pessoas que estão aqui, porque eu já me confundi com os nomes, mas com relação... Eu não sei se estão presentes, mas eu vou fazer a pergunta assim mesmo caso alguém possa responder. V. Sa. poderia nos fazer um relato sobre a inadimplência nas operações de crédito gerais sob a responsabilidade do BNDES durante o período da pandemia? Houve alguma mudança de padrão observada e, se houve, como podemos segmentar esses eventos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma crítica comum das micro e pequenas empresas é a dificuldade de se obter crédito em nosso País. Sabemos que a instituição, o BNDES, possui linhas destinadas às micro e pequenas empresas e possui experiência em relação a esse tipo de empréstimo. Por que razão é tão complicado para as instituições financeiras de forma geral emprestar recursos para as pequenas empresas? De que forma a regulação bancária, com seus diversos requisitos de capital e solvência, dificulta a concessão de crédito para quem é pequeno? De que forma isso poderia ser simplificado?

Ao Sr. Neudson, do Banco do Brasil: o Banco do Brasil é uma das maiores instituições financeiras do nosso País e desempenha uma missão dupla, de banco comercial e de instrumento de operacionalização de políticas públicas. Nesse sentido, que estratégia o Banco do Brasil deverá adotar em 2021, visando manter o crédito para micro e pequenas empresas em nosso País? Muito se fala que as medidas de contenção ao Covid-19 ficarão restritas a 2020 e que o apoio federal em 2021 será bastante reduzido. Em que esse cenário pode afetar a oferta de crédito para as empresas?

Em 2020, o Banco Central trouxe inúmeras flexibilizações da regulamentação bancária, visando assegurar que não faltasse liquidez às instituições financeiras para promover crédito às pessoas e empresas. Quais dessas medidas trouxeram maior eficácia na atuação dos bancos e quais deveriam ser mantidas em 2021? Já houve esse tipo de discussão junto ao Banco Central e junto à Febraban?

Já estou terminando, Presidente.

Ao Sr. Celso Leonardo Barbosa, Vice-Presidente de Negócios e Varejo da Caixa Econômica Federal: a Caixa Econômica Federal teve um papel muito relevante na mitigação dos efeitos da Covid-19. É notável o que foi feito com relação ao auxílio emergencial, que foi feito em tão pouco tempo. Nesse contexto foram descobertos milhões de brasileiros que estavam fora dos cadastros oficiais. Considerando o rico cadastro realizado para auxílio emergencial, indago se há algum plano de oferta de microcrédito para parte dessas dezenas de milhões de brasileiros de baixa renda. Até que ponto essa oferta de microcrédito pode ser associada a ações de capacitação profissional para aumentar a produtividade desses brasileiros? Que medidas adotadas pelo Banco Central em combate à Covid-19 podem ser consideradas modernizações importantes, que deveriam ser estendidas para 2021?

Quase finalizando, ao Sr. Gilneu Vivan, Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro do Bacen: sabe-se que o aumento do endividamento público doméstico traz uma série de problemas para as instituições financeiras; há uma ampla literatura internacional sobre o efeito *crowding out*, que é o Governo absorver recursos financeiros que seriam utilizados pelo setor privado e que também está associado ao baixo crescimento econômico. Por acaso, o seu departamento já realizou algum tipo de monitoramento do efeito do aumento da dívida pública sobre o sistema financeiro que pudesse ser compartilhado com esta Comissão? O aumento da dívida pública, de 75% do PIB para quase 100%, traz algum aumento de risco para o sistema financeiro? Por acaso, o aumento do endividamento reduz de alguma forma a oferta de crédito para o setor privado, agora ou nos próximos anos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O aumento do endividamento também está relacionado ao encurtamento do perfil da dívida pública e também a um maior volume de operações compromissadas pelo Banco Central. Esse tipo de operação é bastante comum nos bancos centrais ao redor do mundo, mas o volume das operações compromissadas no Brasil é atípico. Trata-se de um problema histórico, que foi aumentado pelas medidas de combate à Covid-19. V. Sa. poderia nos informar por que esse volume é estruturalmente tão elevado?

Que outros efeitos adversos V. Sa. vem observando com relação ao aumento do endividamento público? Com relação ao sistema financeiro e à oferta de crédito, o que o Banco Central vem fazendo para mitigar esses efeitos? Sob o ponto de vista do IFRS, a queda do preço dos títulos públicos na carteira dos bancos comerciais pode representar um problema para a estabilidade do sistema, ou pode ser um limitador para a oferta de crédito?

E o último a ser perguntado. Ao Sr. Francisco Reposse Júnior, diretor comercial dos canais do Sicoob: V. Sa. poderia nos fornecer um retrato da inadimplência de micro e pequenas empresas observada em 2020? Se, por um lado, são empresas que necessitam de uma oferta de crédito para se manter, por outro lado, são organizações que são particularmente expostas à conjuntura de baixo crescimento econômico e queda na demanda. Nesse contexto, como conciliar uma maior oferta de crédito com um maior risco de inadimplência?

Muitas das tentativas do Governo em aumentar o fomento ao crédito esbarraram no receio das instituições financeiras em assumir posições com alta possibilidade de perda. Por isso o Pronampe teve que ser alterado para garantir até 100% de algumas operações e 85% de outras. Algumas pessoas criticam a ganância dos bancos; mas instituições como as que V. Sas. representam não visam lucro e também têm dificuldades para conceder os créditos. Nesse sentido, gostaria de perguntar de que forma, do ponto de vista técnico, a regulamentação bancária, mesmo com garantias tão generosas, prejudica a concessão de crédito para as micro e pequenas empresas.

Presidente, essas eram as perguntas. Parabenizo o Senador Esperidião Amin pelo desafio de fazer uma audiência com tantas participações. Eu entendo que o grande desafio do Brasil é este: inclusão, colocar todos para poderem participar realmente, não é? E nós queremos isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Francisco!

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Sicoob está aqui representado por Celso Leonardo.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Francisco é o diretor comercial, mas o Celso Leonardo vai responder.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, ficou um só sem pergunta, que foi o Luiz Carlos, do Banco do Empreendedor, lá de Santa Catarina, que falou sobre a situação dos agentes de microcrédito, a experiência. Durante a exposição dele, ele falou o seguinte: que gostaria de ser ouvido pelos agentes financeiros. Aí, você tem que fazer uma perguntinha para ele. *(Pausa.)*

Hein, Francisco?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Me deram som novamente. Eu vou fazer o seguinte. Há uma pergunta específica sobre o microcrédito, que eu dividi em duas aqui, deixa eu reformular para ele. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ele vai ficar chateado, né? Que negócio é esse?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Não, não pode. A intenção nossa é inclusão. Incluir todos. Nós queremos dar oportunidade para todos, Presidente. Se não me engano, foi a pergunta que eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Para a Cintia?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Isso, foi para a... Deixa eu achar aqui. Eu não tive como imprimir...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É Claudia ou Cintia a quem você deve ter perguntado. Ou Rosi, que deve ter feito perguntas e queria dividir com o Luiz Carlos.

Se você quiser depois com calma organizar aí e fazer a pergunta para ele, a gente abre a palavra para você em separado.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Está bom. Eu vou dividir a pergunta aqui e encaminho para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Para o Luiz Carlos, do Banco do Empreendedor.

Gente, vocês viram aí que o Deputado Francisco é nosso Relator, ele fez perguntas. Levou um tempo grande para perguntar a cada um. Só que eu aqui não vou dar o mesmo tempo para vocês responderem, não.

Inicialmente, nós falamos que era para bater o pênalti, não é? E agora é uma corrida de respostas de 100m rasos. Todos os senhores e senhoras terão um minuto e meio para responder. Então, já vão selecionando as respostas bem objetivas para a gente gastar, nas respostas, 20 minutos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na ordem em que foi perguntado, o primeiro a responder é Ercílio Santinoni. Com a palavra V. Sa., Ercílio Santinoni.

O SR. ERCÍLIO SANTINONI (Para expor.) – Vou tentar em um minuto e meio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Um minuto e meio, Ercílio.

O SR. ERCÍLIO SANTINONI (Para expor.) – Eu não usei todo o tempo depois, então aproveito agora. É simples responder sobre as possibilidades da pequena empresa.

A gente tem que olhar, uns veem o copo meio vazio, outros veem meio cheio, e eu acredito que nós podemos ver meio cheio, porque se fala muito no fechamento das empresas e, se você sair na rua, você vai ver que a realidade não é tão drástica assim. Não foi tão feio, vamos dizer assim, graças a uma garra que tem o pequeno.

E aquele que não tem condições de pagar, esse não conseguiu acesso a dinheiro. Nós não podemos esquecer que os bancos foram bastante rigorosos nas políticas de análise de crédito. Então, o que a gente precisa realmente é facilitar o pagamento dos tributos porque muitos não conseguiram pagar os desse ano, praticamente fechado o tempo todo o comércio, vendendo um pouquinho só.

Então, existem já, como o Silas Santiago falou, dois projetos de lei que podem resolver essa parte de recuperar as condições de pagar os tributos passados.

E temos que nos preocupar em reorganizar a recuperação judicial, porque aqueles que vão ter problemas podem ter a vida facilitada com uma recuperação judicial simplificada. E isso está no Congresso, pode ser votado.

Eu não vejo dificuldade no pagamento dos créditos que estão sendo concedidos à micro e pequena empresa. Tradicionalmente, ela já não é caloteira, o índice de inadimplência não é tão alto. Eu acredito que o banco não terá problema.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito obrigado, Ercílio.

Com a palavra a Presidente Rosi Dedekind.

A SRA. ROSI DEDEKIND (Para expor.) – Bom, relativamente à produtividade, em nosso País, das micro e pequenas empresas, realmente a gente tem uma dificuldade, mas todas as federações, junto com a confederação, estão trabalhando nisso de capacitar essas empresas para que aumentem a sua produtividade para enfrentar. A legislação hoje permite muito a entrada de produtos da China e da Coreia, com isso fazendo uma concorrência para a qual o nosso pequeno não está estruturado.

Quanto ao acesso ao crédito, é de antes da pandemia a dificuldade do micro e pequeno empresário conseguir os empréstimos. Na pandemia, com o Pronampe, melhorou, mas a gente tem a necessidade de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse seja um programa que continue, para a gente estar cada vez capacitando mais e tendo mais produtividade nas nossas empresas. O acesso ao crédito é fundamental e precisa ser um programa constante para que a gente consiga capacitar nossos empresários.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito obrigado, Rosi.

Com a palavra a nossa Vice-Presidente Cintia Huang. Pode falar, Cintia.

Cintia Huang. (*Pausa.*)

Cintia?

A SRA. CINTIA EBERT HUANG (Para expor.) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Estou ouvindo bem. Pode falar.

A SRA. CINTIA EBERT HUANG (Para expor.) – Eu peço desculpas. Bem na hora em que o Sr. Deputado estava fazendo a pergunta, minha conexão caiu. Ele pode fazer a pergunta... Eu estava até pedindo ajuda, neste momento, para que, se ele puder, refazer a pergunta para mim. Houve um probleminha com a minha conexão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Cintia, a senhora pode aguardar? Ele vai formular.

A SRA. CINTIA EBERT HUANG (Para expor.) – Está bom. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Vou tocar aqui as outras respostas. Lá no final, ele faz a pergunta para a senhora e para Luiz Carlos.

A SRA. CINTIA EBERT HUANG (Para expor.) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Passo a palavra a Claudia Cisneiros.

A SRA. CLÁUDIA CISNEIROS (Para expor.) – Bom, com relação à resposta, tem sim, tem uma lei tramitando, que é a Lei nº 116, de 31/6/2003, e tem o Projeto de Lei nº 3.887, de 2020, que fala sobre as contribuições gerais. Esse projeto de lei pode beneficiar muito as OSCIPs, porque dá uma isenção tributária nessa contribuição. Com relação a como ter acesso, a como atender melhor o empreendedor, pego uma fala do meu colega Luiz Floriani, porque em um minuto e meio não vai dar para explicar tudo. Uma boa alternativa seria nos ouvir em outro momento, porque aí a gente pode discorrer sobre ações mais específicas sobre essa clientela que nós atendemos, que nós assistimos no Brasil há 35 anos, que é esse pequeno empreendedor que está lá na base da pirâmide e que precisa tanto de crédito para alavancar os seus negócios, o que ainda não está formatado. Por exemplo, um Pronampe direcionado para as OSCIPs, que pudesse atender essa clientela. Tem sim como, Senador, nos ajudar muito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito obrigado, Claudia Cisneiros.

Não sei se foi feita pergunta para Luiz Lesse Moura.

Luiz Lesse Moura, da Confefbras, tem pergunta para V.Sa.? (*Pausa.*)

Não, né?

Teve pergunta para você, Luiz? (*Pausa.*)

Então, pode responder. Libere o seu som, pois está travado.

Pode falar.

O SR. LUIZ LESSE MOURA (Para expor.) – Bom, o desafio é muito grande de responder a essa colocação do Deputado em apenas um minuto e meio, mas a questão é muito simples.

O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, o cooperativismo em geral, nos últimos 20 anos, quando tivemos um novo marco regulatório, apresentou um crescimento que não vou dizer que é invejável, mas que merece destaque. Crescemos em média, podemos dizer, nos últimos 20 anos, 20% ao ano. Nós sabemos que esse crescimento poderia ser muito maior, mas sabemos que, em algumas regiões, o cooperativismo é muito forte, tem uma cultura muito forte – eu destacaria aí as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste –, entretanto, nós deparamos com uma questão cultural ainda, nas Regiões Norte e Nordeste, onde o cooperativismo ainda é muito incipiente. Para isso, a participação do Governo e da própria iniciativa é muito importante.

Um ponto também que eu gostaria de destacar é por que o cooperativismo não cresce ainda no patamar que nós precisamos, considerando as vantagens desse sistema: eu diria que é uma questão cultural, uma questão de educação. Nós observamos que somos um sistema diferente, digamos, do sistema financeiro convencional. Nós nos estruturamos dentro de princípios de valores. Temos aqui as nossas condições em que o cooperado basicamente não é um mero cliente, ele é dono do sistema. E a legislação flexibilizada pelo Banco Central ajudou bastante, nos últimos tempos, e o sistema vem respondendo, principalmente em alguns Estados. Eu citaria Rondônia, onde temos um crescimento fantástico; Santa Catarina também, em que o cooperativismo é muito presente; e também os Estados do Espírito Santo e Paraná, principalmente nesses segmentos de micro e pequenos empreendedores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Luiz.

Eu passo a palavra para Celso Leonardo, do Sistema de Cooperativismo (OCB).

O SR. FRANCISCO REPOSSE JUNIOR (Para expor.) – Olha só, nós tivemos um problema de nomes na tela. O representante da OCB, do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, é Francisco Reposse Júnior. Aí eu acabei saindo e voltando e acertaram o nome.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já vou fazer a minha resposta de como é que nós estamos olhando a inadimplência. A inadimplência foi muito observada no início da pandemia, mas tivemos a permissão de uma contabilização do Banco Central em que, com as prorrogações, a gente pudesse manter o nível de risco. Então, a gente prorrogou todas as operações que foram procuradas e algumas delas inclusive em que nós procuramos as próprias pessoas jurídicas para poder fazer as prorrogações – não só pessoas jurídicas, como pessoas físicas.

Mas, no momento, agora a gente se encontra com a inadimplência no mesmo patamar em que estávamos antes da pandemia. Portanto, sem sobressaltos, não estamos tendo dificuldades. E as prorrogações que foram feitas não tiveram dificuldade nenhuma para as novas operações.

Nós não temos problema nenhum de relacionamento ou de falta de regulamentação bancária por ordem do regulador que dificulte as nossas operações. Portanto, nós entendemos que estamos operando dentro dos limites que nós temos. O "R" dos nossos riscos, assim como o colega da Caixa Econômica falou, não tem sido obstáculo para que a gente faça as operações e atenda ao mercado. Portanto, estamos operando todas as linhas e continuaremos operando as linhas dentro do nosso segmento. Está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Francisco.

Essa confusão fui eu que fiz aqui. Troquei o Celso, lá em cima, no seu nome. Desculpe-me.

O SR. FRANCISCO REPOSSE JUNIOR (Para expor.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Silas Santiago, Sebrae Nacional.

O SR. SILAS SANTIAGO (Para expor.) – Tudo bem, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Tudo bem.

O SR. SILAS SANTIAGO (Para expor.) – Muito bem.

Com relação à demanda por crédito e à capacidade de pagamento, nós temos de pensar estruturalmente. Estruturalmente, é ver a empresa como um todo. Nesse sentido, há que se reorganizar as finanças, as obrigações tributárias. É por isso que o Sebrae defende a aprovação do Refis, da moratória do Simples, porque é um conjunto de medidas. Não é só o crédito que resolve essa situação.

Outra coisa: tem que haver assistência do Sebrae porque, para haver capacidade de pagamento, você tem que ver a viabilidade da empresa. Por exemplo, se a empresa está negativada, se o sócio está negativado, isso tem um motivo. Se o motivo foi só a pandemia, mas ela tem viabilidade, compensa investir, compensa recomendar o crédito, seja por meio do Pronampe, por meio do Fampe, que é o fundo de aval do Sebrae.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, tem que pensar estruturalmente. O investimento nós cremos que vai vir num segundo momento. Hoje nós estamos ainda numa situação emergencial, por isso nós estamos defendendo o crédito a capital de giro agora. Mas vai precisar, sim, de recursos de investimento para reconstrução.

Aí eu já entro na segunda pergunta, sobre produtividade, porque nós vamos ter que ajudar as empresas a se reconstruírem. Nós temos uma outra realidade. Pode ser que empresas tenham que realocar atividades, tenham que investir em transformação digital – e o Sebrae tem um programa fantástico em relação a isso, para auxiliar as empresas nessa mudança, nessa realocação de atividades –, aproveitar as oportunidades que vão surgir na retomada e investir, também para melhorar a produtividade, continuar investindo em simplificação, em desburocratização na questão de como nascer, de como conseguir licença do funcionamento.

Então, esses são os canais que nós entendemos serem necessários para melhorar o acesso ao crédito, com capacidade de pagamento, e para investir também na produtividade das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Silas.

Eu quero aproveitar e fazer uma correção também na nomenclatura do cargo de Bruno Laskowsky. Ele é Diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do BNDES.

Eu passo a palavra ao Bruno Laskowsky, nosso Diretor, para responder ao Deputado Francisco Jr.

O SR. BRUNO LASKOWSKY (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado, Deputado Francisco, pela pergunta.

Quanto ao tema de inadimplência, deixem-me talvez abordar alguns ângulos.

O BNDES até antecipou alguns desses movimentos através do que a gente chama de *standstill*, ou seja, a renegociação emergencial para mais de 3 bilhões, e com isso você alongou prazos, pagamentos, na verdade cessou a cobrança de juros e principal por determinado período. Isso obviamente tem um impacto positivo nesse sistema de inadimplência.

Vale a pena comentar a operação do BNDES. O BNDES tem o conceito da neutralidade. A gente opera através de quase 50 agentes repassadores. Muitas cooperativas estão aqui presentes. E, ao fazê-lo, a gente tem uma capacidade de articulação e multiplicação desse crédito. Quem conhece de fato – isso é fundamental quando a gente fala do micro e pequeno empresário – é quem está na ponta; não é quem está lá na Faria Lima ou na Avenida Chile que conhece o detalhe da vida do pequeno empreendedor. Então, essa neutralidade do BNDES, que consegue multiplicar, chegar lá na ponta através das cooperativas, através dos bancos, dos agentes repassadores, é muito importante, e eu gostaria de comentar isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O tão falado PESE, esse programa emergencial para as empresas com suas folhas de pagamento, além dos impactos de manutenção de emprego, também fez com que essas empresas preservassem seu capital de giro. Isso também tem um impacto positivo no tema da inadimplência.

Só para terminar, Senador, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. BRUNO LASKOWSKY (Para expor.) – Eu acho que aqui merece claramente... Cada tema desse tem muita complexidade. A gente não vai ter a ambição de resolver a questão da micro, pequena e média empresa em poucos minutos, mas a sugestão aqui – acho que alguém já tinha feito esse comentário – é no sentido de esse grupo de trabalho, de alguma forma, ter reuniões mais permanentes. Do lado do BNDES, a gente absolutamente está muito ávido por ouvir as sugestões. A gente não tem aqui a ambição de achar que sabe tudo que a pequena, média e microempresa sofrem lá na ponta. Então, as sugestões são muito bem-vindas. Obviamente, há as questões técnicas, há as questões do Tesouro, há as questões, muito bem colocadas também, de que a pequena e média sofrem com o tema do seu próprio negócio. Ela tem que ter um embasamento, tem que ter condições para que o próprio negócio persista. O crédito existe na medida em que a empresa também tenha condições de existir, senão a soma é zero. Nesse sentido, o BNDES acabou de aprovar uma linha para o intangível, para melhorar as condições de produtividade, para compor nesse giro. Quem puder pode entrar no *site* do BNDES e verificar isso.

Desculpe-me se alonguei um pouco do tempo, mas acho muito importante a continuação desta reunião, talvez mais específica. Isso poderia ser até promovido pelos senhores. Acho que isso seria muito proveitoso para o País.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Bruno.

Vou passar a palavra para Neudson Peres de Freitas, Banco do Brasil.

O SR. NEUDSON PERES DE FREITAS (Para expor.) – Obrigado, Deputado Francisco Jr., pela oportunidade.

Primeiro, foram duas perguntas com relação à estratégia do banco para 2021. O que eu posso dizer aqui neste tempo objetivo que a gente tem é que o banco espera uma recuperação econômica para o ano de 2021. Consequentemente, a gente já começou as primeiras discussões da nossa peça orçamentária. Estamos prevendo um crescimento do crédito para a micro e pequena empresa, um crescimento representativo.

E nós esperamos fazer isso com bastante segurança, por meio da aplicação de tecnologia e simplificação de processos, o que vai nos permitir chegar a mais empreendedores, inclusive por meio dos nossos canais digitais, usando aí o incentivo até do próprio regulador do Banco Central. Por exemplo, nós temos o *open banking*, que deve facilitar bastante essa colocação de crédito, e também algumas medidas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com relação a limites e simplificação de processos internos, que, sem dúvida, vão contribuir bastante para escoar o crédito para o micro e para o pequeno empreendedor lá na ponta.

A segunda parte da pergunta foi sobre a eficácia das medidas do Banco Central no ano de 2020 e aquelas que poderiam ser prorrogadas.

O que eu posso dizer é que, sem dúvida, todas as medidas tiveram sua eficácia. O Banco Central teve a sensibilidade de discutir isso com a sociedade civil, discutir isso com as instituições financeiras, trazer medidas muito pragmáticas que surtiram o seu efeito.

Sobre a prorrogação ou não: eu tenho certeza de que o Banco Central, com a sua equipe técnica, tem sensibilidade para identificar aquelas que merecem ou não ser prorrogadas. O que me agrada muito é que tanto o Banco Central como a própria Febraban já iniciaram discussões sobre o que pode ser feito, têm uma agenda bastante pragmática, com medidas previstas para garantir a liquidez das instituições financeiras e também permitir que o crédito continue escoando para as micro e pequenas empresas.

Então, eu acredito que essa proximidade com a ponta, como foi dito pelo Bruno do BNDES, essa proximidade com o que está acontecendo de fato em cada localidade no nosso País, que tem dimensões continentais, isso vai nos permitir maior eficácia na colocação de crédito e aceleração dos processos de recuperação da economia.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Neudson Peres.

Eu quero registrar neste momento a presença na nossa sala de reuniões, de audiências, do Presidente do Sebrae Carlos Melles, que deu uma passadinha por aqui só para dar um alô para todos nós e se retirar. Então, vamos ficar todos assentados. Vou passar para ele um minuto, um minuto e meio, para as suas considerações e dar continuidade aos nossos trabalhos – o próximo a responder é o Celso Leonardo Barbosa, da Caixa Econômica. Como o Carlos, Presidente do Sebrae, veio só nos visitar e sair, eu vou passar para ele só para um comentário, porque realmente deixar o Presidente do Sebrae, que trata do objetivo maior da nossa audiência pública, que é tratar das micro e pequenas empresas, sem dar uma palavrinha para nós todos fica muito descortês e inoportuno, especialmente porque nós poderemos aproveitar muito das suas observações e da rica experiência que ele tem.

Então, com a palavra Carlos Melles. (*Pausa.*)

O som, Carlos. Libera o som.

O SR. CARLOS DO CARMO ANDRADE MELLES – O.k. agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k. Bem-vindo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS DO CARMO ANDRADE MELLE (Para expor.) – Muitíssimo obrigado, perdoem-me todos os que estão aí.

Quem conviveu quase 30 anos com o Senador, Governador, esse queridíssimo Confúcio, sabe do apreço, do zelo pessoal que ele tem com tudo e com todos. Então, pessoalmente, eu quero declarar aqui a minha admiração e a minha convivência fraterna e querida com ele ao longo desses anos. Muito obrigado pelo que você está fazendo por nós, pela micro e pela pequena empresa brasileira.

Eu peguei o Neudson falando aí, o Bruno está aí, há um time da Caixa Econômica, está o meu queridíssimo Senador Esperidião Amin, que já me alertou cedo hoje com o artigo que provoca o sistema de crédito nosso, que é autor daquela garantia solidária, tão importante. Nesta crise, a solidariedade aflora muito.

Mas, voltando aqui, Presidente Confúcio: o que é importante neste momento é dizer do espírito do brasileiro. Ora, nesta pandemia, ainda que por necessidade, nós já temos mais de um milhão de MEIs cadastrados neste ano de 2020, ou seja, já superamos 11 milhões de microempreendedores individuais. Certamente, já superamos mais de 700 mil novas pequenas e microempresas este ano. Ou seja, superamos sete milhões de pequenas e microempresas e superamos 11 milhões de MEIs. De uma maneira mais própria: são mais de 17 ou 18 milhões de sonhadores, de pessoas que têm o sonho do empreendedorismo, o entusiasmo de empreender, e que movimentam este País; são 99% do que a gente fala do Brasil, seja na agricultura, no comércio, na indústria, no turismo e nos serviços.

Portanto, o nosso maior desafio hoje não é mais formalizar. Hoje buscam a formalização em função da previdência, de poder se aposentar, de ter um conforto de estar regularizado, de ter um CNPJ, mas o ambiente agora agravado pela pandemia traz a nós um desafio muito maior, e nós estamos trabalhando muito. O Sebrae tem trabalhado diuturnamente. Nós pusemos o Fampe para poder ver se dá um certo suporte, e a Caixa Econômica Federal fez bonito, mas ainda é muito pouco. No uso do Fampe veio o Pronampe, que está ajudando muito, mas nós estamos colocando o que é mais importante, que é a essência da educação empreendedora, à disposição dos brasileiros. E, sobretudo, dizemos que retomem, mas que retomem pelo meio digital. Nós estamos nos aliando a grandes plataformas de *marketplace*, como o Grupo Martins, Renner, Magazine Luiza, dando à pequena e à microempresa a possibilidade de abrir novos canais de comercialização e, inclusive, de garantias de financiamento.

Portanto, esta Comissão se reveste da maior importância. Ela fala da retomada, fala do futuro do Brasil, e nós estamos, até o fio do cabelo, empenhados em fazer com que isso aconteça para melhorar as condições de crescimento, da retomada de crescimento do Brasil.

Eu fico aqui um pouco, Senador Confúcio. Se houver alguma pergunta, eu não posso me furtar a respondê-la. Eu só tive uma reunião com o nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, e eu falei "terminando, já estou junto", mas quero ficar com vocês e à disposição. Vou ouvir mais um pouco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente Melles. É uma satisfação tê-lo conosco nesta sala de debates.

Eu passo a palavra agora para o Celso Leonardo Barbosa, Vice-Presidente de Negócios da Caixa Econômica Federal, para responder ao Deputado Francisco Jr.

O SR. CELSO LEONARDO BARBOSA (Para expor.) – Eu vou responder aqui rapidinho.

Primeiro, é uma honra falar depois do Presidente Melles, nosso parceiro fundamental.

É uma ótima pergunta a do Relator, a quem quero agradecer também. Não tenho dúvida de que a Caixa vai trabalhar agora no banco digital para que, depois do auxílio, a gente faça totalmente... Sim, a resposta é o crédito, o microcrédito, o uso do microcrédito do banco digital. A gente trabalhou com mais de 40 milhões de invisíveis e se transformou num banco digital que vai chegar a 120 milhões de usuários, de pessoas cadastradas, de clientes nossos que vão poder ter acesso ao microcrédito, o que é muito importante.

Como foi falado aí, a Caixa está sempre na ponta. São 75 finais de semana em que o Presidente tem viajado pelo País, eu também tenho viajado. Nesse final de semana nós estávamos em Breves, na Ilha de Marajó – não sei se vocês conhecem –, uma outra realidade – temos vários brasís –, e, lá na ponta, a gente estava com um senhor que tem o auxílio, que vai receber o microcrédito, que ganha, num saco de carvão de dez quilos, R\$3. Para ele, isso vai fazer uma diferença absoluta, completa.

Então, vai ser muito importante, e a gente quer fazer com que esse microcrédito seja também assistido. É nossa filosofia, junto com o Sebrae, fazer a coisa assistida, para que ele tenha orientação de quanto ele tem de custo, quanto ele gasta, quanto ele precisa cobrar, fazer essas organizações que o Sebrae faz muito bem. A gente vai fazer o trabalho de microcrédito também muito bem. É uma revolução no País, porque a gente já está na ponta. A Caixa está em 99% dos Municípios, entende e gosta muito da ponta e faz parceria com outras organizações que recebem repasses.

Então, a gente tem essa capilaridade e, agora, com o banco digital, teremos mais gente para atender. E, sim, nós vamos fazer uma revolução com o microcrédito, assim como nós fizemos com o auxílio emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Celso Leonardo.

Eu passo a palavra para o Dr. Gilneu Vivan, do Banco Central.

O SR. GILNEU VIVAN (Para expor.) – Bom, rapidamente em relação ao aumento da dívida: o aumento da dívida combinada com a percepção da capacidade de pagamento do Governo é o que gera



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aumento do risco do sistema financeiro e, por fim, um aumento do custo de captação geral, de todos os entes.

Em relação ao *crowding out*, o ponto central aqui é a competição que se dá entre o nível de juros, o nível de endividamento e a rentabilidade de cada negócio. Então, hoje, com os juros de 2%, a gente acredita que é uma taxa que efetivamente estimula a economia.

Em relação às compromissadas, eu vou pedir desculpas, mas a minha área não é a política monetária. Então, eu posso repassar essa pergunta para os meus colegas responderem depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem.

Deputado Francisco Jr., eu gostaria agora que você pudesse retomar rapidamente para refazer a pergunta à Vice-Presidente Cintia Huang, da associação lá de Joinville, e também fazer a pergunta diretamente ao Luiz Carlos, do Banco do Empreendedor.

Francisco, pode usar da palavra para fazer a pergunta diretamente para a Cintia e para o Luiz Carlos.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Se você quiser, Francisco, também fazer uma pergunta para o Carlos Melles, do Sebrae, nosso Presidente, fique à vontade, tá?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Certo.

No caso, para a Cintia, são as mesmas perguntas. Eu vou dividir as perguntas da Rosi com o Luiz Carlos, certo? Refiro-me à Rosi Dedekind.

À Cintia: eu perguntei à senhora se poderia compartilhar conosco um diagnóstico geral sobre as empresas que encerraram suas atividades em 2020 em razão da falta de crédito. Quantas poderiam ter sobrevivido por mais algum tempo se tivessem tido apoio de crédito mais tempestivo? E gostaria de saber se V. Sa. poderia compartilhar conosco se as medidas de flexibilização trabalhista vindas da reforma trabalhista e de diversas legislações a partir de 2017 contribuíram ou dificultaram para que as empresas pudessem passar por esta crise.

Já para a Rosi, eu quero manter a primeira pergunta, que é a com relação à capacidade de pagamento dos MEIs e das micros e pequenas empresas. Eu gostaria de entender que tipo de política pública poderia ser utilizada junto às empresas visando o aumento de produtividade e, portanto, da sua capacidade de pagamento. Como a legislação atual dificulta que os pequenos empresários possam competir, por exemplo, com empresas de países como China e Coreia, dentre vários outros?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E ao Sr. Luiz Carlos, do Banco Empreendedor, a segunda parte, que seria saber se V. Sa. tem o diagnóstico das principais causas de recusa de crédito, pelas instituições financeiras, para as micro e pequenas empresas. Até que ponto elas são um problema conjuntural ligado à Covid ou são questões estruturais que sempre estiveram presentes? O que deve ser feito, em sua opinião, para resolver essa questão?

Eu gostaria de parabenizar o Presidente do Sebrae. O Sebrae faz um trabalho espetacular por todo o País e há um carinho do brasileiro com relação ao Sistema S.

Eu vi que o Sebrae fez uma cartilha com relação à questão política – das eleições municipais, inclusive – e, de forma especial, à Covid. Estou preparando um requerimento, Presidente, em que eu gostaria de convidar o Sebrae para vir apresentar essa cartilha para nós. Eu acho que seria muito interessante. Ele está fazendo todo um trabalho com relação ao empreendedorismo, com relação também às eleições municipais, e à necessidade de levar esse empreendedorismo a todos os Municípios.

Fica aqui o convite. Estou formalizando esse requerimento e gostaria muito da participação do Sebrae nesse quesito do pós-pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco.

Eu vou fazer o seguinte: eu acho que a Rosi já respondeu à pergunta; ficam faltando Cintia e Luiz Carlos. Enquanto a Dra. Cintia e Luiz Carlos processam a pergunta, que foi muito imediata e eles têm de mentalizar uma resposta, vamos fazer o seguinte: eles retornam daqui a pouquinho para responder, e eu abro a palavra agora para novas perguntas.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O próximo bloco será feito com o Deputado Luiz Carlos Motta, de São Paulo, Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro, e Senador Esperidião Amin. Depois vamos aproveitar e responder também às perguntas do Francisco, que foram feitas por último.

Passo a palavra ao Deputado de São Paulo Luiz Carlos Motta.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode dirigir a palavra a quem V. Exa. desejar que lhe responda.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – O.k.

Gostaria de cumprimentar V. Exa., Presidente, cumprimentar o Deputado Francisco Jr., nosso Relator, e, em sua pessoa, os demais Parlamentares que fazem parte desta Comissão. Cumprimento o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin pelo requerimento muito bem elaborado e as pessoas que estão aí, também muito preparadas.

Dirijo minha pergunta ao Gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Sr. Silas Santiago.

Apesar das medidas adotadas para ampliação do acesso ao crédito concedido às empresas, grande parte desse dinheiro foi direcionado às médias e grandes empresas. Levantamento feito pelo próprio Sebrae, com base em dados do Banco Central, apontou que o aumento do volume de crédito não chegou às pequenas empresas. O estudo mostrou também que, mesmo com o aumento de crédito, houve uma redução do número de operações realizadas por empresas de todos os portes.

O estudo mostrou também que, mesmo com o aumento de crédito, houve uma redução do número de operações realizadas por empresas de todos os portes. Durante o segundo trimestre de 2020, essa queda foi de 12% em relação ao primeiro trimestre, ou seja, há um esforço para disponibilização do crédito, mas dificuldades para esse dinheiro chegar à ponta. A que o Sebrae e os demais convidados presentes atribuem essa queda do número de operações? Qual é a expectativa de micro e pequenos empresários para que a terceira fase do Pronampe atenda mais empresas para garantir o capital de giro e, logicamente, a recomposição do fluxo de caixa?

Outra pergunta ao Sr. Ercílio Santinoni, Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais: qual é a expectativa do Conampe para o pós-pandemia, passadas as eleições municipais? A confederação vislumbra parcerias, por exemplo, com os Prefeitos eleitos, principalmente no quesito geração de empregos?

Essas eram as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Motta.

Com a palavra agora o Deputado Felício Laterça, Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Felício Laterça. *(Pausa.)*

Será que ele já está em campanha lá em Campos dos Goytacazes? Felício... *(Pausa.)*

Ele saiu um pouquinho da sala. *(Pausa.)*

Muito bem. Vamos passar adiante. Com o Felício retornando, ele pergunta.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, quero cumprimentá-lo, mais uma vez. Acho que esta reunião teve um grau de objetividade muito bom. Quero saudar a todos que estão participando, especialmente o nosso querido amigo Carlos Melles, que prestigia este evento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou apenas apresentar duas ideias.

A primeira. Quero contar com o meu amigo Senador Confúcio, com os Deputados que estão participando e que o quiserem, pois vou pedir à nossa assessoria que elabore um projeto de lei do Juro Zero nacional para ser operado especialmente com vistas à micro e a MEI (Microempreendedor Individual), com limites de R\$10 mil de empréstimo e de R\$5 mil de empréstimo para micro e para MEI. Esse é o gabarito do programa Juro Zero. Nós vamos elaborar isso, o senhor vai examinar, eu vou examinar. Quem desejar será coautor em nome da Comissão.

E quero fazer um apelo ao meu amigo Carlos Melles para que ele pegue a lista de participantes e, junto com o Silas, coordene uma reunião – o Sebrae coordene uma reunião – com este time que está aqui conosco hoje para complementar os programas que já existem. Temos o Pronampe, vamos ter um novo Pronampe, que tem a pretensão de alavancar mais recursos; há essa ideia do Juro Zero... E que o Sebrae nos ajude a formatar, especialmente junto às OSCIPs, uma forma de atuação. Então, promova uma reunião e nos diga o que vocês combinaram – por exemplo, nos informe no mês que vem, só uma informação.

Esse é o apelo que faço, saudando a presença do Melles e de todos que aqui contribuíram para uma reunião que eu considero muito produtiva, graças à capacidade de liderar e coordenar do nosso amigo Senador Confúcio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Como o Felício se ausentou...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Não, eu interrompi a campanha já, Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Você estava lá em Campos dos Goytacazes.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Voltei já, teletransporte.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom, pode usar a palavra, Felício.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado.

Quero saudar o nosso Presidente, Senador Confúcio, pela sua simpatia contagiante, o nosso Relator... Aliás, o nosso Relator Francisco Jr. abusou, não poupou ninguém, pergunta para todo mundo, mas ótimo, muito bons os nossos convidados hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar o nosso Senador Esperidião Amin, que teve essa iniciativa. Um bate-papo muito importante, Senador Esperidião, é muito gratificante ter esses convidados tão seletos. O senhor falou tudo, a gente tem que fortificar e estabelecer mais tratativas desse gênero.

Cumprimento todos os nossos presentes que estão conosco.

Uma das diversas preocupações do Governo e do Congresso, no curso dessa pandemia, foi a preservação das empresas. Era consenso que evitando quebras em massa seriam criadas condições para preservar os empregos e acelerar a retomada econômica. Como grande parte dos empregos são gerados nas micro e pequenas empresas, houve uma atenção especial com o setor, que poderia ser asfixiado por problemas no fluxo de caixa.

Assim, foi criado um programa de crédito de baixo custo, exclusivamente para atrair empresas, o Pronampe – todos nós sabemos –, que, mesmo com um início relativamente tímido, veio a ganhar tração e contribuir para a preservação da saúde das micro e pequenas empresas. Contudo, parece que ainda existem relatos de dificuldades de acesso ao crédito.

Nesse contexto, faço as seguintes colocações... Eu fiz três perguntas e vou direcioná-las – acredito que todos os nossos convidados estão aí.

A primeira pergunta vai para a Sra. Claudia Cisneiros, da Abcred.

É a seguinte pergunta, Sra. Claudia. Vimos o poder transformador do microcrédito em países pobres. Em Bangladesh mudou a realidade de diversas famílias e comunidades. Foi tão transformador que, inclusive, resultou em um Prêmio Nobel ao economista Muhammad Yunus, pioneiro da iniciativa. Um dos diferenciais de sua prática correspondia à não cobrança de garantias, exigência tradicional dos bancos comerciais, além do foco maior na concessão de créditos a grupos com predominância de mulheres.

No Brasil, contudo, mesmo com alguns avanços, ainda não temos visto esta prática prosperar a contento. Há bastante receio dos agentes financeiros em emprestar aos pequenos, muito em função do risco.

No Pronampe, contudo, grande parte do risco foi assumido pelo Governo. Nesse sentido, pergunto: o Pronampe pode simbolizar um divisor de águas na prática da concessão de crédito a pequenas e microempresas no Brasil para contribuir de algum modo para o aprimoramento do microcrédito? Como fazer com que o crédito chegue ao cidadão vulnerável de modo justamente a fazer com que ele tenha a sua vulnerabilidade reduzida? Quais as sugestões da Abcred para que o arcabouço legal do microcrédito seja fortalecido por parte deste Parlamento, em particular, sem onerar ainda mais o nosso já combalido Estado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a pergunta seguinte, também está aqui na minha telinha, para o Sr. Ercílio Santinoni, do Conampe.

O senhor esteve conosco no início de julho, quando destacou a importância das micro e pequenas empresas em nosso PIB, bem como apresentou diversos problemas enfrentados pelo setor, como a questão da "desbancarização" e as dificuldades de obtenção de crédito inerentes à negatificação de sócios. O senhor também sinalizou preocupação com o volume de recursos disponibilizados até então.

Nesse meio tempo, contudo, houve uma série de mudanças estruturais e institucionais para o fortalecimento da economia, como a instituição da Poupança Social Digital, usada, dentre outros, para operacionalizar o pagamento do auxílio emergencial, e a sinalização de maior disponibilidade de recursos para empréstimo. Nesse sentido, qual a sua percepção acerca da evolução na concessão do crédito para as micro e pequenas empresas, desde a sua última participação nesta Comissão? Como fazer para garantir que o crédito chegue a quem necessita, mas que não haja inadimplência em níveis que acabem por transformá-lo em algum tipo de doação?

E a terceira e última pergunta vai para o Sr. Silas Santiago, do Sebrae Nacional. O setor empresarial é determinante para a pujança de nossa economia. O Sebrae, por apoiar as empresas, conhece suas carências e pontos que podem ser aprimorados para torná-las mais robustas. Nesta pandemia, sabendo que diversos setores, por exemplo, o turismo, teriam problemas diversos que poderiam levar à quebra, como a descontinuidade no fluxo de caixa, houve uma série de medidas do Governo para mitigar tais invulnerabilidades. Destaco o próprio Pronampe e também o Programa de Sustentação do Emprego e Renda, que ajudaram as empresas e funcionários a atravessar a tempestade. Assim, como o Sebrae avalia a atuação do Governo e do Parlamento, no sentido de apoiar as empresas no contexto da pandemia? Quais seriam as sugestões para que as ações do setor público fossem ainda mais assertivas?

Essa é a minha participação. Agradeço desde já a resposta dos nossos convidados e quero dizer a todos vocês que eu sou um grande defensor da micro e pequena empresa e sei da sua importância para a geração de emprego e renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Felício Laterça.

Falta um Parlamentar para fazer perguntas, para a gente fechar a nossa audiência, e, ao final, nós vamos ouvir as respostas, e há duas ou três perguntinhas dos internautas.

Então, eu vou passar a palavra, para a gente fazer esse fechamento, ao General Peternelli, que está presente.

Deputado General Peternelli.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, Srs. Parlamentares presentes, convidados, é uma satisfação muito grande estar participando desta reunião.

O Senador Esperidião Amin convocou todos os envolvidos no crédito da pequena e da média empresa, e isso trouxe uma radiografia adequada. As perguntas do Francisco complementaram ainda mais, esclareceram essas atividades, e todos eu vejo que estão de parabéns. Muito boa a participação do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, que tem feito um trabalho fantástico nesse contexto, inclusive buscando esse crédito fora do banco, com todo o envolvimento no Pronampe, aumentando ainda mais a margem daqueles que poderiam ter essas atividades; buscou todo o foco. O Sebrae tem um papel importante nesse contexto, porque pode fazer com que a inadimplência, com que vários resultados negativos não ocorram, e, pelo contrário, que o resultado seja sempre positivo, pela orientação que dá à pequena e média empresa.

Parabenizo as cooperativas. Recordo-me perfeitamente, quando nós estávamos falando nos programas do Governo para poder ajudar a pequena e a média empresa, quando se abordou que quem conhece efetivamente a pessoa são as cooperativas, e isso daí veio a facilitar com que esse crédito chegasse o mais longe possível.

Então, eu só gostaria de parabenizar – contento-me com essa parte –, gostaria de falar, Senador Confúcio, não vou perder a oportunidade de comentar da importância da Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45. Ela traz uma ideia que eu apresentei há mais de um ano, ela traz uma ideia do imposto no crédito e no débito da movimentação financeira, mas acaba com todos os demais, inclusive, acaba com a nota fiscal, facilitando muito à pequena e à média empresa, já que o trabalho da contabilidade seria facilitado.

Eu solicito a todos que participaram conhecerem ou lerem e me mandarem sugestões sobre a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45.

Senador Confúcio, parabéns; parabéns a todos os palestrantes.

Juntos vamos vencer o Covid e, com certeza, as pequenas e médias empresas vão sair muito mais fortalecidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, General Peternelli.

Muito bem, vamos agora às respostas.

O Deputado Francisco Jr. fez perguntas à Cintia e ao Luiz Carlos, do Banco Empreendedor.

Presidente Cintia, V. Sa. está com a palavra para responder o Deputado Francisco Jr.

A SRA. CINTIA EBERT HUANG (Para expor.) – O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, o senhor fez duas perguntas, falando sobre um diagnóstico geral sobre empresas que encerraram as suas atividades em 2020 em função do crédito.

Eu elenquei que as áreas mais prejudicadas foram a educação infantil, em que inúmeras creches e CEIs fecharam neste ano de 2020, e nós vamos ter um problema muito sério no próximo ano, porque a rede pública não vai conseguir suportar toda essa demanda, eles não têm estrutura.

A gente percebeu que a área de eventos também foi uma das maiores prejudicadas, principalmente os fotógrafos e a gente elenca também as floristas, os cerimonialistas, as próprias casas de festas; bares e restaurantes fecharam bastante também e o turismo, que foi prejudicado bastante.

Como um dos colegas comentou, são empresários que tinham um sonho e, em função de todos os acontecimentos, fecharam. Claro que, se houvesse um recurso... Para alguns, Sr. Senador, até que o valor chegou, mas foi muito pouco, não foi o suficiente para poderem se manter todo esse tempo abertos.

A outra pergunta que o Deputado fez foi se as medidas de flexibilização trabalhista, vindas da reforma trabalhista, ajudaram, facilitaram. Sim, e muito, porque muitas empresas conseguiram se manter em dia em função da suspensão, redução dos funcionários, o que diminuiu bastante o custo dessas empresas, principalmente durante o período em que elas ficaram fechadas.

É claro que a gente sabe que seria de suma importância para conseguir melhorar um pouco mais que viesse a reforma tributária.

São esses os meus comentários.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Cíntia, pela sua resposta.

Eu passo a palavra para o Luiz Carlos, do Banco Empreendedor. *(Pausa.)*

Libere seu som, Luiz Carlos. *(Pausa.)*

Libere o som, porque não estamos te ouvindo.

O SR. LUIZ CARLOS FLORIANI – Está me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora está bom, pode falar.

O SR. LUIZ CARLOS FLORIANI (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado também pela pergunta ao ilustre Relator.

É importante deixar claro que os problemas de acesso ao crédito não são de hoje. Claro, a pandemia agravou esse problema de acesso ao crédito. Mas é fundamental que se entenda que é uma questão até cultural, por conta de uma taxa de informalidade muito alta, de pessoas empreendedoras. Elas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente quando falamos de pequenos negócios, não empreendem por vocação empreendedora, Presidente. Elas empreendem por necessidade de restabelecerem sua condição de renda, retirada, principalmente nas últimas décadas, devido a todos os acontecimentos que assolaram a economia, de certa forma a economia mundial.

Mas definitivamente, é fundamental também que fique claro que é justamente com programas inovadores, como o que foi citado no caso do Juro Zero, de Santa Catarina, com um braço muito importante, que é o do Sebrae, que a gente dá sustentabilidade para esses pequenos negócios, através de incentivo a acesso a crédito, mas acima de tudo, de orientação. Veja que esse foi o grande viés do programa aqui de Santa Catarina, estimular a gestão e a educação na gestão dos negócios, tornando-os sustentáveis a partir do acesso a uma linha de crédito inovadora, subsidiada pelo Governo.

Então não temos dúvidas e ficamos aqui à disposição do senhor, Sr. Presidente, como de todos os outros Parlamentares, para contribuirmos com ações como essa, que, não tenham dúvida, serão exitosas, porque esse povo dos pequenos negócios é um povo que está carente, acima de tudo, de confiança, mas de confiança por parte do nosso sistema. Que leve a ele orientação e dê a ele mais confiança.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Muito bem, eu vou agora passar a palavra, para responder ao nosso Relator Francisco Jr., ao nosso Presidente do Sebrae, Carlos Melles, para falar sobre a cartilha, um breve comentário sobre a cartilha, sobre que ele indagou. Eu passo a palavra para V. Sa.

O SR. CARLOS DO CARMO ANDRADE MELLES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio.

Eu vou me permitir primeiro... Se eu me estender um pouquinho, paciência comigo. Mas é o seguinte: o Senador Esperidião já fez uma provocação de nós mantermos esse nível de reuniões e de conhecimento, de nivelamento, o que está absolutamente aceito por parte do Sebrae. E ele passa a ajudar, se o Senador Confúcio e o Francisco aceitarem, a coordenar, junto com vocês, essa continuidade da discussão, que é importantíssima para a micro e pequena empresa brasileira. Obrigado, Senador Esperidião.

Ao Francisco, ao Confúcio, ao Motta, ao Felício, ao Gen. Peternelli, eu queria dizer, muito brevemente – o Silas já deve ter feito, pela sua competência –, que o problema do crédito da micro e pequena empresa não é só do Brasil, ele é do mundo, agravado mais no Brasil.

Eu estou pedindo um pouquinho de paciência para dizer aos senhores o seguinte: em 1995/96, quando o cruzado veio, em 1994, nós criamos o Simples, que era a junção dos impostos federais. Aproveitamos a Constituinte – com o nosso à época Deputado Afif Domingos –, e estabeleceu-se, incluiu-se o regime tributário do Simples.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para resumir, nós não temos mais problemas, vamos dizer assim, tributários no setor. Nós começamos no comércio com 4,7% e chegamos a 11,7% no setor de indústrias. Isso funcionou tão bem, o regime tributário, que todos disseram o seguinte: a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa estabeleceu a reforma tão pretendida no Brasil fazendo a simplificação que fez. Muito bem. Pode ser que na reforma tributária alguém queira mexer nisso, mas é um regime tributário especial.

Blindamos a previdência nessa mesma época, com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e não avançamos muito na parte trabalhista, o que depois, com a reforma trabalhista e esses novos programas que o Governo tem inserido, melhorou, sim.

Mas continuamos com o problema do crédito. O crédito, sim, é o nó górdio que atrapalha a todos. E o Luiz Carlos colocou bem: às vezes o indivíduo é empreendedor por sonho, tem espírito empreendedor, entusiasmo de ser dono do seu próprio negócio, mas isso não quer dizer que ele vai ser um bom gestor. Por isso, o crédito orientado é fundamental – fundamental.

Aí, voltando aqui hoje, o Sebrae fez oito pesquisas, e eu vou pedir ao Silas e ao grupo que passem as oito pesquisas que nós estamos fazendo mensalmente como a radiografia da micro e pequena empresa. A desburocratização ajudou muito, o crédito de R\$600 por mês ajudou muito a micro e pequena empresa, e os R\$300 continuarão ajudando.

Nós pusemos o Fampe, que é um fundo de amparo a micro e pequenas empresas, de apoio, do Sebrae. A Caixa e o Banco do Brasil têm feito uma revolução muito especial. A Caixa já aplicou R\$2,3 bilhões. O Pronampe já chegou perto de R\$30 bilhões, deverá chegar a R\$40 com mais 10 ou 12.

Mas o que eu queria contextualizar para o nosso time que está aqui é que, se nós temos aproximadamente 30% dos negócios do Brasil num PIB de R\$7 trilhões, a micro e pequena empresa têm R\$2 trilhões, R\$2,3 trilhões de faturamento nesse ambiente. O capital de giro necessário, como qualquer empresa, seria de 30% aproximadamente, que são os 30% do *voucher* que a Receita está dando para aquelas adimplentes, para usarem o Pronampe.

Muito bem. Dito isso, nós precisaríamos de uns R\$600 bilhões. Hoje, com toda a ajuda que o BNDES está dando para empresas âncoras às suas ancoradas, ou seja, uma Renner, uma Magazine Luiza, como eu disse, empresas que pegam recursos do BNDES, as âncoras, e repassam para as ancoradas. Está perto de R\$3 bilhões. Eu estou dizendo aí pelo volume. Nós precisaríamos hoje ter pelo menos R\$200 bilhões, R\$250 bilhões de créditos disponíveis e nós estamos tendo R\$20 bilhões.

No quesito procura de crédito, 50% já não procuram mais porque não há mais receptividade. A acessibilidade ao crédito é muito ruim.

E aí, eu vou voltar no Pronampe porque o nosso Senador Esperidião, o Confúcio e os mais antigos lembram-se de que, quando nós fizemos a securitização para a agricultura, o PESA e o Recoop, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passamos a limpo o problema agrário no Brasil, dos produtores, demos a eles a condição de retomarem limpos. E criamos o Pronaf. A gente tem a expectativa de que o Pronampe vire o Pronaf da micro e pequena empresa. Esse é um dos caminhos que certamente poderão ajudar muito a micro e pequena empresa brasileira.

Certamente, o que nós estamos tentando mostrar ao Governo é que, mais do que dar auxílios do próprio Bolsa Família, do próprio Verde e Amarelo, era melhor aplicar recursos no empreendedor para que... Aí não é a fundo perdido, é a dignificação, é a dignidade da micro e pequena empresa pelo seu trabalho.

Nós estamos também – e eu espero poder fazer isso claro para vocês – mostrando que, cada vez mais, as pesquisas demonstram que vamos ter menos emprego e mais trabalho. Então, essa questão, sobretudo do MEI, da micro e pequena empresa, é muito forte no sentido da retomada do Brasil.

Portanto, o Francisco... E aí eu vou ver se eu consigo, Francisco... Nisso aqui, para vocês terem uma ideia, nós trabalhamos o ano passado todo em termos de emprego e produtividade para as micro e pequenas empresas, eliminando a burocratização, buscando a nossa digitalização, ou seja, o trabalho do Sebrae é um trabalho realmente formidável. Com essa visão, o Congresso tem sido perfeito, tanto a Câmara quanto o Senado. Tudo o que nós aprovamos, desde 1994, 1995 e 1996 até hoje, foi por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ou seja, a Câmara e o Senado têm ajudado muito a micro e a pequena empresa.

E para dar uma palhinha no final, como o Francisco pediu, nós estamos tentando interferir, ajudar, nesse sentido. Na discussão dos candidatos a Prefeitos, que busquem a população, as micro e pequenas empresas, e estimulem o debate sobre o candidato empreendedor, sobre o Prefeito empreendedor, sobre a cidade empreendedora, sobre compras governamentais, sobre o desenvolvimento territorial do programa LIDER, sobre os consórcios. Isso o Sebrae tem pronto para o pós-eleição. Qualquer Prefeito pode procurar o Sebrae, na Sala do Empreendedor, onde quer que seja, e vai encontrar a forma para o pé dele. Ele vai ter um plano diretor bem feito, organização do Município como um todo, pelo qual poderá apoiar e ajudar as micro e pequenas empresas, já que as micro e pequenas empresas têm 10% de reserva de mercado, um sobrepreço de até 10% para vender ao Município, ao Estado e à Nação. E até para ilustrar isso, a micro e pequena empresa tem hoje, represados, para receber, só no Governo Federal, mais de R\$60 bilhões. Então, nós estamos com um programa também do "desconto já", dos recebíveis, para circular recursos.

Finalizando, além do candidato a Prefeito empreendedor, do candidato a Vereador empreendedor, que se estimule como esse possível novo Prefeito possa ter um compromisso com a micro e pequena empresa, porque ele pode ajudar muito, desde a compra da merenda escolar até uniformes. Enfim, é um mundo, vamos dizer assim, de apoio à micro e pequena empresa que vale a pena.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas se perguntarem a todos nós hoje, nós começamos daqueles que pediam crédito – e é o assunto da nossa reunião –, em que 8% eram atendidos, e hoje 22% são atendidos, dos 50% que pedem. Ou seja, só 15% do total da micro e pequena empresa têm acesso ao crédito.

O outro lado é a saída. Nós estamos trabalhando muito para a Receita não tirar os inadimplentes. É uma luta nossa, sobretudo num ano de pandemia, para ver se nós ajudamos esse pessoal a retornar.

E fechando, Senador Confúcio, Deputado Francisco, Motta, Felício, General, nós estamos hoje com 63 milhões, Esperidião Amin, de brasileiros inadimplentes. Esses estão no limbo, esses estão fora de atividade. Se nós não reincluirmos esses 63 milhões de brasileiros, quase um terço dos brasileiros, nós vamos ter que Nação? Uma Nação de excluídos.

Por isso estamos pensando numa moratória dos impostos, num novo Refis, e até pensando numa anistia, para colocar de novo esse time de empreendedores no mercado. Lá fora, quem erra uma vez, erra duas ou três, todo mundo fala assim: "Esse tem experiência. Agora, retoma". Aqui, se errou uma vez ou se está excluído uma vez, não tem condições de retomar mais.

Portanto, é um dos problemas mais sérios e mais importantes para o Brasil.

Aí, Luiz Carlos, a Caixa tem feito esse trabalho espetacular, assim como o BNDES e o Banco do Brasil, mas o acesso ao crédito é difícil. Por isso, nós estamos com Empresa Simples de Crédito, empresário simples de crédito, que a Câmara aprovou no final de 2018. Essa deverá ser a grande democratização do crédito.

Nós estamos pedindo ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica e aos bancos cooperativos que sejam os transeuntes da Empresa Simples de Crédito, porque ela precisa ter um registro na Receita, mas precisa ter um banco para fazer a sua transação financeira.

Desculpe-me o alongar e a pressa, mas aceitamos o desafio, Senador Confúcio e Senador Esperidião, dos colegas Deputados, e vamos continuar essa nossa conversa, porque a Caixa, pela primeira vez, e o Banco do Brasil têm uma plataforma de quem está nesse time de excluídos do Brasil e de quem precisou do auxílio. E nós podemos fazer um desenho à altura do País.

Certamente, o Executivo, o Presidente Bolsonaro, o Ministério da Economia e todos nós vamos contribuir para dar ao País essa solução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente Melles, pela sua brilhante participação, didática e importante para o nosso próprio conhecimento.

Bem, vamos às perguntas, primeiro às do Felício Laterça. Ele fez perguntas para Claudia Cisneiros, Ercílio Santinoni e Silas Santiago.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos primeiro à Claudia Cisneiros, para responder ao Deputado Felício Laterça.

A senhora tem dois minutos.

A SRA. CLÁUDIA CISNEIROS (Para expor.) – Obrigada pelo tempo.

Bom, eu acho que ele fez uma excelente colocação, uma excelente lembrança do histórico do Muhammad Yunus, da metodologia do Grameen Bank, que deu muito certo na Índia e que é a mesma metodologia, Deputado, que a gente já aplica aqui no Brasil, no caso do Ceape Brasil, que fica no Maranhão. São 31 anos de experiência com essa metodologia, que tem dado muito certo.

O nosso cliente é exatamente o cliente também de que o Carlos Melles falou, sobre o Sebrae. Não é só a capacitação, é quase uma consultoria. Esse cliente que está na base da pirâmide, que está excluído, principalmente agora porque está devedor, precisa mais do que uma simples capacitação; ele precisa desse acompanhamento.

E é, sim, Deputado, um divisor de águas essa pergunta que o senhor me fez de que um Pronampe exclusivo para as OSCIPs, para essas organizações que trabalham com esses clientes da base da pirâmide. Seria não: será um divisor de águas.

A minha sugestão – logicamente não dá para eu responder a todas as perguntas em um minuto e meio – é que a gente criasse uma oportunidade. Quem sabe os Senadores que estão aqui participando desta audiência pública pudessem nos proporcionar, para que a gente pudesse colocar mais sobre essa metodologia, pudesse colocar mais sobre esse empreendedor, sobre esse nicho de mercado que está precisando muito desse apoio, principalmente porque 65% das nossas clientes também aqui do Brasil, Deputado, são mulheres, são mulheres empreendedoras e chefes de família.

Então, eu me coloco à disposição se houver uma oportunidade. Estou fazendo uma provocação de outra audiência, quem sabe com alguns parceiros, inclusive o Sebrae também. No caso do Maranhão, a gente já tem a parceria há 31 anos, para a gente poder conversar e poder explicar melhor, esmiuçar esse empreendedor de que estou falando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Claudia.

Vamos agora às respostas.

Dois colaboradores desta audiência pública foram demandados pelos Deputados Luiz Carlos Motta e Felício Laterça: Ercílio Santinoni e Silas Santiago.

Então, Ercílio, você pode responder aos dois Deputados, tanto ao Felício Laterça como ao Luiz Carlos Motta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra. Eu vou aumentar o seu tempo para quatro minutos, para responder aos dois.

O SR. ERCÍLIO SANTINONI (Para expor.) – Respondendo ao Deputado Luiz Carlos Motta, a Conampe tem uma preocupação, sim, com o pós-pandemia. Nós já estamos desenvolvendo a distância um programa que denominamos Associativismo 4.0, que tem apoio técnico e financeiro do Sebrae Nacional. Nós temos já iniciadas as conversações com alguns Governadores e entidades filiadas à Conampe.

Estão participando já, com a nossa assessoria de discussões, os candidatos a Prefeito, já prevendo que a gente faça parcerias, porque o programa prevê parceria tanto em nível estadual quanto municipal, para que a gente leve tanto capacitação quanto consultoria, principalmente para a microempresa e o MEI, porque nós entendemos que esse público, juntamente com as prefeituras, é que tem condições de alavancar empregos e também renda, e não ficar centralizado nas grandes cidades, mas em todo o País.

Nós temos quatro eixos de trabalho. Um que é a inserção digital da micro e pequena empresa e do MEI para vendas através da internet; nós temos um eixo que é a criação e formação de parcerias através de centrais de compras, centrais de vendas, que nós chamamos de centrais de negócios e é uma sociedade de propósito específico; e também o programa de formação de lideranças, em que nós procuraremos, juntamente com entidades de representação de associações comerciais, sindicatos e prefeituras, formar entidades de representação para fazer esse trabalho chegar à ponta. Então, há uma preocupação de inserção da micro e pequena empresa em acesso a mercados.

Respondendo ao Deputado Felício Laterça, nós, em julho, quando tivemos a reunião, dizíamos da preocupação com o Pronampe no sentido de quanto é que seria alavancado. Realmente, ao invés de alavancar dez vezes, que era o que a gente queria, que seriam R\$150 bilhões em empréstimos, nós tivemos R\$30 bilhões, com mais recursos do Governo. Então, nós estamos acreditando muito nessa nova etapa do Pronampe, com maior alavancagem. Os juros podem chegar até 0,5% ao mês, porque isso é pagável, há condições. Muito importante é nós termos os recursos, termos o acesso. Infelizmente, até agora, com essas linhas de crédito da pandemia, somente 9,4% das micro e pequenas empresas tiveram acesso a crédito. Então, há uma necessidade ainda de se discutir mais e facilitar o acesso. Quer dizer, não haver tanta rigorosidade na análise do crédito. Isso aí é que tem dificultado e continua dificultando a vida do pequeno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Ercílio Santinoni.

Agora o Silas Santiago responde também ao Deputado Felício Laterça e Luiz Carlos Motta.

Com a palavra, Silas. Fique à vontade. Quatro minutos também para os dois.

O SR. SILAS SANTIAGO (Para expor.) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo primeiro ao Deputado Luiz Carlos Motta, a quem eu agradeço a pergunta, apesar das medidas que foram adotadas, grande parte dos recursos ainda não chegou às pequenas empresas. O próprio Presidente Carlos Melles ressaltou que atendeu até agora 15%. E 50% nem chegaram a procurar crédito, daqueles que procuraram, cerca de 30% conseguiram. Quer dizer, nós temos 15% de demanda atingida hoje. Falando só do Pronampe, por exemplo, apesar do sucesso do Pronampe, é um grande sucesso, porque o dinheiro realmente chegou, o volume é muito baixo: R\$32,8 bilhões, que representam esses 15% de atendimento da demanda de mais de R\$200 bilhões.

Isso faz com que, nessa primeira fase do Pronampe, os bancos pudessem escolher seus melhores clientes. Muitas pessoas dizem que se deu prata a quem já tem ouro, a quem já tinha um histórico bom de relacionamento com banco, já tinha uma carteira de empréstimos, aplicações, quem sabe, não é? Então, a saída para democratizar é a alavancagem, como eu já falei da primeira vez e o Ercílio falou agora de novo, não é? Se você colocar 10 bilhões e esses 10 bilhões virarem 40 bilhões, ou se você colocar 20 bilhões e esses 20 bilhões renderem 80 bilhões de crédito, começa a chegar à micro e pequena empresa. Para isso, precisa funcionar o crédito orientado assistido pelo Sebrae, porque nem todos esses clientes, que podem chegar a 900 mil, a 1,8 milhão micro e pequenas empresas, vão precisar desse crédito orientado assistido, para que o Sebrae as ajude no momento de dificuldades, se entrarem em dificuldades, e até avaliar se foi só em virtude da pandemia, se a empresa é realmente viável e se ela merece aquele crédito. Por isso, a função do crédito orientado assistido pelo Sebrae é essencial.

Essa alavancagem vai passar pela negociação do Congresso Nacional, dos Senadores e dos Deputados. Precisaremos muito também da ajuda do nosso Secretário Carlos da Costa e do Subsecretário Antônio, do Ministério da Economia, para nos ajudar nessa empreitada.

E também é excelente a ideia do Senador Esperidião Amin. O Presidente Carlos Melles já aceitou o convite para participar dessa formulação de como fazer funcionar o crédito com juro zero, não é? Possivelmente com recurso compulsório, utilização do setor cooperativo, das OSCIPs, das empresas simples de crédito.

Bom, com relação ao Deputado Felício Laterça, a principal pergunta é como nós avaliamos as medidas governamentais. Elas foram boas – o Congresso ajudou muito nisso, aprovou muita coisa boa nesse período da pandemia –, mas precisam ter continuidade, precisam ser renovadas muitas vezes. Um exemplo de sucesso de medida em que houve renovação, por exemplo, foi a possibilidade de suspensão e redução dos contratos de trabalho com pagamento pelo Governo de parte do salário dos empregados com recursos do seguro-desemprego. Então, houve um pedido das empresas e do Sebrae, e o Ministério da Economia renovou por até 180 dias. Isso manteve muitos empregos. Apesar do desemprego atual, isso com certeza assegurou muitos empregos na nossa economia.

Mas na área tributária nós estamos com dificuldades. Foram prorrogados os tributos do Simples por seis meses, a parte federal – o ICMS, o ISS só por três meses –, mas eles não renovaram essa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

prorrogação. O que está acontecendo? Hoje nós temos aí, a partir de outubro, dois pagamentos mensais acumulados, não é? As empresas estão em dificuldades por causa da pandemia, porque o faturamento não retornou ainda. E é por isso que, assim como o Presidente Melles falou, nós temos que aprovar os PLPs 200 e 224, que tratam do Refis e da moratória, sem contar o reforço dos recursos do Pronampe para efeito de crédito.

Seria isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Silas Santiago. Creio que os dois Deputados ficaram satisfeitos com a sua resposta.

Agora eu quero registrar aqui a participação de internautas, mas todas as perguntas deles já foram respondidas: José Moreira Junior, do Rio de Janeiro; Silmara Santos, de São Paulo; Joria Lima, de Porto Velho, Rondônia; e outros tantos que entraram em contato com o e-Cidadania nesta audiência de hoje.

Eu passo a palavra, para suas considerações finais, ao Deputado Francisco Jr., se S. Exa. tiver alguma indagação a mais a fazer aos nossos convidados.

Com a palavra V. Exa., Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Presidente, quero apenas agradecer a oportunidade de estar participando desta reunião com todos vocês, parabenizar todos os envolvidos, Deputados, Senadores e todos os convidados, pelo trabalho que realizam e me colocar à disposição para receber toda e qualquer sugestão para que possamos, na relatoria, poder contemplar o pensamento de todos no sentido de vencermos esta pandemia, porque, no final das contas, o que nós queremos é retomar o crescimento, nosso desenvolvimento, de todo o País, em todas as áreas, e deixar para trás, deixar na história todas essas dificuldades.

Parabéns ao senhor pela condução dos trabalhos e a todos os Deputados e Senadores por, num momento tão complicado, de pandemia, de eleições municipais, com todos envolvidos, nós estarmos aqui fazendo esta discussão tão importante para o País.

Parabéns a todos!

Muito obrigado, Presidente. Hoje eu não tenho... Acho que a minha cota de perguntas eu usei no primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado pela presença honrosa de Carlos Melles, Presidente do Sebrae, muito obrigado a você, Ercílio Santinoni, à Rosi, à Cintia, à Claudia, ao Luiz Lesse Moura, ao Francisco Reposse, da OCB, ao Silas, do Sebrae, ao Bruno Laskowski, do BNDES, ao Luciano, do BNDES, ao Neudson, do Banco do Brasil, ao Celso Leonardo, da Caixa Econômica Federal, ao Luiz Carlos, do Banco do Empreendedor, e ao Gilneu Vivan, do Banco Central.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos os senhores e senhoras.

Não havendo mais nada a tratar nesta audiência, eu a declaro encerrada.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quinze horas e oito minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob as Presidências dos Parlamentares Confúcio Moura e Francisco Jr., reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Cacá Leão e Luiz Carlos Motta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater o plano desenvolvido pelo Ministério da Saúde para operacionalizar a vacinação contra a Covid19, bem como a evolução das vacinas, prazos, necessidades e possibilidades de imunização dos brasileiros. (REQ nº 72/2020). **Participantes:** Jorge Callado, Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar); Raul Machado Neto, Diretor de Estratégia Institucional (representante de: Dimas Tadeu Covas - Diretor do Instituto Butantan); Adriana Regina Farias Pontes Lucena, Coordenadora Geral Substitua do Programa Nacional de Imunizações (representante de: Arnaldo Correia de Medeiros - Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde); Marco Krieger, Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (representante de: Nísia Trindade Lima - Presidente da Fiocruz); Guilherme Werneck, Vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); Frederico Augusto de Abreu Fernandes, Gerente-Geral substituto da Gerência-Geral de Gestão Administrativa e Financeira da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (representante de: Antonio Barra Torres - Diretor-Presidente Substituto da Anvisa); e Ricardo Gazzinelli, Presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/20>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus Covid-19.

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição dos Parlamentares, com a função "levantar a mão", constante do aplicativo, e que a ordem da fala será dada, primeiro, ao Relator; em seguida, aos titulares inscritos; depois, aos suplentes; e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, eventuais questões de ordem e tempo de Lideranças poderão ocorrer após a audiência com os convidados.

A leitura da ata fica para depois.

A presente reunião é uma audiência pública e atende ao Requerimento nº 72, de autoria desta Presidência.

Esta audiência tem por objetivo discutir o plano de operacionalização da vacinação desenvolvida por várias instituições de pesquisa brasileiras com o Ministério da Saúde, bem como a evolução de prováveis vacinas contra o Covid-19.

Nós temos aqui o Dr. Ricardo Gazzinelli, Presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia; Sr. Guilherme Werneck, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); Sr. Jorge Callado, Presidente do Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná; Adriana Regina Farias Pontes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucena, Coordenadora-Geral Substituta do Programa Nacional de Imunizações, representando o Dr. Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Sr. Marco Krieger, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), representando a Dra. Nísia Trindade Lima; Sr. Juvenal de Souza Brasil Neto, Diretor-Adjunto da Anvisa, representando o Dr. Antonio Barra Torres; Dr. João Gabbardo, Secretário Executivo do Centro de Contingência do Combate ao Coronavírus do Governo de São Paulo; Sr. Raul Machado Neto, representante do Butantan, que também fica à disposição dos Srs. Parlamentares para responder a quaisquer questionamentos.

Antes de iniciar as falas, eu quero orientar e explicar aos Srs. Parlamentares presentes que temos sete, oito convidados. Logicamente, se dermos um tempo mais alargado, nós não vamos sair daqui hoje, vamos muito longe, porque são muito convidados importantes. Nós queremos ouvir todos, mas de uma maneira mais sintética, ficando a complementação de tudo aquilo que V. Sas. gostariam de falar para as perguntas dos Srs. Parlamentares. Elas serão muitas, e haverá tempo de complementar quaisquer assuntos que V. Sas. prepararam. Às vezes, não é possível apresentá-los no tempo exíguo, mas depois V. Sas. voltarão a falar.

Eu quero comunicar aos Srs. Parlamentares da Comissão – depois eu vou dar conhecimento individual a todos –, que nós teremos, até o final do ano... Este ano está muito atribulado, todo mundo está muito ocupado com as ações, e tudo está coincidindo ao mesmo tempo. Minha máscara está caindo; deixe-me segurar aqui para cima... Também há o Orçamento da União, que vai ser votado agora. Nesta semana há votações, um esforço concentrado aqui no Senado, com muita gente presencialmente hoje, aqui no Senado, e nós vamos fazer praticamente mais quatro audiências públicas até fechar o ano. Nosso decreto de calamidade vai até o dia 31 de dezembro.

Nós teremos, no dia 26 deste mês, às 10h, o Ministro Paulo Guedes, neste fim de mês de outubro.

Em novembro, teremos só uma reunião, porque são as eleições, primeiro e segundo turnos, e é quase impossível a gente fazer uma audiência pública em período eleitoral, em dias perto das eleições e do segundo turno. Não! Então, vamos ter somente uma, no dia 23 de novembro, já depois do segundo turno das eleições, com um representante do Ministério da Economia e o Dr. Felipe Salto, do Instituto Fiscal Independente.

Em dezembro, dia 7, teremos uma audiência pública com o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

No dia 14, praticamente a gente fecha aqui as audiências públicas com o Ministro Guedes, de novo, fazendo o balanço do ano, de toda a situação econômica do País, já no fechamento do ano. O Ministro Guedes, dia 14 de dezembro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, ficam duas reuniões curtas para o nosso Relator, Francisco Jr.: uma delas será no dia 16, Deputado Francisco Jr., para V. Exa. apresentar o relatório final; e, no dia 18, dois dias depois, para nós votarmos seu relatório final.

Então, é essa a apresentação que eu faço. Eu precisei fazer uma ginástica no tempo. Há muitos requerimentos aprovados, mas não vai ser possível... A gente não tem mais prazo para votar.

Inclusive agora eu recebi aqui um ofício do Embaixador russo, Sr. Sergey Akopov, pedindo uma audiência pública, em separado, para tratar da vacina Sputnik V. Eu já vou lhe responder que nós não temos mais prazo. Hoje nós vamos debater o tema, há um representante do Tecpar, do Paraná, que vai falar agora aqui e talvez resuma tudo já nesta audiência de hoje. Qualquer outra complementação será através do Ministro da Saúde, dia 7.

Então, vamos iniciar a nossa audiência propriamente dita.

Eu vou passar a palavra...

O tempo nós vamos aqui, com bom senso, administrar. Todo mundo tem suas ocupações, e nós hoje estamos em processo de votação aqui no Senado.

O primeiro a falar é o Dr. Ricardo Gazzinelli.

Vou designar inicialmente o tempo de oito minutos para V. Sa., Dr. Ricardo, representando, como Presidente, a Sociedade Brasileira de Imunologia.

V. Exa. está com a palavra, Dr. Ricardo Gazzinelli, por favor.

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de agradecer a V. Exa. e ao Senado, de maneira geral, pela oportunidade de discutir um assunto tão importante, que é a vacina para a Covid-19. Existe uma grande expectativa sobre ela.

Também gostaria de dar meus parabéns pelo esforço da Bio-Manguinhos, da Fiocruz, ao Dr. Marco Krieger, ao Dr. Dimas Covas – não sei se está presente, eu não consegui vê-lo aqui – e também pelo esforço do Tecpar, que é o de tentar resolver uma situação de grande urgência para o nosso País. Eu acho que aqui está todo mundo fazendo um grande esforço para solucionar um problema nosso. Pediram-me para falar um pouco como imunologista e acredito que um pouco sobre os cuidados que nós devemos ter no desenvolvimento e, mais importante, na aprovação de uma vacina.

Muitas vezes o que a gente escuta na mídia – que muitas vezes não reflete o que os representantes institucionais estão falando – é que a vacina está pronta para ser distribuída, e o que nós enxergamos aqui é que temos muita urgência, mas nós temos que aguardar saírem esses resultados. Uma questão muito importante que eu acho que tem que ser discutida é qual será a eficácia de uma vacina aprovada. Normalmente a Anvisa aprova uma vacina com 70% de eficácia para cima, e parece que esses critérios



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

foram diminuídos um pouco devido à urgência e à necessidade do produto e à rapidez com que eles estão sendo desenvolvidos. Então, eu acho que um ponto importante é qual a eficácia mínima de uma vacina para ser aprovada. Esse é um ponto importante. Nós não queremos passar uma impressão errada para a população de que nós temos vacina que funcione de fato. Eu acho que esse é o ponto número um.

O segundo ponto eu acho que é a duração do ensaio clínico. O ensaio clínico de uma vacina hoje, normalmente, demora dois, três, quatro anos. Havendo essa urgência, eu acho que é aceitável um ensaio clínico de um ano, quem sabe dez meses. Qual é o grande problema de fazer um estudo de ensaio clínico de quatro meses? É que nós não vamos ter uma ideia da duração da resposta imunoprotetora caso ela venha a se mostrar eficaz em quatro meses. Do ponto de vista da imunologia, nós sabemos muito bem que você imuniza, você tem uma resposta imune, e essa resposta imune cai com o tempo. Junto com a queda da resposta imune, a eficácia cai. Então, uma vacina que pode ter 80% ou, vamos dizer, 60% de proteção, ou 70% de proteção com quatro meses, quando é avaliada por quatro meses, pode ser que, com oito meses, ela tenha uma eficácia de 30%, 40%. Isso nos deixa muito preocupados com a aprovação muito precoce da vacina, especialmente se a eficácia for baixa, digo, entre 70% e 50%, porque a população brasileira pode ter uma ideia errada de que nós temos uma vacina real para Covid-19.

O segundo ponto é que, quando você antecipa muito um teste clínico, o número... A eficácia do teste clínico é baseada num número de pessoas que foram infectadas; você compara o grupo que recebeu o placebo com o grupo que recebeu a vacina e calcula a eficácia. Quando você antecipa muito a avaliação da vacina, o número de pessoas infectadas vai decrescer, vai cair muito. Nós temos um especialista aqui na Mesa, o Dr. Werneck, que pode falar com mais propriedade que o poder estatístico dessa análise diminui muito. Então, o erro aumenta muito.

Eu acho que, neste momento, há um esforço geral, eu acho muito importante o Senado se posicionar, mas há dois pontos que eu acho muito críticos, que são: qual é o limite mínimo de aprovação de uma vacina para Covid-19 e qual vai ser a duração desse teste clínico para que a gente tenha um resultado confiável?

Dito isso, eu acho que são os dois pontos principais em que eu queria tocar. Eu acho que, se houver mais discussões – no caso, na eventualidade de nós termos uma vacina eficaz – de possíveis estratégias e de como nós vemos essa situação, nós estamos disponíveis para discussão aí para a frente.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e parabenizo o Senado pela relevância do tema e por trazer este assunto para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Dr. Gazzinelli.

Eu me esqueci, no início, de fazer as explicações que o Senador Esperidião Amin me recomendou. É justamente que esta Comissão não tem a finalidade de liberação de recursos. O decreto legislativo é bem claro: "Acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira". Então, muita gente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

interpreta que esta Comissão executa a parte orçamentária e também a gestão financeira. Não é de jeito nenhum. Houve até essas declarações inoportunas recentemente. A nossa Comissão é de acompanhamento fiscal – acompanhamento; não é para gestão orçamentária e financeira relacionada com a Covid.

Dando sequência à nossa audiência pública, eu passo a palavra ao Dr. Guilherme Werneck, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), pelo tempo de oito minutos.

O Dr. Guilherme está na sala? Eu não o estou vendo...

O SR. GUILHERME WERNECK – Estou na sala, sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não, doutor, está com a palavra.

O SR. GUILHERME WERNECK (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde a todos! Boa tarde, Exmo. Senador Confúcio, todos os outros Senadores e Parlamentares, colegas da Mesa!

Gostaria de reiterar as palavras do Dr. Ricardo Gazzinelli. É uma honra para a Associação Brasileira de Saúde Coletiva poder participar desta reunião, trazendo as suas impressões sobre o tema em questão.

É ótimo que eu possa falar posteriormente ao Prof. Gazzinelli, porque as questões levantadas pelo Prof. Gazzinelli são essenciais no sentido de nós entendermos as dificuldades para que uma campanha de vacinação seja implementada e consiga-se, em tempo hábil, vacinar a população brasileira.

Nós gostaríamos de abordar quatro pontos, já pensando no aspecto da operacionalização da campanha de vacinação, na medida em que nós tenhamos vacinas aprovadas. Então, nós já estamos pensando um pouco mais adiante, porque, obviamente, o plano de vacinação tem que estar pronto para o momento em que as vacinas estejam disponíveis.

A questão fundamental da vacina é que, na medida em que nós não temos muitos elementos para o controle dessa infecção, a vacina realmente é uma oportunidade para que nós consigamos proteger, digamos assim, uma parcela fundamental dessa população. Do nosso ponto de vista, são quatro os pontos principais que precisariam ser abordados e discutidos.

O primeiro é a discussão sobre quais vacinas. Acho que Ricardo Gazzinelli já mostrou as dificuldades de se obter uma vacina com alta eficácia rapidamente. Então, é natural, e assim tem sido feito no mundo, que aquelas medidas de eficácia mínimas que nós utilizávamos, 70% ou mais, sejam relativizadas ou relaxadas, na medida em que nós temos uma urgência sanitária. Mas isso tem implicações. Se nós aprovarmos uma vacina com eficácia de 60%, ela será, digamos, insuficiente para dar conta de alcançar a imunidade que nós gostaríamos na população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um aspecto importante que parece necessário esclarecer é que nós não deveríamos, penso eu, do ponto de vista da política de saúde, investir em apenas uma vacina. Isso é muito temerário. Primeiro, porque nós não sabemos a eficácia dessas vacinas; segundo, porque essas vacinas podem variar em eficácia de acordo com a faixa etária – uma vacina pode ser melhor para indivíduos mais jovens, outra pode ser melhor para indivíduos mais idosos. Portanto, investir em uma ou duas vacinas pode limitar, digamos assim, o alcance do nosso programa de prevenção. Então, do nosso ponto de vista, seria importante abrir espaço para avaliar diferentes tipos de vacina, obviamente seguindo critérios – e quem vai regulamentar e aprovar isso é a Anvisa – que permitam que outras vacinas sejam apresentadas para que deem conta, digamos assim, de uma série de questões ainda obscuras sobre a eficácia dessa vacina no futuro.

Bom, é importante também que seja esclarecida e discutida a incorporação dessas vacinas no Sistema Único de Saúde. Obviamente que não é só eficácia que é prioritária, que seja uma vacina que proteja a população; é importante que essa vacina tenha um custo razoável. E, nessas negociações que têm sido feitas – que têm sido feitas, inclusive, digamos assim, do meu ponto de vista, positivamente, com a Fiocruz, com o Instituto Butantã no sentido de transferência de tecnologia –, é preciso também que se deixe claro até quando esses custos mais baratos que estão sendo colocados vão perdurar e a quem cabe, por exemplo, definir qual é o limite de tempo para que os custos se mantenham ainda em custos humanitários.

O segundo ponto que nós entendemos diz respeito à organização e coordenação da vacinação. Do ponto de vista da Abrasco, essa coordenação precisa ser uma coordenação nacional, obviamente articulada com os entes federativos, mas deveria e deve estar, como aparentemente está, com o Programa Nacional de Imunizações. Para aqueles que não conhecem, o Programa Nacional de Imunizações, que tem mais de 45 anos, é um programa que pode ser considerado talvez maior programa, o mais bem-sucedido programa de controle de doenças do País, quiçá do mundo. Então, o Programa Nacional de Imunizações tem a estrutura, a experiência, as condições de implementar uma vacinação em massa na população, no Território nacional, com muita capacidade, digamos assim, e eficácia. Portanto, entendemos que é o Programa Nacional de Imunizações que tem que coordenar essas atividades e é importante, do nosso ponto de vista também, que esse conselho técnico que assessora o Programa Nacional de Imunizações busque incluir mais representantes da sociedade civil, das associações científicas, para que esse plano – que é um plano audacioso, certamente – consiga dar cabo daquilo que nós queremos, que é vacinar o máximo de pessoas da população.

O terceiro ponto, que eu entendo que é um ponto mais técnico, é quem vai ser prioridade na vacinação. Também, do nosso ponto de vista, essa é uma questão sanitária. Quem deve ser vacinado inicialmente, na medida em que nós não teríamos nem logística, nem vacinas suficientes para vacinar toda a população brasileira imediatamente? É preciso, então, definir quem serão esses grupos prioritários. E, no nosso ponto de vista, essa definição tem que ser baseada no critério sanitário: maior risco de infecção





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e maior risco de morte. Profissionais de saúde, profissionais que trabalham na área da saúde, mas não necessariamente profissionais de saúde, ou seja, maqueiros, ambulâncias, seguranças que trabalham na emergência, os idosos e aqueles que têm as morbidades que favorecem um desfecho mais negativo da Covid.

E, por fim, a questão operacional logística, que é fundamental também. Nesse ponto, eu queria salientar dois aspectos. Um aspecto que está sendo divulgado é se seria necessário ou razoável exigir uma identificação desse indivíduo que vai ser vacinado, como o CPF, por exemplo. Do ponto de vista epidemiológico e sanitário, a gente até entende esse aspecto, porque isso facilita a eficiência do programa, evita que a pessoa seja vacinada mais de uma vez com diferentes vacinas, mas, claramente, a exigência de uma identidade vai dificultar a cobertura e pode gerar mais iniquidade, porque uma parcela da população pode não ter, digamos, acesso a esses documentos. Isso pode levar à perda de oportunidade de vacinar e a aglomerações na hora da vacina, porque se tem que apurar documento, verificar documento. A gente entende a importância, mas, do ponto de vista sanitário, nessa emergência, a gente entende que não deveria ser obrigatória a apresentação dessa identificação.

Por fim, nós entendemos que é importantíssimo iniciar um programa de comunicação público, fundamental, esclarecendo a importância da vacina não só em termos individuais, mas coletivos, mostrando que a vacina pode não ser solução que vá resolver o problema, mas é uma potencial solução que, associada a outras medidas de prevenção, pode nos levar paulatinamente a uma saída dessa emergência sanitária e a uma saída, de certa forma, para o problema econômico, e que possa aceder também a essa de comunicações de combater de forma ativa *fake news* contra as vacinas.

Então, eram esses aspectos que eu gostaria de falar.

Agradeço, novamente, em nome da Abrasco, essa oportunidade e estou à disposição para perguntas eventuais que surjam posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Dr. Guilherme Werneck, da Abrasco. Agradecido pela sua apresentação.

Passo a palavra, a seguir, ao Dr. Jorge Callado, Presidente do Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná, que desenvolve, em parceria com o governo russo, laboratórios russos, a vacina conhecida – entre aspas – como "Sputnik V". Então, passo a palavra ao Dr. Jorge Callado pelo tempo de oito minutos. *(Pausa.)*

O senhor pode falar, Dr. Jorge. Não estamos ouvindo.

O que está havendo com ele?

Deve ser seu áudio, Jorge. Dê uma olhadinha aí. Nós não estamos ouvindo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Conseguiu, Dr. Jorge Callado? É o microfone seu que está fechado. Seu microfone está fechado. Veja se abre o microfone.

Dr. Jorge, vou passar à frente um. Libere o seu áudio, Dr. Jorge Callado.

Ele não está conseguindo.

Eu vou passar um à frente enquanto o senhor conversa com a nossa assessoria.

Eu vou passar a palavra para Adriana Regina Farias Pontes Lucena, Coordenadora-Geral Substituta do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde. Com a palavra a Sra. Dra. Adriana Regina pelo tempo de oito minutos.

A SRA. ADRIANA REGINA FARIAS PONTES LUCENA – Olá. Boa tarde a todos!

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo bem, muito bem.

A SRA. ADRIANA REGINA FARIAS PONTES LUCENA (Para expor.) – Ótimo.

Então, eu quero, inicialmente, agradecer ao Senador Confúcio e cumprimentá-lo, cumprimentar todos os presentes, os Parlamentares e os convidados. Agradeço, em nome do nosso Secretário Arnaldo, a nossa presença.

Eu vou projetar aqui rapidamente, Senador, uma apresentação nossa para trazer um pouco da proposta de trabalho que o ministério está fazendo com relação ao plano para operacionalização dessa campanha de vacinação. Só um instante. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Compartilhe a tela, Dra. Adriana.

A SRA. ADRIANA REGINA FARIAS PONTES LUCENA – Isso. Eu estou tentando, Senador. Está dando aqui bloqueado, e eu não estou conseguindo.

Se eu conseguir, eu vou falar, mas...

Eu vou conseguir, só um instante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Conseguiu? *(Pausa.)*

A senhora pode ir falando, Dra. Adriana, enquanto a menina vai ajudando a senhora.

A SRA. ADRIANA REGINA FARIAS PONTES LUCENA – Isso.

Conseguem ver?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom. Agora ficou bacana.

A SRA. ADRIANA REGINA FARIAS PONTES LUCENA – Perfeito, então.

Vou ultrapassar um pouco o tempo, mas é importante para a gente mostrar aqui nosso o trabalho que vem sendo desenvolvido com as sociedades e com as instituições.

Então, dentro desse plano em que a gente vem trabalhando no Ministério da Saúde, o objetivo geral é contribuir para a redução da morbidade e da mortalidade pela Covid-19, bem como a sua transmissão na população. E os objetivos específicos são: vacinar os grupos prioritários com maior risco de desenvolvimento de complicações e óbitos pela doença e também vacinar a população com maior risco de exposição e transmissão do vírus, lembrando que a proposição e a definição do plano vão se basear a partir desses cenários epidemiológicos, mas também dos resultados que essas vacinas que estão em estudo apresentarem para que a gente possa definir qual é o direcionamento desses grupos prioritários.

Nessa estratégia de vacinação, a gente vai acompanhar e avaliar a eficácia das vacinas, qual é a indicação em diferentes idades e grupos de risco; a segurança de administração também dessas vacinas por idades e grupos também; qual efeito que essas vacinas vão apresentar, quais os resultados desses efeitos de proteção na população; e também, a depender, as características que a doença apresentar e sua dinâmica de transmissão. Tudo isso vai nos direcionar na definição dos grupos e nas estratégias de vacinação.

Para a construção desse plano de operacionalização, foi instituído pelo Ministério da Saúde, pela SVS, a Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis, que tem como competências contribuir nas discussões necessárias para a proposição desse plano nacional, que vai ter a definição dos grupos prioritários e também das estratégias de vacinação; e também terá um papel de acompanhar, juntamente com a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações, o desenvolvimento e desenrolar desse plano pós-elaborado e apoiar nas adoções das estratégias para alcance dos grupos prioritários que serão elencados.

As instituições envolvidas na elaboração desse plano: além de áreas de secretarias e coordenações do Ministério da Saúde, também são a Anvisa, INCQS, Fiocruz/Bio-Manguinhos, Butantan, Tecpar, Conass e Conasems, além das Sociedades Brasileiras de Imunologia, de Infectologia e de Imunizações, e também participam os Conselhos Federais, os representantes dos Conselhos de Medicina, Enfermagem e Farmácia, o Médicos Sem Fronteiras, diversos especialistas *ad hoc* e também a Associação de Medicina Intensiva.

Então, todo esse grupo, junto com a equipe do PNI e outras áreas do ministério, está trabalhando em eixos, para a gente poder desenvolver esse plano de operacionalização. São dez os eixos prioritários, e vou apresentar rapidamente para vocês o andamento de cada um deles. Nós, juntamente com esses especialistas e instituições, estamos trabalhando para poder elaborar e definir esse plano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, foram realizadas duas reuniões, em agosto e em setembro, para a definição da participação desses especialistas, de em quais eixos eles iriam se incluir, e para a definição dos pontos focais do Programa Nacional de Imunizações, direcionando as atividades desses grupos.

Então, no primeiro grupo desse eixo de construção do plano, temos o eixo "Situação epidemiológica da Covid-19 e definição da população-alvo". Esse será o grupo que irá definir, a partir de embasamentos do estudo desse grupo de especialistas e também dos demais grupos, quais serão os grupos prioritários que receberão a vacina contra a Covid e também como serão estabelecidas as etapas de vacinação no País. Esse trabalho já se iniciou e vai se desenrolar durante toda essa construção. Esses especialistas vão trabalhar analisando os antecedentes da situação epidemiológica da Covid no Brasil e no mundo, a revisão bibliográfica de populações mais vulneráveis para agravamento e óbito pela doença e também situações específicas de populações, como populações indígenas, profissionais de saúde e pessoas com comorbidades, para a identificação das prioridades. Já foi realizada uma reunião no dia 6 de outubro com esses especialistas para nortear as ações e estratégias a serem desenvolvidas nesse eixo. E uma próxima reunião será realizada no dia 30 de outubro para a apresentação dos prováveis cenários e propostas, para a definição inicial dos grupos prioritários.

O segundo eixo de atuação é o da "Atualização das vacinas em estudo". Nesse eixo, esses grupos, esses especialistas vão elaborar um documento para nortear a definição dos grupos. Eles irão acompanhar e descrever as características das vacinas que estão em estudo, que estão em estudos mais avançados, avaliando os resultados que eles apresentaram, quais os grupos etários indicados, o licenciamento dessas vacinas, qual o esquema de vacina, a via de administração, a temperatura de conservação – isso também influenciará toda essa logística no País. Foi desenvolvida, até então, uma reunião com os especialistas para a apresentação desse documento para nortear a definição dos grupos prioritários. E, no dia 29/10, será realizada uma apresentação preliminar dessa proposta desse documento nesse Eixo 2.

O Eixo 3 é o eixo da "Operacionalização". Esse eixo vai nortear e definir todo o planejamento para a aquisição e distribuição das vacinas e dos insumos no País. Também será elaborado um informe técnico dessas estratégias de vacinação, considerando a existência de postos fixos no País e também a vacinação extramuros e em áreas de difícil acesso. Também será responsável pela capacitação e orientação dos profissionais de saúde. Também trabalhará a questão da Rede de Frio, de acondicionamento dos imunobiológicos, e o gerenciamento de resíduos. Já foi realizada uma reunião desse grupo de operacionalização para traçar as buscas e pesquisas necessárias para a definição das estratégias e também a elaboração dessa proposta inicial do plano para a operacionalização. No próximo dia 22 de outubro, haverá uma nova reunião desse grupo, em que será realizada uma apresentação inicial da proposta, do que poderá ocorrer na operacionalização da vacinação no País.

O quarto eixo que também está sendo trabalhado é a "Farmacovigilância", que está relacionada aos possíveis eventos adversos pós-vacinação. Então, esse grupo vai estabelecer orientações sobre o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerenciamento e monitoramento desses – como a gente chama – EAPV, e também vai ser responsável por orientar os profissionais de saúde em todas as esferas do SUS sobre a notificação e investigação dos eventos adversos pós-vacinação contra a Covid. E uma primeira reunião desse grupo desse eixo acontecerá agora em outubro para definição das atividades iniciais relacionadas aos eventos adversos pós-vacinação.

O quinto eixo é o "Sistema de informação". Para que a gente possa ter informação sobre a vacinação da população e sobre também possíveis eventos adversos, está em elaboração um *site* de campanha. Nesse *site*, vai constar o registro de vacinação da população, que será nominal e individual; também haverá um sistema para notificação de eventos adversos pós-vacinação, que está sendo elaborado pelo Datasus, que tem parceria e atuação junto com o PNI; e também vai haver um "vacinômetro", que vai ser um painel de monitoramento e avaliação em que vai ser possível avaliar e observar o andamento da vacina no País.

Então, em outubro, existem reuniões diárias e semanais entre os grupos – entre o Datasus, entre o Demas e o PNI – para acompanhar a elaboração desse sistema e desses painéis e, em novembro, há a proposta de ter uma conclusão desse sistema e desses painéis, para que, quando vier a vacina, a gente já tenha isso disponibilizado para a rede, para que eles possam utilizar esse sistema.

O sexto eixo é o de "Monitoramento, supervisão e avaliação", porque, durante a ação de vacinação já propriamente dita, terão que ser feitas as supervisões de monitoramento de como anda a vacinação no País. Então, serão programadas ações para essas estratégias de vacinação, para que se possa saber quais estratégias a serem adotadas para alcançar a população alvo e os grupos prioritários. E aí uma primeira reunião vai acontecer agora no dia 25 de outubro.

O sétimo eixo é o de "Estudos para monitoramento pós-marketing". Após o licenciamento da vacina, precisarão ser feitos estudos complementares, o que inclui custo-efetividade, impacto da vacinação, segurança das vacinas, dentre outros. E aí a gente vai ter esse grupo que elaborará e construirá quais os estudos para que a gente possa ter mais informações dessa vacina e do efeito que ela vai ter sobre a população.

O oitavo eixo é o "Monitoramento de orçamento". A gente também vai estar sempre atuando e atualizando os recursos que estão sendo empregados, seja com aquisição de imunobiológico, seja com a aquisição de insumos, seja com a estruturação da Rede de Frio.

O nono eixo é o de "Comunicação". Esta também vai ser uma atividade contínua, atividade de estratégia de divulgação e chamamento da população alvo para vacinação.

O décimo eixo é o "Encerramento da campanha de vacinação". Então, vamos ter avaliação dos resultados da campanha, descrever os...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Adriana.

O restinho que faltou para concluir, a senhora, durante as perguntas, encaixa essa fração que ficou sem falar.

Eu passo a palavra... O Dr. Jorge Callado ainda não conseguiu acessar...

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Já está aí pronto?

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO – Já estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Parabéns!

Dr. Jorge Callado, Presidente do Instituto Tecnologia do Paraná (Tecpar), que, em parceria com o Governo russo e laboratórios russos, desenvolve a vacina Sputnik V.

Com a palavra V. Exa., Dr. Jorge Callado.

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Confúcio. Agradecemos a oportunidade de participar deste evento e, cumprimentando o senhor, cumprimentamos todos os Parlamentares e todos aqueles e aquelas que nos acompanham nesta tarde.

Nós tivemos, inicialmente, uma questão com o áudio em função de duas conexões: uma estava liberando o som, e a outra, não. Por isso, houve aquele pequeno problema, mas vamos aproveitar o nosso tempo aqui.

Conforme já falado por todos que nos antecederam, este é um momento de desafio, um momento bastante importante para a Nação. E o Tecpar (Instituto de Tecnologia do Paraná) – quero só relembrar um pouco – somos um instituto de 80 anos de fundação. Temos uma tradição na área de saúde, tecnologia e inovação, e tivemos a oportunidade, via Governo do Estado do Paraná, via Embaixada da Rússia, de formalizar uma parceria com o fundo russo de desenvolvimento e com o Instituto Gamaleya, que são os detentores da tecnologia.

É importante, nessa fase, todos nós relembrarmos que temos que manter prudência, buscar segurança, eficácia dos imunizantes que podem estar à disposição da população, lembrando, antes de mais nada, que ciência não queima etapas. O momento é de aflição de todos em acelerar alguns processos, mas todas as fases devem e deverão ser cumpridas até pela segurança dos produtos. É importante que o País tenha três, quatro, cinco alternativas de imunizações e que, ao mesmo tempo, reforce o seu parque industrial da saúde para que haja produção no Brasil, uma transferência de tecnologia no Brasil. Esse é um fato importante. Por isso, há a presença de laboratórios públicos e laboratórios privados nessa questão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relembrando um pouco aqui os fatos, foi assinado memorando de entendimento com o Governo do Paraná e o fundo russo de desenvolvimento. Na sequência, o Governo do Estado, por um decreto, criou uma comissão entre várias instituições para acompanhar o desenvolvimento e a ação na questão das vacinas. Na sequência, o Tecpar assinou um termo de confidencialidade com o fundo russo de desenvolvimento para iniciar os trabalhos técnicos. Passamos uma parte bastante diferenciada: a população, a mídia sempre gostaria de saber dos resultados de fase 1 e 2 que estavam ocorrendo na Rússia, e, pela confidencialidade, nós não podíamos informar até então, mas, com a publicação na revista *The Lancet*, que acabou ocorrendo, muitas dúvidas por parte da comunidade científica acabaram sendo sanadas. É claro que as dúvidas sempre existem, e as fases em teste estão para... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Dr. Jorge Callado, nós não estamos... Está havendo uma lentidão. Volte um pouquinho na fala, porque nós ficamos um tempinho sem conseguir escutar o senhor.

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Conte um minuto e volte a falar, por favor.

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO – Então, voltando aqui.

O Governo do Estado do Paraná firmou um memorando de entendimento com o fundo russo. Isso ocorreu após reuniões com a Embaixada da Rússia no Brasil e a Casa Civil do Paraná.

Está o.k. o som?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem. O senhor pode continuar.

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO – O.k.

Na sequência, o Governo do Estado do Paraná editou um decreto com um grupo interinstitucional para acompanhar o desenvolvimento da questão da vacina no Estado do Paraná. Nós fizemos um termo de confidencialidade, fazendo um histórico rápido, com o fundo de desenvolvimento russo que é o detentor da tecnologia, para que as tratativas técnicas fossem iniciadas. Muitas informações, à época, não estavam divulgadas. Nós tínhamos algumas informações, mas, pelo tratado de confidencialidade, não podíamos divulgá-las. Se bem que, chegando ao momento em que a revista *The Lancet* lançou os resultados da fase 1, fase 2, e foram resultados bem interessantes, com baixas reações adversas, uma resposta imunológica... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A sua conexão...

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO – ... linfócitos T4.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E é o momento agora de o Brasil se preparar para fazer a fase 3, que é a fase maior, uma fase importantíssima para que se garanta a segurança e o potencial de imunização.

Dentro dessa sequência, o Governo Federal também, de forma muito proativa, criou um grupo de trabalho na Casa Civil para acompanhar o desenvolvimento das vacinas no País, a Resolução nº 8, de 9 de setembro de 2020.

Então, só para colocar, repetindo, que é um processo coordenado, é um processo planejado, e nós estamos sendo acompanhados, tendo apoio e orientação do Ministério da Saúde.

Falando um pouco sobre a proposta da vacina Sputnik, a intenção é ter a fase 3 no Brasil, para que se tenha a aprovação da Anvisa para iniciar essa fase, depois possivelmente um possível registro no Brasil também... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Dr. Jorge está tendo um problema de internet. Dr. Jorge Callado, sua conexão não está boa. Vamos ver se consegue... Congelou sua imagem, Dr. Jorge. Eu vou paralisar aqui também. O senhor me desculpe ter que passá-lo para trás mais uma vez.

Vamos passar então a palavra para...

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO – Voltando, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então vamos lá!

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO – O tempo zerou aqui. Estamos voltando e já encerrando.

Então, sobre esse diferencial tecnológico, muitas vezes perguntam por que o Paraná buscou essa parceria e houve esse encontro entre Rússia e Paraná. Nós definimos isso em função da proposta inovadora da vacina Sputnik, por isso o Tecpar até então acompanhou esse processo e busca essa parceria. Agora, é claro que as definições finais em relação a testes de fase 3 e assim por diante dependem dos órgãos regulatórios, do Conep, da Anvisa e, antes de mais nada, das estratégias estabelecidas pelo detentor da tecnologia, que é o fundo russo, Instituto Gamaleya.

Então, estamos nesta fase agora, a pré-fase 3, mas existem algumas definições que devem vir ainda por parte do fundo russo, principalmente quanto à dominialidade de registro e assim por diante. É importante que o Brasil traga a tecnologia para seu território e não fique apenas como repassador de tecnologia, mas que desenvolva, aprenda e que isso possa ampliar todo o desenvolvimento tecnológico do País.

Então, essa seria uma breve explanação sobre essa proposta, e eu fico à disposição dos senhores para maiores esclarecimentos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, doutor. O Dr. Jorge Callado é também membro do Comitê Técnico Interinstitucional de Cooperação para Pesquisa, Desenvolvimento, Testagem, Fabricação e Distribuição de Vacina contra Sars-CoV-2 (Covid-19), do Estado do Paraná.

Agora, eu passo a palavra ao Dr. João Gabbardo, representando o Governo do Estado de São Paulo, Secretário-Executivo do Centro de Contingência do Combate ao Coronavírus do Governo de São Paulo.

Dr. João Gabbardo com a palavra. *(Pausa.)*

Dr. João Gabbardo. Ele estava aí. Eu o estava vendo agora mesmo.

Ele estava aí. Há um minutinho eu me encontrei com ele. *(Pausa.)*

Bem, vamos, então. O Gabbardo não está.

Agora eu vou passar para Marco Krieger, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Dr. Marco Krieger com a palavra.

O SR. MARCO AURELIO KRIEGER (Para expor.) – Boa tarde a todos. Em nome da Fundação Oswaldo Cruz, gostaria de agradecer o convite de estar aqui e poder apresentar as nossas iniciativas associadas ao campo da vacina.

Eu também preparei uma apresentação muito rápida, só para contextualizar um pouco esse nosso trabalho, e vou rapidamente aqui compartilhar, tentar ficar nos oito minutos, que são o tempo indicado.

Em primeiro lugar, a gente tem que reforçar alguns pontos que oportunamente já foram tocados aí pelos colegas, principalmente pelo pesquisador da Fiocruz, Presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia, Gazzinelli, e pelo Werneck.

Nós precisamos ter algumas responsabilidades. Estamos tratando com uma nova doença e ainda temos acúmulos de conhecimento a serem enfrentados. Mas nós temos uma premissa de acelerar a fase da pesquisa do desenvolvimento tecnológico e também dos estudos clínicos. Mas essa aceleração não pode estar descolada de alternativa segura de avaliação e registro, mesmo que em caso de enfrentamento de uma emergência sanitária.

Além desses desafios todos que por si só já são gigantescos – uma nova doença, uma aceleração inédita da pesquisa no desenvolvimento tecnológico dos estudos clínicos, alternativas seguras –, nós devemos também pensar na dificuldade de obter bilhões de doses de vacina; então, as dificuldades do escalonamento e da antecipação da produção. E no nosso caso, também assegurar esse acesso equitativo e sustentável da vacina.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a Fiocruz fez, então, desde março, foi avaliar as diferentes propostas de vacina que estavam sendo desenvolvidas dentro da Fiocruz, no Brasil, mas também com a obrigação com a sociedade brasileira de buscar acompanhar as vacinas que já estavam numa fase mais avançada, clínica. Então, apesar de continuarmos apoiando nossos projetos, nós identificamos aí... Na época, eram vinte e poucas vacinas, e colocamos numa matriz de avaliação que contava a plataforma tecnológica, em qual fase clínica esse produto estava, qual era a capacidade de nós termos uma negociação; e muito importante também, caracterizando o papel tecnológico da Fiocruz, que não é um comprador do Ministério da Saúde, mas, sim, uma instituição tecnológica que tem uma capacidade de produção e que deveria, então, colocar esse recurso adicional, que é uma capacidade de produção, à disposição desse enfrentamento.

Então, essa matriz acabou apontando para que a plataforma desenvolvida na Universidade de Oxford, neste momento já em coordenação global da AstraZeneca, fosse selecionada por vários motivos: porque nós podíamos rapidamente iniciar a produção, foi a primeira que entrou em fase clínica três e tinha já resultados preliminares muito importantes.

Como eu mencionei, nós tínhamos a infraestrutura já pronta. Então, nós esperamos. No nosso contrato está assinado que nós vamos iniciar a produção ainda em dezembro. Nós vamos ter que trabalhar fortemente para isso, mas a ideia é que a gente consiga iniciar essa produção em dezembro, a produção dos lotes que são os lotes para obtenção do registro. Toda vacina vai ser incorporada no Brasil através da produção nacional. E, após isso, então, nós em janeiro já teremos a produção industrial e a capacidade de finalizar o nosso processo de submissão.

Falando rapidamente porque essa vacina estava numa fase tão avançada. Ela é uma vacina de uma nova plataforma tecnológica de vetores virais, que foi desenvolvida na Universidade de Oxford. É um adenovírus de chimpanzé. Então, o nome é ChAdOx-1, de Chimpanzé Adenovírus de Oxford nº 1. Essa plataforma já tinha sido utilizada para o desenvolvimento rápido de outras vacinas, para o desenvolvimento de uma vacina para um outro coronavírus, de um surto recente que nós tivemos, um surto de Mers, e tinha mostrado, então, capacidade de induzir resposta imune, com anticorpos neutralizantes e respostas celulares em modelos animais, camundongos, em primatas não humanos, e também, em fase clínica um e dois, em humanos. Então, já tinha uma bagagem bastante grande e avançada.

Esses vetores derivados de adenovírus estão sendo aposta de várias empresas. Só para vocês terem uma ideia, hoje, das 35 vacinas em estágio clínico, oito são baseadas nessa tecnologia; e, das oito que estão em fase clínica três, quatro utilizam esses vetores não replicativos, derivados de adenovírus.

Nós tivemos os primeiros resultados já dessa vacina para coronavírus publicados: um número significativo de um estudo 1/2, com mais de mil voluntários, que mostrou que uma dose era capaz de induzir esse tipo de resposta celular e também 90% era capaz de induzir a produção de anticorpos séricos. Também foi feito um pequeno braço com duas doses, que mostrou um desempenho um pouquinho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superior, mas os resultados clínicos importantes sobre a eficácia, como foi mencionado pelo Gazzinelli, ainda estão vindo a caminho.

Nós hoje temos esse projeto. Uma das vantagens que eu mencionei ali foi o avanço dele nos estudos clínicos. Ele iniciou, então, em 23 de abril, o estudo clínico fase 1/2, já com mil voluntários. No dia 20 de maio foi iniciado também no Reino Unido um estudo fase 2/3, com 12 mil. O Brasil foi o primeiro país fora do Reino Unido a iniciar uma fase clínica. Hoje estamos chegando perto dos 10 mil. Temos também estudos que estão ocorrendo em outros sete países.

Eu saliento aqui África do Sul e Índia, que são países onde temos uma circulação elevada de vírus. Isso aumenta a chance estatística de a gente poder ter esse resultado de eficácia de forma mais célere.

O que foi então negociado com as agências sanitárias é que vai ser feito então um *pool* de todos esses diferentes ensaios que estão sendo feitos no mundo. A gente tem dados que estão sendo coletados já desde abril que podem permitir que a gente tenha aí – nossa expectativa é no mês de novembro – a capacidade de fazer um registro bastante seguro, um registro ainda emergencial, porque normalmente se espera um ano da fase três até que se possa acompanhar aspectos que foram salientados. Mas já está, então, defendido por várias agências regulatórias, inclusive pela OMS, que um registro emergencial pode ser dado com base em estudos que tenham a garantia estatística de sua relevância.

Nosso cronograma está sendo cumprido de uma maneira dentro da nossa expectativa. Nós começamos essa prospecção juntamente com o Ministério em maio. Em junho já assinamos uma manifestação de interesse e o memorando em entendimento com a empresa em julho. Tivemos então o apoio do Legislativo e do Governo Federal numa medida provisória para financiar uma encomenda tecnológica. Como eu salientei, nosso projeto é tecnológico. Ele visa iniciar com a produção da vacina no Brasil, não é um projeto de aquisição, e o mecanismo utilizado foi conseguir, então, trabalhar nesse modelo de uma tecnologia ainda em desenvolvimento através da encomenda tecnológica que foi assinada em setembro. Ainda em setembro, iniciamos o processo de submissão contínua, uma nova modalidade com a Anvisa – no último dia de setembro, é verdade –, mas é importante salientar que isso foi feito de forma paralela com a autoridade sanitária do Reino Unido e da comunidade europeia. A nossa expectativa é realmente conseguir consolidar esses estudos clínicos que começaram desde abril, maio e junho agora, no próximo mês de novembro, para que possamos então, em dezembro, fazer a produção dos lotes de consistência e termos em janeiro a submissão final desse processo contínuo – o último pacote, que é o pacote de manufatura e produção no Brasil –, para então fazermos a produção industrial. Temos uma estimativa de entrega a partir de fevereiro já, com o registro desse processo contínuo de uma submissão mais rápida.

Só para finalizar, eu queria salientar alguns pontos desse nosso projeto que são muito importantes. Primeiro é que toda essa operação está sendo feita a preço de custo, uma vacina cujo custo estimado é de US\$3,16 totalmente dedicada à distribuição pelo Programa Nacional de Imunizações. E temos um total





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previsto para o ano de 2021 superior a 200 milhões de doses, 100 milhões de doses na fase 1, em que incorporaremos primeiro parte do processo tecnológico – que é formulação, processamento final, envase, controle de qualidade – e, no segundo semestre, já incorporando totalmente a produção do IFA também...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Marco Krieger, da Fiocruz.

Eu vou aproveitar o quórum existente neste momento para aprovação de uma ata, um procedimento burocrático de rotina.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 35ª Reunião, solicitando aos Parlamentares membros e suplentes a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Muito bem. Dando seguimento, eu vou fazer uma inversão aqui. Já falou o Dr. Jorge Callado, da vacina Sputnik e o Dr. Marco Krieger, da vacina Oxford. Agora, eu passo a palavra para ouvir o Butantan, Raul Machado Neto.

O Dr. Raul Machado Neto se encontra presente? *(Pausa.)*

Dr. Raul Machado Neto, representando...

O SR. RAUL MACHADO NETO – Sim. Boa tarde, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Boa tarde! Boa tarde, doutor!

O senhor pode falar pelo tempo de oito minutos.

O SR. RAUL MACHADO NETO – Boa tarde, Senador! Eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar.

O SR. RAUL MACHADO NETO (Para expor.) – Boa tarde, Senador! Eu cumprimento também os demais Senadores, convidados e colegas de outras instituições que estão trabalhando nesse grande desafio de promover a proteção à população brasileira... *(Falha no áudio.)* ... é uma instituição centenária. Estaremos comemorando, ano que vem, 120 anos.

O Butantan é uma instituição que trabalha com o processo de inovação, de criação de conhecimento e desenvolvimento de produto, numa fabricação em escala que está crescente nos últimos anos, como a gente bem sabe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho muito a concordar com tudo que foi falado. Todas as preocupações são absolutamente pertinentes, as preocupações com a transparência, as preocupações com as informações que possam advir dos processos produtivos, dos ensaios clínicos que estão em andamento e com a segurança e eficácia da vacina. Eu não tenho dúvida de que é bastante necessário que esses pontos estejam na atenção de todos que acompanham.

A vacina que o Butantan instaura aqui da China tem uma plataforma bastante conhecida. É uma vacina de inativação de vírus. Nós utilizamos as partículas no processo de inativação. É uma vacina que tem um desenvolvimento bastante eficiente, tem mostrado números de imunogenicidade de 97%, o que é bastante desejável, e apresenta a capacidade de se manter ativa em temperaturas que podem perfeitamente condizer com o processo de logística que nós temos disponível no Programa Nacional de Imunizações.

Nós teremos 6 milhões de vacinas chegando prontas para a utilização e mais 40 milhões, até o fim do ano, em dezembro, que serão envasadas no Butantan.

O Butantan, assim como a Fiocruz, tem um processo de incorporação de tecnologia acoplado a essa parceria da Sinovac.

Nós temos uma parceria que começa com essa vacina da Covid-19, mas nós estamos programando outras atividades conjuntas com outros produtos em um desenvolvimento bilateral.

Essa parceria tem se mostrado bastante produtiva e nós temos a responsabilidade de um ensaio clínico que está hoje espalhado por 15 centros do País e que vai atingir, ao final do processo, 13 mil voluntários. Trata-se de um protocolo que foi publicado, inclusive.

Onde é que foi publicado?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *Trials*.

O SR. RAUL MACHADO NETO – Na *Science*?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *Trials Journal*.

O SR. RAUL MACHADO NETO – *Trials Journal*.

E ele também foi adotado por outras parceiras da Sinovac em outros centros, como, por exemplo, o Chile, que adotou inteiramente o protocolo desenvolvido dentro do Butantan sob a coordenação do Prof. Ricardo Palacios.

O que nós temos como prognóstico de incorporação dessa vacina, como incorporar a tecnologia dessa vacina, e o processo de adaptação de uma estrutura que nós já temos. A tecnologia é uma tecnologia em que já há domínio no Butantan e o ambiente produtivo está sendo adaptado dentro de uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

estrutura que nós já temos. Nós esperamos, para o segundo semestre do ano que vem, uma capacidade de produção em torno de 100 milhões.

Na fase em que nós estamos, a fase 3, os resultados, claro, são resultados que ainda estão cobertos, em sigilo, como todos devem saber, e nós esperamos o término desse procedimento para bem próximo. Sei que existe uma possibilidade de algumas alterações, como todos bem sabem, mas nós estamos conscientes e bastante entusiasmados com esse desenvolvimento clínico que está em andamento.

Eu acho que é o que nós tínhamos a falar.

Tem mais alguma coisa, professor?

O João Gabbardo acabou de passar uma mensagem dizendo que teve um compromisso e pediu para que eu falasse também em nome do Governo do Estado de São Paulo, um esclarecimento que eu tenho de falar em nome do Governo de São Paulo.

O Instituto Butantan, apesar de ser uma instituição do Estado de São Paulo, uma instituição da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, ela trabalha para o Brasil. Nós somos o principal fornecedor de vacinas do sistema federal, do sistema do Ministério da Saúde, e o que nós temos de produção, o que nós temos de atividade é a serviço da vida, é para o País.

Eu acho que eu gostaria de muito mais atender às demandas dos ilustres colegas Senadores e eu pararia por aqui.

Muito obrigado pela oportunidade de contar com a participação do Butantan.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Raul Machado Neto.

Justamente nós convidamos para esta grande reunião especialistas de diversos institutos e organizações para nos ajudarem a fazer a história da vacinação no Brasil. É extremamente importante o que eu ouvi aqui e todos os Parlamentares, Senadores e Deputados desta Comissão, que somos em número de 12. São seis Senadores e seis Deputados, com igual número de suplentes. Nós estamos torcendo muito para que as vacinas possam ser desenvolvidas e comparadas no decorrer do tempo. Nós ficamos extremamente felizes com as apresentações.

Agora, vamos fechar essa série de palestras, de audiências com Juvenal de Souza Brasil Neto, que é Diretor-Adjunto da Anvisa, representando o Dr. Antonio Barra Torres, que é o Diretor-Presidente. Então, para se fechar este ciclo e logo depois os Parlamentares fazerem os seus questionamentos, eu passo a palavra ao Dr. Juvenal de Souza Brasil Neto, pelo tempo de oito minutos.

Juvenal, com a palavra.

O SR. JUVENAL DE SOUZA BRASIL NETO – Boa tarde!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo muito bem. Pode falar.

O SR. JUVENAL DE SOUZA BRASIL NETO (Para expor.) – Antes de mais nada, pedimos desculpa pela ausência do nosso Diretor-Presidente Substituto, que teve um compromisso de urgência. Espero poder atendê-los nesta brilhante reunião, muito importante para o momento que estamos vivendo.

Agradeço a oportunidade que estão dando à agência, agradeço ao Exmo. Sr. Senador Confúcio, a todos os Senadores que estão nos ouvindo, às Senadoras, aos Deputados. Esperamos poder contribuir neste trabalho.

Eu estava aqui observando a fala dos nossos convidados e anotei algumas dúvidas e questionamentos que todos, de maneira geral, têm.

Vou começar falando que hoje, dentro da agência reguladora, da Anvisa, nós temos quatro protocolos em andamento para a aprovação de possíveis vacinas. Nós temos o do laboratório AstraZeneca, da Universidade de Oxford; a Sinovac, do Instituto Butantan, que acabou de se pronunciar; temos o da Pfizer-Wyeth e da Janssen-Cilag.

O da Janssen-Cilag neste momento está interrompido em função de efeito adverso nos Estados Unidos. Em função de sigilo no processo nós não sabemos ainda qual foi o efeito adverso e ainda estamos sem definição de prazo de retorno de estudo para a vacina da Janssen.

Então, temos hoje esses quatro protocolos no País, aguardando ansiosamente por mais outros protocolos que já estão se delineando no horizonte. Já fizemos algumas reuniões com o Tecpar em relação à vacina russa. Enfim, há muitos outros que já estão manifestando interesse em aumentar essa lista que tanto é necessária neste momento para o País.

Dessas quatro que eu tenho aqui, como vocês já sabem, duas têm transferência de tecnologia para Bio-Manguinhos e para o Instituto Butantan, as outras duas, não: na da Pfizer e na da Janssen não há transferência de tecnologia. Esse é o cenário atual dentro da agência regulatória.

A outra dúvida que foi levantada aí pelos senhores é em relação à questão de eficácia. Não existe um parâmetro fixo de percentual de eficácia. Usualmente 70% é o parâmetro usado, mas, em função do contexto que vivemos, existe a possibilidade de uma revisão para 50% de eficácia. A própria OMS já fala nesses números. O órgão regulador americano, o FDA, também já está trabalhando com a possibilidade de 50% de eficácia. É evidente que todos nós ansiamos por uma eficácia mais elevada, mas isso também não significa que nós tenhamos uma imunização da população maior ou menor em função desse número, o.k.? Se for o caso da flexibilização para um número menor, por exemplo de 50%, a gente tem que ver o balanço do risco-benefício – isso tem que estar muito claro nesse caso – para que a gente possa aceitar números menores que o usual adotado. Acredito que esse é o panorama atual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos abertos a novos pedidos de protocolo, lembrando que são etapas: a primeira etapa é a aprovação do estudo; a segunda etapa é o registro da vacina. Todos os órgãos envolvidos aí nesse processo estão perfeitamente cientes disso.

Sobre os prazos que foram falados aí também são os prazos que nós esperamos que a coisa aconteça, isto é, final do primeiro semestre do ano que vem, que é a nossa previsão, mas não podemos marcar uma data, haja vista o exemplo anterior do efeito adverso com a da AstraZeneca, que felizmente retornou rapidamente, e também o efeito adverso na da Janssen-Cilag, que estamos vendo, e ainda não temos previsão de retorno. Então, torcemos para que, no primeiro semestre do ano que vem, tenhamos aí já um produto viável e que outros venham também, porque não significa que, por eles estarem chegando agora, eles chegarão atrás desses outros que estão na frente, não é? Então, acreditamos que vamos ter bons cenários para o início do ano que vem.

Lembro, mais uma vez, que a gente costuma dividir nestas duas etapas: aprovação do estudo; depois registro da vacina. São coisas distintas e que demandam tempo. Já estamos com esse processo de simplificação regulatória, como foi citado aí mesmo pelos nossos amigos da Fiocruz. A gente adotou uma questão de submissão contínua de documentos para que a gente exatamente encurte esse tempo.

Espero poder ter contribuído e trazido informações para esta tão importante Comissão.

Obrigado, Senadores, convidados, Deputados. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Juvenal de Souza Brasil Neto.

Concluimos as apresentações de todos os convidados ilustres e agora nós vamos passar aos questionamentos das Sras. e Srs. Parlamentares sobre o tema, que é altamente palpitante e gera muita dúvida da população. Eu tenho já os internautas com muitos questionamentos, muitas perguntas: Amanda Dias, de São Paulo; Leonardo Toledo, de São Paulo; Lorrane Reis, de São Paulo; Ilcilea Castro, do Rio de Janeiro; Tamires Andrade, do Estado do Ceará; Jezer Leal, do Mato Grosso do Sul; João Henrique Cardoso, de Goiás; e outros tantos, também da Região Norte. Há muita gente assistindo aos senhores e às senhoras através da TV Senado e de outros veículos e meios, como o YouTube.

Agora passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Francisco Jr.

Aviso o seguinte, Srs. Parlamentares: nós temos hoje no Senado um esforço concentrado de votação e daqui a pouco os Senadores irão lá votar, é aquele corre-corre. O certo é que se as perguntas forem mais objetivas e diretas... Eu gostaria que cada Senador ou Deputado que for questionar dirija a pergunta ao convidado, citando o nome dele e a pergunta, para ficarmos bem focados e para que não haja dispersão na hora da resposta. E aos senhores convidados peço que tenham uma caneta e um papel para anotarem o nome do Parlamentar e a resposta. Tudo muito objetivo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Deputado Francisco Jr., Relator.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Deixe-me organizar aqui.

Presidente, eu vou tentar ser o mais objetivo possível, por isso eu tenho sempre escrito as perguntas, justamente para otimizar. São muitos participantes, eu vou tentar andar o mais rápido possível para encaminhar as perguntas pelo menos para todos que estão aqui. E parabéns ao senhor, esse assunto é importantíssimo! Penso que, inclusive, diante de tantas coisas acontecendo hoje, talvez a gente até tenha que repetir ou fazer algo semelhante um pouco mais para a frente, pela riqueza das apresentações aqui. E lamentavelmente muitos Congressistas não puderam participar.

Vamos às perguntas.

Primeiro quero me dirigir ao Sr. Guilherme Werneck. Importantes ganhos no âmbito da saúde pública aconteceram graças às vacinas. Doenças como sarampo, rubéola e poliomielite, por exemplo, são evitáveis graças aos imunizantes. Entretanto, Sr. Guilherme, cresce o número de pessoas aderentes aos movimentos antivacina. Por isso, em uma situação de pandemia tem sido falado inclusive sobre vacinação compulsória. Sabemos que, quanto mais pessoas imunizadas, menor a circulação dos diversos tipos de vírus. Como o senhor avalia o trabalho de conscientização sobre a importância da vacinação realizado pelo Governo Federal. É eficaz? Tem sido suficiente dentro desse contexto?

Recentemente, o Brasil realizou a sua adesão ao Covax Facility, consórcio global de vacinas. De acordo com a exposição de motivos da medida provisória que autorizou essa adesão, o instrumento possibilitará ao País a compra de vacinas para garantir a imunização de 10% da população até o final de 2021, o que permite a imunização de populações consideradas prioritárias, ou seja, idosos acima de 80 anos, pessoas com determinadas morbidades e profissionais de saúde. Cada país integrante fez uma opção pela cobertura vacinal entre 10% e 50% da sua população. A escolha do Brasil foi por 10%.

Nós sabemos que é a imunização em massa que irá limitar a circulação do vírus. Gostaria de saber o que os estudos têm apontado em relação à Covid-19 quanto ao percentual da população com anticorpos para o coronavírus que possibilitaria um certo controle da transmissão do vírus. Infelizmente, sabemos que não teremos, de forma breve, vacina disponível para todos, para 100%.

Dirijo-me a Sra. Adriana Regina Farias Pontes Lucena. Graças à adesão do Brasil ao Covax Facility, teremos acesso às vacinas que proporcionem a cobertura vacinal de 10% da população brasileira, conforme já mencionado. Cada país participante do consórcio de vacinas poderia fazer a opção por cobertura vacinal de 10% a 50% de sua população. A senhora poderia explicar o fundamento da opção por cobertura de 10%. Trata-se de uma questão técnica ou orçamentária? Em audiência pública realizada pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, da Câmara dos Deputados, no dia 7 de outubro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para discutir a adesão ao Covax Facility, o representante do Ministério da Saúde considerou grupo prioritário para vacinação os idosos com 80 anos ou mais, o que representa cerca de 4,5 milhões de indivíduos. Qual foi o motivo de não serem considerados os idosos a partir dos 60 anos? Somando-se os idosos a partir de 60 anos, seriam necessárias quantas doses a mais para garantir a cobertura desse grupo etário, considerando-se duas doses por indivíduo?

Ainda com relação à adesão ao Covax Facility, a Medida Provisória nº 1.003, de 2020, dispõe, no §2º do art. 2º, a possibilidade de reembolso de valores aportados conforme o acordo de compromisso. A adesão ao consórcio representou investimento de R\$800 milhões. Quais são as regras de reembolso no caso de o Brasil optar por não adquirir vacinas pelo Covax Facility.

Sra. Adriana, o mercado sempre se ajusta quando aparece uma demanda não atendida. É o que aparentemente irá acontecer nos primeiros momentos de campanha de vacinação em massa quando a quantidade de vacinas disponibilizadas pelo Governo não será suficiente para atender toda a população. Nesse contexto, existe alguma tentativa referente ao monitoramento e à vacinação pela rede privada? Ou toda a vacinação será pública em um primeiro momento?

Por último, muito se fala de uma segunda onda da pandemia. O que a senhora tem a dizer sobre as ações preparatórias de contenção dessa segunda onda?

Dirijo-me agora ao Sr. Jorge Callado. Inicialmente, a vacina russa enfrentou grande ceticismo da comunidade científica. Contudo, nas primeiras fases de estudo, parece que a Sputnik V demonstrou um desempenho satisfatório, com seus resultados publicados em importante revista científica, *The Lancet*. Nesse contexto, gostaria de saber se houve algum tipo de tentativa para que a Sputnik V também fizesse parte do portfólio do Covax Facility.

Passada a fase 3 de estudos da Sputnik e após o registro na Anvisa, serão iniciadas as campanhas de vacinação. Gostaria de saber qual a capacidade de produção no âmbito do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) e o custo previsto por dose. Quais investimentos foram feitos para ampliar a capacidade produtiva do instituto?

Dirijo-me ao Sr. Raul Machado Neto. Após o registro da CoronaVac pela Anvisa, a vacina será disponibilizada para a população. Gostaria de saber também qual será a capacidade de produção da vacina pelo Instituto Butantan após a ampliação de sua estrutura e qual será o custo por dose.

Conforme já dito, a Medida Provisória 994, de 2020, abriu crédito extraordinário para ser investido na vacina de Oxford. Como o Governo Federal tem apoiado o trabalho realizado pelo Instituto Butantan com a Sinovac?

Atualmente o portfólio do Covax Facility tem duas candidatas da China: a vacina da Universidade de Hong Kong e a da Clover Biofarmaceuticals. Houve alguma tratativa para que a CoronaVac entrasse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no portfólio do Covax Facility? Entendo que, considerando que a CoronaVac está em uma fase mais avançada que essas outras duas vacinas chinesas, seria esperado que também fizesse parte do consórcio das vacinas.

Dirijo-me ao Sr. Ricardo Gazzinelli. Sabemos que não será possível produzir bilhões de vacinas de forma rápida. Representantes da OMS consideram ser impossível termos imunização em massa contra o SARS-CoV-2 no Brasil em 2021. Assim, já existem várias discussões sobre os grupos prioritários nas campanhas de vacinação. Considerando o perfil que temos atualmente da Covid-19, provavelmente as regras serão diferentes de como foi para o H1N1, por exemplo. Em sua opinião, como deveria ser feito no Brasil o planejamento da imunização com relação aos grupos prioritários?

Pergunto para o Sr. Marco Krieger. Com relação aos R\$2 bilhões repassados à Fiocruz, referentes ao crédito extraordinário aberto pela MP 994, de 2020, qual montante refere-se à encomenda de cerca de 100 milhões de doses da vacina da AstraZeneca? Será necessária uma ou duas doses por pessoa? Qual o custo final da dose?

O senhor poderia nos falar um pouco sobre os estudos das vacinas gênicas, considerando que o SARS-CoV-2 tem grande capacidade de sofrer mutações? Cientistas consideram que as vacinas gênicas poderiam ser importantes por serem mais facilmente adaptadas, já que, neste caso, a ideia é fazer com que o nosso próprio corpo produza a proteína do vírus.

Além disso, qual é a sua avaliação quanto às pesquisas que estão sendo realizadas no Brasil para o desenvolvimento de uma vacina segura e efetiva? Temos algum estudo brasileiro relevante?

E, por fim, me dirijo ao Sr. Juvenal de Souza, que está representando a Anvisa no lugar do Sr. Frederico Augusto. Com o objetivo de dar maior celeridade ao trâmite de pedido de registro de uma vacina, a Anvisa está adotando a submissão contínua, ou seja, mesmo antes da finalização da fase 3 de testes, os estudos e informações já obtidos são gradualmente encaminhados à agência. Até o momento já foram recebidos documentos de quais estudos de vacinas para a Covid-19? Os técnicos da Anvisa já têm uma avaliação desse material?

Por fim, diante da ausência de boas alternativas terapêuticas, tem sido divulgado que a Anvisa poderá aprovar uma vacina com eficácia de pelo menos 50%. Considerando-se, então, esse percentual, o que será considerada uma amostra confiável para a avaliação desse resultado? – para que não haja chance de que os resultados encontrados sejam fruto do acaso e não correspondam, então, à real efetividade da vacina. Serão necessários mais voluntários para um resultado estatisticamente confiável?

Senhores, fiz as perguntas rapidamente; nosso tempo é curto. O Presidente é exigente, disciplinado. Então, vocês me perdoem se alguma não deu para entender.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo todos os senhores pelo trabalho. O Brasil e o mundo colocam as suas esperanças nessa realidade da vacina, mas precisamos ser bem orientados e bem conduzidos nesse processo. Acredito que vivemos um momento muito delicado com relação a isso. E me assusta quando a gente imagina que estamos colocando a esperança em algo que tem metade da chance de dar certo. Então, isso, para quem não é técnico, é um pouco assustador. Mas eu agradeço a participação dos senhores e me coloco à disposição.

Parabenizo, mais uma vez, o Presidente pela condução dos trabalhos. Obrigado, Presidente.

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Feitos os questionamentos pelo Deputado Francisco Jr... Deputado Francisco, eu vou ter que correr ali para votar e volto. Você pode, por favor, aguardar as respostas, pelo tempo de dois minutos? É a seguinte sequência: Guilherme Werneck primeiro – anote aí: Guilherme Werneck; você fez a pergunta para ele –, Adriana Regina, Jorge Callado, Raul Machado e Ricardo Gazzinelli. Eu vou ali, por dois ou três minutinhos, e volto, tá? Você pode assumir a Presidência para mim aí, tá bom? Pode assumir, por favor. Assuma.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Senhores, vocês, que já estão tendo que produzir a solução em tão pouco tempo, também vão ter que responder em apenas dois minutos.

Então, com a palavra o Sr. Guilherme. *(Pausa.)*

Peço ao pessoal que abra o som para o Sr. Guilherme.

O SR. GUILHERME WERNECK (Para expor.) – Bom, queria agradecer ao Deputado Francisco Jr. pelas perguntas, todas importantíssimas.

Eu fiquei com duas perguntas, né? Então, um minuto para cada.

Sim, eu acho que o movimento antivacina é um problema crescente no mundo. É considerado pela OMS como um dos dez mais importantes problemas de saúde pública no mundo. Nunca foi considerado assim no Brasil, mas, nos últimos anos, é um movimento crescente. Antivacina é um termo genérico para o que a gente chama de hesitação a vacinar. Tem gente que não é contra vacinas, mas tem receio em relação a efeitos colaterais. E tem gente que não, que é contra realmente. A maior parte dessas pessoas que é contra se alimenta de informações falsas na internet e acaba contaminando, pelas redes sociais, esse outro grupo que é um pouco preocupado com efeitos colaterais, mas que fica entrando em contato com informações falsas.

No meu ponto de vista, os Governos Federal, estaduais e municipais fazem pouco em termos de campanha para poder convencer a população da importância da vacina, da segurança e da necessidade de vacinar. Então, é importantíssimo colocar recursos numa campanha de comunicação de massa para



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

convencer a população da importância das vacinas e enfrentar essa rede sutil, paulatina de *fake news*, que vem contribuindo para esse movimento antivacina.

Com relação ao Covax, eu acho importantíssimo o comentário, porque estima-se que, para limitar a transmissão, seriam necessários 60% a 70% da população com imunidade. E nós sabemos que essa imunidade, até pelo que o Gazzinelli comentou, é uma imunidade que nós nem conhecemos bem e não sabemos quanto tempo vai durar. Se nós temos uma vacina com 50%, 60% de cobertura, isso quer dizer que teríamos que vacinar a população inteira para obter 60% de imunidade. Ou seja, por isso é importante termos mais vacina, termos mais pesquisa para conseguirmos identificar no futuro vacinas que sejam mais eficazes.

Então, acho que uma questão fundamental aqui é que o Covax vai cobrir 10% da população, mas nós teremos outras fontes de vacina. Eu entendo que é importante que nós consigamos, no primeiro ano, na medida em que nós tenhamos essas vacinas disponíveis, cobrir pelo menos 30% dessa população, da população mais idosa e dos profissionais de saúde – que seriam aproximadamente 20% da população, e mais uma quantidade que pudesse iniciar, digamos assim, essa imunidade de grupo.

Muito obrigado, Deputado, pelas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Obrigado, Dr. Guilherme.

A próxima a responder é a Sra. Adriana Regina, por dois minutos.

A SRA. ADRIANA REGINA FARIAS PONTES LUCENA (Para expor.) – Boa tarde, Deputado.

Então, quando essa tratativa de acordo com a Covax chegou ao País, o Brasil buscou identificar a melhor forma de iniciar essas tratativas de aquisições de vacina. Então, pensou-se no que estava disponível: 10% ou 20% da população, com uma dose da vacina. E o Brasil fechou esse acordo de 10% da população com duas doses da vacina, pensando nas possíveis vacinas que vão estar atreladas à Covax e qual plataforma também será utilizada no Brasil, qual vai se adequar à realidade do País. Então, essa tratativa, na verdade, foi fechada com 10% da população, com duas doses, mas o Brasil também está atuando, vem atuando com outras alternativas. A gente já fechou com a AstraZeneca, e, agora, com o Butantan. Então, com a Covax, o grupo prioritário começa pelos que têm 80 anos ou mais, que são o grupo com gravidade, com óbito, os com comorbidades e os profissionais de saúde, que estão na linha de frente, estão mais expostos. Mas, com a aquisição dessas outras vacinas – 100 milhões da AstraZeneca, 46 milhões de outras às quais o Brasil vai estar se adequando –, os grupos prioritários vão sendo inseridos a partir de todas essas análises com que os nossos profissionais, os nossos especialistas vão trabalhar no plano de operacionalização. Então, por isso foi trabalhada essa... Inicialmente, esse é o grupo prioritário, mas, sim, gradualmente vão estar sendo inseridas outras populações relacionadas a risco e à gravidade da doença.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me ver o que se tinha pedido mais. Eu acho que foi isto: essa população necessitar de vacinação. Então, a gente tem a necessidade, realmente precisaria de um quantitativo maior de vacinação para poder ter a interrupção da circulação. Mas, pensando nessa fase inicial do que a gente vai ter de acesso à vacina, a ideia seria trabalhar com a redução de morbidade, de gravidade e de óbito na população.

Acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Está certo.

Obrigado, Adriana. Havia a questão da segunda onda, mas o tempo também já está esgotando. Em outro momento a senhora completa.

Passo a palavra para o Sr. Jorge Callado, dois minutos.

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO (Para expor.) – Deputado Francisco, obrigado pela oportunidade de fazer este esclarecimento.

Na realidade, nós estamos num processo de adequação das plantas de produção, que se iniciará, como todos os demais laboratórios públicos estão fazendo. Hoje, no cenário atual, ninguém está com a planta de produção totalmente pronta para gerar a vacina de combate ao Covid. E a nossa intenção é não ter só uma planta de produção ampliada para a questão do Covid, mas que seja multivacinas, uma vez que o calendário vacinal do País é amplo e nós, como um laboratório público oficial, temos que atender o Programa Nacional de Imunizações.

Os investimentos que estão pleiteados estão na ordem de 500 milhões e a nossa capacidade de produção será de 70 milhões de doses por ano. Obviamente que nós esperamos ter outras vacinas disponíveis no Brasil que possam ser compartilhadas com a nossa alternativa.

Espero ter sido claro na resposta e aproveitado o tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Obrigado, Dr. Jorge.

Sr. Raul Machado, dois minutos.

O SR. RAUL MACHADO NETO – Deputado Francisco, muito obrigado pela...

Está me escutando, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Estou sim.

O SR. RAUL MACHADO NETO (Para expor.) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ótimas perguntas. Muito obrigado pela oportunidade de responder a algumas dessas questões.

Eu, antes de responder – deixe-me falar bem rápido para caber dentro dos meus dois minutos –, gostaria de fazer uma menção à Anvisa, que tem feito um trabalho extraordinário. São louváveis o profissionalismo e a eficiência da Anvisa, respeitada não só no nosso ambiente, mas em outros ambientes pelo mundo afora. Então, quero dizer que é muito desejável – a gente tem de deixar esta posição bem clara do Butantan –, no cenário nacional, mais de uma vacina.

Vamos às perguntas.

Sobre a nossa capacidade de produção de vacina, nós esperamos, quando terminarmos a nossa fábrica – vai ser no segundo semestre, no início do segundo semestre –, ter capacidade de produzir 100 milhões, mas a fábrica na sua total capacidade poderá atingir mais de 300 milhões de vacinas por ano.

Quanto a custo, os custos ainda estão em negociação e entendimento com a nossa parceira e também com os diferentes cenários que nós temos de atender da melhor maneira possível a população e o Ministério da Saúde.

Sobre o Ministério da Saúde, o senhor me perguntou como é que estava, se existia aceitação. Sim, foi publicada agora a aceitação de incorporação pelo Ministério da Saúde da nossa produção, das nossas 46 milhões de vacinas produzidas pelo Butantan este ano.

Com relação à CoronaVac no Covax, houve uma priorização do Covax, por tecnologias diferentes das tecnologias tradicionais.

É isso que eu tenho a dizer ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr., PSD - GO) – Obrigado, Dr. Raul.

Com a palavra, por dois minutos, Sr. Ricardo Gazzinelli.

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer ao Deputado Francisco Jr. pelas ótimas perguntas, permitindo essa discussão e o esclarecimento.

As duas perguntas que foram feitas são relacionadas...

Não sei se estão me escutando. (*Pausa.*)

Elas são relacionadas à rapidez no desenvolvimento dessas vacinas, à imunização em massa e a grupos prioritários. A imunização em massa e os grupos prioritários são, realmente, dois tópicos muito interligados.

Como já foi dito anteriormente, provavelmente nós, no primeiro ano, não teremos vacinas suficientes, doses suficientes para vacinar um grupo grande, uma parcela muito grande da população





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira, o que nos traz, realmente, a importância de haver mais de uma vacina aprovada e também a seleção dos grupos prioritários.

Na seleção dos grupos prioritários, obviamente, acredito eu que o primeiro grupo são as pessoas que estão no *front*, o pessoal da saúde, que está sendo exposto a cada momento ao coronavírus – é extremamente importante a sua proteção.

Aí nós vamos para a questão dos grupos mais suscetíveis à infecção. Há um pequeno problema aí, que é o seguinte: algumas vacinas que foram testadas proporcionaram alta porcentagem de pessoas que se tornaram imunes, acima de 90%; porém, quando se vai para a faixa acima de 55 anos, de 60 anos, essa capacidade de produzir resposta imune cai muito, cai pela metade às vezes ou abaixo de 50%. Obviamente, a expectativa é a de que, nesse grupo, a vacina será muito menos eficaz.

Então, um estudo por faixa etária é extremamente importante. Acho que o Ministério da Saúde... A Sra. Adriana até listou aí que isso está dentro dos objetivos do Ministério da Saúde. Mas, com o limite de idosos, qual será a opção? Será a de usar a vacina para um grupo que responde muito pouco a ela? Ou será a de usar a vacina para o grupo que é melhor respondedor? Acho que essa é uma questão extremamente importante. Não sei se os ensaios clínicos irão permitir essa avaliação, porque o número de pacientes infectados, provavelmente, vai ser relativamente pequeno. Não sei se vamos poder ter essa ideia por faixa etária. Mas, com certeza, é um estudo extremamente importante para se definir a estratégia.

Obviamente, o outro grupo será aquele que está em áreas em que está havendo grande transmissão. Aí eu acho que realmente é muito importante se concentrar nessas áreas onde há alta transmissão. Isso seria extremamente importante.

Finalmente, eu gostaria de terminar aqui com a pergunta que o Deputado Francisco fez para o Sr. Juvenal, da Anvisa, sobre a questão se teremos o número suficiente de pacientes para avaliar a eficácia em um prazo muito curto. Eu queria complementar essa pergunta dirigida ao Sr. Juvenal com a seguinte pergunta: se formos definir 50% de eficácia, qual será o período em que esses 50% vão ser definidos? Porque, se for um ano, pode ser até aceitável, mas, se for três, quatro meses, acredito que, se for 50% de eficácia com três, quatro meses, isso será um problema sério, porque a resposta imune e eficácia tendem a cair com o tempo.

Então, eu encerro minha fala aqui.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Francisco, eu estou aqui já. Eu vou retomar; depois, nesse vai e vem, eu vou lhe passando aqui, no pingue-pongue, a Presidência, tá? Viu, Francisco? Eu vou reassumir e vamos em votação seriada, eu vou saindo e você assume também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma notícia agora das 16h18: "O Ministério da Saúde fecha acordo com o Governo de São Paulo para a compra de 46 milhões de doses da CoronaVac". Saiu na *Folha de S.Paulo* agora há poucos minutos. Só para conhecimento de todos os participantes. Isso é muito importante, porque a empresa estava chamando de politização da vacina e, com esse gesto aqui agora, está eliminada essa possibilidade.

Então, vamos dar continuidade aos inscritos. Vamos fazer blocos de três Parlamentares.

Inscritos no primeiro bloco: Senador Izalci Lucas; Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro; e Deputado Federal Reginaldo Lopes, do Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas para os seus questionamentos. Por gentileza, direcione quem V. Exa. deseja que responda às suas perguntas.

Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Izalci?

Eu encontrei com o Izalci agora mesmo ali no Plenário...

Senador Izalci Lucas.

Izalci, pode falar?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Oi, pois não. Posso falar. Estou entrando aqui no Plenário.

Presidente, no dia 11 de agosto, a Rússia tornou-se o primeiro país a aprovar a vacina contra o novo coronavírus, denominada Sputnik V. O anúncio feito pelo Presidente Putin causou realmente uma surpresa à comunidade científica, visto que, àquela altura, os resultados das fases 1 e 2 do teste de vacina nem sequer haviam sido publicados, e a fase 3 ainda não havia sido iniciada. No dia 9 de setembro, o ministério da saúde daquele país comunicou o início da fase 3 – Arábia Saudita, Brasil, Índia e etc.

Considerando, então, esse questionamento, eu pergunto – eu tenho uma específica para o Jorge Callado, mas, de modo geral, passo a cada um – qual a opinião dos senhores a respeito do procedimento adotado pela Rússia para o desenvolvimento e a aprovação de sua vacina contra o Covid-19.

O Brasil deve adotar procedimento semelhante para acelerar a disponibilização dessa vacina à população? Quais são os riscos decorrentes da aprovação do registro de uma vacina antes mesmo da conclusão da fase 3 do teste?

Especificamente para o Jorge Callado: como a Tecpar recebeu a notícia da aprovação da vacina na Rússia antes mesmo da realização dos estudos da fase 3?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem-se divulgado com grande entusiasmo o fato de que determinadas vacinas em desenvolvimento são capazes de induzir a produção de anticorpos. Sabe-se, contudo, que a imunidade celular é mais importante do que a humoral para fins de resistência contra o vírus, que é a simples produção de anticorpos, que não garante imunidade. Exemplo disso ocorre com a aids, o HIV, etc. Então, eu pergunto ao Sr. Jorge Callado: diante do anúncio de que determinada vacina em desenvolvimento induz a produção de anticorpos, como a população deve interpretar essa notícia?

Quais são os critérios adotados internacionalmente para avaliar a eficácia da vacina?

A estratégia de comunicação das instituições responsáveis pelo desenvolvimento das vacinas contra o Covid tem se mostrado adequada no sentido de não gerar falsas expectativas? E como os senhores avaliam a divulgação dos resultados dos testes pela imprensa em geral?

Tenho aqui várias perguntas, mas, como estou na garagem, está muito ruim.

Eu completaria ainda com mais uma pergunta: há risco de interferência política para pular etapas no registro de uma vacina contra Covid-19 no Brasil? Seria possível registrar uma vacina no Brasil sem estudos controlados, apenas com base em uma pequena série de casos e na chancela de autoridades e figuras expoentes dos meios médico e político? Os senhores consideram adotar postura semelhante com relação à vacina contra o Covid, ou seja, na falta de um produto comprovadamente eficaz, oferecer à população uma vacina que apresente indícios de imunogenicidade contra o coronavírus?

Eram essas as minhas questões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci. Parece-me que V. Exa. fez questionamentos a todos os convidados.

Então, eu vou conceder logo depois um tempo curto, porque nós temos mais... Este bloco é de três.

Agora, eu passo a palavra para o Deputado Federal Felício Laterça, do Estado Rio de Janeiro, que vai fazer os seus questionamentos e direcionar suas perguntas a quem ele deseja que responda.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça, por gentileza. Muito obrigado pela presença.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sempre, Senador Confúcio.

Quero cumprimentar todos: o senhor; o nosso nobre Relator, Francisco Jr.; também os nossos Parlamentares, Senadores e Deputados; e nossa gama de convidados. Como o senhor ressaltou no chamado para esta reunião, esta é uma reunião importantíssima, porque trata de um assunto que preocupa a todos e está em voga: a questão da vacina contra o coronavírus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes do meu posicionamento, inclusive, eu queria que todos orassem pelo nosso Senador Arolde de Oliveira. Eu soube há pouco que ele foi, inclusive, entubado. Está passando por diálise também, em estado grave, o nosso Senador Arolde de Oliveira, do Estado do Rio de Janeiro.

Vamos lá.

Chegamos hoje ao sétimo mês de calamidade pública em nosso País. Nesse meio tempo, ouvimos diversos ruídos relacionados às formas de enfrentamento da pandemia, tais como: confinamentos, achatamento da curva, vacinas, imunidade de rebanho, distanciamento social e afins.

Para grande parte da população, não ficou clara a estratégia mais adequada a ser seguida. Muitas vezes, autoridades – e não necessariamente governantes, mas autoridades de saúde – apresentaram entendimentos distintos acerca das medidas mais adequadas a serem tomadas. Com isso, ao contrário de países como Taiwan, Austrália ou Nova Zelândia, houve no Brasil uma quantidade significativa de infecções, o que nos fez, em determinado momento, chegar a ser o segundo país com maior quantidade de casos no mundo.

As implicações econômicas para o País também foram significativas: aumento do gasto público com reflexos no endividamento e, pior, sem que saiba se há necessidade de aumentar ainda mais as ações públicas em resposta, por exemplo, a uma possível segunda onda de infecções.

Nesse contexto, eu pergunto... Essas perguntas vou direcionar para o Sr. Ricardo Gazzinelli, da Sociedade Brasileira de Imunologia. No atual momento, há muito ruído acerca do que pode e do que não pode ser feito pela população. Há dúvidas acerca do retorno das aulas presenciais, da possibilidade de público em estádios, da realização de grandes eventos e mesmo de aglomerações ou circulação de pessoas ao ar livre, por exemplo. Há receio acerca de uma segunda onda da pandemia aqui no Brasil, mas, ao mesmo tempo, há alguma esperança com relação ao desenvolvimento de uma vacina eficaz ou mesmo à gradual imunização da população, a chamada imunidade de rebanho. Nessa linha, pergunto: na eventualidade de não dispormos de uma vacina nos próximos meses, quais as recomendações da SBI para que as pessoas retomem suas vidas com segurança? A imunidade de rebanho é uma possibilidade real ou incertezas com a possibilidade de reinfeção fazem com que não possa ser efetivamente considerada? Os riscos relacionados à capacidade de infecção do vírus e sua letalidade realmente justificam medidas extremas como um rígido isolamento social?

As outras perguntas vão para o Sr. Guilherme Werneck, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), para Adriana Regina Farias Pontes Lucena, do Ministério da Saúde, e para Frederico Augusto de Abreu Fernandes, da Anvisa. Um dos pontos recentemente discutidos diz respeito à liberdade dos indivíduos em optar por receber ou não a vacina. Há quem entenda que todos deveriam ser vacinados, independentemente de sua própria vontade, dado que isso protegeria toda a sociedade. Por outro lado, há quem entenda que o indivíduo deve ser livre para arcar com os riscos de não ser vacinado, não podendo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ter sua liberdade de ir e vir cerceada assim como sua própria liberdade sobre o que fazer do seu próprio corpo. Nesse sentido, questiono: quais são as boas práticas observadas internacionalmente no contexto da obrigatoriedade de receber ou não uma vacina? Quais seriam as recomendações das instituições por vocês representadas nesses casos? Como compatibilizar as liberdades individuais com as boas práticas sanitárias para o conjunto da população?

Por fim, eu só registro que essas minhas perguntas também vão no mesmo sentido da pergunta do nosso Senador Izalci.

É essa a minha participação, Senador.

Muito obrigado mais uma vez. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A primeira pergunta o senhor direcionou a quem, por gentileza, Deputado Felício?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – A primeira pergunta vai para o Sr. Ricardo Gazzinelli, da Sociedade Brasileira de Imunologia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Vamos dar continuidade.

Eu passo a palavra para o Deputado Reginaldo Lopes.

O Deputado Reginaldo está na nossa sala? Deputado Reginaldo, de Minas Gerais? *(Pausa.)*

O Deputado Reginaldo eu não estou vendo. *(Pausa.)*

Deputado Reginaldo. *(Pausa.)*

É por causa das votações...

Está bem.

Vamos passar a palavra para o Senador Esperidião Amin? Está no Senado, logado com a gente? *(Pausa.)*

Senador Esperidião Amin. *(Pausa.)*

O Senador Esperidião Amin está no Plenário.

Deputado General Peternelli. Bem-vindo, meu General, Deputado! Bem-vindo. V. Exa. tem três minutos para fazer suas perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Presidente, é uma satisfação estar aqui novamente. Parabéns pela condução.

Cumprimento os demais Parlamentares e os nossos palestrantes, que estão de parabéns pelas exposições.

Como o senhor já anunciou agora, o próprio Ministro Pazuello já tinha dito que todas as vacinas estão no rol de aquisição, que não há prioridade – o tempo todo, afirmou sobre isso. Agora estava programada uma reunião com os Governadores, e ele acabou de enfatizar isso novamente. Então, nós temos aí 100 milhões de doses vocacionadas à Fiocruz, 46 milhões com o Butantan; nós temos ainda, através da Organização Mundial da Saúde, 22 milhões de doses; e temos a Tecpar.

A primeira pergunta é exatamente para Butantan, Fiocruz e Tecpar. Nós não podemos ter clima de concorrência. Há que se ter uma conversa efetiva entre esses três institutos, principalmente pelo repasse tecnológico. Então, é hora de conversar. E a pergunta é se isso está ocorrendo.

Eu queria também comentar... O Guilherme Werneck comentou sobre o CPF. E eu queria estimular ainda a Adriana: a caderneta de vacinação digital é fundamental e deve interagir. Reparem: se você não colocar o CPF, como nós vamos ter vários fabricantes e vários lotes, se der algum problema, você não vai saber o que ocorreu. E a caderneta de vacinação deve abranger todas as doses, porque a pessoa pode estar tomando outra vacina e, como fruto daquela vacina, dar reação. Então, a caderneta de vacinação *on-line*, pelo CPF, vai permitir controle, verificar a eficiência do lote. Isso é necessário.

Eu acompanhei bem o Ministério da Saúde, que está de parabéns. Nesses grupos prioritários, ele colocou as equipes de saúde, os idosos com mais de 80 anos, quantificou e chegou a um valor de 22 milhões de pessoas. Então, nós já temos um público-base, mas reparem: se todas as vacinas derem certo – e é essa a nossa expectativa –, nós vamos poder vacinar praticamente o grosso da população brasileira.

Nós não podemos perder uma oportunidade como esta, em que estamos sendo transmitidos pela televisão, para informar que o Brasil é campeão de vacinação, de cobertura vacinal no mundo; é um exemplo! E a vacina é fundamental. Todos nós temos que fazer campanha nessa direção! O Brasil interpreta a vacina como necessidade, e nós temos que reforçar isso. Eu serei voluntário – como todos aí, acredito – para participar desse processo.

Eu tenho certeza de que, com esses institutos, nessa coordenação que a Adriana comentou, sendo tudo, logicamente, aprovado pela Anvisa – nada aqui pode ser executado sem a aprovação pela Anvisa –, nós vamos superar o Covid-19.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

Felicidades e um forte abraço a todos nesta luta, que é de todos nós, contra a pandemia, o Covid.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado General Peternelli, pelos seus questionamentos.

Aqui agora, nós vamos orientar as respostas.

O Senador Izalci fez uma pergunta direcionada a todos. Então, a gente dará, para responder ao Senador Izalci, entre um minuto e meio a dois minutos, para que cada um dos convidados possa responder ao Senador Izalci.

Passado o Senador Izalci, nós temos as perguntas do Deputado Felício Laterça, que foram direcionadas a Ricardo Gazzinelli e a Guilherme Werneck. Então, Ricardo Gazzinelli e Guilherme Werneck já podem, quando estiverem respondendo ao Senador Izalci, responder também ao Deputado Felício Laterça.

E o General Peternelli também direcionou a Raul, a Marco Krieger e a Dr. Jorge Callado. Então, quando forem responder ao Senador Izalci, respondam também ao Deputado General Peternelli, Raul, Marco Krieger e Jorge Callado.

E, por fim, o Deputado Francisco Jr. fez uma pergunta a Juvenal de Souza Brasil Neto que ficou sem resposta. É para ele responder a seguir. E Marco Krieger também responda a pergunta do nosso Relator Francisco Jr. *(Pausa.)*

Assim sendo, Deputado Francisco, eu vou, de novo, ao Plenário votar e retorno. O senhor, por favor, assuma a Presidência, Deputado Francisco Jr., para ouvir a todos pelo tempo de um minuto e meio. Aqueles que eu falei para responderem a outros vão ter um tempo maior. Então, o senhor vai balanceando enquanto eu retorno.

Eu passo a Presidência ao Deputado Francisco Jr. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Muito bem, acho que agora já tenho o áudio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom. Então, o senhor pode...

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Senador, passe-me só a ordem dos oradores novamente, porque eu não anotei, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vou passar: Raul Machado Neto, Dr. Ricardo Gazzinelli, Guilherme Werneck, Jorge Callado, Adriana Regina, Marco Krieger, Juvenal de Souza Brasil Neto. Nessa sequência aí, eles podem ir respondendo. Há uns que responderão a três. Aí você vai dosando para mim, e eu já retorno.

Com a Presidência...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Tudo bem, então.

Com a palavra o Sr. Raul Machado.

O SR. RAUL MACHADO NETO (Para expor.) – Obrigado novamente, Deputado Francisco.

Começando pela indagação do Senador Izalci, ele perguntou se havia alguma coisa no horizonte para fechar algumas das etapas sob pressão, mal cumpridas. Não, não vemos de maneira nenhuma a possibilidade nem de pressão política nem de pressão comercial para que isso ocorra no nosso cenário.

Com relação ao Deputado Felício Laterça, ele está certíssimo no que falou. Não há nenhuma pergunta para mim.

Quanto ao General Peternelli, eu gostaria também de agradecer pela pergunta muito bem colocada. Não, nunca tivemos esse clima de concorrência. Esse clima de concorrência não existe. Se o Marco Krieger... Há um relacionamento com o Butantan, um relacionamento histórico e tradicional entre Fiocruz e Instituto Butantan. Inclusive, nós temos o desenvolvimento conjunto do próprio ensaio clínico. Um dos nossos centros de aplicação de ensaio público com voluntários é coordenado pela Fiocruz. Também há o desenvolvimento de vacina com o Gazzinelli e o nosso pessoal da área científica.

É o que eu tenho rapidamente a responder pelas perguntas que me foram feitas. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Eu vou pedir para o pessoal deixar o meu microfone aberto.

Passo a palavra ao Sr. Ricardo Gazzinelli, por favor. *(Pausa.)*

Dr. Ricardo Gazzinelli.

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI – Liberou agora.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Agora, sim.

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (Para expor.) – De novo, quero agradecer as perguntas importantes do Senador Izalci Lucas e do Deputado Felício Laterça.

Vou responder a uma pergunta do Senador Izalci Lucas que tem mais a ver com a área de imunologia, sobre quais compartimentos do sistema imunológico são importantes para a proteção. Em geral, em grande parte das viroses, são os anticorpos. Eu acredito que isso está sendo monitorado muito cuidadosamente nos testes clínicos que estão sendo realizados. Além disso, há, sim, os linfócitos T, dos quais também acredito que haja esse monitoramento, mas, de uma maneira geral, o biomarcador de proteção para infecções com coronavírus, em grande parte, são os anticorpos que estão sendo monitorados de forma apropriada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As perguntas do Deputado Felício Laterça. Eu acho que ele realmente cai num ponto muito importante aqui, que é a questão da imunidade de rebanho por infecção, que é uma decisão muito drástica. Obviamente, nós todos sabemos da questão econômica, do impacto social da pandemia em nosso País, mas é um posicionamento da Sociedade Brasileira de Imunologia que alcançar a imunidade de rebanho através de infecção é totalmente inaceitável. Nós acabamos de ouvir falar de um Senador que está no hospital provavelmente com uma forma grave da doença e nós estamos assistindo a isso a todo momento. Então, nós não podemos recomendar esse tipo de estratégia para controle do Covid-19. Então, o único meio de alcançar a imunidade de rebanho seria o uso da vacina e uma vacina em massa.

Como alcançar isso? Eu acho que inicialmente, por causa da rapidez desse estudo, nós não teremos uma ideia muito precisa da eficácia, com uma perspectiva de que seja uma eficácia mais alta. Então, nós não vamos poder abandonar as outras estratégias de distanciamento, acreditamos que vai ser necessária a vacinação com uma continuidade do uso de máscara, do distanciamento e, sim, do monitoramento imunológico, de transmissão e de casos graves. Com o tempo, isso vai nos permitir dar mais segurança sobre a eficácia e a abrangência das vacinas.

Eu acho que o que eu tinha que falar era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Obrigado, Dr. Ricardo.

Agora, Dr. Guilherme Werneck.

O SR. GUILHERME WERNECK (Para expor.) – Eu queria começar agradecendo as perguntas.

Eu vou primeiro abordar a pergunta do Senador Izalci Lucas, sendo que a pergunta é fundamental sobre o tempo e vencer etapas. Eu entendo que não é possível vencer etapas na aprovação de vacinas. O que foi feito no mundo para o desenvolvimento das vacinas nessa velocidade já é um ganho substancial e representa uma vitória imensa da comunidade científica nacional e internacional. Então, as etapas que puderam ser diminuídas já o foram sem afetar a segurança. No momento, não há como restringir o tempo da fase 3, porque divulgar vacina sem uma boa avaliação de eficácia e de segurança não só é um risco imenso individual, pois pode causar danos importantes na população, mas também pode levar a uma falta de credibilidade, pois você pode aprovar vacinas que tenham uma eficácia pífia, abaixo de 50%. Você vai estar mobilizando recursos e pessoas para uma vacina que não vai ter efeito. Isso vai levar a um descrédito geral da comunidade científica e da campanha de vacinação. Então, entendo que não. Entendo que nós teremos vacinas de razoável qualidade. Por isso, nós temos que ter muitas vacinas. Nós temos que esclarecer a população sobre isso e vamos ter que continuar utilizando, como o Ricardo Gazzinelli comentou, as medidas não farmacológicas de proteção, junto com o incremento do sistema de vigilância epidemiológica para identificação de casos, isolamento e rastreamento de contatos. Não podemos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

esquecer que é fundamental incrementar a capacidade de testagem no País neste momento também, junto com as vacinas.

Quanto ao Deputado Felício Laterça, também muito obrigado por suas observações. Eu entendo que a questão do direito individual e coletivo em relação à vacina é uma questão fundamental – todos sabem que, inclusive, é uma questão que está chegando ao Supremo Tribunal Federal. No nosso ponto de vista, o direito coletivo deve predominar sobre esse direito individual, embora devam existir condições específicas em que o direito individual possa ser considerado. Isso tem que ser julgado no Supremo Tribunal Federal. O que cabe aos governos, do nosso ponto de vista, é criar estímulos, esclarecer e criar exigências para que as pessoas se vacinem. Por exemplo, frequentar atividades públicas, atividades coletivas, escolas, trabalho, só se tiver sido vacinado. É uma forma de você criar uma exigência para que a pessoa vacine sem que você tenha que obrigá-la a vacinar, que é uma questão que pode ser mais difícil.

Nós alcançamos as coberturas vacinais e o sucesso do Programa Nacional de Imunizações sem uma obrigatoriedade nesse sentido, com uma recomendação ampla e muitas exigências, criando dificuldades para as pessoas que não se vacinaram. Então, acho que a experiência do Programa Nacional de Imunizações, que é uma experiência muito bem-sucedida no Brasil e no mundo, pode ser utilizada junto com o apoio dos governos e uma propaganda forte para que as pessoas sejam esclarecidas e decidam se vacinar, porque, afinal de contas, é uma doença que afeta muitas famílias e está levando à morte de muitas pessoas. Então, as pessoas reconhecem o problema e podem entender que a vacina – ou as vacinas – pode vir a ser uma solução, junto com outras medidas, para minimizar o impacto da doença na população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Obrigado, doutor.

Próximo a falar, Dr. Jorge Callado.

O SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO (Para expor.) – Muito bem.

Fazendo alguns esclarecimentos referentes, principalmente, ao Senador Izalci... E quero até agradecer o trabalho realizado pelo Senador Izalci em apoio ao Abipti (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação), da qual tenho o privilégio de ser Vice-Presidente pela Região Sul. O Senador Izalci é sempre uma figura importante nesse apoio.

Em relação à vacina Sputnik, ela não está liberada, está liberada para testes, inclusive na Rússia. Há a fase 3 agora acontecendo com 40 mil pessoas. Então, não existe um registro propriamente dito, informando que a fase 3 é uma fase muito importante, como as demais, mas, historicamente, às vezes, a fase 1 e a fase 2 vão muito bem, e, na fase 3, aparecem alguns problemas. E outra: até por uma orientação do nosso Governador Ratinho Júnior, nós nunca vamos preterir a ciência, não vamos queimar etapas em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função de pressão política ou comercial. Nós sempre vamos trabalhar muito alinhados, primeiramente buscando evidências e fortalecendo as parcerias de desenvolvimento técnico. Tanto a fase 1 quanto a fase 2, em que tivemos resultados publicados na revista *The Lancet*, apresentaram informações bastante positivas, vamos dizer assim. Agora, é claro, a sequência dos testes é que vai informar ou não.

Felizmente, no Brasil, nós temos um sistema regulatório muito forte que não permite registro ou qualquer outra manobra imprecisa sem todos os ritos serem seguidos. Como cidadão, nós ficamos muito seguros em relação a isso. Sabemos que, quando tivermos uma vacina à disposição, ela terá passado por todos os ritos da Anvisa, da Conep e assim por diante.

O General Peternelli havia falado também sobre a união dos laboratórios públicos. Nós trabalhamos sempre de uma forma próxima. Só para terem uma noção, no nosso *campus* do Tecpar, nós temos uma unidade da Fiocruz, que trabalha diretamente conosco; temos uma central de diagnósticos no Tecpar, juntamente com a Fiocruz e o Instituto de Biologia Molecular do Paraná; além da nossa reunião na Alfob, que é a associação dos laboratórios públicos, que é presidida pelo Dr. Arthur...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Obrigado.

Ficou mudo aqui. Acho que encerrou. O senhor completa no próximo momento. Eu vou seguir o rigor do Presidente.

Com a palavra a Sra. Adriana Regina.

A SRA. ADRIANA REGINA FARIAS PONTES LUCENA (Para expor.) – Com relação à questão da... Estão me ouvindo? Ótimo.

Com relação à obrigatoriedade, no País, a gente tem instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente, que define como obrigatório aos pais e responsáveis garantir a vacinação da criança e do adolescente, mas, como o Guilherme também colocou, no País, a gente tem de trabalhar – e assim se trabalha no PNI nesses 47 anos – com orientação, com recomendação e com sensibilização da população sobre a importância da vacinação. Neste momento de pandemia, neste momento de excepcionalidade em que o bem público da saúde pública da população como um todo está em jogo, é necessário avaliar se haverá necessidade de algumas medidas mais restritivas de interesse público, na verdade. O Brasil sancionou neste ano a Lei 13.979, de 2020, que trata de algumas excepcionalidades e de obrigatoriedades, e nelas constam a vacinação, mas o intuito do PNI é trabalhar com orientação, recomendação e mobilização da população. A gente vai fortalecer a comunicação e demonstrar para a população que a vacina é a principal forma de a gente conter a Covid-19. Então, seria esse o aspecto da obrigatoriedade.

Com relação ao que o Deputado Reginaldo falou da questão de ter a informação, da caderneta virtual, existe, sim. Já está elaborado um aplicativo chamado Conecte SUS. A ideia é que todas as vacinas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que sejam administradas na população, para crianças, adultos ou idosos, vão estar registradas nesse aplicativo para celular. Nesse aplicativo, vai haver todo o histórico de vacinação da população. Nele vão constar qual a vacina que foi aplicada, qual o laboratório, o lote da vacina e, se necessário, o aprazamento para nova vacina.

Só complementando com relação à questão de uso de vacina não regularizada, o PNI, em todos esses anos, nunca trabalhou com vacina não regularizada. Nós trabalhamos com vacinas que são seguras, que têm seus registros pelas autoridades. A conquista de controle e eliminação de doenças partiu do sentido de se utilizarem vacinas seguras e que protegem realmente a população. E isso vai valer também para a vacina contra a Covid-19.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Muito obrigado, Adriana.

O próximo a responder será o Dr. Marco Krieger.

O SR. MARCO AURELIO KRIEGER – Eu vou pedir um pouquinho mais de tempo, porque eu acabei não podendo responder ao próprio Relator, Deputado Francisco Jr., mas vou tentar ficar próximo dos dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Está bom!

O SR. MARCO AURELIO KRIEGER (Para expor.) – Em relação ao custo desse primeiro processo das 100 milhões de doses, em relação à encomenda tecnológica, mais ou menos metade do recurso vai ser dado para a empresa que vai fazer a produção desse insumo farmacêutico ativo das 100 milhões de doses, e a outra metade vai ser usada para a produção da vacina na Fiocruz. Lembro que a gente está falando sobre esse contrato de 100 milhões de doses, mas esse contrato vai permitir autonomia à Fiocruz para iniciar a produção de pelo menos mais 100 milhões de doses ano que vem. Então, temos uma expectativa muito boa. Ainda é uma vacina candidata, mas nós estamos aí com um projeto que coloca o Brasil numa posição muito favorável e diferente de outros países que não têm essa capacidade e essas fortalezas.

As vacinas gênicas eu acho que são importantes avanços tecnológicos. Nós temos projetos de pesquisa, mas nós não temos no Brasil ainda a capacidade industrial e boas práticas de fabricação de trabalharmos com essas vacinas sintéticas nessa escala. Então, é uma questão em que temos que investir no futuro, mas hoje nem Fiocruz, nem Butantan, nem Tecpar poderiam fazer a produção e a formulação de vacina sintética. Nós temos alguns projetos e vamos tentar avançar nisso.

Nesse sentido, eu reforço a importância de apoiar os projetos do Brasil. E aqui a gente tem aí alguns exemplos nesta reunião: o Dr. Gazzinelli tem dois projetos de vacina, está recebendo apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas também da Fiocruz, também do Butantan, e nós, como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionado pelo Dr. Raul, estamos apoiando os ensaios clínicos. Nós estamos, como a Fiocruz, envolvidos no ensaio clínico liderado pelo Butantan, mas também estamos envolvidos no ensaio clínico com a Pfizer e no ensaio clínico com a Janssen, no sentido de garantir, como instituição tecnológica, que se avaliem todas as possibilidades, embora tenhamos feito uma análise para termos um avanço maior em relação à utilização da nossa capacidade industrial.

Em relação ao que o Senador Izalci falou sobre a questão da aceleração, eu acho aqui muito importante a gente colocar a importância da Anvisa. E eu digo que qualquer uma dessas que sejam aprovadas pela Anvisa será uma vacina que será segura para a nossa população. Nós temos, como produtores também, toda a responsabilidade de garantir que as vacinas que nós estamos pretendendo produzir tenham os níveis de segurança inicialmente e depois de eficiência. Então, eu acho que são três pilares que nós temos no Brasil: nós temos o Programa Nacional de Imunizações, que é um orgulho para nós; nós temos uma agência reguladora muito séria, que é a Anvisa; e nós temos os produtores nacionais. Isso pode fazer com que a gente tenha uma posição muito privilegiada aí num momento difícil. Nós vamos ter provavelmente ano que vem mais uma vacina, mas dificilmente vacinas em quantidade suficiente para toda a população.

Por fim, rapidamente, quero reforçar essa questão que foi colocada pelo Deputado General Peternelli sobre a interação. Eu acho que nós estamos interagindo. É claro que cada instituição tem um projeto que está levando, são apostas diferentes, e isso é salutar para o Brasil.

Eu só gostaria de chamar a atenção: a gente não pode abrir mão de um rigor científico na utilização de diferentes vacinas. A gente pode ter um cenário em que as pessoas vão tomar uma vacina e vão querer tomar outra vacina. Não existem ensaios clínicos para isso. Nós vamos ter que controlar muito bem para que as pessoas tomem ou uma vacina ou outra vacina, caso a gente introduza mais de uma vacina; que se tomem uma dose de uma vacina e a segunda dose da mesma vacina. Esse é um desafio adicional, mas, como eu mencionei, a gente tem aí nesse campo competências adicionais. É só um alerta. Provavelmente nós vamos ter mais de uma vacina. Nós temos condições de dizer que as vacinas apoiadas e aprovadas pela Anvisa serão seguras. Nós queremos condições de fazer a produção nacional, mas nós temos que atentar para a necessidade desse monitoramento bastante sério, para que a gente faça o melhor uso dessa ferramenta tão importante para o enfrentamento da emergência sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Obrigado.

Parece que o Senador Confúcio está de volta. Eu devolvo a Presidência a ele.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Deputado Francisco. Muito obrigado.

O Diretor da Anvisa, Juvenal de Souza, está na sala? Não estou vendo-o, só o nome dele. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUVENAL DE SOUZA BRASIL NETO – Sim, estamos aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode responder, Dr. Juvenal, por favor.

O SR. JUVENAL DE SOUZA BRASIL NETO – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estamos ouvindo bem.

O SR. JUVENAL DE SOUZA BRASIL NETO (Para expor.) – Obrigado.

Excelentes as perguntas formuladas!

Respondendo à pergunta do Deputado Francisco Jr. em relação à submissão contínua de vacinas, o Instituto Butantan e a Fiocruz já estão lançando mão desse benefício, dessa simplificação regulatória, já submetendo peças para análise. Eu vou fazer aqui uma imagem do que seria a submissão contínua para que a gente possa entender: é como se fosse um quebra-cabeça. Quando a gente solicita que seja feita de maneira contínua, a gente vai recebendo as pecinhas de quebra-cabeça e já vai analisando e montando o quebra-cabeça. Anteriormente, quando o estudo terminava, você recebia aquele monte de peças e aí ia analisar e montá-lo. Isso aí logicamente demanda mais tempo. Esse procedimento novo vai simplificar, obviamente, claramente mostrado por esse exemplo do quebra-cabeça sendo montado ao longo do processo.

Respondendo também ao Senador Izalci Lucas, não existe influência política na aprovação de vacinas na Agência de Vigilância Sanitária. A agência é uma agência de Estado, não de governo, e dificulta e anula essa possibilidade. E o registro também pulando fases não existe. A simplificação vem de outra maneira, não da maneira como foi colocada aí de pular fases no estudo. Isso não é cientificamente adequado.

E, voltando à pergunta do Deputado Francisco em relação à questão de eficácia, a gente falou aqui em números de 50% de eficácia, 60%, 70%, 80%. Nós estamos falando de cenários hipotéticos ainda. Os estudos não terminaram, a gente não tem esses números ainda. Espera-se que a eficácia seja muito mais alta, como foi colocado por alguns participantes.

E tudo também vai depender do cenário que nós vamos ter junto à população na data da vacinação. E não significa que a gente aprove uma vacina com 50%; vai depender dos estudos apresentados, do risco-benefício do cenário na época da vacinação. Então, estamos falando de números que ainda não são concretos. O próprio mundo está trabalhando com hipóteses – FDA, OMS e nós também –, mas esperamos percentuais bem mais altos.

Obrigado.

Eu me despeço, porque temos ainda uma agenda muito...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem! Muito obrigado, Dr. Juvenal de Souza Brasil.

Gente, eu quero registrar os internautas: Amanda Dias, de São Paulo; Leonardo Toledo, de São Paulo; Lorrane Reis, de São Paulo; Ilcilea Castro; Tamires Andrade; Jezer Leal; Henrique, do Estado de Goiás. Muito obrigado à Nilse Yamaguchi, de Rondônia; ao Lucas Sapiecinski, da cidade de Alto Paraíso, no Estado de Rondônia. Muito obrigado pela participação de vocês nesta audiência pública.

Muito bem. O nosso Relator teve que ir para outra reunião na Câmara dos Deputados, sobre licenciamento ambiental e temas ambientais.

Eu quero agradecer a presença do Dr. Raul Machado Neto, do Ricardo Gazzinelli, do Guilherme Werneck, do Jorge Callado, da Adriana Regina, do Marco Krieger, do Frederico Augusto, do João Gabbardo e do Dr. Juvenal de Souza Brasil Neto. Fico muito agradecido a V. Sas. pela participação nesta audiência pública bem agitada, com muita participação de gente.

Agradeço a participação dos internautas, através do e-Cidadania, e dos telespectadores da TV Senado.

Um abraço a todos os senhores e senhoras presentes.

Eu declaro encerrada a nossa audiência, muito agradecido a todos.

Uma boa tarde.

Muito obrigado a todos! Obrigado, gente! Agradecido! Obrigado a todos!

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 39 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

